

Histórias que a gente conta

Censo Demográfico



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Marcio Pochmann

Diretora-Executiva
Flávia Vinhaes Santos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Gustavo Junger da Silva

Diretoria de Geociências
Maria do Carmo Dias Bueno

Diretoria de Tecnologia da Informação
Marcos Vinícius Ferreira Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Jorge Abrahão de Castro

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Biblioteca, Informação e Memória
Catarina Felix dos Santos Soares

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Gerência de Biblioteca, Informação e Memória

Histórias que a gente conta

Censo Demográfico



Rio de Janeiro
2025

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4609-4

© IBGE. 2025

Capa

Leonardo Martins - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Gerência de Biblioteca, Informação e Memória do IBGE

Histórias que a gente conta: Censo Demográfico / IBGE, Gerência de Biblioteca, Informação e Memória. – Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

244 p.: il. color.

ISBN 978-85-240-4609-4

1. Censo demográfico – História. 2. História oral. I. IBGE. Gerência de Biblioteca, Informação e Memória.

CDU 311.213.1:314(81)
SOC

Ficha elaborada por Gerlaine da Rocha Braga – CRB-7/1506



Sumário

- 5** Apresentação
- 7** Introdução
- 11** Linha do tempo
- 25** Dados biográficos dos entrevistados

- 43** Planejamento operacional
- 83** Censos experimentais
- 89** Base Territorial
- 99** Preparação técnica da pesquisa
- 105** Treinamento de pessoal do trabalho de campo
- 119** Coleta de dados
- 131** Dificuldades enfrentadas
- 181** Divulgação e uso dos resultados
- 189** Evolução da tecnologia
- 223** Passado, presente e futuro: uma avaliação

- 231** Referências
- 233** Créditos das imagens



Apresentação

Nesta publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio da Memória IBGE, apresenta a publicação *Histórias que a gente conta: Censo Demográfico*, que, tendo como fonte o seu acervo de História Oral, visa dar voz aos atores que ajudaram a construir a história da Instituição ao longo do tempo, em seus mais diversos setores e atividades.

O Censo Demográfico é a maior operação estatística realizada no País, e sua execução, prevista como decenal, constitui a mais completa fonte de informações sobre a população brasileira. De 1872 a 2022, foram efetuados 13 levantamentos, cuja linha do tempo apresenta as grandes transformações populacionais de um País que transitou do agrarismo para uma sociedade urbana e industrial, nos dias atuais, de predominância dos serviços.

Entre 1871 e 1930, a então Directoria Geral de Estatística, primeiro órgão oficial de Estatística criado no País, foi responsável pelo Censo Demográfico realizado nos anos de 1872, ainda no Império, 1890, 1900 e 1920, não tendo ocorrido recenseamento em 1880, 1910 e 1930.

O IBGE tem respondido pela operação desde 1940. Somente em 1990 e 2020, o recenseamento foi realizado em anos distintos – 1991 e 2022, respectivamente, sendo este último, aliás, somente efetivado por imposição do Supremo Tribunal Federal - STF.

Para este volume, foi eleito como tema o Censo Demográfico, em comemoração aos 150 anos dessa importante pesquisa, completados em 2022. Assim como o *Almanaque do Censo Demográfico* e o *podcast Censos do Brasil*, o livro é uma das iniciativas da Memória IBGE para celebrar a data.

A presente publicação ratifica, assim, o compromisso do IBGE com a ampla disseminação das informações contidas em seus acervos e a preservação da sua memória institucional.

O IBGE segue atento às mudanças em curso no Brasil, como se fosse o cartão-postal da nação e, simultaneamente, a bússola a indicar a trajetória nacional a ser percorrida.

Marcio Pochmann
Presidente do IBGE



Introdução

Com este lançamento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio da Memória IBGE, apresenta a publicação *Histórias que a gente conta: Censo Demográfico*, baseada no seu rico acervo de História Oral. A obra visa registrar as experiências e contribuições de pessoas que participaram ativamente da história do IBGE, a partir de suas entrevistas, cujos extratos foram adaptados para uma linguagem escrita e organizados em recortes temáticos para facilitar a leitura.

O volume celebra o Censo Demográfico e proporciona aos leitores uma visão íntima e pessoal das experiências e dos desafios vivenciados por alguns dos dedicados servidores ativos e aposentados do IBGE que, em suas funções institucionais, atuaram em variadas edições dessa importante pesquisa. Para tal, foram selecionados trechos de 45 depoimentos prestados à Memória IBGE, oferecendo, assim, uma perspectiva única que captura a autenticidade e a diversidade das experiências que compõem o trabalho censitário.

Ao longo de sua história, o Instituto realizou nove censos demográficos, além dos censos agropecuário e econômico, e conduziu inúmeros estudos e pesquisas que ajudaram a compreender a realidade do País em seus múltiplos aspectos. Tudo isso só foi possível graças à dedicação e à competência de seus servidores, que, diariamente, se dedicaram a produzir informações de qualidade para a sociedade brasileira. A atuação desses profissionais tem sido essencial para que o IBGE continue cumprindo sua missão de fornecer informações precisas e confiáveis.

Certamente, esses servidores qualificados e experientes, que adquiriram conhecimentos e habilidades no exercício de suas atividades, teriam muito a contribuir se pudessem compartilhar um

pouco desse aprendizado com o quadro funcional da Instituição. Pensando nisso, a Memória IBGE iniciou seu projeto de História Oral em 1987, atualizando sua metodologia de trabalho posteriormente, em 2001. Desde então, vêm sendo colhidos depoimentos de servidores, tanto ativos quanto já aposentados, que atuaram nos mais diversos setores do IBGE, com o objetivo de preservar a memória e a história institucionais, valorizando, assim, o trabalho daqueles que contribuíram para a produção de dados e estudos relevantes para a sociedade brasileira. Por meio desses depoimentos, é possível documentar as transformações e mudanças pelas quais o IBGE passou no decorrer do tempo, destacando-se as suas principais conquistas, bem como os seus desafios e aprendizados.

Atualmente, o acervo da Memória IBGE contém 190 entrevistas com profissionais que trabalharam em diferentes épocas na Instituição. Esses entrevistados, testemunhas da história do IBGE, abordam uma variedade de temas em seus depoimentos, desde as relações interpessoais entre colegas de trabalho e gestores, até suas perspectivas pessoais sobre as transformações institucionais ocorridas. Além disso, os entrevistados compartilham informações técnicas valiosas, como metodologias de pesquisa, técnicas de análise de dados e outros conhecimentos específicos que foram importantes para a produção de informações e estudos.

Desde 2012, esse acervo precioso foi digitalizado, e grande parte das entrevistas está disponível no portal do IBGE, na página da Memória IBGE, e no YouTube, no canal IBGE. Com isso, além de fornecer uma fonte primária de pesquisa para historiadores e cientistas sociais, o que constituiu a motivação inicial do projeto, a ampla disponibilidade desse material permite que todos os servidores do IBGE se inspirem e se emocionem com as perspectivas de outros profissionais do presente e do passado. Além disso, o estudo desse material possibilita uma compreensão mais profunda da evolução temporal do trabalho até então realizado e apoia a troca de conhecimento entre as gerações.

É fundamental ressaltar que cada entrevistado tem sua própria perspectiva e opinião pessoal sobre o assunto em questão. Portanto, os depoimentos colhidos refletem a opinião individual de cada entrevistado, e pode haver divergências de opinião entre eles, posto que, em uma obra que trate de um evento histórico, um entrevistado pode tê-lo vivido de maneira completamente diferente da percebida por um outro, devido às suas circunstâncias pessoais ou ao seu ponto de vista. Além disso, cada entrevistado pode ter uma interpretação diferente do evento, baseada em suas experiências, conhecimentos e crenças pessoais.

Também é importante considerar que os depoimentos devem ser entendidos no contexto da época em que foram concedidos. As opiniões e perspectivas dos entrevistados podem ter mudado nesse decorrer, à medida que novas informações foram disponibilizadas ou suas crenças e valores pessoais mudaram. Além disso,

os contextos histórico, político e social em que o evento narrado ocorreu também devem ser levados em consideração ao interpretar os depoimentos.

O presente livro aborda diversos temas relacionados ao Censo Demográfico, como o planejamento operacional da pesquisa, a realização dos censos experimentais, a verificação da Base Territorial, a preparação técnica, o treinamento de pessoal do trabalho de campo, a coleta de dados, as dificuldades enfrentadas, a divulgação e o uso dos resultados, e a evolução da tecnologia. Ao final, apresenta-se uma breve avaliação sobre o passado, o presente e o futuro dessa ferramenta essencial, que é o Censo Demográfico, para o conhecimento da realidade nacional.

Por relatar apenas uma pequena amostra das experiências vivenciadas pelo conjunto de profissionais que atuaram nos levantamentos censitários, esta obra não se propõe a ser definitiva sobre o assunto. Constitui, em princípio, uma fonte de referência para pesquisadores, estudantes e interessados nessa temática, contribuindo para o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos relacionados.

Os relatos ora apresentados ajudam a contar a história do Censo Demográfico de forma mais viva e enriquecedora, permitindo que o leitor tenha uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos pesquisadores em sua experiência censitária. Além disso, os diferentes pontos de vista permitem uma análise crítica e abrangente do tema, considerando-se as perspectivas individuais dos entrevistados e os contextos histórico, político e social em que os vários levantamentos foram realizados.



Linha do tempo

• 1872 O censo dos escravizados

O primeiro recenseamento geral realizado no Brasil ocorreu em 1872, foi o único censo realizado durante o Império e também o único sobre a população escravizada, que naquele momento era 15% da população brasileira. Um aspecto curioso levantado pelo censo sobre os escravizados é com relação à religião. Todos eles são registrados como católicos. O Recenseamento Geral do Império de 1872, mostrou que o País contava com 9 930 478 habitantes, que os homens eram a maioria, assim como os jovens, os solteiros e os analfabetos. A Província mais populosa era Minas Gerais e a menos populosa, o Amazonas. A pesquisa também mostrou que cerca de 42% da população não tinha profissão. O resultado do censo nessa área revelou



Pintura e escultura no Brasil, no Rio de Janeiro

uma curiosidade: havia a categoria de jornaleiros que, estranhamente, não vendiam jornais. Jornaleiros eram os profissionais pagos por uma jornada de trabalho. O início da coleta do censo de 1872, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística, completou 150 anos no dia 1º de agosto de 2022, data que marcou o início da coleta do Censo Demográfico 2022.

• 1890/1900 Os primeiros censos da República

O segundo Recenseamento Geral do Império deveria ocorrer em 1880. Contudo uma crise fiscal impediu a operação, adiando-a primeiramente para 1887 e depois para 1890. O Recenseamento Geral de 1890, o primeiro da República, e o Recenseamento Geral de 1900, realizados ainda antes da criação do IBGE, foram feitos com muitas dificuldades. Vários fatores comprometeram o levantamento de dados, o trabalho de apuração também se mostrou lento e cheio de imprecisões. O resultado do censo de 1890 apurou que o Brasil possuía 14 333 915 habitantes com uma pequena predominância de homens. As pessoas solteiras eram maioria. Pouco mais da metade da população tinha entre zero e 19 anos e apenas 15% das pessoas sabiam ler e escrever. O número de Municípios saltou de 641 para 1 024, sendo o Rio de Janeiro o mais populoso.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, ratificou a responsabilidade do governo em promover o recenseamento da população em intervalos decenais. Com isso, em 1900, os trabalhos do censo, que assim como 10 anos antes foi também marcado por falhas operacionais. No Distrito Federal, os problemas identificados foram tão flagrantes que o governo optou por cancelar o recenseamento na Capital. Os dados da região acabaram sendo estimados com base no crescimento populacional verificado entre os censos anteriores. Novo levantamento foi realizado exclusivamente na Cidade do Rio de Janeiro em 1906, com resultados divulgados no ano seguinte. Os resultados do terceiro Recenseamento Geral do Brasil saíram em 1905, em uma *Sinopse dos Resultados*. E foi só para aquele momento. Outras informações apuradas foram publicadas posteriormente no *Anuário Estatístico do Brasil*. O Brasil tinha em 1900 população de 17 317 069



Fábrica de tecidos em Anápolis (Goiás)

com um pouco mais de homens do que mulheres. Sobre a questão de trabalho 54% das pessoas desempenhavam atividades agropecuárias. Já na indústria manufatureira, que se iniciava, o número de mulheres superava quase 10 vezes o número de homens. Nesse período o Estado de São Paulo se tornou o segundo mais populoso, ultrapassando a Bahia e só ficando atrás de Minas Gerais. Em meio a muitas críticas da imprensa, o censo de 1900 foi classificado como ainda mais deficiente que o de 1890.

• 1920 O censo do centenário da Independência

O quarto Recenseamento Geral do Brasil seria realizado em 1910. Após seguidos adiamentos, o recenseamento acabou sendo cancelado. Depois de 20 anos, todos os preparativos também já estavam em andamento para a realização de mais um recenseamento decenal, como mandava a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Contudo, o conturbado momento político, marcado por uma cisão dentro do sistema oligárquico impediu mais uma vez a realização do censo. Segundo os resultados do censo de 1920, a população do Brasil era composta por 30 635 605 pessoas. Excluindo-se a população na idade entre 0 e 6 anos, este censo apontou que o analfabetismo atingia cerca de 69% da população brasileira. O censo do centenário da Independência, foi o último censo realizado antes da criação



Gráfico ilustrado sobre a evolução da população (1776-1920) elaborado pela Directoria Geral de Estatística

do IBGE e o primeiro a utilizar máquinas na apuração. A introdução das novas máquinas permitiu a redução de prazos e esforços nos procedimentos de contagem, elevando também a sua precisão.

• 1940 O primeiro censo do IBGE

O Recenseamento Geral de 1940, primeiro realizado depois da criação do IBGE, aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, na qual as informações estatísticas de qualidade mostravam-se essenciais aos imperativos da Segurança Nacional. E depois de 20 anos desde o último censo, agravava as demandas pela atualização dos dados sobre a população, o território e a economia do País. Marco na história das estatísticas nacionais, inaugurou um novo modelo de recenseamento, pautado em moldes teóricos e metodológicos modernos, criando condições para uma investigação mais detalhada sobre a realidade social do Brasil. Os trabalhos para a realização desse censo começaram com uma grande reformulação no Sistema Estatístico Nacional. Nesse período foi criado o IBGE, para coordenar toda a estatística do Brasil e para fazer o recenseamento de 1940. Foram definidas algumas regras através de uma legislação específica: os censos seriam realizados a cada 10 anos, sempre em anos de final zero e tendo como referência a data de 1º de setembro. A verba destinada ao censo permitiu um grande investimento em publicidade. Foram distribuídos pelo País cerca de 22 700 cartazes de tipos, cores e tamanhos diferentes. Um em especial, chamou mais atenção: medindo 3 x 6 metros, representando uma “folhinha” de calendário, foi afixado no alto do Obelisco da Avenida Rio Branco, na Cidade do Rio de Janeiro. Nele era anunciado que em 1º de setembro se iniciaria o Recenseamento Geral do Brasil. A arte desse e de outros cartazes é obra do *designer* Ary Fagundes, um dos pioneiros do *Design* brasileiro. O rádio também ajudou muito na divulgação, mais da metade da população era analfabeta, o que fazia do rádio elemento vital para o Governo transmitir suas informações. Carmen Miranda, que já era uma grande estrela internacional também teve contribuição na divulgação do censo. A cantora gravou o samba chamado *Recenseamento*, de Assis Valente. Ainda foram preparados dois filmes: o primeiro mostrava os números da grandiosa operação censitária. E o outro oferecia uma visão completa do recen-



Aparelho de rádio

seamento, desde o estudo dos questionários até a entrega do boletim à porta de um domicílio. O Censo Demográfico 1940 apurou que o Brasil contava com uma população de 41 236 315 pessoas, e 1 574 Municípios. Tínhamos uma população com equilíbrio entre os sexos e muito jovem. Mais de 53% das pessoas eram menores de 20 anos. Um País quase todo católico, com um grande contingente de analfabetos e essencialmente rural. Naquele tempo, quase 69% dos brasileiros se concentravam no campo, embora o crescimento da população urbana já fosse significativo. Minas Gerais era o Estado mais populoso, seguido por São Paulo e depois Bahia.

• 1950 Censo em julho

Com o *slogan* “Ajude o Censo”, a pesquisa de 1950 fez parte do Censo das Américas, em uma operação conjunta com outros países vizinhos para uma melhor compreensão do continente. O trabalho foi proposto pelo Instituto Interamericano de Estadística - IASI, em atendimento a uma solicitação específica da Organização das Nações Unidas - ONU e seguiu padrões mínimos comuns para dar uniformidade aos dados coletados pelos países. O sucesso dessa iniciativa, assim como o do próprio censo, foi um passo importante que ajudou a consolidar a tradição estatística no Brasil. A data de referência, foi uma novidade. Para não coincidir com as eleições presidenciais que ocorreriam no mesmo ano, foi estabelecida a data de 1º de julho, mais cedo do que todos os censos anteriores, que foram a campo nos meses de agosto, setembro e dezembro. Entretanto, desde o Censo 2000 convencionou-se 1º de agosto como a data de referência da coleta. Assim como em 1940, o governo também investiu em propaganda para esclarecer e incentivar a população sobre a realização do Censo Demográfico 1950. O rádio continuou sendo popular e essencial na divulgação. O *slogan* “Ajude o censo” era frequentemente ouvido ao longo das programações, assim como *jingles* e apelos para a população colaborar com o censo. Uma quantidade impressionante de panfletos também foi produzi-



Exame de seleção para
trabalhar no Censo
Demográfico 1950, no
Rio de Janeiro

da e distribuída através da Companhia Telefônica Brasileira, empresas de aviação, navegação e até despejados do céu com a ajuda de aeroclubes. Também foram distribuídos selos comemorativos dos Correios e cartões postais com a temática do censo. Como em 1940, o censo virou filme. Foi produzido um curta metragem, dirigido pelo cineasta Luiz de Barros, denominado *Retratos do Brasil*. Os resultados do Censo Demográfico 1950 apontaram uma população de 51 941 767 pessoas, sendo que metade das pessoas acima de 15 anos ainda era analfabeta. O País era predominantemente rural, com cerca de 65% das pessoas morando no campo. São Paulo era o Estado mais populoso e o de Roraima o menos populoso.

• 1960 O uso do cérebro eletrônico

O Censo Demográfico 1960, foi o terceiro realizado pelo IBGE e o sétimo da história do Brasil. O momento era de avanços econômicos e grandes mudanças, inclusive da Capital do País. O então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), prometia um progresso de 50 anos em cinco. E para atender as demandas de informação, a estatística brasileira também precisou se transformar. A grande novidade foi o início do uso da amostragem nos censos. A introdução da pesquisa por amostragem foi motivada pelo desejo de reduzir os custos e o tempo de todas as etapas da operação. Também pela primeira vez houve um censo experimental, tipo de teste feito até hoje. O primeiro Censo Experimental foi realizado em 1957, no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais e dois anos depois, houve outro, em Brasília, antes mesmo da sua inauguração. Mas o grande símbolo dessa mudança foi a utilização do UNIVAC 1105¹, um computador de grande porte que ficou conhecido como “cérebro eletrônico”. Primeiro computador adquirido pelo governo brasileiro, tinha a missão de melhorar o processamento das informações em larga escala. O seu uso não representou exatamente um avanço para a pesquisa, mas foi muito importante para o desenvolvimento da informática no Brasil. Embora os primeiros resultados tenham sido divulgados nas *Sinopses Preliminares* publicadas a partir de junho de 1961, os resultados finais só foram publicados mais de uma década depois, junto com os resultados do censo de 1970. O Censo Demográfico 1960 concluiu que havia 70 070 457 pessoas no Brasil distribuídas em 2 766 Municípios. Era um País jovem, com mais da metade dos habitantes com idade entre zero e 19 anos. Houve um aumento de 26% das pessoas que sabiam ler e escrever, passando de 53% da

¹ O computador de grande porte UNIVAC (Universal Automatic Computer), da Remington Rand, foi adquirido pelo IBGE, em 27 de janeiro de 1960, para apuração do Recenseamento Geral de 1960. A nova tecnologia foi um marco na história da Instituição e do País.

população. Em uma década o número de favelas no Município do Rio de Janeiro havia aumentado de 58 para 147 e seu total de habitantes de 169 mil para 337 mil. Para esse levantamento, o IBGE considerou algumas características para o reconhecimento de uma favela, incluindo suas condições de ocupação e propriedade, instalações sanitárias, acesso a água etc. São Paulo continuava sendo o Estado mais populoso e Roraima o menos populoso.



Setor de Reprografia do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro

• 1970 Pra frente, Brasil

Entre 29 de maio e 4 de junho de 1968 foi realizada a I Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, na Cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu produtores e usuários de informações estatísticas e objetivava promover a construção de estudos e ações para o aperfeiçoamento do Sistema Estatístico Nacional - SEN. Na ocasião foram apresentados e discutidos os planos básicos para o Censo Demográfico 1970, ouvindo-se a opinião de especialistas e representantes de entidades governamentais e civis. A pesquisa estava integrada ao Censo das Américas, ou seja, deveria seguir as diretrizes básicas recomendadas pelos organismos internacionais para toda a América. Além disso, seguiu o mesmo esquema de amostragem do censo anterior. A data de referência escolhida foi 1º de setembro. Na preparação do Censo Demográfico 1970 o IBGE previu realizar uma pesquisa experimental para testar a operação e os formulários. Chegou a escolher uma cidade com o nome muito adequado: Contagem, no Estado de Minas Gerais. Mas a etapa foi cancelada. Na divulgação da pesquisa, o Censo 1970 contou com a ajuda dos recém campeões mundiais de futebol Pelé, Carlos Alberto Torres e Zito. Tinha também "Julinho, o Recenseador", personagem principal de um gibi, produzido pelo IBGE. Na história em quadrinhos, o menino tentava ensinar seus colegas, por meio de uma brincadeira, a importância do recenseamento que estava por vir. Uma parceria entre os Correios e o IBGE resultou em um selo comemorativo para o Censo Demográfico 1970, escolhido por concurso. A entrega dos prêmios foi feita pelo Presidente do IBGE à época, Isaac Kerstenetzky (1970-1979). A mesma parceria aconteceu nos censos



Serviço Gráfico do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro

de 1940 e 1950. A música *Pra frente Brasil* errou por pouco a população do País. Com o resultado da pesquisa, vimos que já não éramos 90 milhões de pessoas. A publicação dos dados se iniciou no início de 1971, com os dados preliminares. E os resultados definitivos foram publicados no meio da década, em duas séries: uma nacional, com um volume para o Brasil todo e uma regional, com 24 volumes. Esses resultados também foram disponibilizados em fitas magnéticas, apresentando um avanço na disseminação dessas in-

formações. Segundo o Censo Demográfico 1970, o Brasil tinha àquela altura 93 134 846 pessoas, a maioria delas mulheres, quase 500 mil a mais do que homens. Cerca de 53% da população se concentrava na faixa entre os 0 e 19 anos de idade e pouco mais de 39% das pessoas acima de sete anos de idade, ainda eram analfabetas. Mas foi nesse censo que houve uma virada: o Brasil passava a ser majoritariamente urbano, um movimento que ia se intensificar ao longo do tempo. São Paulo continuava sendo o Estado mais populoso e Roraima o menos populoso.

• 1980 A tecnologia era o Telex

O Censo Demográfico 1980, o quinto realizado pelo IBGE, trouxe muitas novidades, como a investigação sobre trabalho infantil, novos mapas e acompanhamento da coleta por Telex. Nesse censo, muitos moradores receberam a visita de um recenseador que viraria uma celebridade: Pedro Bial. A data base para a sua realização foi 1º de setembro e teve o *slogan*: “O Brasil que a gente conta”. Desde 1940, se respeitou a periodicidade decenal imposta por lei², de 10 em 10 anos, muita coisa pode mudar. Por isso é importante respeitar a periodicidade. O desenho da amostra foi igualzinho aos dois censos anteriores, assim como a participação no Censo das Américas. Para decidir o que ia ou não entrar no questionário, o IBGE promoveu uma reunião com os usuários de estatísticas demográficas e, juntos, debateram o assunto por cinco dias. Após a reunião formou-se uma comissão que estabeleceu os quesitos e critérios do

² Lei n. 8.184, de 10.05.1991, que dispõe sobre a periodicidade dos censos demográficos e dos censos econômicos e dá outras providências.

Censo 1980. O questionário final teve como a maior novidade a investigação sobre trabalho infantil, presente pela primeira vez nos censos. Foram coletados os dados das crianças menores de 10 anos que enfrentavam rotinas de trabalho. Para o Projeto da Base Geográfica, o IBGE elaborou os Mapas Municipais para fins Estatísticos. Houve a retomada da realização do Censo Experimental dessa vez na Cidade de Taubaté, no Estado de São Paulo. A grande novidade foi um sistema informatizado de acompanhamento da coleta de dados. Todas as informações eram transmitidas com a tecnologia mais moderna existente na época: o Telex! O sucesso da apuração também pode ser explicado por um outro avanço tecnológico: a utilização do computador de grande porte IBM 360 (International Business Machines Corporation) permitiu gravar toda a apuração em fita magnética, substituindo finalmente os cartões perfurados. O censo de 1980 determinou que a população residente no País era de 119 002 706 pessoas, um aumento de quase 28% em relação ao censo anterior. Pela primeira vez na história a população brasileira ultrapassou os 100 milhões de habitantes, com 10 Municípios contando mais de 1 milhão de pessoas. As Regiões Sudeste e Nordeste foram responsáveis por 72% do crescimento. São Paulo continuou sendo o Estado mais populoso, seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O menos populoso era Fernando de Noronha que na época ainda era um Território Federal. Hoje é um Distrito do Estado de Pernambuco.



O Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) sendo recenseado para o Censo Demográfico 1980

1991 O primeiro censo adiado desde a criação do IBGE

O Censo Demográfico 1990 não foi realizado em 1990 como estava planejado, o que causou o rompimento da série de censos decenais, que se mantinha desde 1940, com o primeiro censo do IBGE. Uma década já havia passado desde aquele executado em 1980. Logo, pelas contas, era esperado que o próximo fosse realizado em 1990. Foi aí que um impasse aconteceu. O IBGE precisava contratar mais de 180 mil pessoas, de forma temporária, para realizar a operação. O Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) estava no meio de uma tentativa de redução de custos com os servidores públicos. Muitos deles já haviam sido postos em disponibilidade. O Governo, então, entendeu que poderia entrar em uma contradição e sofrer com as críticas da opinião pública se fizesse essa contratação. A decisão protelada até julho de 1990, foi autorizada. Não havia mais tempo hábil para realizar o processo seletivo, uma vez que o censo deveria começar em setembro. Não houve outro jeito a não ser o adiamento para o ano seguinte. Nessa pesquisa também teve um Censo Experimental, dessa vez em Limeira, no Estado de São Paulo, em 1989. Apesar dessa confusão inicial, o Censo 1991 introduziu algumas mudanças importantes. Uma delas, foi a criação da Comissão Consultiva, formada por especialistas em diversos temas ligados ao estudo da população. Durante o Censo Demográfico 1991 foi desenvolvido o Projeto Escola, que previa o envio de material informativo, produzido por pedagogos e técnicos do IBGE, para as escolas primárias da rede pública. A ideia era que, aprendendo sobre o censo, os alunos poderiam ajudar na mobilização de suas famílias, os preparando para a chegada do recenseador. A décima operação censitária nacional revelou que o Brasil tinha 146 825 475 habitantes, distribuídos em 4 491 Municípios. Um aumento de 23% em relação ao censo anterior. São

Paulo continuava sendo o Estado populoso do Brasil e Roraima o menos populoso. A essa altura a população urbana já era mais de três vezes superior à rural. As mulheres eram a maioria no País e a proporção de mulheres entre chefes de domicílio continuou crescendo. Eram cerca de 18% considerando todo o País. No Rio de Janeiro o número era maior: 23%.



Preparação do Censo Demográfico 1991. Da dir./esq.: Nuno Duarte da Costa Bittencourt e José Guilherme Almeida dos Reis

• 2000 A era da Internet chegou para ficar

O Censo Demográfico 2000 foi marcado por um grande salto na tecnologia utilizada nas pesquisas. A popularização da informática e da Internet nesse período permitiu que o IBGE praticasse diversas inovações e fizesse desse censo o mais eficiente e preciso da história, até aquele momento. Computadores em rede, uso de *e-mails*, digitalização dos formulários e controles pela Internet, revolucionaram a forma como eram feitos os censos. Se o sistema detectasse algum problema, a correção poderia ser feita imediatamente. Para isso, todas as agências locais do IBGE foram informatizadas e conectadas em rede. Além disso, foram digitalizados a maior parte dos mapas da Base Territorial, importante na preparação do censo e na coleta das entrevistas. Mas de todas as novidades proporcionadas pela tecnologia, talvez a de maior destaque tenha sido a digitalização dos formulários, com o reconhecimento ótico de marcas e caracteres. Em 2000, com a digitalização, foram criados cinco centros de captura de dados para converter os formulários para o meio magnético. A consequência dessas novidades foi a diminuição do prazo para divulgação de todos os resultados. Também aconteceu em conjunto com o Censo Demográfico 2000, o Projeto Censo Comum do Mercosul, que diferente do Censo das Américas, não foi apenas um intercâmbio sobre temas específicos. Dessa vez, classificações-chave foram unificadas e um núcleo comum de perguntas definidas, para que os sistemas estatísticos de cada país fossem fortalecidos e uma base de dados comum fosse criada. Na fase preparatória do censo definiu-se o tamanho da amostra e o IBGE então realizou o Censo Experimental em 1999 nas Cidades de Marília, em São Paulo e Bonito, no Pará, onde pôde testar os métodos, procedimentos, equipamentos e materiais, para definir o plano definitivo da pesquisa. Para a divulgação dos traba-



Capa da cartilha *Brasileirinho e o contador de povo*

lhos do Censo Demográfico 2000, o IBGE criou a revista *Vou te Contar*, que oferecia informações e curiosidades sobre a realização da pesquisa. Teve ainda o *Vamos Contar!*, um projeto didático-pedagógico que ajudaria no esforço de mobilização da população. Se nos primeiros censos os cinemas exibiam filmes publicitários para divulgar a coleta, para o Censo Demográfico 2000 o IBGE chamou o cineasta Zelito Viana para produzir um documentário que apresentava os principais dados. O documentário intitulado *O país é este*, lançado em 2002, teve o ator Marcos Palmeira atuando como repórter e apresentador. Os resultados do Censo 2000 apontaram para uma população com 169 799 170 pessoas, sendo as mulheres maioria. Os analfabetos com mais de 15 anos eram 14% e, 95% das crianças estavam na escola. São Paulo continuava o Estado mais populoso e Roraima era o menos populoso.

• 2010 O primeiro censo totalmente digital do mundo

O Censo Demográfico 2010, primeiro censo realizado de forma 100% digital no mundo, introduziu uma nova Base Territorial digital única que viabilizou a utilização, por todos os recenseadores, dos PDAs (Personal Digital Assistants), que são computadores de mão equipados com GPS, testados em operações censitárias desde 2007. Assim, acabou a era dos questionários em papel. Mas, se por um lado, uma era terminava, outra se iniciava: a era das redes sociais. A cada Censo Demográfico, novos recursos tecnológicos são introduzidos nas operações. Desde as máquinas tabuladoras Holerite, do censo de 1920, passando pelo “cérebro eletrônico” do censo de 1960, as inovações tecnológicas têm se prestado

a facilitar o processo de coleta e apuração das informações, bem como a dar mais confiabilidade aos resultados. No censo de 1991 os recursos de informática aplicados promoveram importantes avanços no processo de divulgação dos resultados, disponibilizados a partir de diferentes meios (volumes impressos, fitas magnéticas, sistemas de consulta e disquetes). O Censo 2000 utilizou o Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta - SIGC, que permitiu o monitoramento da



Eduardo Pereira Nunes e Maria Vilma Salles Garcia no Seminário Censo 2010

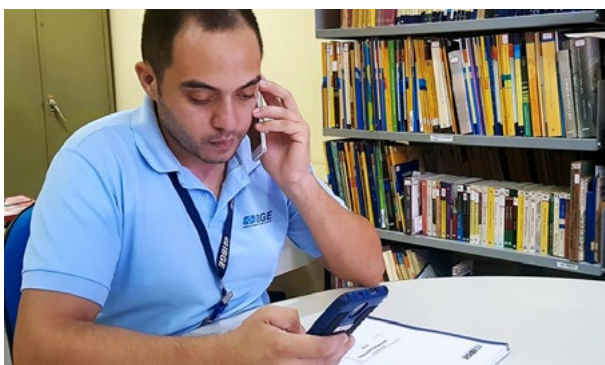
qualidade da cobertura e apuração dos resultados preliminares, bem como a formação de uma base de dados. Além disso, introduziu-se o processo de digitalização dos questionários e o reconhecimento óptico de caracteres. Em 2010 o questionário do censo pôde, também, ser respondido pela Internet, eliminando a necessidade da ida de um recenseador até o domicílio. A Internet teve um papel especial nessa pesquisa. O IBGE preparou um *site* com diversos esclarecimentos e atualizações diárias sobre a coleta. O Censo Demográfico estava no Twitter, Facebook e YouTube, com notícias do andamento do trabalho e divulgação dos primeiros resultados. O IBGE também disponibilizou *online* a revista *Vou te Contar*, que foi mais uma forma de divulgar a operação. Assim como o Projeto Vamos Contar, que foi retomado em 2010. Essas ações ajudaram a aproximar IBGE e sociedade, promovendo de forma inovadora a participação da população. Maria é o nome mais popular do Brasil, com 11 734 129 pessoas registradas. Essa e outras informações podem ser encontradas na página *Nomes no Brasil*, no portal do IBGE na Internet, com dados do Censo Demográfico 2010. Outras curiosidades como o número de pessoas que foram registradas da mesma forma, a incidência do nome ao longo das décadas e em que regiões essas pessoas moram também estão disponíveis para consulta. Os resultados do Censo 2010 mostraram que a população brasileira tinha chegado aos 190 755 799 habitantes. Desse total, 51% eram mulheres. O País estava ainda mais urbanizado. O analfabetismo continuou diminuindo e chegou a menos de 10% da população. O primeiro Censo Demográfico digital do mundo merecia um prêmio. Merecia tanto, que ganhou. Em 2011, o IBGE foi um dos 10 premiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em parceria com o Observatório NetExplo pelo seu papel no desenvolvimento da sociedade digital.

• 2022 O censo adiado por uma pandemia global

Atendendo-se à periodicidade decenal imposta por lei³, o 13º levantamento censitário do Brasil seria realizado em 2020. O planejamento da pesquisa foi iniciado com anos de antecedência e todas as etapas de preparação foram devidamente cumpridas. Contudo, a eclosão da pandemia de COVID-19 provocou o adiamento da operação. Somente dois anos depois foram reunidas as condições sanitárias e orçamentárias necessárias para

³ Lei n. 8.184, de 10.05.1991, que dispõe sobre a periodicidade dos censos demográficos e dos censos econômicos e dá outras providências.

a realização do inquérito. Uma das mais importantes atividades de preparação e treinamento para a realização do Censo Demográfico é o Censo Experimental. Desta vez, o Censo Experimental foi realizado na Cidade de Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, entre outubro e dezembro de 2019. Além do Censo Experimental, os preparativos do Censo Demográfico 2022 também contaram com testes aplicados em localidades específicas em todas as Unidades da Federação, começando pela Ilha de Paquetá, no Estado do Rio de Janeiro, em setembro de 2021. Uma das propostas do Censo Demográfico 2022 foi a ampliação do uso da Internet e do telefone como meios para os informantes responderem aos questionários, dispensando a presença do recenseador. Esse método de coleta de informações se une à tradicional visita aos domicílios. Outro ponto importante é que mesmo nos casos da coleta presencial todo o processo seria efetuado em formulários digitais, sendo pela primeira vez as informações transmitidas diretamente do dispositivo móvel do recenseador para os *data centers* do IBGE. Até então era preciso que o recenseador se deslocasse para um dos postos de coleta do IBGE para então fazer a transferência dos dados. Apesar de toda a tecnologia empregada e de todo esforço de planejamento, o IBGE não conseguiu evitar os problemas e o censo passou por algumas dificuldades: falta de pessoal, alto índice de recusas, atrasos no pagamento dos recenseadores e disseminação de *fake news* sobre a pesquisa. Entretanto a coleta foi concluída com sucesso, já que recenseou a grande maioria de população, incluindo todos os Agrupamentos Quilombolas, que foram pesquisados pela primeira vez na história dos censos; bem como as Terras Indígenas, inclusive localidades isoladas e toda Terra Yanomami. O censo mostrou que temos no Brasil uma população de 203 062 512 pessoas. São Paulo continuou sendo o Estado com a maior população, dando conta sozinho de aproximadamente 1/5 da população do Brasil. O Estado com menor população continuou sendo Roraima.



Entrevista por telefone para o Censo Demográfico 2022



Dados biográficos dos entrevistados



Achilles Nasser Fraxe nasceu em Boa Vista, à época Estado do Amazonas, atual Estado de Roraima, em 24 de fevereiro de 1930. Ingressou no IBGE em 1953 como contabilista da Inspeção Regional de Estatística Municipal do seu Estado de origem, cargo que ocupou até 1970 quando, então, foi nomeado como Delegado das antigas Delegacias do Amazonas e de Roraima, de 1970 a 1990. Sua gestão é marcada pela interiorização da Rede de Coleta e pela realização dos censos demográficos de 1960, 1970 e 1980 na Amazônia. Aposentou-se, em 1991, quando atuava na área administrativa da Divisão de Pesquisas do Ceará - DIPEQ/CE. Faleceu em 31 de outubro de 2023, em Fortaleza, Estado do Ceará.



Albertino Lima Ribeiro nasceu em Jequié, Estado da Bahia, em 6 de dezembro de 1967. Bacharel em Economia pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, com pós-graduação em Psicologia do Trabalho pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Ingressou no IBGE, em 2002, integrando a equipe de pesquisas industriais. Entre 2003 e 2006 foi supervisor do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, passando, posteriormente, a Coordenador de treinamento do Censo Agropecuário e da Contagem da População 2007. Na data da entrevista, atuava como supervisor das pesquisas industriais na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul.



Alceo Magnanini nasceu em São Paulo, em 26 de outubro de 1925. Graduado em Agronomia, cursou durante três anos a Escola Nacional de Agronomia - ENA, na Praia Vermelha, na Cidade do Rio de Janeiro, e um ano na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, onde concluiu o curso, em 1948. Especializou-se em Ecologia e Conservação da Natureza, além dos cursos realizados no Brasil e nos Estados Unidos sobre Zoologia, Ecologia, Biogeografia, Edafologia, Forestry Leadership e Administration on National Parks and Equivalent Areas. Ingressou no IBGE, em 1947, como geógrafo do quadro permanente do Conselho Nacional de Geografia - CNG, e a convite de Fernando Segadas Vianna, integrou o grupo incumbido de desenvolver estudos sobre Biogeografia no IBGE, ao lado de Walter Alberto Egler, Dora de Amarante Romariz, Edgar Kuhlmann e Paul Claude Courbet. Participou, ainda, da delimitação da parte sul da Amazônia. Em 1952, ingressou, por concurso, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ e, em 1956, transferiu-se para o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Como ambientalista, destacou-se no campo das políticas públicas no Brasil, fazendo *jus* a inúmeras homenagens. Foi um dos organizadores do Código Nacional Florestal de 1965. Na data da entrevista, atuava como consultor da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no Rio de Janeiro. Faleceu em 11 de julho de 2022, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.



Alceu Vicente Wightman de Carvalho nasceu no Estado de Minas Gerais, em 19 de julho de 1918. Estatístico provisionado, ingressou no IBGE como codificador do Censo Demográfico 1940. Discípulo de Giorgio Mortara, desenvolveu atividades de análise de dados estatísticos no Laboratório de Estatística, onde ocupou, também, a Chefia da Seção de Estatísticas Demográficas e a Diretoria. Aposentou-se em 1990. Faleceu em 2 de fevereiro de 2007.



Alcides Geraldo Dias nasceu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1937. Por indicação do Inspetor Regional, Ruben Amaral Prado, ingressou no IBGE em 15 de dezembro de 1949. Destaca-se nos trabalhos do Censo Demográfico 1960 do qual participou. Ocupou a Chefia do Setor de Patrimônio e Encargos Gerais até a sua aposentadoria, em 1985. Faleceu em 13 de setembro de 2007, em Fortaleza, Estado do Ceará.



Antonio José de Souza Biffi nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1953. Engenheiro agrônomo, graduado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, em 1975. Ingressou no IBGE, em 1977, para trabalhar na apuração do Censo Agropecuário. Transferido para Brasília, chefiou o Setor de Estatística Agropecuária - SEAGRO, onde pôde participar do Censo Demográfico 1980 e do Censo Agropecuário 1981. Participou também, do projeto desenvolvido pelo IBGE em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, que utilizava imagens de satélite na previsão de safra. Posteriormente, ocupou o cargo de Chefe da Unidade Estadual de Goiás, em Goiânia. Em 1992, retornou à Brasília, para ocupar o cargo de Assessor da Presidência no Gabinete do Distrito Federal. Nesse cargo, chefiou uma equipe que foi ao Pará periciar dados do Censo Demográfico 1991. Voltou ao Rio de Janeiro, em 1994, para ser Assessor da Diretoria Executiva. Durante a Contagem da População 1996, transfere-se, novamente, para Belém, Estado do Pará, assumindo, em fevereiro de 1998, o Departamento Regional Norte. Sua trajetória no IBGE vem sendo marcada por significativas atuações, ao enfrentar, as dificuldades apresentadas para a realização do Censo 2000 e do Censo 2010, sem perder de vista a evolução tecnológica na coleta das informações. Na data da entrevista, chefiava a Unidade Estadual do Pará.



Antônio Utsch Moreira nasceu em Serro, Estado de Minas Gerais, em 10 de julho de 1925. Estatístico provisionado, trabalhou no IBGE de 1947 a 1991. Ao longo da sua carreira, de agente municipal de Estatística a Chefe de Unidade Estadual, participou dos censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980. Vivenciou a implantação dos Convênios Nacionais de Estatística, a estruturação da Rede de Coleta e a instalação das Agências-modelo. Acompanhou, também, a criação da Fundação IBGE e a reorganização das Agências de Coleta. Faleceu em 6 de março de 2019, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.



Arnaldo Augusto Maia nasceu em 10 de outubro de 1918. Administrador, trabalhou no IBGE de 1944 a 1951, atuando como gestor de recursos humanos. Sua experiência profissional acompanha o próprio crescimento da Instituição, desempenhando atividades desde o processo inicial de seleção e recrutamento para preenchimento do quadro de pessoal das Agências Municipais de Estatística até a estruturação do primeiro plano de carreira do IBGE. Sua trajetória assinala, também, a passagem pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, no período de organização da primeira turma do curso de Administração em 1952, quando a carreira de administrador público e de empresas se consolida. Faleceu em 2003.



Artur Ferreira da Silva Filho nasceu em Salvador, Estado da Bahia, em 10 de julho de 1949. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, ingressou no IBGE em 1974, convidado pelo então Delegado para coordenar as estatísticas agropecuárias do Estado, permanecendo neste cargo até 1986. Na gestão de Edmar Lisboa Bacha (1985-1986), foi convidado para assumir a Delegacia do IBGE na Bahia, ocupou esse cargo até 2022 quando se aposentou. Destaca na sua administração o convênio com a Assembleia Legislativa e com o órgão de Estatística do Estado da Bahia para a atualização dos limites estaduais.



Carlita Estevam de Souza nasceu em Camapuã, Estado de Mato Grosso, em 27 de dezembro de 1958. Licenciada em Geografia e pós-graduada em Gestão Pública e Terceiro Setor, ingressou no IBGE como datilógrafa no Censo Demográfico 1980, tornando-se assistente nos Censos Econômicos 1985. Trabalhou no Setor de Documentação e Biblioteca - SEDIB, da Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e no Setor de Base Operacional dos Censos. Na gestão de Fatmato Ezzahrá Schabib Hany (1991-2002) à frente da Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul, assumiu a Gerência de Planejamento e Supervisão. Em 2002, recebeu o convite para chefiar esta mesma Unidade Estadual, cargo que ocupou até 2013.



Carlos Campos de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1928. Estatístico, trabalhou no IBGE de 1951 a 1993 desenvolvendo atividades de preparação, execução, apuração e formulação dos questionários dos Censos Econômicos. Na segunda metade da década de 1980 saiu da área censitária para ocupar a Chefia do Departamento de Comércio e Serviços (1980-1984). Faleceu em 17 de julho de 2022.



Carlos Roberto Rodrigues de Rodrigues nasceu em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, em 25 de fevereiro de 1954. Licenciado em Geografia, ingressou no IBGE em 1978, permanecendo sempre no Estado de Mato Grosso do Sul, primeiro em Paranaíba, como agente de coleta. Promovido para supervisor da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, após um ano de trabalho, tornou-se Chefe de Agência do Município de Iguatemi, onde permaneceu por 10 anos, até a agência ser desativada. Passou pela Chefia da Agência de Ponta Porã, Dourados e Ponta Porã novamente, até ser convidado para assumir a Coordenação de Subárea dos Censos, em Mato Grosso do Sul. Aposentou-se em 2011.



Carmen de Jesus Garcia nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1949. Economista especializada em Economia Industrial e Políticas Públicas; Mestre em Engenharia de Produção, ingressou no IBGE em 1974. Participou das transformações ocorridas na gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), sobretudo na área das pesquisas econômicas, onde ao longo de sua trajetória ocupou os cargos de Coordenadora dos Censos Econômicos e de Chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. Sempre defendendo a ideia da autonomia técnica, da construção de canais institucionais de debates e da retomada do IBGE como instituto de pesquisa, foi demitida na gestão de Jessé de Souza Montello (1979-1985), retornando ao IBGE na Nova República. Acompanhou o processo de transição dos Censos Econômicos para o Censo Cadastro, desligando-se dos cargos de chefia durante o Governo Collor (1990-1992) quando militava no movimento sindical dos trabalhadores do IBGE. Aposentou-se em 2011.



Cimar Azeredo Pereira nasceu em Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1961. Graduado em Estatística, ingressou no IBGE como recenseador no Censo Demográfico 1980 e adquiriu experiência do trabalho de campo em toda sua trajetória profissional. Foi Gerente de Integração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD com a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, etapa fundamental de construção da PNAD Contínua e do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Teve o privilégio de conhecer todo o trabalho de desenvolvimento de uma pesquisa, de metodologia de pesquisa e, também, de disseminar as informações, sendo o porta-voz da PME na coletiva de imprensa durante 13 anos. Destaca-se o evento em Bruxelas, na Bélgica, em 2012, onde o Brasil foi o país selecionado para ser um piloto na construção de uma metodologia para o monitoramento do Trabalho Decente, projeto financiado pela União Europeia - UE e coordenado pelo IBGE, com apoio da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). Na data da entrevista, ocupava o cargo de Coordenador de Trabalho e Rendimento na Diretoria de Pesquisas - DPE. Em 2023 chegou a conjugar os cargos de Presidente do IBGE (substituto), Diretor-Executivo (substituto) e Diretor de Pesquisas.



David Wu Tai nasceu em Chunking, na China, em 5 de maio de 1949. Economista; Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ingressou no IBGE em 1978 como Coordenador do Projeto Contas Consolidadas do Setor Público. Coordenou, também, o Censo Demográfico 1980 no Estado de São Paulo, sendo posteriormente Chefe da Divisão de Coleta e da Unidade Estadual de São Paulo. Convidado para ocupar a Diretoria Geral do IBGE na Presidência de Charles Curt Mueller (1988-1990), instalou-se no Rio de Janeiro, onde exerceu a Chefia da Unidade Estadual e a Coordenação Operacional dos Censos - COC. Assumiu a Coordenação Geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, em 1995. Sua gestão foi marcada por introduzir no IBGE inovações tecnológicas em informática adequadas aos produtos oferecidos à sociedade em todos os seus segmentos. Promoveu a integração dos dados geográficos e estatísticos, e contribuiu para a consolidação da presença do IBGE na era dos Sistemas de Informações Geográficas - SIG, ao disponibilizar, via Internet, as bases cartográficas digitais, democratizando o acesso de pesquisadores, empresas e órgãos públicos ao acervo de mapas e publicações geográficas do Instituto. Em 2019, foi nomeado Diretor de Informática e Presidente da Comissão Operacional do Censo Demográfico. Faleceu em 29 de abril de 2020, no Rio de Janeiro.



Domingos Elias Schanoski nasceu em Curitiba, Estado do Paraná, no dia 25 de dezembro de 1940. Ingressou no IBGE, na Agência de Jundiá, no Estado de São Paulo, em 30 de março de 1964, inicialmente como auxiliar de coleta, passando, em 1966, para agente recebedor do imposto sobre diversões (Selo de Estatística), seu primeiro cargo com função gratificada. Durante a sua trajetória na Instituição, participou dos censos realizados entre 1970 e 2000, destacando dessa vivência a logística do Censo 1970. No Estado de São Paulo, exerceu o cargo de Chefe da Agência Jundiá, Diadema, Batatais e Agências da Capital, além de chefiar as Divisões de Coleta e, de Pesquisas. Aposentou-se, em 1997, continuando com cargo comissionado de Assessor do Delegado do IBGE no Estado de São Paulo até 2003.



Dora de Almeida Toscano nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1940. Economista, ingressou no IBGE em 1962 como codificadora do Censo Demográfico 1960. Entre 1967 e 1970, graduou-se também em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, especializando-se em Demografia no Bureau of the Census. Ocupou diversas funções no IBGE, acompanhando as transformações técnicas ocorridas nos censos demográficos 1960, 1970 e 1980. Na década de 1980 chefiou o Departamento do Censo Demográfico. Aposentou-se em 1991.



Edmund Massadar nasceu em Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo, em 9 de julho de 1929. Estatístico, e licenciado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, ingressou no IBGE através do Censo Demográfico 1950. Foi Assessor do Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, ocupou ainda, as funções de Diretor de Benefícios da Sociedade Ibeana de Assistência e Seguridade - SIAS; Assistente do Superintendente de Recursos Humanos; e Chefe do Departamento de Treinamento da Diretoria de Aperfeiçoamento e Formação de Pessoal. Como professor de língua portuguesa, contribuiu para a elaboração de diversos documentos, entre eles o relatório que resultou na aquisição dos computadores para o Censo Demográfico 1970, e para os Anais da Primeira Conferência Nacional de Estatística - CONFEST. Aposentou-se no IBGE, em 1987.



Eduardo Augusto Guimarães nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1946. Graduado em Engenharia Civil e Economia, pela Universidade Federal Fluminense - UFF; Mestre em Engenharia de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e Doutor em Economia pela University College London - UCL. No IBGE, durante o período de implantação da Nova República, ocupou os cargos de Diretor de Pesquisas (1986-1987); e Diretor-Geral (1987-1988). Participou das discussões sobre o processo de substituição dos Censos Econômicos por estatísticas anuais de base cadastral e da reforma administrativa, que incluiu a fusão de diretorias, a revisão do programa de pesquisa, a reestruturação da Rede de Coleta e a criação do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI. O forte movimento sindical ocorrido durante o período em que presidiu o IBGE (1990-1992), expressou a insatisfação dos servidores públicos com a política do Estado Mínimo, a que se acresceram reivindicações gerais e específicas do funcionalismo, conjuntura que o levaram a lidar com demissões, disponibilidades e greves durante sua permanência no cargo de dirigente do Instituto. Apesar da intensa luta para a realização do Censo Demográfico na data-base prevista, o IBGE só conseguiu realizar a operação censitária, em 1991, interrompendo, com isso, a periodicidade histórica da pesquisa. Logo após afastar-se da Presidência do IBGE, exerceu, entre outros, os cargos de Secretário do Tesouro Nacional, Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA e Presidente do Banco do Brasil.



Elder de Oliveira Costa nasceu em Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, em 23 de outubro de 1951. Graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, em 1975; e pós-graduado em Elaboração, Análise e Acompanhamento de Projetos Agrícolas. Ingressou no IBGE em 1979, trabalhando na Delegacia Regional de Estatística do Acre, tornando-se Delegado-Substituto. Em 1989, transferido para Alagoas, assumiu a Coordenação de Pesquisas Agropecuárias. Ainda nesse Estado, foi Subgerente de Pesquisas Econômicas; Gerente de Pesquisas; e Delegado-Substituto. Em 1995, já no Rio Grande do Norte, chefiou a Divisão de Pesquisas e, posteriormente, a Unidade Estadual. Em 2009, afastou-se do cargo. Na data da entrevista, coordenava as atividades de pesquisas agropecuárias.



Elenice Cristaldo Cano nasceu em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de setembro de 1982. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; e Mestra em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Ingressou no IBGE em 2006, integrando a equipe da Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações - SDI, da Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul. No Censo 2010 coordenou o treinamento do pessoal censitário e participou da coleta em domicílios fechados no Município de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul. Na data da entrevista, ocupava a função de substituta da supervisora da SDI, na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul.



Elson dos Santos Mattos nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1925. Administrador, trabalhou no IBGE entre 1941 e 1987 desenvolvendo atividades nas áreas de Recursos Humanos, Orçamento e Gestão Pública. Exerceu as funções de Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento; Superintendente de Recursos Humanos; e Gestor de Orçamento dos Censos Demográficos. Coordenou o Setor de Automação na reforma do Ministério da Fazenda, participou da criação e implantação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, sendo o primeiro presidente desta empresa pública. Na data da entrevista era consultor de orçamento dos censos demográficos. Faleceu em 16 de julho de 2013, no Rio de Janeiro.



Eurico de Andrade Neves Borba nasceu em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, em 13 de outubro de 1940. Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, onde atuou sucessivamente, de 1966 a 1970, como Professor; Diretor do Departamento de Economia; Vice-Decano e Decano (Interino) do Centro de Ciências Sociais; e como Vice-Reitor. Em 1963, iniciou sua vida profissional no Banco Lar Brasileiro, chegando ao cargo de Assistente da Vice-Presidência de Planejamento (1963 -1964). Foi Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF do Ministério da Fazenda (1979 -1980); Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Educação e Cultura (1985 -1987); entre outras atividades. Na administração do Presidente do IBGE Isaac Kerstenetzky (1970 -1979), ocupou os cargos de Chefe de Gabinete da Presidência (1970 -1973); e desde então Diretor-Geral, até final de agosto de 1979. Após 12 anos de sua saída do IBGE, retornou ao Instituto e assumiu a Presidência em março de 1992, onde permaneceu por 15 meses. Teve efetiva participação no planejamento e realização do Censo Demográfico 1970. Na sua gestão como Presidente do IBGE, enfrentou dificuldades resultantes de um movimento sindical atuante e de um governo que negava grande parte das reivindicações feitas. Conferencista sobre problemas econômicos e sociais, há mais de 20 anos vem escrevendo artigos para os principais jornais do Rio de Janeiro e Brasília. Na data da entrevista, residia em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.



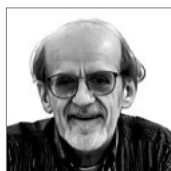
Fatmato Ezzahrá Schabib Hany nasceu em Cochabamba, na Bolívia, em 23 de fevereiro de 1957. Chegou ao Brasil em 1964, tendo passado pelo Líbano. Viveu em Corumbá até a divisão do Estado de Mato Grosso, quando foi para a Capital, Campo Grande. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Campo Grande; e em Administração Rural pela Universidade Federal de Campo Grande. É pós-graduada em Análise de Sistemas; e Mestra em Pesquisa Social, pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Em 1978 participou da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD em Corumbá, ingressando no IBGE em 1980 como secretária do Chefe da Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi Coordenadora do Setor de Estatísticas Agropecuárias nesta Unidade Estadual até ser convidada para o Departamento de Agropecuária - DEAGRO, no Rio de Janeiro. Durante dois anos chefiou a Divisão de Pesquisas Contínuas do DEAGRO, retornando em 1991 a Mato Grosso do Sul para assumir a Chefia da Unidade Estadual, onde permaneceu até 2002, saindo para cursar o mestrado. Na data da entrevista, encontrava-se lotada na Diretoria de Pesquisas - DPE, no Rio de Janeiro.



Francisco Otávio Cunha Pires nasceu no antigo Belém do Machado, desmembrado de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 23 de setembro de 1942. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Ceará - UFC, ingressou no IBGE em 1973 como substituto do Delegado no Maranhão. Participou do Projeto Grupo de Coordenação de Estágios - GCE e executou trabalhos do IBGE com a ajuda de mapas da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM. Foi nomeado coordenador técnico dos Censos Econômicos 1975 e, Coordenador do Censo Agropecuário 1980 e 1985. Transferido para o Ceará como Chefe do Serviço de Administração da Delegacia desse Estado, atuou como representante do Nordeste na formulação dos questionários e manuais do censo. Na data da entrevista, trabalhava como Coordenador do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Ceará - GCEA/CE. Faleceu em 1º de novembro de 2024.



Francisco Sales Carvalho nasceu em Aracati, Estado do Ceará, em 29 de novembro de 1927. Estatístico provisionado, trabalhou no IBGE entre 1946 e 1987. No Censo Demográfico 1950 coordenou a Rede de Coleta em Fortaleza e exerceu, também, a Chefia da Unidade Estadual do Ceará na década de 1970. Participou do treinamento de equipes para a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF e da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF. Faleceu em 2007, em Fortaleza, Estado do Ceará.



Gilberto Scheid nasceu em Luzerna, Estado de Santa Catarina, em 1º de julho de 1944. Graduado em Filosofia; Teologia; e Administração de Empresas, trabalhou no IBGE de 1972 a 1997, continuando como contratado até 1999. Suas principais atividades estiveram ligadas à Gráfica, tendo sido Superintendente do Serviço Gráfico. Como consultor do Censo Demográfico 2000, supervisionou a qualidade de impressão dos 82 milhões de questionários que pela primeira vez seriam impressos fora do IBGE. Faleceu em 17 de novembro de 2024.



Gustavo Pedro da Silva Costa nasceu em Recife, Estado de Pernambuco, em 6 de fevereiro de 1928. Foi recenseador no Censo Demográfico 1950, ingressando no IBGE, por concurso público, em 1951 na antiga Inspetoria Regional de Pernambuco. Chefiou a Seção Econômica e Financeira e de Fiscalização do Imposto, organismo responsável pela arrecadação do Selo de Estatística e, a Divisão Regional de Administração Nordeste II. Afastou-se de suas funções em 1985, retornando em 1990. Aposentou-se em 1994. Faleceu em 30 de março de 2018.



José Augusto Aguiar nasceu em Cariré, Estado do Ceará, em 23 de agosto de 1926. Estatístico, trabalhou entre 1947 e 1987 na Unidade Estadual do Ceará, onde ocupou as Chefias do Serviço de Coleta e da Seção de Estatísticas Básicas, chegando a exercer a função de Delegado substituto. Participou de levantamentos estatísticos e acompanhou o processo de reestruturação da Rede de Coleta no seu Estado. Faleceu em 5 de abril de 2004, em Fortaleza, Estado do Ceará.



José Guilherme Almeida dos Reis nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1955. Bacharel e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, ingressou no serviço público em 1979, alternando entre o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA até 1992, quando transferiu-se para o Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria - CNI. No segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) ocupou os cargos de Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. No IBGE sua trajetória esteve ligada a área econômica, como responsável pelos indicadores e Assessor-Chefe da Diretoria de Economia. Contemporâneo de um período marcante no IBGE, conviveu durante a década de 1980 e o início dos anos 1990 com as ingerências políticas do governo, o trauma da disponibilidade de servidores, a ascensão do movimento sindical que culminou em greves, demissões e na intervenção federal do IBGE. Exonerou-se em 1994 e, na data da entrevista dedicava-se ao Magistério e ao trabalho de consultoria.



Luiz Nery da Costa nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1930. Graduado em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, ingressou no IBGE em 1960. Em sua experiência profissional aprofundou-se no estudo do processo de amostragem utilizando-o, sobretudo, nas pesquisas de avaliação da qualidade dos censos demográficos e econômicos, colaborando para o aperfeiçoamento das estatísticas produzidas no IBGE. Chefiou o Setor Especial de Amostragem, a Divisão de Amostragem do Departamento de Contas Nacionais - DECNA, dirigiu o Departamento de Estatísticas Industriais, Comerciais e dos Serviços - DICOM, e ainda a Superintendência de Estatísticas Industriais, Comerciais e dos Serviços - SUICOM. Aposentou-se em 1991. Faleceu em 6 de janeiro de 2016.



Manoel Antônio Soares da Cunha nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1928. Estatístico, ingressou no IBGE em 1950, desenvolvendo diferentes atividades na área de levantamentos agropecuários. Chefiou o Departamento de Agropecuária, a Superintendência de Estatísticas Agropecuárias e coordenou o Censo Agropecuário 1985. Aposentou-se em 1992. Em fevereiro desse mesmo ano, na gestão Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992), o Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, lhe prestou homenagem atribuindo seu nome à Sala então ocupada pela Memória Institucional. Sempre presente no IBGE, continuou prestando assessoria a diversos projetos que reconstituem a história da Instituição. Também manteve atuação na defesa dos interesses dos servidores aposentados, sendo um dos fundadores do Departamento de Aposentados e Pensionistas - DAP do IBGE. Faleceu em 10 de janeiro de 2019, no Rio de Janeiro.



Marco Antônio dos Santos Alexandre nasceu no Rio de Janeiro, em 1º de agosto de 1953. Técnico e bacharel em Estatística pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, com Pós-Graduação em Gestão Estratégica e Qualidade pela Universidade Cândido Mendes. Ingressou no IBGE em fevereiro de 1972, no Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares - GEPD, da Diretoria de Pesquisas - DPE para trabalhar na apuração (codificação e crítica) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1971. Em abril do mesmo ano, foi efetivado e permaneceu no departamento responsável pelas pesquisas domiciliares por amostragem até 1989. Atuou especialmente nas áreas de planejamento e apuração, exercendo cargos entre os quais o de gerente da PNAD. Participou na implantação da Pesquisa Mensal de Emprego - PME, nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Foi transferido em 1989 para o Departamento de Estatísticas de População e Indicadores Sociais, colaborou em estudos e análises com os dados dos censos demográficos e da PNAD e, também, com a equipe que conduziu o projeto da Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV. Em fins de 1995, assumiu a Gerência da Contagem da População 1996, permanecendo na área de população e indicadores sociais até 1998, quando assumiu na DPE, a Coordenação Técnica do Censo Demográfico - CTD, chefiando os censos demográficos 2000 e 2010 e a Contagem da População 2007. Aposentou-se em 1º de fevereiro de 2014.



Maria Aparecida Gomes de Moura nasceu em Campinas, Estado de São Paulo, em 5 de dezembro de 1922. Bibliotecária, ingressou no IBGE em 1946 na Inspetoria Regional de São Paulo, no Setor de Estatística. Em 1949, foi transferida para o Serviço de Estatística do Rio de Janeiro, Sede do IBGE. Em 1950, passou a participar da preparação do Recenseamento de 1950, na Praia Vermelha, na Cidade do Rio de Janeiro. Vivenciou, também, a famosa crise da Estatística de 1952 e suas consequências, na gestão Polli Coelho (1951-1952). Convidada por Waldemar Freire Lopes (1911-2006), teve a oportunidade de reorganizar e chefiar a Biblioteca da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística - CNE, no período de 1953 a 1961. Ao longo de sua trajetória, ocupou, ainda, o cargo de Chefe do Setor de Documentação da Delegacia de Estatística em São Paulo (1975), além de coordenar os trabalhos preparatórios para o IX Recenseamento Geral de 1980. Aposentou-se em 1983. Faleceu em 28 de fevereiro de 2012, em São Paulo.



Maria Beatriz Pontes de Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1941. Bibliotecária originária do Conselho Nacional de Pesquisa, trabalhou no IBGE de 1979 a 1990. Na condição de Superintendente da Biblioteca Central - BICEN, acompanhou as transformações ocorridas na sua área nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo no que diz respeito ao seu processo de informatização. Participou ainda da estruturação do Projeto Memória e da Exposição do Cinquentenário do IBGE, bem como das discussões sobre a Reforma Administrativa que gerou a proposta de criação do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI.



Maria das Graças de Oliveira Nascimento nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1948. Ingressou na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE no curso ginásial, passou pelo técnico e graduou-se em Estatística em 1971. Mestre em Engenharia de Produção, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro COPPE-UFRJ. Estagiou no Departamento de Indústria e Comércio, da Superintendência de Estatísticas Primárias - SUESP e, posteriormente, no Departamento de Geografia - DEGEO, onde teve a oportunidade, ao lado do Professor Speridião Faissol, de participar do grupo de implantação da Geografia Quantitativa no IBGE. Em 1976, quando retorna do mestrado, vai para a assessoria da Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos. Convidada por Marco Antônio Aguiar, transfere-se para a Divisão de Técnica de Levantamento, da Diretoria Técnica, para coordenar o Projeto de Agregado de Setores, assumindo, logo depois, a chefia. Na Divisão de Apoio

Operacional, divisão voltada para a Rede de Coleta, inicia seus primeiros estudos sobre a história do IBGE. Convidada por Dilson Santana para trabalhar na Coordenação de Planejamento da Presidência da Instituição, participa do processo de descentralização que se iniciava no País. Nesse momento, desenvolve o projeto de criação, junto à Biblioteca Central - BICEN, de um núcleo de Memória que se torna institucional com a Exposição Comemorativa do Cinquentenário. Aposentou-se em 1996, como professora do Departamento de Ciências Sociais da ENCE.



Maria Vilma Salles Garcia nasceu em Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, em 30 de dezembro de 1954. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, com Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Ingressou no IBGE em 1975 como pesquisadora do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. Exerceu os cargos de Assessora de Planejamento e substituta do Delegado Estadual de São Paulo; Assessora da Presidência do IBGE; Diretora de Benefícios da Sociedade Ibgéana de Assistência e Seguridade - SIAS; Assessora da Coordenação do Censo Demográfico - CCD; e o cargo de Coordenadora na Coordenação Operacional dos Censos - COC, de 1996 a 2022, quando se aposentou.



Mauro Pereira de Mello nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1947. Graduado em Engenharia Cartográfica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; e Mestre em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Ingressou no IBGE, em 1968, como estagiário do Departamento de Geografia, saindo em 1970 para cursar a pós-graduação na área de Geodésia. Contratado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, inicialmente como bolsista e depois como pesquisador, participou dos primeiros estudos sobre aproveitamento de imagens do sistema de sensores Landsat. Retornou ao IBGE em 1973, sendo lotado na 4ª Divisão de Levantamentos Geodésicos, da então Superintendência de Geodésia e Cartografia, permanecendo até 1997. Exerceu os cargos de Superintendente de Geodésia; Diretor de Geodésia e Cartografia; e Diretor de Geociências, além de Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR. Participou do processo de transferência do Projeto RADAMBRASIL para a Secretaria de Planejamento, até sua absorção pelo IBGE. No período de 1980 a 1994 representou o Brasil na Comissão de Cartografia do Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH, da Organização dos Estados Americanos - OEA (Organization of

American States - OAS), tendo sido Vice-Presidente e Presidente da Seção Nacional do Instituto. Enriquecem, ainda, sua trajetória profissional experiências como o Projeto Nossa Natureza envolvendo Carajás, Terra Sul no Mato Grosso do Sul, cujos resultados deram condições à proposta de diagnósticos sobre o binômio natureza e sociedade, sob uma ótica geográfica, que passou a nortear projetos voltados para a gestão territorial e o desenvolvimento de políticas ambientais. Na área acadêmica, atuou como professor no período de 1997 a 2003, nos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Ambiental e Gestão do Território, e no de Mestrado em Produção e Análise da Informação Geográfica, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Em 2014, ainda lecionava na Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, trabalhando, principalmente, com os temas Cartografia, Sistemas de Informação Geográfica, Geodésia, Fotogrametria e Metrologia Cartográfica.



Miriam Mattos da Silva Barbuda nasceu no Rio de Janeiro, em 17 de março de 1954. Graduada em Engenharia Cartográfica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; e Mestre em Engenharia de Computação. Ingressou no IBGE em 21 de janeiro de 2002 no cargo de Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas, nomeação em caráter efetivo. Na Diretoria de Geociências - DGC atuou como gestora do Sistema de Mapeamento Municipal - SISCART, voltada para a criação de Mapas Municipais através da utilização de arquivos vetoriais e raster do mapeamento topográfico brasileiro. Participou da produção de Bases Cartográficas em formato raster e/ou vetor para o Mapeamento Municipal e do Censo Agropecuário e, da Consolidação e Disseminação da Malha Municipal e Malha Censitária Rural do Brasil. Exerceu o cargo de Coordenadora na Coordenação de Estruturas Territoriais - CETE. Colaborou com a integração das malhas digitais urbanas e rurais, visando o Planejamento da Base Territorial do Censo Demográfico 2010, integrada ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Coordenou as atividades voltadas à identificação, construção, manutenção e controle das estruturas territoriais brasileiras institucionalizadas e seus respectivos cadastros para dar suporte às pesquisas do IBGE, tanto em seu aspecto de produção como da divulgação de dados estatísticos. Na data da entrevista ocupava o cargo de Assessora Titular e Diretora Substituta da Diretoria de Geociências - DGC.



Ozélio Correia de Azevedo nasceu em Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, em 3 de abril de 1948. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, ingressou no IBGE para trabalhar no Censo Demográfico 1970. Ainda na década de 1970, teve a oportunidade de participar do Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF. Supervisionou censos demográficos, pecuários e econômicos, além de ter coordenado a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, no Rio Grande do Norte. Aposentou-se em abril de 1994. Na data da entrevista fazia parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística - ASSIBGE-SN, sendo um dos membros do Conselho Fiscal e Coordenador do Núcleo do Rio Grande do Norte.

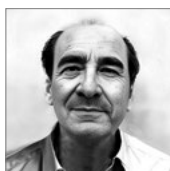


Roberto Lobato Azevedo Corrêa nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1939. Bacharel e licenciado em Geografia pela antiga Universidade do Brasil (1961); Mestre em Geografia Urbana pela Universidade de Chicago (1974); e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1999). Especializou-se ainda em Geografia Regional pela Universidade de Estrasburgo (1965). Ingressou no IBGE, como estagiário, em 1959, no Departamento de Geografia, onde permaneceu até aposentar-se, em 1993. A década de 1970 marca o encontro de Lobato com a Geografia Quantitativa e com a Geografia Crítica, esta última a partir de sua permanência em Chicago, onde fez o curso sobre a História do Pensamento Geográfico. A Geografia Crítica abriu-lhe novos horizontes. Participou, então, do movimento de renovação da Geografia brasileira, com início em 1978, durante o Encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB, em Fortaleza. No início da década de 1990, a Geografia Cultural tornou-se seu principal objeto de estudo. Ingressou, em 1995, na UFRJ, para participar de projetos de pesquisa no Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências, e lecionar no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Constam do seu currículo inúmeras orientações de teses de doutorado e mestrado, uma vasta produção científica e participações em simpósios e congressos. Na data da entrevista, exercia a função de Professor Adjunto na UFRJ.

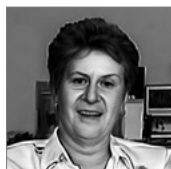


Roberto Schmidt de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1946. Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (1971), com mestrado (1982) e doutorado (2000), ambos em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Foi professor contratado no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, entre 2004 e 2008. Ingressou no IBGE como estagiário, em março de 1970, quan-

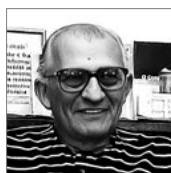
do teve contato com a nova Geografia ou Geografia Quantitativa, sendo efetivado em julho de 1973. No IBGE, ocupou, entre outros, os cargos de Chefe da Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Geografia da Superintendência de Estudos Geográficos e Socioeconômicos da Diretoria Técnica (1983-1984); Chefe do Serviço de Assessoramento do Departamento de Geografia da Diretoria de Geociências - DGC (1991-1995); e Pesquisador Titular da Equipe de Memória Institucional do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI (1999-2003), além de importante participação em grupos de trabalhos temáticos, assessoramento de comissões técnicas, grupos de pesquisa, e em trabalhos de campo. Possui vasta produção bibliográfica, como artigos, trabalhos e livros publicados, que traduzem sua comprovada experiência na área geográfica, com ênfase em Geografia Urbana. Sua trajetória é também marcada por relevantes apresentações em congressos e encontros científicos. Aposentou-se pelo IBGE, em março de 2003.



Trento Natali Filho nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 9 de fevereiro de 1952. Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1972-1975), e pós-graduado em Docência Superior pelo Instituto Superior de Estudos Pedagógicos da Faculdade Béthencourt da Silva - FABES (2000), especializou-se em fotointerpretação, sensoriamento remoto, uso da terra e geomorfologia pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA, de Minas Gerais. Em 1975, foi contratado pelo Ministério das Minas e Energia para o Projeto RADAMBRASIL, em Belém, e exerceu, também, o cargo de Diretor da Divisão de Geomorfologia (1976-1986). Nesse período, teve a oportunidade de conhecer a região amazônica, através da realização de trabalhos de campo, além de participar na elaboração de metodologia específica e inédita, que utilizava imagem de radar para o mapeamento do relevo da região amazônica. Ingressou no IBGE, em março de 1986, sendo lotado na Superintendência de Recursos Naturais - SUPREN, da Diretoria de Geociências - DGC e logo assumiu a Divisão de Geomorfologia (1986). Sua trajetória, no IBGE, registra significativas atuações, chefiando a Divisão de Estudos Ambientais (1987), a Divisão de Planejamento e Estudos Metodológicos (1987 e 1988), a Divisão de Recursos Naturais (1989-1993), e como Diretor da DGC (1996-2000). Representou o IBGE na Comissão de Meio Ambiente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (1992), e foi o Coordenador técnico do Projeto do Banco de Dados Georreferenciados da Amazônia Legal (contrato IBGE/SIVAM 1997-2000), entre outras contribuições. Tem inúmeros trabalhos publicados voltados, principalmente, para a área de Recursos Naturais e Levantamentos Geomorfológicos. Aposentou-se em 29 de junho de 2012.



Valéria da Motta Leite nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1944. Estatística formada pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, ingressou no IBGE em 1968, completando sua formação ao cursar Mestrado em Demografia na University of Pennsylvania. Sempre identificada com a área de população, trabalhou de forma alternada ou simultânea nas estatísticas primárias e derivadas, quando ocupou a Chefia do Departamento de Estudos de População - DESPO, dirigiu a Superintendência de Estatísticas Primárias - SUESP e a Diretoria de População e Social - DPS. Coordenou o Censo Demográfico 1991, aposentando-se em 1993. Faleceu em 2017.



Vinícius Fonseca nasceu em Guarabira, Estado de Pernambuco em 1923. Estatístico, trabalhou entre 1951 e 1964 desenvolvendo atividades como jornalista do Serviço Nacional de Recenseamento e Assessor da Coordenação do Censo Demográfico 1960. Acompanhou as discussões sobre a estrutura do IBGE, os problemas do Sistema Estatístico Nacional - SEN, e a necessidade de reformulação da natureza das estatísticas produzidas no País. Participou da estruturação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, de onde saiu para a Presidência da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Faleceu em 25 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro.



Planejamento operacional

O planejamento operacional do Censo Demográfico é uma etapa essencial que permite que uma atividade tão complexa, que envolve a visita a todos os domicílios do Território Nacional, possa ser realizada com eficiência. Essa etapa envolve a definição não só das estruturas física, tecnológica e gerencial, incluindo o treinamento dos entrevistadores, como também da logística para a coleta de dados, entre outras atividades.

Uma das primeiras ações desse planejamento é a avaliação do censo anterior, identificando-se o que foi bem-sucedido e o que precisa ser melhorado. É possível verificar, por exemplo, se as estruturas física, tecnológica e gerencial utilizadas na operação pregressa foram adequadas, se o treinamento dos entrevistadores foi eficiente, se houve problemas na divulgação dos dados e na logística, entre outros aspectos. A partir dessa avaliação, é possível identificar, também, os pontos fortes e fracos do censo anterior e traçar um plano de ação para aprimorar a realização do próximo levantamento. É importante destacar que um dos tópicos mais críticos do planejamento operacional de um Censo Demográfico é a sua administração financeira, que deve ser bem-estruturada e contemplar não só a previsão e o controle do orçamento da operação, como também a sua prestação de contas.

A estrutura física é um aspecto crucial, pois a realização de um Censo Demográfico requer a instalação de Postos de Coleta para abrigar equipes de trabalho distribuídas em todo o Território Nacional, dimensionadas de acordo com a concentração da população e as características locais, com equipamentos, meios de comunicação e materiais diversos, em quantidade suficiente, em todos os Municípios. A estrutura tecnológica deve suportar toda a

operação, levando-se em conta quesitos de segurança, disponibilidade, balanceamento de carga de trabalho e outros tantos relevantes para um projeto desse porte. A estrutura gerencial, por sua vez, deve definir, com antecedência, a quantidade de pessoal necessária às várias etapas do levantamento, desde a coleta e a apuração dos dados até a análise e a divulgação dos resultados, mediante a contratação de expressivos contingentes de trabalhadores temporários.

A logística para a coleta de dados também é um ponto importante, pois é preciso garantir que todos os Municípios recebam os recursos necessários para que os seus domicílios sejam recenseados. A Base Territorial deve ser bem-definida, e os entrevistadores devem dispor de materiais e equipamentos para identificar, corretamente, os locais de coleta de dados. A mobilização da população é um outro ponto crítico, pois é essencial que a sociedade esteja ciente da existência da pesquisa e do seu papel de receber o recenseador e de responder, adequadamente, as perguntas do questionário.

Assim, o planejamento operacional do Censo Demográfico é fundamental para que os dados coletados sejam precisos e confiáveis, razão pela qual deve ser um processo longo e minucioso, abrangendo aspectos técnicos, tecnológicos, administrativos e logísticos. Devido ao tamanho e à heterogeneidade do território e de sua ocupação, a preparação da operação censitária é uma tarefa que exige cerca de três anos de organização detalhada, prolongando-se por ao menos mais dois, quando são executadas as etapas de apuração dos dados, análise e divulgação dos resultados. A base desse planejamento é a experiência adquirida em censos anteriores, buscando-se incorporar os avanços tecnológicos que possam melhorar a qualidade da coleta e otimizar os demais processos de trabalho.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

Ainda não sei qual é forma ideal de se fazer um censo e costumo brincar, dizendo que conheço seis maneiras de como não se deve fazer, o que pude aprender após vivenciar diversos inconvenientes e imprevistos. Porém, a informação mais importante é que não podemos fugir do que foi implementado em 1940 por José Carneiro Felipe, então Diretor de Recenseamento. O programa do Censo 1940 é uma operação básica para todos os censos, inclusive na parte logística. Esse Censo 1940 foi minuciosamente estudado, trabalhado, por uma equipe comandada pelo José Carneiro Felipe, que era um cientista. Participaram diversas pessoas que já trabalhavam em estatísticas, algumas tinham experiência em ciências, outras com um programa do Instituto Internacional de Estatística [International Statistical Institute - ISI, com sede em Bruxelas] um programa dos mais sérios e que vigorou até 1940.



*A grandiosidade espetacular
do Recenseamento de 1940*

Para realizar os Sete Censos Gerais de 1.º de setembro de 1940, o Serviço Nacional de Recenseamento fará

- 4.500.000.000 de perguntas, distribuindo para isso
- 22.500.000 formulários, por intermédio de
- 45.000 agentes recenseadores, a um número de pessoas estimado em
- 45.000.000, composto
- 9.000.000 de famílias, espalhadas pelos
- 8.500.000 quilômetros quadrados do território nacional, ocupando
- 9.000.000 de domicílios e trabalhando em
- 2.000.000 de imóveis rurais (fazendas e sítios),
- 300.000 estabelecimentos comerciais,
- 80.000 estabelecimentos de prestação de serviço,
- 60.000 estabelecimentos industriais, assim como em

milhares de outros centros de atividade — escolas, hospitais, estações ferroviárias, portos, repartições públicas, usinas elétricas, emprêtas de transporte urbano, hotéis, cinemas, etc., etc.

—

A COLETA DE INFORMAÇÕES PARA OS CENSOS É UMA COLHEITA DE BENEFÍCIOS PARA TODOS.

(Divisão de Publicidade do S. N. P.)

Cartazes de divulgação do Censo Demográfico 1940

Os censos foram planejados nesse período. Altamente planejados e sofisticados, tendo sido pensada, inclusive, a quantidade de equipamentos necessários à apuração: 14 holerites e tudo mais. Infelizmente, aquele censo só não contava com a guerra. O equipamento que viria para o Brasil não chegou e o pouco que foi encaminhado estava em um navio que foi torpedeado. Então, houve imensas dificuldades na apuração do Censo 1940 e os resultados e a divulgação foram muito retardados. Mas restou a base formulada para esse censo, a estrutura e a logística empregada em sua realização, elementos que valeram e muito a pena, sendo seguidos até hoje. Logicamente que existem algumas variantes e observações no intuito de se acompanhar a modernidade, as novas tecnologias etc.

Para o planejamento referente ao Brasil, era crucial naquele período levar em consideração a guerra. Era preciso fazer um reconhecimento do Brasil rapidamente, para que fosse possível elaborar uma estrutura econômica para o Brasil e uma logística voltada para a guerra. É interessante lembrar que durante a guerra nós não tivemos falta de abastecimento de elementos como: carne, açúcar, gasolina e outros. Então, quais foram os dados utilizados para realizar esse racionamento, para a distribuição de cotas de açúcar e carne por família? Com os dados do recenseamento evidentemente. Alguns dizem isso com dúvida, eu posso afirmar com certeza de que até para recrutamento foram usados dados do censo.

O Censo 1940 abarcou muito da experiência do Censo 1920, que foi comandado por José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho — patrono da Estatística brasileira, eleito por meio de decisão da Junta da Assembleia Geral de Estatística, que comandou o censo numa época terrível. A década de 1920 sofreu um grande atraso em termos de comunicação, inclusive, eu aconselho, a quem puder, que leia os volumes desse censo, principalmente o agropecuário e um outro volume que trata da logística do censo e distribuição de material, para que se perceba as dificuldades. Sobre esse mesmo assunto, existe um livro do [Mário Augusto] Teixeira de Freitas chamado *O recenseamento de 1920 em Minas Gerais*⁴, que é uma espécie de registro das dificuldades dos órgãos estaduais e uma aula de como executar o censo, que ele descreve como sendo uma operação muito complexa. O autor também pontua que o responsável pelo Município para receber seu salário teria que entregar um mapa, devidamente enriquecido com todos os acidentes e todas as coisas que a Directoria-Geral de Estatística [DGE] pudesse colocar no mapa. Para mim, tal informação foi uma novidade, quer dizer, foi a primeira vez que eu tomei conhecimento dessa ocorrência de maneira correta.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a publicação: O RECENSEAMENTO de 1920 em Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. 32 f. (Documentos censitários. Série B, n. 2). Relatório apresentado a José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, Diretor-Geral de Estatística, pelo Delegado-Geral no Estado de Minas, Mário Augusto Teixeira de Freitas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv84408.pdf>. Acesso em: dez. 2023.



Caixas contendo material para
Censo Demográfico 1940

Para 1940, foram aproveitadas essas experiências, as falhas, deficiências e defeitos anotados em 1920. Todos esses pontos foram ajustados pela Comissão Censitária Nacional, em um planejamento adequado de todos os censos, principalmente da parte logística da coisa. Foi pela primeira vez que se pensou corretamente como deveria ser remetido o material. O material foi remetido em caixas de pinho devidamente fabricadas para o censo, com identificação específica, bastava virar a tampa e havia a identificação do local para onde deveria ser remetido de volta, o Serviço Nacional de Recenseamento [SNR], do Rio de Janeiro. O número de caixas a serem utilizadas foi definido antecipadamente, assim como o número de questionários, recenseadores, questões de diárias, a logística de despesas a serem efetuadas, velocidade de pagamento, de coleta, tudo isso.

O planejamento dessas questões em meio a um Brasil deficiente em transporte e comunicação tornava o trabalho muito difícil de resolver, com questões difíceis de prever, muitos ajustes tiveram que ser feitos ao longo do tempo, porém isso não impediu a estruturação. O material veio para o Rio de Janeiro, foi trabalhado, codificado, perfurado, tabulado, entretanto, as deficiências financeiras, deficiências de pessoal e principalmente as de equipamento levaram a um grande atraso na divulgação dos resultados, mas não a ponto de invalidar o Censo 1940.

O Censo 1950 seguiu a mesma linha de planejamento que seguiu o Censo 1940, com a mesma logística de quantificação de tudo, e aí o IBGE já tinha uma

Gráfica, aí o IBGE já tinha o selo de expedição, já tinha tudo, aí vai ficar mais fácil ao IBGE quantificar o número de questionários. Já existiam instaladas todas as Agências de Estatística, que em 1940 não existiam Agências de Estatística, era Estatística Municipal, eram os Delegados Municipais de Estatística nomeados. Já em 1950 não, já era o agente municipal de estatística, funcionário do IBGE, então, já havia uma outra estrutura que facilitou desde a confecção do mapa, da revisão dos Mapas Municipais de Estatística e suas alterações legais. O desmembramento das ações do Município e outras criações de Distritos e tudo mais.

O Censo 1950 fugiu da data de coleta, da data de referência, pois todos os censos do Brasil eram em 1º de setembro. Foi uma experiência em termos de redução de custos e melhoria da qualidade dos recenseadores. Em vista disso, foi pensado que, fazendo o censo nas férias escolares, se conseguiria recenseadores com melhor qualificação e o censo ficaria melhor, o que não foi verdade, porque estudante não é bom recenseador, quando ele tem que voltar para escola, abandona tudo.

[...] se eu não me engano, no de 1940, tinha um documento que o agente municipal... que o Delegado Municipal censitário preenchia para fazer um cadastro e em 1950 se tornou oficial, quer dizer, era obrigado a fazer pré-censo, o nome que ficou depois era um cadastro, um cadastro urbano e cadastro rural. Se circulava uns quarteirões contando o número de unidades domiciliares que tinha em cada quarteirão. Isso servia não só para dividir os Setores [Censitários], como para verificar a qualidade da cobertura, quer dizer, se o recenseador encontrou coisas a mais ou coisas a menos, aquilo ia ser verificado, ia se ver pelo cadastro se ele deixou alguma propriedade, alguma coisa, de ser recenseado ou se ele recenseou coisas que não estavam no cadastro. Isso até retardou a coleta, mas evitou muitas omissões ou evitou muita falta, principalmente em zonas urbanas, duplicação de domicílios, omissão de domicílios, então, foi um trabalho muito bem-feito, delimitou muito corretamente o número de recenseadores, tanto que no Rio de Janeiro, nos dias 4 e 11 de julho, como eu falei antecipadamente, quando foi feita a prova para recenseadores e para pessoal censitário e para procurador já se sabia corretamente o número de recenseadores que eram necessários, o número de auxiliares censitários necessários e o número de procuradores que seria necessário, estava tudo estabelecido. O equipamento já estava comprado, já estava instalado, estava tudo muito bem.

Então, as sessões já estavam equipadas, já estava tudo perfeitamente [...] era uma continuidade do de 1940, com ampliação. Então, a logística funcionou corretamente, o planejamento, a contratação de pessoal eventual na área de processamento de dados, as equipes do IBGE eram pequenas, na época do censo, precisava agregar gente. Então, o maior fornecedor na área de processamento de dados na época chamava-se apuração mecânica, eram fornecidos pelo IRB [Instituto de Resseguros do Brasil] a maior parte do pessoal que trabalhava no IRB, também trabalhava no



Jeep da Prefeitura Municipal de Recife (Pernambuco) promovendo o emplacamento de ruas e domicílios para o Censo Demográfico 1950

IBGE e muitos da própria IBM [International Business Machines Corporation] também trabalhavam no IBGE. Então, a logística era feita dessa maneira e possibilitava atrair pessoas de outras áreas, porque eram turnos de seis horas de trabalho, facilitava. Porque naquela época havia turnos de trabalho, você trabalhava de manhã e trabalhava de tarde em outro, e ia melhorando. Então, havia aquele encadeamento. As despesas é que eram aquele grande problema. O censo, quando é planejado, quando é executado, você vai fazendo os cálculos da despesa em cada etapa do censo, vai fazendo pré-censo, censo experimental, elaboração do censo, viagem. Você vai fazendo a impressão de material, compra de papel, compra de tinta, gasto com impressão, mais equipamentos, mais embalagens, depois transporte. Aí você faz

o cálculo todo, pagamento de recenseador. Aí acontece um problema muito sério: você faz um orçamento global para uma operação e o orçamento da República é anual, nunca se bota uma verba global para o censo, você bota uma verba para o ano. Então, o censo tem esse pequeno inconveniente.

O censo era marcado para fazer a coleta no dia 1º de setembro. Quando chegava o retorno do material, já estava na verba do ano seguinte, então, já havia problema de verba para o ano seguinte, que era outro orçamento que contemplava outras atividades que não de coleta. E quando a coleta se arrastava para o ano seguinte? Aí já ficava um problema para pagar. Quer dizer, essas coisas todas eram corrigidas, eram feitas, eram enfrentadas e, principalmente, na época era muito mais fácil, porque a Câmara dos Deputados e o Poder Legislativo eram no Rio de Janeiro. O IBGE era no Rio de Janeiro e o prestígio das autoridades do IBGE junto ao Governo era forte, porque o IBGE era ligado diretamente à Presidência da República. Então, a facilidade de pedir crédito extraordinário no Congresso existia e se conseguia isso pedindo ajuda, só que o Censo 1950 teve um problema que já se falou de 1952, isso aí a gente toca em outro ponto, então, retardou e muito a apuração.

Até hoje os meus contemporâneos e eu também somos levados ao princípio, mas sou suspeito, porque participei. Nós temos a mania de dizer que o Censo 1960 foi o mais bem-planejado, foi o mais exaustivo e demorado e houve mais de 200 ou 300 pessoas em Belo Horizonte [Minas Gerais] e São Paulo para discutir o censo com antecedência, houve uma série de reuniões. Só que o censo que nós planejamos não foi o censo que foi executado. No momento da execução, houve outro problema financeiro, houve outro problema político, ocorreram outras coisas que o que foi feito não tem nada a ver com o que foi executado, até o formato do questionário foi modificado, o formato do questionário era feito em função da forma de entrada de dados, o questionário que ficou dificultava a entrada de dados. O questionário de amostra do demográfico implicava numa digitação e era complicado, tinha que dobrar, desdobrar e era confuso. Então, o planejamento do Censo 1960 teve uma logística exatamente igual aos outros, corretamente delimitado direitinho, só que no momento de aplicação não houve.

O material foi emitido no Rio de Janeiro nos mais variados tipos de embalagem, aproveitando-se ao máximo as caixas de 1950. Aproveitou-se ao máximo as caixas de 1950, mas não foi possível ter caixa para todos os lugares. Então, foram nas embalagens de saco, nas embalagens de caixote de bacalhau, foram de tudo quanto foi jeito. O primeiro material que saiu do Rio de Janeiro foi com uma propaganda ruidosa, na Central do Brasil embarcando material para Bahia, não chegou lá esse material, porque só foi feito fotografia. Então, tem uma série de coisas desse tipo que foram descaracterizando tudo que havia sido implantado.

Mas conta-se lá embaixo, na Rede de Coleta, nos Estados e nos Municípios, que os agentes carregaram o censo nas costas, muitos venderam casa para

pagar recenseador, muitos apanharam, porque não tinham dinheiro para pagar recenseador, mas seguraram o material e o mantiveram. Em um dado momento, foi preciso empenhar o Exército para recolher o material e os recenseadores só foram pagos dois, três anos depois.

O Censo 1960 foi feito com papel-jornal, o questionário foi impresso numa rotativa de jornal falido, quer dizer, uma rotativa de um jornal que pertenceu à *Revista Manchete*, comprada pelo IBGE. Então, o Censo 1960 veio com um monte de dificuldades, foi feito sem nenhum dinheiro, não havia dinheiro para nada, nem para pagar recenseador. Se o Censo 1960 foi feito, a gente agradece à “mística ibgeana”.



Setor de apuração do Censo Demográfico 1960

Entrevista com

Vinicius Fonseca

10 de dezembro de 2002

O que foi o Censo 1960? No meu entender, do ponto de vista demográfico, foi o censo mais bem-feito que já se viu no Brasil, melhor do que os anteriores. Agora, não tenho a menor condição de dizer que foi melhor do que o de 1970 ou o de 1980, o atual. [...]

[...] No meu entender, o Censo 1960 teve vantagens sobre os anteriores, porque foi mais bem-planejado, teve mais gente trabalhando e apoio de órgãos internacionais, como acabei de dizer. Foi considerado o mais importante pelas entidades governamentais, portanto teve uma verba maior do que os anteriores. [...]

[...] Acredito que também houve muito avanço em função da coordenação externa, porque, como eu disse, conseguimos primeiro o apoio de órgãos internacionais com grande vivência, como o Bureau of the Census, o Centro Latino-Americano de Demografia [Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - CELADE] e a própria Comissão de População das Nações Unidas [United Nations Commission on Population and Development - CPD]. Tivemos esse apoio externo.

Entrevista com

Carlos Campos de Carvalho

21 de novembro de 2001

Para mim, o grande censo seria o de 1970. Foi muito bem-planejado, todo ele muito bem-planejado. Fizemos desdobramento de questionários, melhoramos realmente a coleta do Censo 1970. Fomos ao campo acompanhar a coleta. No acompanhamento da coleta, nós vimos que nós tínhamos uma série de defeitos de planejamento. O planejamento, sem a ida ao campo. Realmente, no espaço entre 1960 e 1970, o Brasil deu um pulo muito grande. Economicamente, foi um pulo muito grande. E nós não acompanhamos esse pulo. Nós ficamos dentro de um ar-condicionado planejando coisas. E aí, realmente, foi o nosso defeito.



Gráfica do IBGE em ação durante o Censo Demográfico 1970

Entrevista com

Maria Beatriz Pontes de Carvalho

11 de junho de 2003

O Delfim Netto⁵, quando tirou o Presidente do IBGE, o Professor Isaac Kerstenetzky⁶, trouxe o Professor Jessé Montello⁷ que foi encarregado, entre outras coisas, de fazer o Censo Demográfico 1980. Eu me lembro, inclusive, de ter participado de algumas reuniões de preparação de Censo Demográfico, o que para uma pessoa que vinha de outra área foi muito impressionante. Eu e os que estavam chegando nesse campo nos damos conta de que o Censo Demográfico no Brasil é como uma operação de guerra. O Brasil é muito grande, a população é muito grande, os preparativos são impressionantes e o IBGE também se revelou para nós uma instituição fascinante.

⁵ Antônio Delfim Netto, Ministro do Planejamento (1979-1985)

⁶ Presidente do IBGE (1970-1979).

⁷ Jessé de Souza Montello, Presidente do IBGE (1979-1985).

Entrevista com

Gilberto Scheid

14 de novembro de 2001

Bom, como todos sabem, o IBGE foi criado em 1936, logo após, em 1938, criou-se a primeira Gráfica do IBGE, na Praia Vermelha. Porque que se criou a Gráfica em 1938? Primeiro, porque o IBGE estava se preparando para fazer o Censo 1940, em que já havia um volume de questionários, de outros produtos do censo que nenhuma gráfica no País tinha capacidade para assumir, não só porque tinha suas tarefas normais comerciais, como também o IBGE queria ter uma interferência mais direta na produção desses questionários, dada a seriedade e a responsabilidade com relação ao questionário já desde aquela época. Então, criou-se uma pequena Gráfica na Praia Vermelha, em 1938, chamada de pequena pelo porte que tinha, havia poucas máquinas. E a primeira grande tarefa, como eu já disse, foi produzir os dados do Censo 1940, já incluía Mapas de Setores e uma série de outros produtos, os próprios questionários.

[...] E no meio de 2000, quando o Censo Demográfico já estava em produção gráfica dos seus questionários, fui convidado para fazer o acompanhamento e o controle de qualidade. Primeiramente, a razão desse convite é que, pela primeira vez, grande parte dos questionários do censo foram produzidos fora do IBGE, os questionários de grande tiragem, que eram o questionário principal que foi uma tiragem da ordem dos 50 milhões; o questionário simples de quatro páginas; o questionário mais complexo, que é o da amostra destinado a 10% da população; uma tiragem aproximada de 12 milhões de questionários com 32 páginas, além de uma meia dúzia de outros questionários, questionário da folha de coleta e um outro grupo de questionários e de manuais, cujas tiragens eram muito altas e que a Gráfica, pela condição de seus maquinários, não tinha condições, não só de assumir pelo volume, como pelo prazo em que esses questionários tinham sido acertado.

Entrevista com

Francisco Sales Carvalho

24 de abril de 2001

Em 1960, novamente o censo. Um censo altamente desorganizado. Completamente louco. O material para distribuição ao interior do Estado que deveria ocorrer no tempo suficiente. Os transportes não eram fáceis. As estradas eram de barro. E no dia 28 de agosto é que me chega um carro, trazendo essa carga, para no dia primeiro começar o censo. E eu fiz uma coisa. O inspetor Celso Pimenta (não tenho certeza), era esse o nome. O Delegado [do IBGE], na época,

era um político que tinha sido colocado, mas ele era um homem de vontade. E ele me disse: *“Sales, você que tem experiência nisso, vai cuidar de fazer esse censo. Nós vamos começar com muito atraso”*. Eu disse: *“Se o senhor me der condições e liberdade de agir, nós vamos começar no dia”*. Tem um funcionário aqui, que está aposentado, José Airton Freitas de Oliveira. Esse moço vinha passando na calçada. Ele ia passar [e eu disse:] *“O que você está fazendo?”, “Nada”, “Quer trabalhar?”, “Quero”, “Agora, entra aqui e só sai quando terminar”, “Fica?”, “Fico”*. E ele então ficou e com ele, mais outros e mais outros. E nós viramos o dia 28 e o dia 29 até às 18h. Separando o material que vinha em pilhas. Não era encaixotado, não. Era em pilhas, como se fosse jornal. Separamos o material. Com o material todo separado, faltava o transporte, mas o transporte eu já tinha cuidado antes. Eu falei com a quinta sessão do Exército, conversei com o capitão e ele me cedeu viaturas e militares. Eu sei o seguinte: às 3h da tarde, começou a sair o primeiro transporte. Isso era o dia 29 de agosto. Dia 30 de agosto de manhã, de madrugada, eu fiz a última carga em um Município do interior, onde eu comecei o censo no dia 2, se não me engano, Penaforte [Ceará]. Era um tempo que a gente fazia o trabalho contando com a colaboração de todos os órgãos, porque todo mundo pensava que censo era uma coisa importante. Não havia discussão de assunto. O Exército nunca me pediu um documento para eu provar que eu era do IBGE e que necessitava daquele transporte.

Entrevista com

Alcides Geraldo Dias

20 de dezembro de 2005

Enfrentamos diversos recenseamentos, agora estou na dúvida se foi o de 1960 ou 1970, era sempre no ano redondo. O material do censo veio todo em caixas, do Rio [de Janeiro]. Umas caixas boas, o pessoal até brigava para ficar com as caixas depois. Era um pinho canadense, um pinho branquinho assim e muito bem-acondicionado. Nós fizemos aqui na capital para depois distribuir para o interior. Na época, veio de navio direto para um antigo prédio da Legião Brasileira de Assistência [LBA], perto do IBGE, a uma quadra e pouco, no centro de Porto Alegre [Rio Grande do Sul]. Trabalhávamos até de madrugada, separando material daqui para o interior todo, e assim foi indo. O recenseamento dava um trabalho grande, mas a minha área era Administração.



Recenseadores contratados para o Censo Demográfico 1960



Lançamento do Censo Demográfico 1970. No centro, o Presidente Médici respondendo ao questionário do censo, no Palácio Guanabara, na Cidade do Rio de Janeiro. Sentados à sua direita, primeiro João Paulo dos Reis Velloso e depois, Isaac Kerstenetzky. Na fileira, em pé, o segundo da dir./esq.: Eurico de Andrade Neves Borba

Entrevista com

Eurico de Andrade Neves Borba

1998, 23 de março de 2012, e 13 de abril de 2012

E aí eu me lembro de uma reunião que o Isaac⁸ foi comigo com o Departamento de Censos, nós estávamos para começar o Censo 1970, e estava tudo atrasado. Então, eu disse: *“Professor Isaac, não tem nenhum problema, eu levanto a bola, se o senhor não estiver de acordo, o senhor pode me esculhambar, mas eu vou levantar as perguntas, comigo não tem problema”*. E eu fiz as perguntas mais indiscretas possíveis, porque o censo não estava ainda todo esquematizado. Naquela época, em Administração se usava muito PERT/CPM, então eu havia aprendido na PUC [Pontifícia Universidade Católica] e tal e perguntei: *“Vem cá, essa operação censitária você tem um PERT?”* e o Sebastião [de Oliveira] Reis, que era o dono do censo, levantou da ponta, mas, se ele pudesse, teria me dado um tiro: *“Eu fiz os censos de 1940, 1950 e 1960, eu sei tudo, tá aqui nessa pasta todas as etapas, essa porcaria de métodos modernos só faz complicar”*. Eu fiquei calado, o Isaac ficou calado, virou para ele e disse: *“Não. Eu só quis saber”*. Eu já estava nomeado na época, era Chefe de Gabinete. Se tinha um elemento que a gente pudesse olhar, ao invés de estar te consultando pelo telefone. Eu disse: *“Olha, Dr. Sebastião, o senhor desculpa, mas só que nós estamos no mês de abril ou maio e dizer que ainda não tem questionários prontos, os questionários não foram distribuídos, que o esquema de distribuição que tem que utilizar Marinha, Aeronáutica, não sei quem mais, a Superintendência de Combate à Malária [SUCAM], nada disso ainda está pronto? Eu fico preocupado. Como é que dia 1º de setembro os questionários estarão no campo?”*. Bom, na época, teve um fato fantástico, tenho cópia desse material em casa, fui tirando cópia, naquele tempo era Thermo-Fax, tinha um Decreto-Lei n. 200⁹ e um decreto específico de contratação de pessoal para o censo e a gente pressionando para contratar pessoal, nós precisamos de pessoal, nós precisávamos de computadores, então, o coitado do Chefe do Pessoal ficou tão aflito que dizia assim, num despacho: o censo é prioritário. Na época, se usava muito a expressão Segurança Nacional, é uma questão de Segurança Nacional, portanto contorna-se a lei. E aí o Isaac: *“Que contorna a lei coisa nenhuma!”*. Então, era um período extremamente dinâmico, que se trabalhava o tempo todo, numa tensão danada. Denúncias de corrupção, denúncias de comunistas escondidos debaixo das mesas, cada pessoa que você admitia tinha que ter uma ficha do SNI [Serviço Nacional de Informações]. Então,

⁸ Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE (1970-1979).

⁹ Decreto-Lei n. 200, de 25.02.1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

dizia para o Velloso¹⁰, para o ministro: “*Ministro, tem coisas que a gente tem que admitir amanhã, não vou esperar duas semanas, três, não*”. Mas o SNI tem uma regra, tem uma regra para o dia a dia, mas para o censo não pode ter regra. Aí tivemos que ir a Brasília, para conversar com o Chefe do SNI na época, que era o [General] Carlos Alberto da Fontoura, foi apresentado, vê como são as histórias, pelo irmão do Presidente Figueiredo¹¹ que era o escritor Guilherme [de Oliveira] Figueiredo, que era muito amigo do Clóvis Zobaran Monteiro que era um advogado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] e que depois foi para o IBGE, era Chefe de Gabinete lá em Brasília. E o Zobaran foi lá no Guilherme Figueiredo e disse: “*Olha, tem esse problema e o Professor Isaac se encarrega de ver lá com o Eurico de cuidar dessa história*”. Então, fomos a Brasília junto com Guilherme Figueiredo, Zobaran, recebidos pelo General Fontoura para explicar que nós não podíamos esperar e se tivesse algum comunista escondido depois a gente veria, então, resolvemos esses problemas. Então, o ano de 1970 foi tomado, tem outras coisas para contar, mas foi tomado basicamente pelo censo. O censo tinha que sair.

[...] Havia um planejamento do questionário, estava atrasado na parte operacional. O Isaac inclusive, na Fundação Getulio Vargas [FGV], tinha trabalhado muito com Manoel Antônio [Soares da Cunha], no Censo Agropecuário, com Rodolfo no Censo Industrial, com [João] Lyra Madeira no Demográfico. Então, o Isaac, como já era uma referência muito conhecida, era consultor do IBGE desde a década de 1950, já tinha trabalhado no Censo 1960, como consultor, já sabia e estava acompanhando. O problema era operacional, rodar questionário, empacotar questionário, contratar recenseador, supervisor, treinar [...].

Eu vejo hoje em dia, quando venho aqui comprovar que estou vivo no mês de outubro de cada ano, os aparelhinhos de coleta de dados. Vocês não sabem o que foi fazer o Censo 1970, quando tínhamos que imprimir aqueles questionários e junto com a Força Aérea Brasileira [FAB], com a Marinha Brasileira, com o Serviço de Erradicação da Malária, com padres, com pastores protestantes, distribuir esse material pelo Brasil inteiro e fazer a coleta. A dificuldade de transportar depois as pastas de volta, os questionários dos Setores [Censitários] e aí então realizarmos a apuração do censo. O pessoal critica o passado pelo atraso das informações, que as informações saíam com dois, três anos de atraso. Saíam porque o Brasil era enorme e nós tínhamos que trazer não a lombo de burro, mas tínhamos que trazer de caminhão, fretando aviões, muitas vezes caríssimos, para trazer os questionários para o Rio de Janeiro, porque tudo era centralizado. A crítica era centralizada no Rio de Janeiro e depois a apuração. Vocês não imagi-

¹⁰ João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento (1969-1979)

¹¹ João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente do Brasil (1979-1985).



Recenseador do Censo Demográfico 1970 em trabalho de campo no Bairro da Rocinha, na Cidade do Rio de Janeiro

nam que no Censo 1970 nós tínhamos ainda máquinas perfuradoras. Eram 480 máquinas perfuradoras para a perfuração em quatro turnos de seis horas, lá em Mangueira, e depois nós tínhamos mais de 300 máquinas verificadoras. Uma amostra bastante forte para verificar a qualidade da perfuração. Era um espetáculo, um negócio fantástico. Hoje, vocês clicam em um celular e já está sendo totalizado. Isso eu fui ver o começo, quando eu andei como Presidente do IBGE, em 1992, 1993. Eu vi os primórdios dessas inovações.

[...] Um questionário que saía do Rio de Janeiro para ser coletado muitas vezes voltava preenchido cinco, seis meses depois. A Rede de Coleta tinha muito medo de um telegrama CTN [Correios e Telégrafos Nacional], que era com um texto padrão que dizia: “explique ou retifique”. Retificar significava ter que voltar naquele percor-

so com um avião que dava carona, quando tinha vaga e subia até um determinado Município, e repetir as informações de uma grande empresa agropecuária ou de uma madeireira. Então, é óbvio ululante de que a Rede de Coleta precisava ser treinada. E a Rede de Coleta precisava ser suportada fisicamente. Isso com um Censo 1970 tendo que ser lançado em 1º de setembro. Se nós não tivéssemos tido apoio da Força Aérea Brasileira no deslocamento dos questionários, das caixas com o material, desde a propaganda dos cartazes do censo, do Serviço de Erradicação da Malária e o Serviço de Proteção aos Índios, que nos ajudaram enormemente a espalhar esse material de coleta do Censo 1970 por esses rincões todos do Centro-Oeste e da Região Norte. Muitos agentes de coleta eram avisados como o material estava se aproximando e como ia pelo Serviço de Erradicação da Malária ou ia pelo Serviço de Proteção aos Índios, iam em canoas com motor de popa. E eles ficavam na margem do rio acampados esperando que passasse para receber seu pacote para levar para sua Agência de Coleta que era mais afastada e poderem, então, ler as instruções e fazer a pesquisa, fazer o levantamento censitário.



Agência de Coleta do IBGE do Município de Rondonópolis (Mato Grosso)

Comecei a trabalhar no dia 24, 26 de março de 1970 no IBGE. Aí você pode dizer o espanto de quem nunca tinha trabalhado na área de serviço público, com o Censo 1970 para ser iniciado em 1º de setembro e uma série de providências a serem tomadas que não tinham sido tomadas. Desde a impressão dos questionários, da definição do computador, recursos, o recrutamento dos agentes, o treinamento desse pessoal, enfim, todas essas fases do censo. Então, nós entrávamos lá sete e meia, oito horas da manhã e saíamos nove e meia, dez horas da noite.

[...] o Isaac sempre dizia: *“A estrutura da Rede de Coleta é a espinha dorsal da Instituição”*. Isso é uma frase que ele repetia toda hora.

Entrevista com

Maria das Graças de Oliveira Nascimento

23 de novembro de 2004, e 16 e 18 de março de 2005

Eu comecei, então, no final de 1979, começamos então a preparação para o Censo 1980, porque em 1970 foi a mudança em termos de informática e em 1980 já juntando as duas coisas, Informática e a área de Estatística. Eu comecei, então, a participar da comissão de preparação do censo. Aliás, isso foi em 1979, começamos a preparar e em 1978 e 1979 já estava na função de preparação do Censo 1980.

Entrevista com

Roberto Schmidt de Almeida

8 de abril de 2011

Getúlio¹² entra, mas tinha um fulano de Minas [Gerais], não é, o [Mário Augusto] Teixeira de Freitas, que tinha escrito que tinha acompanhado o Censo 1920 e que tinha percebido que esse censo estava tendo muito problema, mas porque o Brasil era um país que estava crescendo, era um país grande e que necessitaria de ter uma Agência de Coleta de dados de boa qualidade e ele há... a partir das experiências dele no Censo 1920, em Minas Gerais, ele monta uma estrutura para mostrar ao Governo Federal que seria importante, o Governo Federal, ter uma Agência de Estatística, quer dizer, falava-se Estatística, mas no fundo no fundo, quer dizer, o que era o foco do Teixeira de Freitas era uma Agência de Rede de Coleta, quer dizer, uma estrutura de Rede de Coleta de alta qualidade, que não passasse nada, que tudo fosse levantado etc.

¹² Getúlio Dornelles Vargas, Presidente do Brasil (1930-1945 e 1951-1954).

Entrevista com

Mauro Pereira de Mello

31 de março de 2004

Tem aqueles funcionários do IBGE que participaram do planejamento anterior, mas não concordaram com alguns pontos do planejamento anterior e ganham algum espaço na mudança de Presidência, porque eram contra, né, ganham algum espaço com a nova e começam a fazer modificações no planejamento na hora que não é para fazer modificações, é hora de executar. Então, muito do desarranjo que eu observei na fase inicial do Censo 1980 foi decorrente dessas mudanças precipitadas no planejamento. Naquilo que me foi dada a oportunidade de participar, a base operacional, ela estava bem-consolidada. Foi um trabalho coordenado pela Vera Maria Blanes Nabuco dos Santos na Cartografia e Carmem, esqueço o sobrenome dela... Carminha, como ela era conhecida, tinha coordenado a parte operacional, e a Vera, a concepção. A parte cartográfica estava bem-definida. Ocorreram algumas falhas na área de favelas, Rio [de Janeiro] e São Paulo. Nós tivemos a oportunidade de interferir, assumindo a Diretoria de Geodésia e Cartografia [DGC], foi negociando com as prefeituras o material fotográfico, fazendo alguns mosaicos para cobrir essa deficiência nas áreas de favela, mas teve uma boa cobertura com relação a isso. Alguns problemas de coleta não diferentes dos que ocorreram no Censo 1991.

Entrevista com

David Wu Tai

25 de março de 2003

E assim foi meu ingresso na Rede de Coleta do IBGE, foi dirigindo o Censo Demográfico 1980 que, na verdade, embora na época, quando havia começado a fazer esse trabalho, eu achei um pouco maçante, um pouco pobre, afinal de contas, estava numa área de levantamentos econômicos e esse negócio de recenseador e tal, mas eu devo confessar que, do ponto de vista operacional e técnico, é um desafio muito grande, porque, embora na época já houvesse muitas pessoas que tinham experiência de dois, três, quatro, cinco censos, na verdade essa experiência, às vezes, trazia coisas contraditórias do ponto de vista técnico ou então, na verdade, coordenar um censo de um Estado do tamanho de São Paulo, o problema é fazer com que todas as pessoas, mais de 30 mil, estejam perguntando e entendendo a mesma coisa. Foi um desafio muito grande e foi aí que comecei minha atividade da maneira mais transversal na Delegacia de São Paulo.

[...] na verdade, o IBGE sempre foi *sui gêneris*, singular, porque ele tinha uma Rede de Coleta espalhada por todo território, com pessoas muito dedicadas, tanto em nível de estrutura das, hoje, Unidades Estaduais — antigamente Delegacias, Agências — e que de certa maneira correspondem àquilo que foi planejado pelo idealizador do instituto, que é o Mário Augusto Teixeira de Freitas.

Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

Eu sempre disse que o trabalho da COC [Coordenação Operacional dos Censos], a missão da COC, é facilitar o trabalho da coleta, facilitar o trabalho lá da ponta. Esse é o nosso grande desafio. Eu sempre coloquei como a minha grande missão: entender aquele trabalho, como é o trabalho lá na ponta e como a gente pode facilitar, como a gente pode melhorar. Tudo que a gente pode fazer para que o trabalho seja fácil, que seja bem-feito, porque o objetivo é fazer uma boa coleta de dados. Eu sempre coloquei como a minha grande missão na COC facilitar o trabalho das Unidades Estaduais, principalmente do entrevistador, do cara que está lá no terreno, para o cara que está lá na ponta, para o Chefe da Agência que é responsável por preparar, por coordenar, por apresentar bons resultados.



Dispositivo móvel PDA utilizado pelos recenseadores no Censo Demográfico 2010

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

No Censo 2010, outra ferramenta que modificou o padrão, não o padrão de qualidade, mas o padrão de coleta do censo, no sentido de como se fazer coleta. Por exemplo, nos Setores [Censitários] urbanos, os recenseadores saíram na maioria, pode ser que por alguma circunstância técnico-operacional não tenha sido em todos os Setores, 100% dos Setores urbanos, mas a grande maioria dos Setores urbanos os recenseadores levavam uma lista prévia de endereços. Com todo o cuidado que nós tomamos no treinamento para dizer pra eles o seguinte:

olha aqui tem uma lista, você encontrando esse endereço você vai confirmar e vai te poupar um trabalho danado de escrever o nome do logradouro, escrever uma série de características e só vai entrar nas perguntas que são necessárias, vamos dizer em relação ao período de referência que você não pode pegar um período de referência lá de trás, mas, enfim, era uma facilidade imensa do trabalho, até porque com os mapas digitalizados você garantia que o recenseador ia fazer o percurso da melhor forma possível, tava tudo ali no PDA [Personal Digital Assistant], ele olhava e dizia: “*É aqui que eu vou*”. Ele só marcava onde ele estava andando. É uma coisa fantástica! O projeto do cadastro é belíssimo. Agora, a gente precisava só alertar isso. Você vai receber uma lista de endereço, mas, atenção, o seu percurso e as unidades que você vai recensear não se restringe a essa lista. Você tem que percorrer o Setor todo, porque a lista pode não estar completa ela tinha uma defasagem de tempo em relação ao momento que ele recebia e o momento que ela foi produzida e nessa defasagem de tempo podia uma unidade ter deixado de existir, outra surgir ou ela não estar completa a partir do cadastro em que ela se baseou, então, a gente teve muito esse cuidado para não correr um risco de omissão de população que poderia ter um impacto grande na população, mas não teve. O projeto do cadastro é muito bem-feito, muito bem-feito mesmo e ajudou assim tremendamente a coleta.

O cadastro de endereços [Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE] e o sistema do cadastro permite, pelo que eu já soube, vai permitir com mais refinamento ainda, o uso do GPS [Global Positioning System] para o recenseador se posicionar. Não só se posicionar no terreno, mas também pegar as coordenadas das unidades que ele está recenseando. Em 2010, eu acho que foi só da área rural, enfim, é a evolução.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

E o distribuidor de pastas, ele anotava as pastas distribuídas diariamente, a produção diária e, no final do mês, ele totalizava a produção de cada operador, também tudo na maquininha, totalizava a produção de cada operador e o pagamento era feito por produção. Era uma parte fixa mensal e uma parte por produção. Sendo que, desse pagamento por produção, era retirada uma parte referente aos erros, porque se o número de erros ultrapassasse um determinado limite, eles eram cobrados. E era também exigida uma produção média mensal, e quem não atingisse essa média mensal durante dois meses consecutivos ou três meses alternados estava passível de ser mandado embora. Era meio difícil, mas

podia ser mandado embora.

[...] Normalmente, a remuneração do recenseador era calculada com base na quantidade dos questionários preenchidos no seu Setor [Censitário], que era a área a ser percorrida durante determinado tempo. E na sua localização, se era de fácil e de difícil acesso. Em média, a maioria dos Setores era licenciada em 15, 20 dias. E uns levavam uns dois meses, três meses. Mas, no final do ano, até dezembro. Um recenseador recebia um Setor. Normalmente, era assim, mas às vezes recebia outro, às vezes não. Dependendo do tempo que ele levava para terminar o seu Setor ou se era um Setor de domicílios coletivos que era feito em só em um dia, então, era dado outro Setor para fazer. Isso dependia muito, por exemplo, na área rural, no Amazonas, por exemplo, era impossível o recenseador fazer mais do que um Setor.



Concurso
para
recenseador
do Censo
Demográfico
1970

E pela primeira vez, os recenseadores estavam sendo selecionados por concurso. Para algumas áreas, isso era muito bom, mas, para outras, isso não adiantava porque o recenseador é concursado com curso superior, que sempre tivesse vivido em um centro urbano, se fosse para uma área rural, ia ficar perdido. Não ia saber o que fazer. Em todo caso, foi uma boa coisa. Agora, o concurso aqui no Rio [de Janeiro] é que foi meio desastroso, porque foi no Maracanã, num mundo de gente, então, não havia como controlar. Mas, de qualquer maneira, o pessoal que entrou foi bem-razoável.

Entrevista com

Antônio Utsch Moreira

28 de maio de 2003

Pois bem, em Juiz de Fora [Minas Gerais], em 1970, eu fui encerrar o treinamento dos recenseadores. E um, muito espontâneo, levantou e falou: *“Delegado, eu gostaria de saber quanto vamos receber e se vamos receber”*. Quer dizer, decorreu 10 anos e aquilo ainda estava na memória. Eu disse a ele: *“Quanto vocês vão receber, o nosso Chefe da Agência aqui já está de posse das tabelas, você vai conhecer o pagamento por Setor quanto será. Agora, se vocês vão receber, tenham a certeza de que nós estamos com dinheiro no banco”*. De fato, não faltou recurso. E houve pagamento.

Então, veja bem. O primeiro problema é que eu acho que existe Posto de Coleta e Posto de Coleta. Quando eu digo isso, um Posto de Coleta que tenha na sua jurisdição 20 mil habitantes é uma coisa. O Posto de Coleta que tenha 50 mil é outra coisa. O que tem 2 mil, outra coisa. O que tem 500, é outra coisa. Começa por aí. Então, você não deve remunerar igual. Primeiro ponto. O peso desse aqui é maior. Ele tem mais recenseador, tem mais supervisor, tem mais aporrinhção. O segundo ponto é que esse homem que toma conta do Posto de Coleta, ele tem que ter uma forma de remuneração que esteja vinculada à coleta do recenseador, do Posto. Se eu digo que eu tenho sete recenseadores para um supervisor, a produtividade dos sete vai dar um “dx” para esse supervisor. Então, ele tem interesse em dar um cacete nesse cara, porque na medida que ele dê cacete ele ganha mais. A mesma coisa o Chefe do Posto. Na medida que ele dê cacete no supervisor, o supervisor dá cacete no recenseador, melhora a produtividade do Posto, melhora o salário do Chefe do Posto.

No Censo 1950, nós, como trabalhávamos com a base operacional, a gente verificava e observava uma experiência: aquele trabalho bem-feito que você faz ele está ajudando às gerações seguintes e o mal não. Então, o de 1950 você entrava pela noite tentando fechar aqueles Setores [Censitários] e não conseguia. Tinha que fazer outros Setores. Pois bem, o de 1960 não. Em virtude das dificuldades, não só na fase de distribuição de material, não houve critério, não houve



Primeira turma de recenseadores em Salvador (Bahia), no Censo Demográfico 1940

cuidado para um estudo que determinasse as quantidades necessárias que cada região, cada Município recebesse aquela quantidade. Eles permitiram muitas vezes que o servidor da antiga inspetoria deslocasse meu agente. Então, muitas vezes ele levava mais [material] do que eu precisava. Não foi uma distribuição de material criteriosa. Resultado: alguns Municípios sobrando material, mas sem condição de mandar para outro, e o outro faltando. Então, houve essa falha. Além disso, sabe-se que houve falta de recurso, recurso monetário, pagamento de recenseador. Muitos recenseadores, sobretudo nas áreas rurais, que chegaram a comprar seu cavalinho, confiaram em receber, não tiveram pagamento pronto, imediato. Retardou muito. Muito, muito mesmo. Porque a verba lotada não foi suficiente. Tinha que depender do Congresso. A tramitação foi demorada e, enquanto isso, o censo não podia parar. Em algum lugar se parou com sacrifício, com dificuldade. Porque para, e já imaginou se distanciar do mês de referência?

Entrevista com

Elson dos Santos Mattos

6 de novembro de 2001

Enquanto você raciocinar que o recenseador tem que ganhar por produção e o homem do Posto de Coleta e o supervisor desse recenseador é mensalista e que, de acordo com a velocidade do recenseador, você dá um pontapé no Chefe do Posto e no supervisor, você não vai ter bom censo. O grande problema é o seguinte: quem toma conta da coleta não é o IBGE, quem toma conta da coleta é o Posto de Coleta, que é um ACM [agente censitário municipal], que é contratado para fazer aquilo. Mas ele leva um pontapé no bumbum se ele acabar o censo no meio. Então, ele estica dois meses. Ele tá se lixando se o recenseador vai levar 70 dias ou 90, quanto mais tempo melhor, porque ele ganha mais.

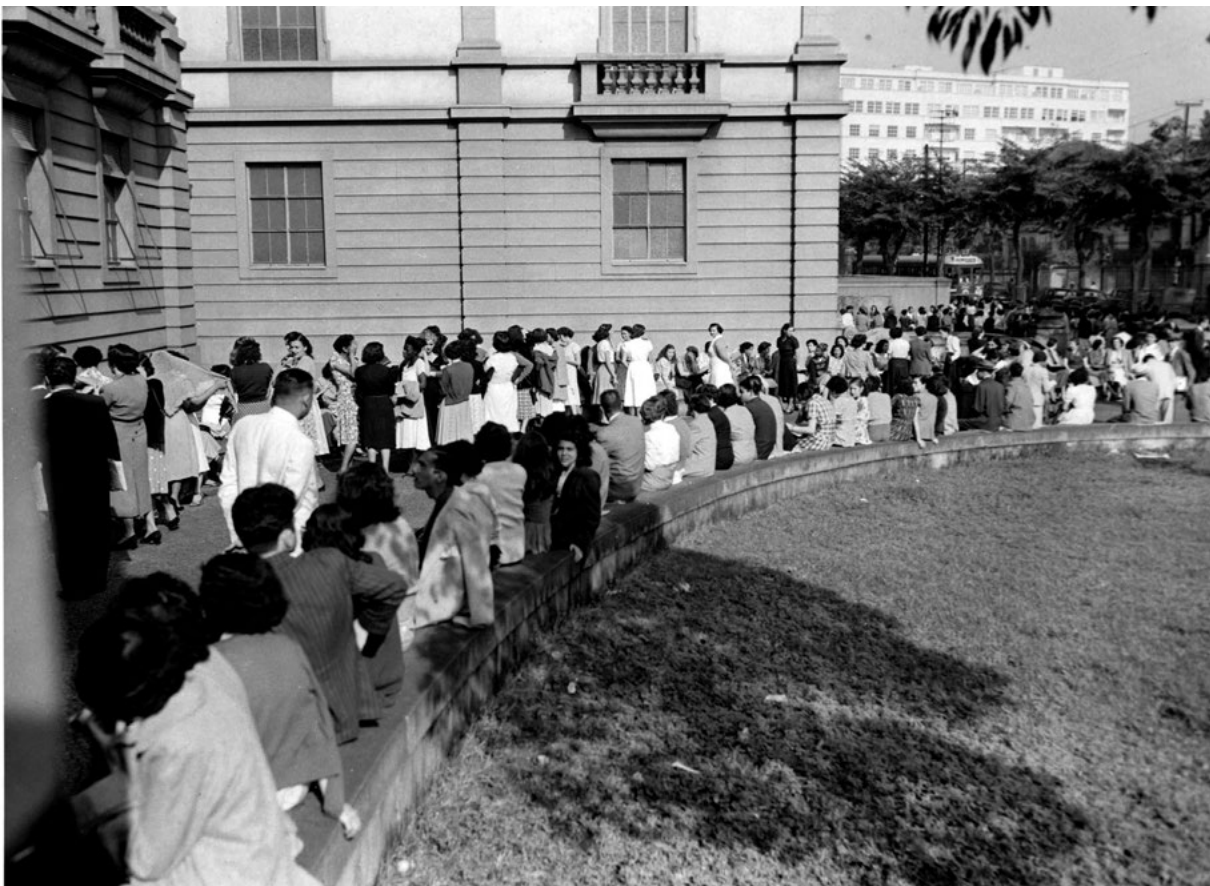
Entrevista com

Domingos Elias Schanowski

realizada na Unidade Estadual de São Paulo em 2 de julho de 2012

Mas, em contrapartida, eu acho que depois disso o IBGE, ainda digo, graças ao Regime Militar, entrou no recenseamento de 1970 e foi um dos melhores que ocorreu por diversos motivos. Nós tivemos os Governos Estaduais, incentivaram os professores, principalmente os professores de ensino primário, a serem recenseadores. Além de eles serem liberados de ponto do trabalho nas escolas, eles ganhavam pontos para poderem se remover, para fazerem transferência. Quando eles ganhavam um ponto por mês para fazerem transferência de Município, quem trabalhasse no censo ia ganhar 300 pontos. Aí a mão de obra realmente tinha que ser qualificada mesmo, foi espetacular. E a seleção também foi muito bacana, porque tanta gente que concorreu, que aqui em São Paulo na Capital a prova para seleção para recenseador foi realizada nas arquibancadas do Pacaembu. Em Jundiaí [São Paulo], eu realizei dentro do ginásio de esportes, lotado, inclusive policiado pelos militares. Nós não tivemos fiscais de prova assistindo à execução do concurso para o censo. Tivemos, sim, militares de olheiros verificando como estava. Aqui em São Paulo, por cada grupo de 50 candidatos, a gente viu um militar acompanhando. Em Jundiaí, onde eu estava, tinham três unidades do Exército e tinham três coronéis sentados na mesa de honra lá olhando e mais alguns militares apreciando. E depois, quando foi divulgado o censo na rua, eles puseram à disposição, além de veículos, sargentos para nos ajudarem. Nós não tínhamos supervisores. Colocaram militares acima de cabos para nos ajudarem. O censo foi uma maravilha, executado a curto prazo, muito rapidamente, e no momento que o recenseador acabava seu trabalho, ele já recebia no

ato, através de um cheque, que a gente assinava em duas pessoas. Pagava metade do trabalho dele antes da conferência do material. Não havia nem a necessidade de uma checagem de campo, porque o trabalho realmente era bom. A gente tinha professores trabalhando, estudantes universitários e algumas donas de casa que sempre foram excelentes recenseadoras. A meu ver esse foi o melhor censo que o IBGE teve durante toda a minha vida de IBGE. Aliás, o IBGE faz 76 anos de sua história e eu sou feliz, porque metade dessa vida de IBGE eu estive dentro dele.



Dia de prova para candidatos a recenseador do Censo Demográfico 1950, realizada no Instituto de Educação, na Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista com

David Wu Tai

25 de março de 2003

Naquele ano de 1990, 1991 foi feito o maior concurso público do mundo. A seleção do pessoal do IBGE se encerra com o maior concurso público do mundo. Não existe lugar nenhum do mundo que se tenha feito um concurso na época com 650 ou 700 mil candidatos, todos no mesmo dia, na mesma hora, em 5 507 Municípios, fazendo um concurso público e sem nenhum incidente que valha registro. Quando isso foi relatado num congresso internacional de concursos, na África, diziam em inglês: *“That’s impossible!”*.

Entrevista com

Maria Aparecida Gomes de Moura

realizada na Unidade Estadual de São Paulo em 16 de junho de 2011

Nem o IBGE naquele tempo tinha significado para a sociedade de maneira geral. Era uma instituição do Governo, mas que não era uma referência. Ela estava começando. Os primeiros recenseadores eram professoras que se candidatavam. Aliás, os recenseadores eram só professoras. Não me lembro em que ano isso, mas acho que em 1940, talvez, tenha sido só professoras. É que o Ministério da Educação¹³ cedia as professoras para fazer, botava ponto inclusive, tinha um benefício para elas, para fazer. Depois é que se foi fazendo, arregimentando pessoas pra concurso.

Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

E aí veio o Censo 2000. Aí foi o céu, foi o paraíso. A gente estava já bastante experiente depois de 1991, de 1996. Com a equipe boa, as Unidades Estaduais mais organizadas. Aí a gente já tinha tecnologia, tinha *e-mail*. Dava para fazer sistemas de controle do censo, de acompanhamento. A gente já estava superexperiente em fazer processo seletivo, em fazer contratação. A gente já tinha história, porque a COC [Coordenação Operacional dos Censos] já tinha documentação. E aí muita coisa da DE [Diretoria Executiva] foi migrada, por exemplo, treinamento,

¹³ À época, Ministério da Educação e Saúde, segundo denominação dada pela Lei n. 378, de 13.01.1937. Com a criação do Ministério da Saúde, por meio da Lei n. 1.920, de 25.07.1953, o Ministério da Educação e Saúde passou a ser designado Ministério da Educação e Cultura.

que lá em 1990 era a DE que fazia. E aí foi para COC e a gente tinha uma equipe contínua para tratar disso. A gente realmente conseguiu junto com a DPE [Diretoria de Pesquisas], junto com a DI [Diretoria de Informática] e com a própria DE se organizar e planejar como devia ser mesmo um censo. E aí o Censo 2000 foi um excelente censo. A gente já tinha a comissão, a CPO [Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos]. A gente constituiu a CPO desde 1990. Tinha um grupo que discutia, coordenado pela COC, que discutia as questões principais do censo e levava para o conselho e continuava tendo Comissão Consultiva. O 2000 realmente foi um censo bem-planejado, bem-executado. Foi um censo tranquilo, vamos dizer assim, dentro do possível de uma operação censitária.



5ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico 2010

[O de] 2010 foi um censo também muito bom, muito tranquilo, muito organizado. A gente criou aquele Grupo de Chefes de UEs [Unidades Estaduais]. Eram sete Chefes de UEs, que apoiavam a COC no preparo do censo. Toda a logística do censo. O Brasil foi dividido em sete áreas e cada grupo de Estados indicavam o seu representante. A gente botava os assuntos para discutir em um sistema que a gente criou e todos os 27 participavam das discussões. A gente colocava os temas, um resumo do tema, as dúvidas. Por exemplo, vamos fazer o edital do concurso do supervisor: "Quais são as atribuições do supervisor?". Tudo que interessava às UEs, que as UEs pudessem contribuir para melhorar. Então, vamos montar um Posto, vamos começar a botar para funcionar as Comissões,

as CMGEs, Comissões Municipais de Geografia e Estatística. As 27 UEs participavam dos debates, os sete representantes consolidavam e a gente fazia reunião de dois ou três dias lá no Rio [de Janeiro] e a gente fechava os assuntos. A partir daí, a gente fazia as orientações, as instruções para todo o Brasil. Todos os temas amplamente discutidos. Essa parte de organização foi muito participativa com as UEs e todas as Diretorias. Isso tudo ajudou muito na organização da logística, do preparo do acompanhamento do censo a partir de 2010.

Outra coisa que a gente aperfeiçoou bastante, com ajuda das Unidades Estaduais, foram as comissões. Nessas comissões, as CMGEs. Primeiro, eram Comissão Censitária Municipal. Depois, a ideia do Presidente Eduardo¹⁴ era de que elas fossem contínuas, continuassem além do censo para dar apoio nas outras pesquisas. Aí passou a ser Comissão Municipal de Geografia e Estatística [CMGE]. A gente criou um sistema no BDO [Banco de Dados Operacionais] para registrar as atas de todas as reuniões, os componentes de cada Comissão Municipal, Estadual. Criamos as Comissões Estaduais também nessa época e nesse sistema as pessoas alimentavam quem eram os participantes, os dados deles, telefone, *e-mail*. Agendavam as reuniões e depois tinha os temas a serem discutidos em cada uma das diversas reuniões, desde os preparativos da Base Territorial até a divulgação final do censo. Eram várias reuniões. A gente propunha os temas, sempre discutindo com as Unidades Estaduais. Preparávamos o material, textos. O CDDI [Centro de Documentação e Disseminação de Informações] desenvolvia *folders*, vídeos, para dar suporte a essas reuniões. E eles faziam as atas. A gente tinha um formulário específico, onde eles respondiam a cada um dos quesitos que estavam na pauta daquela reunião e tinha um campo aberto para as contribuições outras, comentários outros. Tudo registrado. Está lá até hoje. Tem a memória de tudo isso, de todas as reuniões. Foram, se não me engano, 14 mil reuniões em 2010 no Brasil todo. Com o nome dos participantes. Ficou tudo super documentado. Depois, quando a gente tinha qualquer questionamento de um prefeito, de alguém [poder] vir e dizer: *“Olha, isso foi discutido na reunião. Teve representantes da prefeitura que não questionou essa informação, de que um Bairro ou uma região lá na comunidade não foi recenseado, alguma coisa assim. Questionando a quantidade de moradores de uma determinada comunidade”*. Tal estudo foi apresentado e discutido. Então, essa documentação serviu de defesa do IBGE em alguns processos de questionamento do censo e isso continua até hoje. A cada censo a gente vai discutindo com as UEs e vai fazendo melhorias que eles indicam.

¹⁴ Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE (2003-2011).



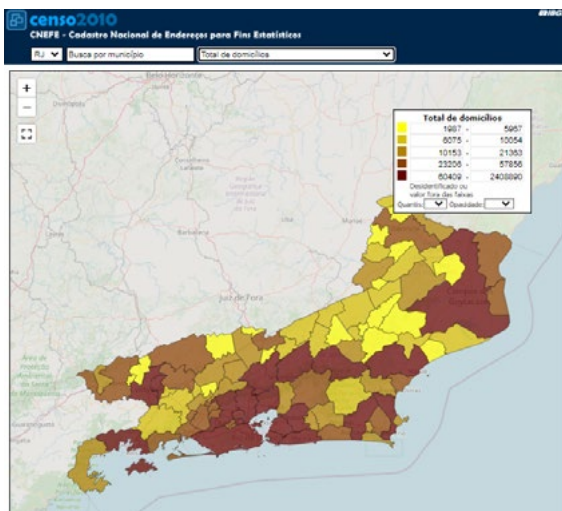
Coletiva de imprensa para lançamento do Censo Demográfico 2010

Criamos o BDO, o Banco de Dados Operacionais do Censo 2010. E foi super legal, porque a gente colocou num lugar só com acesso a toda a nossa Rede de Coleta e até o Posto de Coleta uma base de informação cada Município com seus Setores [Censitários], descritivo do Setor, todas as informações daquele Setor. E ali, a partir dali que a Base Territorial e o nosso primeiro instrumento da infraestrutura de organização do censo. Então, tá tudo lá para todo mundo acessar e saber exatamente quais são os Setores, tamanho dos Setores, descritivo dos Setores. A partir daí, as UEs fazem estimativa de custos a gente coloca lá as tabelas de remuneração da coleta e eles fazem estimativa de custo definem qual é a taxa de pagamento para cada Setor Censitário, quanto é que tem que pagar de ajuda de custo para o recenseador de cada Setor, então todas essas informações são alimentadas ali no BDO. O IBGE já não tinha um lugar onde tivesse o endereço de todas as Agências, fácil, para ser extraído por qualquer pessoa. Todas as Agências do IBGE, depois todos os Postos de Coleta, a gente criou isso no BDO. A fonte, se alguém quer saber quais são as Agências do IBGE, onde está localizada a cada uma delas quem é o Chefe, quem é o substituto quantos funcionários tem, acessa o BDO que tem tudo lá. E isso foi tão rico, tão importante para ajudar na administração, gerenciamento da coleta, que depois o IBGE pediu para ficar o BDO, ele ia ser desmontado no final do censo, para ficar permanente. Hoje, ele é permanente. E a DI usa para colocar os insumos de todas as suas pesquisas. Começou com a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios]. Hoje, eles fazem isso para outras pesquisas também. Tiram os insumos. Cada Município, quais são os Setores, a qual Agência ele está subordinado, para poder mandar os insumos para aquela Agência. Foi uma coisa criada para o censo, que foi incorporada para o IBGE de um modo geral. Isso foi uma criação, uma ideia nossa. Começou da minha cabeça. Eu chamei o Márcio Imamura, que até hoje é o gerente

da área de informática da COC, e o Márcio criou, ele não tinha equipe, era equipe do eu sozinho. A gente chamou vários, convidou, abriu convites para analistas que tinham sido contratados no concurso público nas Unidades Estaduais que reclamavam muito que estavam meio esvaziados, não tinham muito que fazer. Gente nova, muito bem-formada, muito capacitadas e que achavam muito limitado o trabalho que era oferecido nas Unidades Estaduais para eles. Então, foi um grande motivador eles poderem participar da criação do BDO. Então, era o Márcio lá na COC começando com 15 ou 17 analistas de todos os Estados. Foi diminuindo, muita gente foi saindo. Ficou lá com uma meia dúzia. Hoje, acho que ele tem umas três ou quatro. Porque o trabalho começa a pesar em outras coisas, as pessoas são retiradas para outros trabalhos. A gente contratou uma pessoa para ficar lá junto com o Márcio. Mas era uma equipe muito pequena trabalhando com esses recursos remotos das Unidades Estaduais. Funcionou super bem e a gente sempre consultou as Unidades Estaduais. A construção do BDO também foi muito participativa. O que as Unidades Estaduais, desde a sede até as Agências, os Postos de Coleta, precisam para gerenciar o censo? Precisam para trabalhar? Precisam para fazer suas pesquisas? Como é mais fácil? Como essa informação pode estar disponível para vocês? O que é preciso? Só o que é preciso. Não queremos nada enfeitado. O Márcio sempre falou: *“Tem que ser uma coisa simples que todo mundo acessa, que todo mundo usa. Não queremos ficar fazendo coisa bonitinha, cheia de firulas que acaba mais atrapalhando do que ajudando. É o essencial para o trabalho”*. Hoje, o BDO é uma ferramenta reconhecidíssima no IBGE como uma fonte que te ajuda, uma ferramenta que ajuda o trabalho das Agências. Isso tudo a gente desenvolveu muito no Censo 2010 e continua aperfeiçoando, incorporando novos módulos. Tem várias coisas. Até a DGC [Diretoria de Geociências] já tem seus módulos lá no BDO. A DI faz o uso bastante dessa questão dos insumos, a DE também.

Hoje, a gente tem um banco com endereços e tudo mais. Todas as informações, de todas as Agências, de todos os Postos de Coleta. É uma ferramenta gerencial, também muito boa, que a gente criou.

Tela do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Na imagem é possível observar o total de domicílios do Estado do Rio de Janeiro



Uma coisa assim que a gente vem evoluindo muito também é com relação ao cadastro de endereços, que a gente começou lá atrás, a partir das folhas de coleta do Censo 2000. A gente digitalizou as folhas de coleta e criou. O Wolney Cogoy de Menezes é o coordenador desde o início. Criou o Cadastro Nacional de Endereços, que é uma ferramenta muito fantástica, que realmente garante o controle, o percurso, a cobertura do Território Nacional. E junto com a Base Territorial. Uma coisa que eu dizia desde o início: Base Territorial e cadastro de endereço se casaram e esse casamento é indissolúvel, é para sempre. Quando a gente, em 2010, fez a pré-coleta. Porque, no começo, a gente criou o Cadastro Nacional de Endereços, que era Setor a Setor, a relação de cada quadra, cada face de quadra, os endereços, por exemplo: Rua José Bonifácio, número 11, número 13, 15. Aí virava a esquina, outra rua. E esse cadastro era entregue, carregado no equipamento do recenseador, o equipamento de coleta, junto com um mapinha do Setor, que é gerado pela DGC. E então eram coisas separadas: uma coisa era o mapinha do Setor, outra coisa era o cadastro de endereço. Em 2010, na pré-coleta, a gente juntou as duas coisas. A gente associou cada face de quadra com a lista de endereços daquela face de quadra. Essa foi a pré-coleta: a associação da Base Territorial com cadastro de endereço. Foi feito o casamento. E a gente vem aperfeiçoando essas duas ferramentas. O recenseador clica, tem um mapinha dele lá no equipamento. Ele clica naquela quadra, naquela face de quadra e abre a lista de endereços que tem ali. Ele pode confirmar e fazer entrevista, ele pode excluir, se um domicílio fechou. Se não é mais um domicílio, agora virou um escritório de advocacia, ele cancela, exclui. Ele pode incluir, se, de repente, surgiu um prédio. Tinha uma casa, agora tem um prédio com 50 apartamentos. Isso aí é o que garante a cobertura de todo o território. Na zona rural, na zona urbana, nos aglomerados, nas favelas e tudo mais. Em 2020, a gente fez grandes avanços pegando cadastros das distribuidoras de energia elétrica, porque fornecimento de energia elétrica é o serviço público mais universal que a gente tem. Qualquer casinha nova, constrói no terreno ilegal, em um loteamento ilegal, logo o proprietário pede ligação de energia elétrica, e a distribuidora, para poder cobrar aquilo, inclui no seu cadastro. Então, a gente tem já há alguns anos os cadastros das distribuidoras de energia elétrica do Brasil todo. Agora, a gente conseguiu do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] os cadastros dos programas assistenciais. De todos que têm nome, endereço de uma grande parcela da população, principalmente das periferias onde moram as famílias de menor renda que são alvo desses programas sociais. Conseguimos com a [Secretaria da] Receita Federal também o cadastro do Imposto de Renda, os endereços e telefones, que agora é importante ter o telefone também. A gente fez muitos convênios e parcerias com essas entidades todas, públicas e privadas, que têm cadastro de endereço. Com prefeituras, para enriquecer, para

aperfeiçoar, para melhorar o nosso cadastro e oferecer para o recenseador um cadastro mais atualizado possível, e quando a gente consegue bater o endereço que tenha no nosso CNEFE, Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, o endereço do CNEFE com o endereço de outro cadastro que tenha o telefone, a gente capta aquele telefone e coloca no CNEFE e o recenseador vai poder usar para fazer contato, se ele tiver dificuldade para encontrar a família, para fazer a coleta pelo telefone. Esse foi um grande avanço. A gente contratou, na época da Presidente Susana¹⁵, ela conseguiu recursos em um convênio com o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], com o Banco Mundial, e a gente contratou uma consultoria que nos ajudou nesse trabalho de fazer esse “merge” de cadastros para capturar informações, para melhorar o CNEFE.



O orçamento do censo foi tema de notícias em toda a imprensa nacional, bem como na Agência IBGE Notícias

[...] Quando a gente começou a planejar esse Censo [2022], lá em 2016, 2017, era um questionário que a DPE propôs. Atendia a demanda de ministérios, de toda a sociedade. Era um questionário gigantesco, com 120 e tantas perguntas. Nós fizemos o orçamento para isso. Você sabe que 70% do orçamento é pagamento de pessoal e a DPE pedia seis recenseadores, no máximo, por supervisor. A gente fez a correção de salários de 2010 para cá, segundo a inflação, procurando dar uma melhorada na remuneração e atendendo a todas as demandas de todo mundo, as melhores condições. Quer dizer, o censo dos sonhos de todos. O questionário que todos queriam e com as melhores condições de infraestrutura, de preparo, de equipamentos. O censo dos sonhos de todos. Esse orçamento bateu em mais de R\$ 3 bilhões, ainda na época do

¹⁵ Susana Cordeiro Guerra, Presidente do IBGE (2019-2021).

Presidente Paulo Rabello¹⁶. Ele foi o primeiro a apresentar esse orçamento e dizer: *“Vamos conseguir, vamos buscar, vamos ter”*. E aí mudou a Direção. *“Não, não dá. É muito dinheiro”*. E aí eu disse: *“Olha, o orçamento está feito, segundo os parâmetros que a COC recebeu. Pode mudar? Pode cortar? Pode reduzir? Pode! Mas tem que mexer nos parâmetros”*. E o primeiro de todos é o questionário, o tamanho do questionário. É o maior questionário de censo do mundo. E aí a Presidente chamou o Diretor [da Diretoria de Pesquisas], contactou o novo Diretor e ele teve a missão de reduzir o questionário. Aí teve toda uma discussão que eu não vou entrar nisso e reduziu o questionário. A gente começou a refazer aquela estimativa de um supervisor para seis recenseadores. A gente passou para oito. E aí apresentou um orçamento de, se não me engano, R\$ 2,7 bilhões. *“Não, não pode. Tem que cortar”*. A gente ainda apresentou, acho que esse orçamento foi de quase R\$ 2,7 bilhões para o Ministério [da Economia]. Aí veio a ordem: *“Não, tem que ser dois”*. E a gente chegou a ter o orçamento aprovado. Acho que de R\$ 2,4 bilhões, se não me engano, não me lembro. A última: *“Não, tem que ser R\$ 2 bilhões”*. Ah, tem que cortar em pessoal, porque o resto já está enxuto. Enxugamos tudo que era possível e, então, como 70% do orçamento é pessoal, como que eu corto R\$ 300 milhões, R\$ 400 milhões? A gente teve a aprovação de R\$ 2,347 bilhões. Como que eu corto R\$ 347 milhões? Quase, 20% do orçamento. Tem que cortar em pessoal. A gente reduziu o número de supervisores. Passou para um supervisor para 10, até 12 recenseadores. A gente tinha um sonho de melhorar a remuneração do recenseador e a gente esqueceu isso, para não cortar a remuneração do recenseador, que estava no limite mínimo, que era o que foi pago em 2010 corrigido pela inflação. A gente entendia que não podia ser menos que isso. Tinha que cortar o número de supervisores. A gente fez o ajuste e colocou no BDO, para as Unidades Estaduais ajustarem. Foi uma gritaria, uma choradeira geral. Mas fizeram os cortes. Era isso ou nada. A gente ajustou o orçamento para R\$ 2 bilhões.

Eu acredito, sim, que o censo está bem-planejado, as Unidades Estaduais estão preparadas. O trem está nos trilhos. Eu acho que a Direção do IBGE, os nossos colegas das Unidades Estaduais, de todas as Diretorias, estão todos preparados para fazer um bom censo. Eu acredito que sim. Torço muito para que isso aconteça, porque, afinal, é um pouco do meu filhinho. O Presidente Sérgio Besserman¹⁷ dizia no censo que a gente fez em 2000 juntos, que era o nosso filhinho. O David [Wu Tai] também falava: *“Não mexam com o censo, porque é o filhinho da Maria Vilma. Se mexer, ela vira bicho, vira onça”*. E é verdade. Então, mesmo eu estando afastada, eu sinto como um filhinho que eu não abandonei.

¹⁶ Paulo Rabello de Castro, Presidente do IBGE (2016-2017).

¹⁷ Sérgio Besserman Vianna, Presidente do IBGE (1999-2003).

Eu acho que ajudei a colocar o trem nos trilhos e ele será bem-conduzido pela turma que ficou. E eu torço muito para que seja um sucesso, que seja bem-feito. O Brasil merece. E esse custo R\$ 2 bilhões não é um dinheiro qualquer. É um dinheiro pesado para o País. A gente tem que fazer jus a ele e oferecer, ofertar bons resultados. Tanto pela necessidade das informações, quanto do bom gasto, da boa aplicação do dinheiro público.



Setor de apuração nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista com

Valéria da Mota Leite

15 de maio de 2003

O IBGE não tinha a liberação dos recursos necessários. E nisso foi sendo adiada. Então, algumas coisas, por exemplo, mandar imprimir os milhões de questionários e depois não sair os recursos, como é que esses questionários iam ser pagos? Nós tínhamos os treinamentos que começam quase um mês antes, os recursos de treinamento, né. Então, na verdade, não havia a certeza de que a gente teria os recursos, então, certas medidas não puderam ser iniciadas, quando deveriam ser feitas. Elas foram atrasando, atrasando, atrasando. No momento que disseram *“Agora pode”*, aliás, não chegaram a dizer *“agora pode”*, na verdade, nós dissemos *“Agora não adianta dizer que pode, porque não vai dar mais tempo”* e com isso nós tivemos apoio, porque para o Censo 1990 nós contamos com uma comissão de técnicos, técnicos renomados de fora. Acho até que essa comissão foi mantida. Fazia parte o José Alberto Magno de Carvalho, do CEDEPLAR [Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG], a Elza [Salvatori] Berquó, do CEBRAP [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], do NEPO [Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP]. Várias pessoas importantes da área de Demografia que acompanharam com a gente e deram também todo o apoio. Nós fazíamos reuniões mensais e viram a situação pela qual estávamos passando e que deram apoio, quando nós dissemos que não tinha mais jeito, que tinha que adiar mesmo. Então, esse foi o problema inicial do Censo 1991.

Entrevista com

Elson dos Santos Mattos

6 de novembro de 2001

Nessa época do UNIVAC¹⁸, ainda no tempo do Jurandir¹⁹, houve um problema. O Governo não deu dinheiro para fazer Censo [1960]. Ele não deu os recursos. Mas o Jurandir cismou de lançar o censo. Ele conseguiu [...] uma máquina rotativa daqueles cacarecos velhos e conseguiu trazer essa máquina e instalar na Gráfica. E comprou papel de jornal para imprimir os questionários. Imprimiu e lançou o censo. Lançou a operação do censo e os recenseadores começaram a querer receber e não tinha dinheiro. Alguns recenseadores se negaram a entregar o material coletado, outros botaram fogo no material. Então, esse censo foi muito prejudicado e que obrigou posteriormente a uma comissão, também de alto nível, se não me engano, Isaac Kerstenetzky²⁰ era um dos técnicos, aí encontraram através de fórmulas matemáticas uma possibilidade de estabelecer resultado para não perder a série, senão o IBGE ia perder aquela série. Aí ele saiu, entrou Rafael [da Silva] Xavier, não tinha dinheiro mesmo. O que veio para cá se apurou e o que não veio se tentou recuperar alguns resultados. Eu acho que chegaram a encontrar uma fórmula de reestabelecer.

Entrevista com

Domingos Elias Schanowski

realizada na Unidade Estadual de São Paulo em 2 de julho de 2012

O Censo 1980, o que foi bom para nós, principalmente aqui em São Paulo, é que além do trabalho que foi até bem-feito em todo o Estado, daí foi fornecida a mão de obra que hoje toca praticamente o IBGE. Além do pessoal contratado temporário que eu sei que está trabalhando em todas as Unidades da Federação, aqui em São Paulo, um grande número de pessoas que hoje está ocupando cargos de Direção do IBGE, como os Chefes de Agências, os

¹⁸ O computador de grande porte UNIVAC (Universal Automatic Computer), da Remington Rand, foi adquirido pelo IBGE, em 27 de janeiro de 1960, para apuração do Recenseamento Geral de 1960. A nova tecnologia foi um marco na história da Instituição e do País. Para informações adicionais sobre o tema, consultar: SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *O desafio de retratar o País: entrevistas com os Presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 174. Organização, introduções, entrevistas e notas dos autores. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

¹⁹ Jurandir de Castro Pires Ferreira, Presidente do IBGE (1956-1958 e 1958-1961).

²⁰ Presidente do IBGE (1970-1979).

supervisores, são pessoas que vieram do recenseamento de 1980. Trabalharam como supervisores na época, agentes censitários. Na ocasião, o IBGE estava sendo regido por CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Podia contratar pessoas que se destacavam em determinado trabalho, e foi o que nós fizemos.



Exame de seleção para o Censo Demográfico 1980 realizado nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Entrevista com

Gilberto Scheid

14 de novembro de 2001

Se todos se lembram, o IBGE precisava da liberação dos recursos até uma determinada data, 1989, 1990, nesse intervalo, e por conta daquelas intervenções todas que se deram no Governo Collor [1990-1992], através da Ministra da Economia, Zélia Cardoso²¹ — o João Santana era o Ministro de Administração²² —, a verba não foi liberada a tempo do IBGE contratar a mão de obra temporária e usar de

²¹ Zélia Maria Cardoso de Mello, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento (1990-1991).

²² João Eduardo Cerdeira de Santana, Secretário de Administração Federal (1990-1991).

diversos recursos para se preparar para o Censo 1990. A situação ficou tão grave que — todos se lembram — o censo teve que ser transferido para 1991 com graves consequências para séries históricas decenais. Enfim, o censo que deveria ter sido realizado em 1990 foi em 1991. E na verdade, a Gráfica do IBGE já tinha iniciado a impressão de grande parte dos instrumentos para o Censo 1990 que se perderam e, como o censo teve que ser realizado em 1991, houve evidentemente algumas modificações e grande parte dos instrumentos tiveram que ser inutilizados e imprimidos novamente. Mesmo assim, a Gráfica do IBGE, mais uma vez, cumpriu com o seu papel, como cumpriu nos Censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1991, nesses censos todos. Então, na verdade, a partir de 1980, 1981, até 1990, o abandono da Gráfica se deu de forma, vamos dizer assim, mais incisiva, de forma mais comprometedora.



Censos experimentais

O Censo Experimental é uma preparação prévia ao Censo Demográfico, na qual o IBGE busca testar e avaliar os métodos, procedimentos, equipamentos e materiais que serão empregados na operação real, com o objetivo de aprimorar a qualidade e a precisão dos dados coletados. Assim, os censos experimentais visam identificar possíveis problemas e ajustar os procedimentos metodológicos para que a operação censitária, ao final, ocorra sem contratempos. Adicionalmente, eles permitem que diversas tecnologias e procedimentos sejam testados, como a coleta de dados por meio de dispositivos móveis, o uso de questionários eletrônicos, a realização de entrevistas, entre outras opções. É importante destacar que os censos experimentais são fundamentais para assegurar a qualidade dos dados coletados.

O primeiro Censo Experimental na história dos recenseamentos ocorreu, em 1957, em Ituiutaba, em Minas Gerais, com vistas ao Censo Demográfico 1960. Dois anos depois, outro foi realizado em Brasília, no Distrito Federal, antes mesmo de sua inauguração. Foi uma excelente oportunidade para o Presidente Juscelino Kubitschek²³ conhecer a situação demográfica da nova Capital do País, inaugurada em 21 de abril do ano seguinte.

Durante a preparação para o Censo Demográfico 1970, estava previsto um Censo Experimental em Contagem, em Minas Gerais. No entanto, por falta de recursos financeiros, essa etapa foi cancelada e somente voltou a ser realizada em 1979, na Cidade de Taubaté, em São Paulo, no âmbito do Censo Demográfico 1980. Esse teste foi realizado em conjunto com uma pesquisa

²³ Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente do Brasil [1956-1961].

sobre o consumo de energia elétrica e combustível para a organização da Matriz Energética do Brasil.

Como teste final dos métodos, procedimentos, equipamentos e materiais para o Censo Demográfico 1991²⁴, o Censo Experimental ocorreu, em 1989, na Cidade de Limeira, também em São Paulo.

Com vistas ao Censo Demográfico 2000, o Censo Experimental, em 1999, foi realizado em duas Cidades: Marília, em São Paulo, e Bonito, no Pará. Somente após esse teste, o plano definitivo da pesquisa foi aprovado.

Para o Censo Demográfico 2010, o Censo Experimental foi realizado no Município de Rio Claro, em São Paulo; nos Distritos de Santo Antônio do Tauá, no Pará, Bonfim da Feira, na Bahia, Guaporé, no Rio Grande do Sul, e Fazenda Nova, em Goiás; e num Setor Censitário de Terra Indígena, chamado Aldeia Velha, Iar dos Pataxó, em Arraial D'Ajuda, localizado em Porto Seguro, na Bahia. A ampliação do Censo Experimental foi essencial devido às inúmeras novidades implantadas nessa edição da pesquisa, principalmente a utilização de PDA (Personal Digital Assistant), o que trouxe ganho de qualidade à operação, ao reduzir as possibilidades de erros na realização das entrevistas e ensejar a pré-crítica automática e a transmissão dos dados aos computadores locais. Em cada uma das áreas selecionadas, o IBGE escolheu observadores nacionais e estrangeiros para acompanhar o trabalho de campo e registrar suas impressões sobre os aspectos positivos e negativos dessa operação.

O Censo Experimental para o Censo Demográfico 2022²⁵ foi realizado em 2019, no Município de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Todos os domicílios da Cidade foram visitados pelos recenseadores, e também foi possível responder a pesquisa pela Internet. Além de Poços de Caldas, áreas selecionadas em outros Municípios, por terem características específicas, também participaram do Censo Experimental. São elas: Terras Indígenas - Terra Indígena Entre Serras, nos Municípios de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia, em Pernambuco; Terras Quilombolas - São Miguel, Rincão dos Martimianos, Barro Vermelho e Comunidade Quilombola Alpes, no Rio Grande do Sul; Aglomerados Subnormais - Município de Juiz de Fora

²⁴ Não houve Censo Demográfico em 1990. Para essa operação, o IBGE precisava contratar mais de 180 mil pessoas em caráter temporário, porém a autorização para contratação desse contingente foi sendo protelada, visto que o governo tinha a diretriz de reduzir o quadro de servidores públicos. Quando o procedimento, por fim, foi autorizado, em julho de 1990, não havia mais tempo hábil para se realizar o processo seletivo público para contratação dos recursos humanos destinados à operação, cuja coleta de dados estava programada para se iniciar no mês de setembro. Por tal motivo, o IBGE decidiu realizar o Censo Demográfico em 1991.

²⁵ O IBGE se planejou para a execução do Censo Demográfico 2020, tal como definido por lei, porém, em virtude da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, e do profundo corte orçamentário ocorrido em 2021, a operação foi replanejada para o ano seguinte.

(11 Setores Censitários), em Minas Gerais; Condomínios com coleta especial - Municípios do Rio de Janeiro (dois Setores Censitários) e de São Paulo (dois Setores Censitários); Público “não falante de português” - São Paulo (um Setor Censitário); e Testes de diferentes frações amostrais - nos Municípios de Ermo, em Santa Catarina (50%), General Sampaio, no Ceará (33%), e Rio de Janeiro e São Paulo (5%).

Vale lembrar que, além do Censo Experimental, outros testes foram realizados: Testes Cognitivos de Questionário, como o do quesito de cor ou raça (2016), o de captura de pertencimento étnico-quilombola (2016), e o do quesito de investigação de autismo (2019); Teste de Coleta pela Internet (2018); Primeira Prova Piloto (2018); Segunda Prova Piloto (2019); Teste Remoto e Teste de Abordagem por Telefone (2020); Teste na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro (2021)²⁶; e, por fim, um Teste Nacional (2021), abrangendo todas as Unidades da Federação.

Entrevista com

Edmund Massadar

25 de setembro de 2002

Deixa-me falar só mais um pouquinho sobre Censo Experimental. Depois, em abril de 1959, a pedido de Juscelino²⁷, fomos fazer o Censo de Brasília. Foi uma experiência interessantíssima. O Juscelino queria saber, um ano antes da inauguração, qual era a população daquela região, Planaltina e Brasilândia e outras pequenas Cidades ali no entorno do Distrito Federal e ficamos um mês lá. Foi muito interessante, foi uma experiência muito interessante e houve dois fatos curiosos que valem a pena relatar. Um deles foi quando nós terminamos a coleta, uma coleta, modéstia à parte, que eu participei, muito bem-feita. Quando terminou, um dos nossos colegas inadvertidamente deu o resultado para um jornalista, e o [Heitor da Câmara] Vellôzo queria comunicar diretamente ao Presidente. Claro! O Presidente que pediu. Aí, o Vellôzo ficou chateado, e tal, e tal e o que a gente faz? *“Será que não dá pra você ver? Sai por aí com o motorista no Jeep, vê se você encontra alguém que não foi recenseado”*. Olha! Foi uma parada, mas eu encontrei lá no meio do mato, uma cabana muito mal-arranjada, escondidinha mesmo. Eu tive sorte, eu procurei diversas, todo mundo

²⁶ A localidade foi escolhida por conta do avançado estado de imunização de sua população, uma vez que haviam sido aplicadas as duas doses iniciais da vacina contra o novo coronavírus. O principal objetivo desse teste, realizado entre os dias 6 e 24 de setembro de 2021, consistiu em avaliar os aplicativos e sistemas desenvolvidos especificamente para o Censo Demográfico 2022, com os seguintes propósitos: corrigir eventuais falhas e aperfeiçoar essas ferramentas para a operação censitária final, além de testar, pela primeira vez em campo, a aplicação simultânea das três modalidades de coleta: presencial, pela Internet, e por telefone.

²⁷ Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente do Brasil (1956-1961).

tinha sido recenseado. O trabalho foi muito bem-feito. Nós levamos uma equipe bem-experiente, todos os funcionários do próprio IBGE que já tinham experiência em coleta. Aí encontrei e perguntei: “Já foi recenseado?”, “Não”, “Então o senhor me permite recenseá-lo?”. Aí comecei: um casal idoso, três ou quatro filhos homens e mulheres, todos eles sífilíticos. Poxa! Eu tomei um susto. Não sei como é que eu soube disso. Alguém disse, um deles disse, “Sei lá!”. Aí comecei a recensear. Um negócio impressionante. Olha, fiquei impressionado com aquilo!

[...] me referindo ao censo que eu conheci melhor, trabalhei a vida toda, nós fizemos diversos mapas, dois censos experimentais muito bons, um em Ituiutaba, fomos fazer um trabalho de pesquisa, pesquisa mesmo, direta, fizemos um censo em Ituiutaba, em Minas Gerais, e para testar diversos aspectos do questionário do Censo Demográfico, sempre Censo Demográfico, o Heitor Vellôzo participou, ele era o Chefe e foi um trabalho muito interessante em Ituiutaba e fizemos diversas pesquisas e, por exemplo, uma das pesquisas que foi feita e não foi avante não sei por que, eu acho que isso deveria ser reestudado, era a entrega do questionário na casa de cada habitante para ele mesmo preencher o questionário na distribuição prévia, lembra? Era isso, a distribuição prévia do questionário, por quê? Para ganhar velocidade, para ganhar autenticidade, é claro que essa autenticidade teria que ser muito bem-cuidada, teria que haver uma campanha de mobilização de esclarecimento da população, não seria distribuída, seriam Bairros selecionados, isso, nós ganharíamos muito tempo nisso, quando o recenseador passasse nas quadras, era só recolher, depois, fazia a crítica e a correção, se fosse necessário, voltaria à casa. Eu acho que isso seria interessante desenvolver.



Funcionários do IBGE durante o Censo Experimental de Brasília, realizado em 1959 como preparação para o Censo Demográfico 1960

Entrevista com

Vinícius Fonseca

10 de dezembro de 2002

[...] houve um terceiro fato dentro do IBGE que foi muito importante no meu caso pessoal, não só para mim, mas para o próprio sistema estatístico: o Censo Experimental de Brasília. No Censo de Brasília de 1958, que foi um Censo Demográfico Experimental, sobretudo experimentou-se não somente programa de coleta, que era importante, acredito que de certa forma dominava, porque já tinha uma estrutura montada, as Agências Municipais já funcionavam, e o Serviço Nacional de Recenseamento [SNR] já tinha experimentado em censos anteriores, inclusive no Censo 1940.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Os estudos preliminares do Censo 1970 começaram a ser feitos. Sr. Heitor [da Câmara] Vellôzo normalmente comparecia às reuniões do Instituto Interamericano de Estatística [Inter-American Statistical Institute - IASI], da OEA [Organização dos Estados Americanos], e lá eram dadas diretrizes mínimas para os censos das Américas, para os países americanos. Em 1976 ou 1977, eu tive a oportunidade de comparecer a uma reunião dessas, porque a reunião foi nos Estados Unidos, eu estava fazendo um curso lá e eu pedi para assistir aos debates. Eram incluídas também outras características próprias da população, das condições domiciliares brasileiras, necessárias ao planejamento governamental, empresarial etc., mas não havia uma consulta aos usuários, como depois passou a haver no Censo 1980. Nos moldes do Censo 1950, que foi feito em Ituiutaba, Minas Gerais, e de 1960, que foi feito em Brasília, foi realizado também um Censo Experimental em Presidente Prudente, em São Paulo. Aliás, na metodologia do Censo Demográfico, consta que não houve esse Censo Experimental e ele seria em Contagem [Minas Gerais]. Eu não me recordo de ter ouvido falar em Contagem. Eu sei que foi em Presidente Prudente, porque eu participei. E como todo Censo Experimental, tinha como objetivo recolher os elementos para aperfeiçoamento dos formulários, instruções, métodos e processos de coleta, visando à definição do plano definitivo. Os resultados foram analisados pelo serviço da amostragem pelo Luiz Nery [da Costa].

Entrevista com

Luiz Nery da Costa

8 de maio de 2002

Vamos falar agora sobre o Censo Experimental de Limeira. Em 1988, o IBGE realizou o Censo Experimental de Limeira, com vista ao censo que seria de 1990 e, na realidade, foi feito em 1991. Foi feito também em Limeira [São Paulo] a pesquisa de avaliação da omissão de domicílios e sobre os quesitos do registro civil, nascimento de criança nas maternidades, casas de saúde de Limeira. Era uma ótica diferente que eu queria adotar, para ver se podia no futuro adotar isso no IBGE.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

[...] E a exemplo do censo anterior, também foi feito um Censo Experimental. Nesse Censo Experimental, inclusive se testou a cor do questionário, o que era melhor para a digitação, o que era melhor para a codificação e tal, além do que é normal testar em um Censo Experimental. Foi o Censo Experimental de Taubaté [São Paulo].



Encontro com autoridades por ocasião do Censo Experimental de Taubaté (São Paulo). Conversando à direita, Isaac Kerstenetzky



Base Territorial

A Base Territorial é o sistema de informações espaciais concebido para dar suporte à coleta e à divulgação de dados estatísticos. Ela é formada por uma base gráfica de informações georreferenciadas e por representações das estruturas territoriais (divisão político-administrativa, cidades, povoados, agrupamentos indígenas, entre outros elementos espaciais), integrada a um conjunto de cadastros alfanuméricos geocodificados. Por meio dos bancos cadastrais e gráficos da Base Territorial, constitui-se a malha de Setores Censitários, a partir dos quais o IBGE traça o caminho que os recenseadores percorrem durante a coleta de dados nos domicílios brasileiros.

Para garantir que a coleta e a divulgação dos dados estejam coerentes com a divisão político-administrativa vigente, o IBGE acompanha a evolução dos limites territoriais nas esferas estadual e municipal. Toda essa organização se encontra representada, geograficamente, por meio dos Setores Censitários.

Os Setores Censitários são classificados em urbanos ou rurais, considerando-se as características da ocupação, os usos do território e as situações de concentração ou dispersão dos domicílios. Além disso, essas unidades de coleta e divulgação são também diferenciadas quanto à existência de situações específicas de coleta (Aglomerados Subnormais, Agrupamentos Indígena e Quilombola, Agrovilas, Alojamentos, Acampamentos, Quarteis etc.) e quanto à sua localização em recortes territoriais específicos, como Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação. A Base Territorial é essencial para garantir a qualidade e a precisão dos dados coletados em cen-

tos demográficos, permitindo que o IBGE possa produzir informações estatísticas confiáveis e relevantes sobre a população brasileira.

Ao longo do tempo, houve um amplo avanço no desenvolvimento da Base Territorial do Censo Demográfico. No primeiro recenseamento geral realizado no Brasil, em 1872, ainda no Império, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística, a unidade mínima de coleta era a paróquia, mas, em 1900, uma divisão administrativa foi adotada em seu lugar. Somente em 1940, a divisão estatística dos territórios foi implantada, por meio de Setores Censitários. A existência de bons mapas era essencial para a construção de uma boa Base Territorial, e o IBGE trabalhou para alcançar esse objetivo.

No Censo Demográfico 1950, apenas 19% dos mapas utilizados estavam adequados para fins cadastrais, e não havia cópias de Mapas de Setores Censitários disponíveis para o recenseador.

Para o Censo Demográfico 1960, devido às deficiências dos mapas, foi necessário adaptar Mapas Municipais enviados para a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros²⁸, o que ainda não era satisfatório para o trabalho. Isso, no entanto, foi o pontapé inicial para um projeto mais robusto de Base Territorial, chamado Mapas Municipais Censitários, que visava uma contínua atualização.

Na preparação para o Censo Demográfico 1970, a base operacional censitária foi atualizada a partir da utilização da Aerofotogrametria, com a ajuda da Força Aérea dos Estados Unidos.

No Censo Demográfico 1980, efetuou-se a mudança dos Mapas Municipais Censitários para Mapas Municipais para Fins Estatísticos. A ideia era ampliar a utilização da base para outras pesquisas do IBGE. Para o projeto, foram utilizadas as folhas topográficas mais atualizadas, as folhas planimétricas do Projeto RADAM²⁹, e os Mapas Municipais Censitários do censo anterior. Esses

²⁸ Para informações mais detalhadas sobre essa coleção, consultar: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. 36 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliot-ca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: dez. 2023.

²⁹ Em 1970, foi criado, no âmbito do Ministério das Minas e Energia, o Projeto Radar na Amazônia - Projeto RADAM. Sua finalidade inicial era de, com o uso do sensoriamento remoto por radar, efetuar um minucioso levantamento dos recursos naturais disponíveis em uma ampla área da Amazônia Brasileira, compreendendo cerca de 1 500 000 km² ao longo do curso da Rodovia Transamazônica. Após uma avaliação dos resultados obtidos no primeiro quinquênio do Projeto, sua área de cobertura foi ampliada, estendendo-se, em 1975, a todo o Território Nacional, quando passou a se denominar RADAMBRASIL. Em 1985, a coordenação do RADAMBRASIL foi transferida para o IBGE, que absorveu todo o acervo técnico e o corpo de profissionais do Projeto. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar a publicação: DESBRAVAR, conhecer, mapear: memórias do Projeto RADAM/RADAMBRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 338 p. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional, 24). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101614>. Acesso em: dez. 2023.

mapas continuaram sendo aperfeiçoados no decorrer do trabalho, com a colaboração dos agentes de estatística.

No Censo Demográfico 1991³⁰, foram utilizados os melhores recursos da época, como os Mapas Municipais Estatísticos e os Mapas Estatísticos de Localidades, que foram atualizados em campo.

Para o Censo Demográfico 2000, a maior parte dos Mapas da Base Territorial foi digitalizada, exceto por 18%, devido à falta de mapeamento básico na escala adequada.

No Censo Demográfico 2010, houve um importante avanço: o PDA (Personal Digital Assistant), cuja adoção permitiu o uso integrado da Base Territorial, que era totalmente digital, com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE³¹. Isso permitiu que o recenseador atualizasse os endereços no próprio aparelho.

Desde o Censo Demográfico 2010, foram criados cinco novos Municípios e 364 novos Distritos, os quais foram incorporados aos cadastros e mapeamentos do IBGE, e, nas áreas rurais, foram identificados 12 807 aglomerados domiciliares novos. Isso resultou em um acréscimo de 135 672 Setores Censitários, passando de 316 574, em 2010, para 452 246, na operação realizada em 2022, dado que o Censo Demográfico 2020 não foi realizado na data prevista, em virtude da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, e do profundo corte orçamentário ocorrido em 2021. Tal acréscimo representou um crescimento de, aproximadamente, 42% da Base Territorial.

Na atualização da Base Territorial do Censo Demográfico 2022, cumpre realçar, o uso de imagens orbitais de alta resolução em todo o País trouxe um importante avanço à operação. Essa tecnologia permitiu melhorar os limites dos Setores Censitários, aprimorar a classificação das áreas urbanas e rurais e identificar localidades rurais e remotas que antes só poderiam ser mapeadas em campo, o que reflete não

³⁰ Não houve Censo Demográfico em 1990. Para essa operação, o IBGE precisava contratar mais de 180 mil pessoas em caráter temporário, porém a autorização para contratação desse contingente foi sendo protelada, visto que o governo tinha a diretriz de reduzir o quadro de servidores públicos. Quando o procedimento, por fim, foi autorizado, em julho de 1990, não havia mais tempo hábil para se realizar o processo seletivo público para contratação dos recursos humanos destinados à operação, cuja coleta de dados estava programada para se iniciar no mês de setembro. Por tal motivo, o IBGE decidiu realizar o Censo Demográfico em 1991.

³¹ Surgido em 2005, a partir da sistematização dos dados coletados pelo Censo Demográfico 2000, o CNEFE contempla informações sobre domicílios e estabelecimentos de todo o País, sendo totalmente atualizado a cada nova operação censitária. Um cadastro de endereços atualizado contribui para que as pesquisas do IBGE realizem seu planejamento, dimensionem sua operação de forma eficiente e alcancem os seus informantes com sucesso, e, no caso das pesquisas amostrais, constitui insumo primordial para a seleção dos endereços que participarão da coleta.

só a dinâmica territorial do País, como também o constante aperfeiçoamento das técnicas de mapeamento pelo IBGE. Como resultado, foram produzidos mapas para cada Setor Censitário e para os recortes operacionais da pesquisa, incluindo Mapas Municipais, Mapas Urbanos, bem como Mapas de Terras Indígenas e de Agrupamentos Quilombolas. Cada Mapa de Setor Censitário foi produzido em duas versões: uma com informações cartográficas básicas e o croqui dos arruamentos; e outra com uma imagem orbital detalhada da área a ser recenseada. Tal iniciativa proporcionou uma correta orientação das equipes de coleta em todo País, com a impressionante marca de 1 milhão de mapas.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

O Censo 1940 deu origem, dentre outras coisas, à Cartografia Municipal no Brasil utilizada até hoje. Isso ocorreu por meio do Decreto-Lei n. 311, de 1938³². Esse decreto obrigou todas as prefeituras municipais a mandarem para o Conselho Nacional de Geografia [CNG] duas cópias de seus Mapas Municipais. Eu até cheguei a conhecer essa coleção, que infelizmente acabou sendo dilapidada. Talvez, ainda haja alguma sobra aqui na Biblioteca. Foram esses mapas que serviram de base para a atual Cartografia Nacional. Eles tinham sido feitos por pessoas altamente qualificadas: mateiros, caçadores e outros, utilizando diversas técnicas, inclusive a aerofotogrametria e o apito.



Mapoteca do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro, com o acervo dos Mapas Municipais Censitários, utilizado no Censo Demográfico 1970

³² Decreto-Lei n. 311, de 02.03.1938, que dispõe sobre a divisão territorial do País e dá outras providências.

Entrevista com

Roberto Lobato Correa

25 de novembro de 1996

Eu vejo primeiramente essa relação com a Cartografia e Estatística até o final da década de 1960 como sendo relações caracterizadas por um afastamento muito grande, as relações se tornarão mais nítidas a partir dos anos 1970, quando no IBGE os levantamentos sistemáticos de dados para o censo passaram a ser o carro-chefe e, a partir daí, então, os geógrafos começaram a participar de reuniões para definir regionalizações. No caso das Regiões Homogêneas, anteriormente aos anos 1960, talvez as Regiões Homogêneas já tivessem uma participação maior. No contexto estatístico, não foi muito forte não na década de 1960. Bom, o que aconteceu a partir dos anos 1970 e que ficou claro a partir dos anos 1980? A desvinculação progressiva do IBGE tecnocrático, dentro do modelo ligado ao sistema de planejamento, em que foram redefinidas as funções da Geografia dentro do IBGE, foram redefinidas e ele passou a dedicar-se àquilo que seria o carro-chefe, o censo, em parte, apesar de resistência de alguns geógrafos.

Entrevista com

Francisco Sales Carvalho

24 de abril de 2001

Veja, em 1940, 1950, 1960 e ainda 1970, a base cartográfica era praticamente uma aproximação da realidade. E a gente depois vinha a descobrir que não era nada daquilo. Coisas que a gente julgava estar existindo não existia. E era um trabalho dos pequenos apontamentos que a gente fazia nos pré-censos, que descobria defeitos na cartografia. Registros completos ausentes. Você imagina, numa capital, uma Cidade que a gente tem acesso através de caminhos fáceis, imagina isso no interior, em zona rural, sem planta. Pelo menos, naquela época de Fortaleza [Ceará] a gente tinha. A gente que plotava outras construções, ruas que haviam sido abertas. Mas a gente ficava numa situação danada. Diferente de hoje, de um GPS [Global Positioning System], que nos dá garantia de uma colocação de um ponto exato. Hoje, a gente pode trabalhar com mais tranquilidade.

Entrevista com

Domingos Elias Schanoski

realizada na Unidade Estadual de São Paulo

2 de julho de 2012

A gente tinha a nossa área de mapas, era aqui no 10º [andar] onde nós trabalhávamos o ano inteiro na atualização dos Setores Censitários. E, principalmente, o comércio, com sua necessidade de querer instalar lojas por aí, principalmente esse que está aqui perto, o McDonald's, o Pão de Açúcar foi um que usou aqui muito. Aliás, foi o que pagou mais caro para nós. Eles vinham buscar, pedir descrição de Setores Censitários. Então, a gente executava o mapinha do Setor Censitário e dava algumas informações demográficas em cima dos Setores. Liguei para o José Antônio, que era o Delegado [do IBGE], disse: *“José Antônio, acho que não está certo a gente ficar dando isso para essas empresas aí. Eu estou lá com o Pão de Açúcar que está pedindo a capital agora”*. O Pão de Açúcar queria os dados dos Setores Censitários da Capital toda. *“Querem todos os Distritos. Tá, a gente não pode negar, mas eu acho que nós temos que ter alguma coisa”*. Daí ele falou com o Presidente do IBGE. Eu não me lembro o nome desse Presidente do IBGE, foi um que ficou pouco tempo [Silvio Augusto Minciotti, 1993-1994]. E ele nasceu aqui no IMES, Instituto Municipal de Ensino Superior, de São Caetano do Sul [São Paulo], ele era acho que o dono ou Diretor do IMES aqui em São Caetano do Sul. Foi Presidente do IBGE por um período curto. Que nós tínhamos a intenção de fazer cobrança a partir de alguns trabalhos. Ele falou: *“Olha, sendo trabalho grande, se vocês acham que é viável...”*. Ele autorizou. Então, o Pão de Açúcar veio aqui e encomendou, fez um contrato. Na ocasião, não tinha máquina para copiar os Setores Censitários, tinha que ser na unha. Pega nossa matriz, copia o Setor Censitário para um mapa seu. Então, eles tinham três empregados deles aqui na nossa sala copiando os mapas. Na ocasião, se não me engano, nós estabelecemos 3 dólares por Setor Censitário. Deu um dinheirão, foi um contrato excelente. O Joaquim, que era o contador que elaborou o contrato, deve ter cópia por aí arquivada ainda, ele elaborou o contrato, as partes assinaram, eles copiaram os Setores Censitários com a autorização do IBGE, na central inclusive, e pagaram. E nós fizemos a remodelação de muitos móveis aqui dentro do prédio. Aí foi uma mudança de atitude do IBGE. Cobrar alguma coisa para sua melhora, para poder continuar atendendo bem o público. Isso eu achei que foi uma mudança até salutar de atitude do IBGE.

Entrevista com

Alceo Magnanini

15 de abril de 1998

Agora, ele tem uma vantagem, por exemplo: você hoje tem programas com tudo já está digitalizado. Então, a malha de Setor Censitário está digitalizada, a malha de Município está digitalizada, a malha do Estado. Então, tudo digitalizado, qualquer dado do censo etc., etc. já cai nessa malha. Então, você já tem a informação espacializada.



Preparação das Bases Territoriais para o Censo Demográfico 1950

Então, o que você faz? Você pega os dados, você mapeia e olha, escolhe variáveis e você olha o que dá. E aí que entra a história dos geógrafos: ele consegue discernir se aquele mapeamento está ficando bom ou não. Aquele tempo que o cara ter que fazer, o estagiário, era fazer não sei quantos mapas para depois alguém escolher um.

Entrevista com

Miriam Mattos da Silva Barbuda

20 de abril de 2023

[...] logo que eu entrei, eu já comecei a me envolver com censo, porque eu entrei no mapeamento municipal que era uma gerência dentro da Cartografia. Na época, era Departamento, então Departamento de Cartografia ali em [Parada de] Lucas [Rio de Janeiro], e nesse lugar eu comecei a conhecer também o que era o censo, então o mapeamento municipal era produzido para o censo dentro do IBGE e ele tinha que atender principalmente o censo, as áreas territoriais, né, da malha municipal. Então, eu entrei nessa área e aí comecei realmente a me envolver com a dinâmica do censo, porque a gente produzia os Mapas Municipais, que na época eram os Mapas de Setores [Censitários] rurais, e o mapeamento municipal tinha uma divisão do próprio IBGE. A área urbana era tratada por uma outra Coordenação a de Estruturas Territoriais que trabalhavam muito com mapeamento urbano e nós trabalhamos com mapeamento municipal e o mapeamento rural e ali assim foi uma grande aprendizagem.

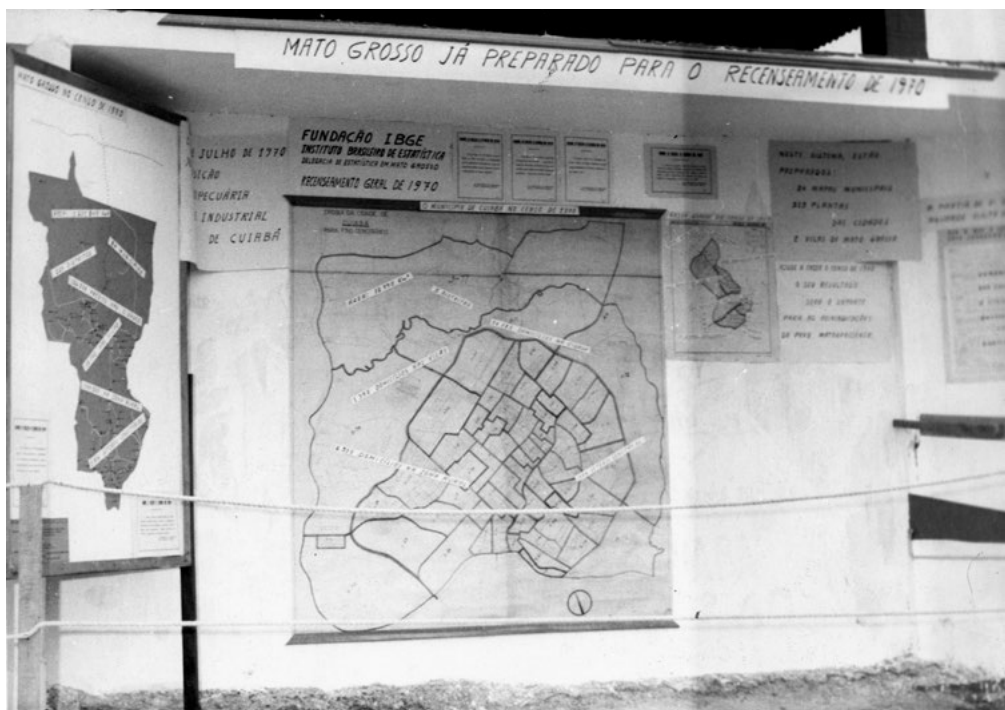
[...] então, depois do Censo 2010, a gente trabalhou muito forte com as equipes das regionais, das nossas Unidades Estaduais, então na época a gente já tinha uma supervisão da Base Territorial em todos os Estados, a gente sempre teve essa supervisão e essa supervisão foi ganhando mais importância, porque além de ela ter que dar conta de toda a divisão territorial brasileira no Estado, planejar os Setores Censitários, planejar a divisão de Setores, de acordo com os nossos.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Quando terminaram o serviço dos censos escolares e dos censos dos servidores, os poucos funcionários restantes da sistematização demográfica foram trabalhar na base geográfica, na base cartográfica, já começando a preparar os Setores [Censitários] para o Censo 1970. Os mapas chegavam da Cartografia e eles conferiam as discussões nos mapas e tal. Esse foi o serviço que foi feito com muito esforço.



Mapa utilizado no Censo Demográfico 1970, no Estado de Mato Grosso

Entrevista com

Mauro Pereira de Mello

31 de março de 2004

Ainda no ano de 1968, pela primeira vez, eu tomei contato com o que era um censo, um recenseamento geral. Em 1968, se dava partida exatamente para o recenseamento geral de 1970, com a atualização da base operacional do Censo 1970. Os Mapas Censitários eram elaborados por alguns funcionários do IBGE e pessoas estranhas ao IBGE contratadas em regime de prestação de serviços. Fora do horário de estágio, então, começamos a participar da elaboração desses Mapas Municipais. Mapas Municipais Censitários eram chamados na ocasião, MMC [Mapas Municipais Censitários]. E o projeto da base operacional do Censo 1970 tinha uma componente nova. Pela primeira vez, se utilizaria os resultados da aplicação da aerofotogrametria no mapeamento de base do censo. Então, em todo o Estado de São Paulo, por exemplo, foram atualizados os Mapas Municipais, a partir de mosaicos montados com levantamento aerofotogramétrico da década de 1960.

Entrevista com

Trento Natali Filho

8 de janeiro de 1998

A informação que estamos produzindo não se esgota em si mesma, mas vai dar um suporte para a representação fidedigna do território e, principalmente, dar suporte para que o próprio IBGE desenvolva suas pesquisas estatísticas. Hoje, temos como projeto fundamental do IBGE a Base Territorial do Censo 2000. Não é apenas um Departamento, mas toda a Diretoria está envolvida em dar a representatividade do território a mais atualizada possível, para que os recenseadores possam desenvolver a coleta das informações e tenhamos a divulgação satisfatória dos resultados.

Entrevista com

Artur Ferreira da Silva Filho

29 de abril de 2022

O Estado da Bahia é um Estado bastante extenso, os limites municipais estavam quase todos desatualizados, isso fazia com que o nosso trabalho de pesquisa, principalmente os censos demográficos e as contagens de população, não fosse de uma forma muito precisa, porque não era muito claro onde um Município começava e o outro terminava. Em 2010, nós conseguimos fechar convênio com a Assembleia Legislativa do Estado e o órgão de Estatística do Estado também e conseguimos fazer a atualização de todos os limites municipais. Isso já deu um reflexo importantíssimo no Censo 2010 e com certeza no Censo 2022 vai proporcionar uma facilidade

muito grande de coleta para os entrevistadores. Então, foi um dos pontos mais importantes durante todo esse tempo que eu passei na Direção do IBGE na Bahia, foi ter participado ativamente nas negociações desse convênio que se conseguiu fazer e com isso atualizamos todos os limites dos Municípios baianos.



Preparação da Base Territorial para o Censo Demográfico 1991



Preparação técnica da pesquisa

A preparação técnica do Censo Demográfico é um processo complexo que demanda muita atenção e planejamento. O primeiro passo consiste em realizar uma análise detalhada das diversas áreas temáticas que serão investigadas na pesquisa, buscando-se o assessoramento dos especialistas internos para essa avaliação inicial. Em seguida, é preciso contar com a Comissão Consultiva do Censo Demográfico, formada por especialistas selecionados pelo IBGE, reconhecidamente destacados em função de seu notório saber ou de sua atuação nos temas, métodos e técnicas abrangidos pela operação censitária, e que têm por objetivo assessorar o Instituto nas decisões relativas ao conteúdo dos questionários, à amostra, aos métodos de apuração, entre outros aspectos da pesquisa.

Outro tópico fundamental é a consulta à sociedade para entender as suas demandas por informação e, assim, atendê-las ao final do processo. Para tal, o IBGE promove uma consulta aberta a todos os cidadãos, que podem registrar sugestões e comentários e detalhar, por meio de resposta a algumas perguntas, o impacto do uso pretendido para essas informações e a adequabilidade de tais demandas às especificidades da operação censitária. É fundamental que essa consulta contemple órgãos governamentais, universidades, instituições de pesquisa, setores privados e demais organizações para identificar as lacunas de produção de dados, estabelecer prioridades, e entender como esses dados são utilizados.

A interlocução com os usuários de dados do Censo Demográfico é fundamental para garantir uma produção estatística de utilidade prática comprovada, que honre o direito do cidadão à informação pública. Para isso, o IBGE promove reuniões com os

seus principais interlocutores, favorecendo, assim, a construção democrática e transparente de um censo capaz de fornecer todas as informações necessárias ao desenvolvimento da sociedade. Além disso, a preparação técnica para o Censo Demográfico abarca desde a definição do conteúdo dos questionários, o estabelecimento dos critérios de seleção e de estimação da amostra, a realização e a avaliação do Censo Experimental, a escolha dos métodos de apuração dos dados, entre outros aspectos, até a definição do plano de divulgação dos resultados. Todo esse processo é fundamental para garantir que a operação seja realizada de forma eficiente, precisa e com a qualidade necessária para fornecer informações que permitam ao País tomar decisões importantes para o seu desenvolvimento.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Houve outra alteração no organograma do IBGE e aí o censo voltou a ser novamente um Departamento. E o seu Heitor [da Câmara Vellôzo] passou a ser Chefe desse Departamento. Isso foi no início de 1980. E quando nós já estávamos dando as instruções para os supervisores da coleta é que eu fui nomeada Chefe do Departamento e ele foi nomeado Assessor da Presidência. No Censo 1980, realmente foi uma revolução, porque foi bem-diferente de todos os outros. Primeiro, porque antigamente não se fazia reunião com o usuário. Podia ser com um ou outro usuário interno, mas usuário externo, nem pensar. [...] Em outubro, foi realizada uma reunião com esses usuários e foram então estabelecidos os critérios, os itens de investigação do Censo 1980.

[...] Eu queria falar também que, pela primeira vez, foi escrito nos moldes do censo americano, que faz um volume de procedimentos históricos dos censos, foi escrita a metodologia do Censo



Reunião da equipe de planejamento do Censo Demográfico 1980

Demográfico. Todos os técnicos que contribuíram, cada um na sua área, para escrever esse volume, que, apesar de alguns defeitos, estava... acho que está ótimo, né? Foi também uma coisa inédita no Censo 1980.

[...] Um dado importante também é que nessa fase de confecção de questionários, de manuais de instrução, nós distribuíamos todo o material para todos os Departamentos também e para todos os questionários do demográfico. Porque muitas coisas que podiam estar claras para nós que planejamos, se a gente planejou, a gente sabia o que era, né? Para a pessoa que ia executar, podia estar completamente oculta. E também o pessoal deu muita sugestão sobre casos assim que a gente nunca imaginava que podia acontecer, né? Na verdade, alguns, de tão raros, não necessitavam estar no manual de instruções. Mas de qualquer maneira, muitas sugestões foram colocadas aí no manual, porque o quanto mais tivesse era melhor. Assim evitava interpretações. Porque as interpretações é que eram perigosas. Às vezes, um Estado interpretava uma coisa de um jeito, o outro interpretava de outro, e só depois, quando a gente estava já na fase de crítica ou de apuração, é que a gente via o que estava acontecendo e tinha que voltar tudo atrás para ver o que era que estava acontecendo.

Em 1978, foi encaminhado aos principais usuários de estatística o questionário do Censo 1970 solicitando sugestões para inclusão no Censo 1980. E várias entidades responderam à solicitação. Se não me engano, foram umas quarenta e poucas. Podia ter sido muito mais, mas parece que, aqui no Brasil, as pessoas não dão muito valor a estatística, né? Dando inclusive sugestões a respeito de conceitos, de classificações a serem adotadas.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

Existem questões no censo que são enfocadas de maneira errada, principalmente no que diz respeito ao chamado sigilo censitário e à individualização da informação. Por exemplo: temos um funcionário, que está em posição relevante no IBGE, e sua ideia sobre isso é que tudo que é falado deve vir com uma faixa de identificação por cima, escrito: sigilo censitário. Ora, o sigilo censitário deve ser feito, porque às vezes é possível identificar-se corretamente a família, mas, sendo ela diluída dentro de uma região ou de um Município, desaparece.

Entrevista com

Maria das Graças de Oliveira Nascimento

23 de novembro de 2004, 16 e 18 de março de 2005

Essa é a questão do sigilo. Você tem um compromisso com o sigilo. Garantido até hoje pela Constituição [Federal do Brasil, de 1988]. A informação não pode ser individualizada. A pessoa é obrigada a responder às pesquisas do IBGE, mas ela não pode ter a sua privacidade invadida. Não pode ser divulgada. Então, tem informações que são das pessoas mesmo. Garantida pela Constituição [Federal]. E se houver algum vazamento de informação, as pessoas entram com recurso e vão em cima do IBGE. E isso até que eu acho uma coisa interessante, porque na minha época quem fazia isso, aliás, nem poderia fazer, porque era executado pelo resto do conjunto de pessoas, quer dizer, o sigilo é um compromisso.

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

A pesquisa foi adiada para o início em agosto e aí a gente teve uma folga para ajustar uma série de coisas. Justiça seja feita, o questionário era muito simples. A gente perguntava basicamente era data de nascimento, sexo, relação com responsável pelo domicílio, se eu não me engano, tinha uma pergunta sobre migração, uma pergunta. E se tivesse mais alguma coisa sobre característica da população, era o mínimo, o mínimo do mínimo. É tipo classificação do domicílio, se era particular, se era coletivo e mais alguma coisinha. Mas, enfim, era muito pouco. O questionário em si era muito simples [dados relatados sobre o Censo Demográfico 1991].

[...] Mas, por exemplo, dentro da Diretoria de Pesquisas [DPE], a gente tinha um Comitê do Censo Demográfico. Então, reunia um conjunto de pessoas das várias áreas da própria Diretoria de Pesquisas [DPE] que tinham de alguma forma participação e eram usuárias dos resultados do censo. Então, você se reunia sempre. Sem contar as outras as comissões, a Comissão Consultiva com expoentes da área demográfica, econômica, social, educacional, enfim, de todas as áreas de conhecimento que o censo perpassa que se reunia também para discutir conteúdo procedimentos etc. Consultas a usuários externos feitas assim em larga escala, enfim, tudo isso era muito envolvente, mas ao mesmo tempo você tinha que cuidar internamente da operação.



Reunião da Comissão de Coordenação do Censo Demográfico 1991, realizada no auditório do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, na Cidade do Rio de Janeiro. Ao centro, David Wu Tai e à sua direita Manoel Antônio Soares da Cunha. Da esq./dir.: Elson Mattos, José Carlos Barreiro e José Henrique dos Santos Carvalho



Treinamento de pessoal do trabalho de campo

O treinamento de pessoal do trabalho de campo do Censo Demográfico constitui uma etapa crítica, uma vez que o sucesso da operação depende da qualidade e da precisão dos dados coletados. Para tal, os recenseadores precisam ser treinados de forma adequada e completa.

O treinamento começa com uma introdução geral sobre a pesquisa, realçando sua importância e os objetivos da coleta de dados. Em seguida, os recenseadores recebem instruções detalhadas sobre como realizar entrevistas e coletar informações precisas e consistentes, já que a perfeita cobertura de um Setor Censitário ocorre quando todas as suas unidades, residenciais ou não residenciais, são listadas de acordo com as regras estabelecidas, e todos os seus domicílios são visitados para a realização das entrevistas. Assim, o recenseador deve estar atento, tanto para não incorrer no erro de omissão, que subnumera unidades domiciliares e pessoas residentes, como para não incluir indevidamente tais elementos, tendo o cuidado de não invadir Setores Censitários vizinhos, durante o seu percurso, e, com isso, listar unidades mais de uma vez, acarretando a superenumeração da população.

Durante o treinamento, os recenseadores também aprendem a importância da ética e da confidencialidade na coleta de dados, sendo orientados a respeitar a privacidade dos entrevistados e a manter as informações coletadas sob sigilo. Além disso, recebem orientações sobre como lidar com situações difíceis e imprevistas, como a recusa ou a hostilidade de entrevistados que não querem responder perguntas do questionário, bem como

aprendem técnicas para lidar com entrevistados que podem sentir dificuldades para compreender ou responder tais perguntas.

Para garantir que os recenseadores estejam totalmente preparados para o trabalho de campo, são formuladas simulações e exercícios práticos, os quais ajudam a garantir a habilidade e a confiança necessárias para coletar dados precisos e completos.

O treinamento de pessoal do trabalho de campo do Censo Demográfico é fundamental para garantir a qualidade e a precisão dos dados coletados. Mediante uma combinação de instruções teóricas e práticas, os recenseadores são treinados para lidar com situações difíceis, manter a confidencialidade dos dados e efetuar a sua coleta corretamente. Com recenseadores bem-treinados, o censo pode fornecer informações cruciais para o planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas em todo o País.



Treinamento dos agentes censitários para o Censo Demográfico 1960

Entrevista com

Antônio Utsch Moreira

28 de maio de 2003

No de 1960, eu estava responsável por apenas três Municípios, Pequi, Maravilhas e Papagaios. Agora, foi bastante tumultuado. Isso em Minas Gerais. Eu tenho uma fotografia do treinamento na antiga Secretaria de Saúde, de toda a multidão. Reunia ali mais de 100 pessoas, mais de 100 agentes para serem treinados. Isso não ocorreu no Censo 1950 e nem nos outros. Você tinha que treinar equipes menores que permitia depois você testar o conhecimento. Então, a começar pelo treinamento, nós fazíamos restrição ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. E o tempo mostrou realmente que deixou muito a desejar.

Entrevista com

Achilles Nasser Fraxe

26 de abril de 2001

Cheguei em Manaus [Amazonas] no dia 1º de setembro, no dia do lançamento do censo. Esse lançamento foi atrasado uns três dias. Exatamente por causa dessa transição. Então, assumi a Delegacia lá, nesse dia, aliás, não, no dia 3... 3 de setembro de 1970. E toquei o Censo 1970. Esse censo, houve algumas peripécias, é preciso que se diga aqui como é feito um censo naquela região. A transmissão de treinamentos é feita na capital para os supervisores, que no caso a maioria são os Chefes de Agências. Esses supervisores retransmitem esse treinamento, nas suas respectivas áreas de jurisdição. É sabido que, cada vez que você retransmite uma instrução, ela vai sendo boicotada, vai sendo descaracterizada. Então, na outra ponta está o recenseador, principalmente o da zona rural.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Na coleta de dados, também, nós não saíamos para dar instruções. Apenas já tinha um manual de instrução. O material era enviado com antecedência para as Delegacias, para elas distribuírem para os recenseadores ou para os supervisores e recenseadores, para eles estudarem e poderem tirar alguma dúvida, inclusive escrevendo para cá, perguntando, telefonando. Mas sempre o material era guardado a sete chaves como se aquilo fosse um segredo de Estado. Então, era dado

em cima da hora assim. Quando um supervisor ia começar a dar aula é que era dado o material para o recenseador. Depois, nós procuramos modificar isso, mas era difícil. Era uma questão de mentalidade, né?

[...] No Censo 1980, também, o treinamento dos supervisores de coleta foi totalmente diferente. Inclusive, havia um manual para os supervisores também. Diferente do *Manual do recenseador*. E foi uma experiência muito boa, porque queriam chamar o pessoal do SERPRO [Serviço Federal de Processamento de Dados], da [Secretaria da] Receita Federal, para preparar o manual. Mas vocês já conhecem os manuais da Receita Federal! [risos]. Além do mais, o IBGE tinha uma Diretoria de Aperfeiçoamento e tal. E tinha vários pedagogos trabalhando. Então, o Setor [Censitário] bateu o martelo e disse: “*Não! Tem que aproveitar esse pessoal.*” E realmente elas fizeram um trabalho sensacional. Porque eu detestava ter que falar em público, dar aula e tal, me senti completamente à vontade para fazer essa preparação. Foi feita na ENCE [Escola Nacional de Ciências Estatísticas]. Eu acho que foram cinco turmas. Eu até trouxe o retrato da turma, não sei se vai interessar, das turmas. E foi um treinamento excelente, com testes. O teste era até para saber se estavam entendendo, era para tirar as dúvidas, não era para dar nota para ninguém.

Entrevista com

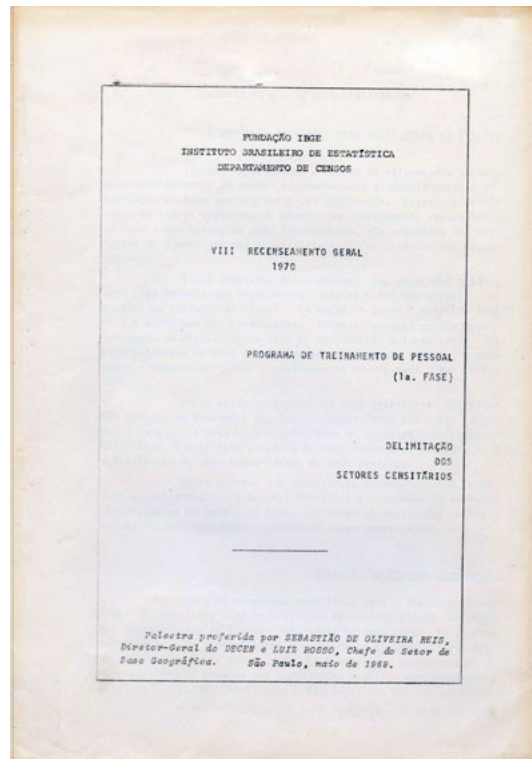
Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

Houve uma reunião no Rio de Janeiro, em que vieram os escolhidos pelas Inspeções Regionais, para receber treinamento técnico, foi feito até na Escola Nacional de Química, que ficava atrás do Recenseamento. Como tudo que é político, quem veio não era quem ia trabalhar no censo e alguns que iam trabalhar eram fracos. Então, foi necessário reforçar o treinamento nos Estados, mandando gente do Rio de Janeiro. Mas que gente? Nós éramos poucos, então para o Nordeste, eu fui escalado para ir com Edmund Massadar e Carlos Campos de Carvalho. Nós íamos de Sergipe até o Maranhão, de Sergipe ao Maranhão, tentando, dar treinamento. O Edmund de demográfico, eu de agrícola e o Carlos de econômico, o industrial, o Florentino iria depois, porque o industrial como era mais complexo seria numa data especial, não seria coletado junto. Então, nós fomos a Sergipe, visitamos Aracajú, Itabaianinha, visitamos o Município de Santa Assunção, de São Cristóvão.

[...] Voltamos ao hotel para pegar o avião para ir para Alagoas. Em Alagoas, estivemos na Capital, fomos a Palmeira dos Índios e voltamos. Em Pernambuco, não saímos da Capital. Pegamos alguns agentes que estavam na Capital para dar o treinamento e uns agentes também escolhidos de forma polí-

tica, meio mal-encarados. Paraíba foi onde tivemos uma melhor receptividade, inclusive houve problemas de outra ordem. Nós pegamos todos os recenseadores da área metropolitana e, como o Edmund Massadar tinha ficado doente com uma infecção intestinal muito forte, oriunda de uma sopa com cabeça de peixe, ele quase morreu. Como Edmund ficou doente, aconteceu algo inusitado, aí é que vem aquela história da diversidade da coisa, já estava marcado o treinamento do demográfico, no Museu Paraibano que fica na praça em frente ao palácio. O Edmund não podia dar treinamento, quem deu o treinamento de demográfico fui eu. Tinham lá pro demográfico, algumas centenas de pessoas, eu acho que me sai bem. E daí para frente nos outros Estados quem foi falando de demográfico fui eu, o Edmund não teve mais condições de viajar. O Carlos continuou como começou. No Rio Grande do Norte, não houve atuação direta, porque não tinha para quem dar treinamento, já estava todo mundo devidamente treinado nos seus Municípios. No Ceará, eu cheguei no dia seguinte, tinha acabado o treinamento, o pessoal estava de volta para o Estado, mas ainda conseguimos resolver alguma coisa com os famosos agentes itinerantes. No Maranhão é que estava muito atrasado, o Maranhão teve até um interventor, mandaram um senhor do Rio de Janeiro, que era agente aqui da Praça da Bandeira, para ser inspetor lá. Demitiram o inspetor, porque o corpo de inspetores se rebelou contra o método de trabalho do Artur Dias de Paiva, ele foi demitido,



Aspecto do documento que apresenta a Palestra proferida por Sebastião de Oliveira Reis (Diretor-Geral do Departamento de Censos - DEcen) e Luiz Rosso (Chefe do Setor de Base Geográfica), utilizado no treinamento para o Censo Demográfico 1970

porque não concordava em trabalhar daquele jeito. Então, mandaram esse senhor, que não conhecia nada do Maranhão e fez uma baita confusão. Quando chegamos no Maranhão, estava tudo atrasado, ainda peguei a turma na Biblioteca Municipal e dei treinamento de umas quatro horas para esclarecer alguma dúvida, mas a principal dúvida é que não tinha o Questionário da Amostra, não chegou. Então, eles estavam se recusando a fazer a coleta, porque não tinha o Questionário da Amostra. Então, eu dei uma sugestão: *“você fazem e, onde cair na amostra, você escreve e depois quando vier o questionário você volta lá”* e assim foi feito. Acabou dando certo. Bom, do Maranhão fui para o Piauí, no Piauí aconteceu algo dentro de um colégio lá. Eu estava dando treinamento e falei umas seis horas, aí eu falava bovino, ovino, caprino, falei para diabo ... de bovino, ovino, caprino, apicultura, quando estava no fim, falaram: *“O senhor pode me dar uma explicação?”* Aí eu *“Pois não”*. *“O senhor pode me dizer o que é ovino, caprino, suíno?”* Aí eu disse: *“Acabou meu treinamento”*. Ele não entendeu nada! Eu esqueci de falar a linguagem local. Então, isso aí mostra o grau de desorganização que foi aquela notação do censo. E com isso no início da coleta só deslanchou rapidamente o demográfico. O agrícola teve uma ida muito pequena, muito fraca, mas assim mesmo houve, e os econômicos, não houve lançamento nisso terminou o ano, mudou o Governo e o censo estava numa situação ruim.

Entrevista com

David Wu Tai

25 de março de 2003

Fiz o treinamento para o Censo Demográfico 1980 aqui no Rio de Janeiro. Retornei a São Paulo e continuei trabalhando no Projeto Contas Consolidadas do Setor Público. Então, dois ou três dias depois de ter retornado, encontro com um assistente regional do então Delegado, que disse assim: *“Meus parabéns!”* Eu disse: *“Meus parabéns, por quê?”*, *“Nós estamos acabando de sair de uma reunião junto com o Dr. Rodolfo e você foi designado coordenador do treinamento do Censo Demográfico 1980 no Estado de São Paulo”*.

Confesso que fiquei tremendamente apavorado, porque São Paulo não é um Estado pequeno. E uma pessoa que não tinha nenhuma experiência ia comandar uma equipe que, na época, deveria ser qualquer coisa entre 130 chefes de agência, 22 assistentes, 8 mil supervisores e 27 mil recenseadores. Então, o objetivo final daquela época era treinar os 27 mil recenseadores.



Equipe de servidores que realizaram o curso de treinamento para o Censo Demográfico 1980 na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1981. Da dir./esq. o quarto da terceira fila é Manoel Antônio Soares da Cunha

Entrevista com

Cimar Azeredo Pereira

23 de julho de 2015

[...] essa estrutura é importante [para] a gente disseminar isso, por quê... eu acho que o próprio entrevistador do IBGE, o próprio recenseador, que é do censo, quando ele entra na casa... eu acho que a gente não consegue passar isso para eles com os nossos instrumentos didáticos, com o nosso material instrucional. E é importante passar isso pra eles, porque o trabalho deles, como esse senhor me disse, mexe com a vida das pessoas. A gente tá ali com um dispositivo móvel de coleta com o questionário da pesquisa, que vai coletar informações que vão servir pra organizar políticas, construir toda definição de um País, de um Município e aquele espaço de coleta que está ali é uma arma na mão de uma pessoa, [se] malfeita, isso vai gerar uma informação errada e, conseqüentemente, isso vai trazer uma política malfeita. Fora isso você está trabalhando no campo e isso tem que ser levado muito em conta e eu acho que a gente ainda tem que trabalhar

muito nisso, nisso e no poder de persuasão. Porque o trabalho do entrevistador é convencer as pessoas a dar entrevista. Dependendo do momento, do momento político, se está dentro de um momento político não muito favorável, ele pode confundir aquele IBGE que está ali, com o IBGE do Governo, com o IBGE que está trabalhando pro Governo e, na verdade, não é nada disso. Então, a gente tem que ser persuasivo para mostrar que o que a gente está fazendo ali é importante, que o que a gente está fazendo ali é de um valor incomensurável e trazer essa pessoa para junto. Eu sempre tive muito respeito com relação a esses entrevistadores e recenseadores, participei de diversos treinamentos do censo, em todos os treinamentos dos censos sempre fui assim, às vezes me emocionando nos treinamentos, porque a gente... eu sempre fui meticuloso na organização do treinamento, às vezes até meio exagerado com relação a criar uma cerimônia, cantar o Hino Nacional e tal, para que as pessoas pudessem ter noção da importância daquele momento, daquele treinamento, daquela pesquisa, porque isso faz todo o diferencial para quem está no campo.



Supervisores e treinandos reunidos na Chácara das Rosas, no Município de Petrópolis (Rio de Janeiro) durante treinamento para o Censo Demográfico 1991. Da esq./dir. na primeira fila de baixo, Raul César Hamdan e Mariangela Prudente. Em segundo na segunda fila, Francisco José Lopes

Entrevista com

Elenice Cristaldo Cano

realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul

13 de fevereiro de 2012

Um dos grandes desafios que eu tive aqui no IBGE foi trabalhar na Coordenação de Treinamento do Censo 2010. Eu recebi um convite, até então, eu não tinha tido nenhuma experiência em relação aos censos, em 2006, quando eu entrei, a Instituição ainda estava no ritmo da Contagem 2007³³. Então, eu vi essa operação, assim nos bastidores, nem trabalhei diretamente na operação, e eu via, né? Enquanto época do censo, a equipe toda, todos os servidores, eles se movem em direção a isso. Quando eu trabalhei num treinamento, eu senti essa responsabilidade, aí é que eu realmente pude ver o que é vestir a camisa do IBGE. Eu trabalhei com servidores que já estavam há muito tempo trabalhando aqui, e não é uma coisa fácil você estar repassando informações para pessoas que trabalham há muito tempo aqui. Quem é essa menina que está começando agora, né? Vai passar pra mim? Eu já sei tudo sobre censo! Então, não é fácil.

Então, quando teve o treinamento eu tive a oportunidade de conhecer mais a Instituição, mais o trabalho do IBGE e o trabalho de campo. Conhecer como é trabalhar no campo na questão do censo. Eu pude ter a oportunidade também de conhecer os colegas do interior, conhecer também colegas de outros Estados. Tive essa oportunidade. Devo muito ao IBGE por conhecer Cidades que eu não conhecia, como o Rio de Janeiro. Conheci Bauru, no interior de São Paulo, e eu pude conhecer também colegas de outros Estados nesses treinamentos que tinha na época. Talvez, eu tenha recebido o convite justamente por eu ter uma experiência em didática e isso ajudou muito no meu trabalho no treinamento, mas o treinamento não é só didática, é muita coisa. Você saber planejar, você ter noção de orçamento, quanto você vai gastar. Enfim, tudo isso tem que ser tudo bem-organizado, eu acho que fiz um bom trabalho e inclusive no final, quando eu vi que tudo correu bem nos treinamentos do censo, pude respirar mais aliviada e recebi elogios da Chefe até então e eu acho que pra todo profissional é a melhor coisa que existe é você ver que as pessoas valorizam o seu trabalho. Eu agradeço muito por ter tido essa oportunidade no censo.

³³ Trata-se da Contagem da População 2007, realizada nos Municípios com mais de 170 mil habitantes.

Entrevista com

Artur Ferreira da Silva Filho

29 de abril de 2022

Eu me lembro muito bem, no Censo 2010, se não me engano, nós tínhamos necessidade de obter liberação de quase 200 salas de aula para o treinamento de recenseador na capital. Estava chegando próximo a esse período e nós não estávamos conseguindo ainda essas salas. Uma dificuldade muito grande junto à universidade, a Bahia na época tinha basicamente uma universidade federal, uma estadual, eu me lembro muito bem que eu estava numa praia aqui de Salvador, numa barraca de praia que eu frequentava junto com outros colegas meus de profissão e tinha um elemento lá nessa barraca que todo domingo que eu ia, ele estava lá. Desses elementos que era *habitué* naquela barraca. E eu conversava com ele várias vezes sem saber quem era ele e ele sem saber quem eu era. Nessa dificuldade que eu tive para obter essas salas de aula, ele sentiu que eu estava meio pensativo, meio calado e me perguntou por que eu estava diferente naquele domingo. Eu disse a ele, aí eu me apresentei, disse o que eu fazia, nós estamos com a missão de conseguir 200 salas de aula, estou aproximando o número, para o treinamento de recenseador durante a semana tal, e a dificuldade está muito grande. Ele tirou o cartão do bolso, me deu, ele era o sub-reitor da Universidade Federal da Bahia. Então, nós arranjamos as 200 salas de aula para o Censo 2010 numa barraca de praia. Isso é a prova de que o nosso trabalho depende muito do relacionamento, do conhecimento e do entrosamento que a gente tem que ter com a sociedade local. Isso foi um fato que marcou bastante e eu tenho citado bastante na roda de amigos.



Treinamento dos coordenadores administrativos para o Censo Demográfico 2010

Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

07 de fevereiro de 2022

A gente já tinha muitos recursos para fazer vídeos e o treinamento sempre era coisa difícil, porque o conteúdo é muito grande. Do Censo Demográfico, do Censo Agropecuário também. E a gente tem que treinar todos os recenseadores, tem que ficar muito bem-treinados, todos tendo o mesmo entendimento do que é um domicílio, o que é uma família, qual a relação de parentesco, educação, renda, trabalho. Todos os recenseadores do Brasil têm que ter o mesmo entendimento, para que realmente você colete o fenômeno corretamente. Se o recenseador está com entendimento equivocado, pode coletar um dado errado. E isso sempre foi uma dificuldade em censo, de você passar para milhares de pessoas esses conceitos todos, os procedimentos todos, de como percorrer o Setor [Censitário], como se apresentar, como convencer a família a dar entrevista, como conduzir a entrevista. Tudo tem que ser muito bem-preparado, tem que ter os procedimentos todos, o entendimento o tempo todo tem que ser muito homogêneo, muito padronizado. E como você passa isso? Você começa com um grupinho pequeno de 20 pessoas que constroem esse questionário e chega lá na época 170, 180 mil pessoas no território todo. E então, no Censo 2010, nós dissemos: *“Vamos fazer, no máximo que a gente puder, treinamento por videoaula”*. Eu me lembro a primeira reunião que a gente fez com a DPE [Diretoria de Pesquisas]. Eles me perguntaram, quando eu fiz esta proposta: *“Mas como que você vai conseguir passar esse vídeo?”*. *“Vamos passar em televisão, em cada sala de aula”*. *“Mas como vocês vão colocar uma televisão em cada sala de aula?”*. *“Fiquem tranquilos, vamos produzir os vídeos. Essa parte de logística a gente toma conta. A COC toma conta”*.

E aí fizemos. A gente já tinha feito uma tentativa em 1996, que foi bastante ruim. A produção não ficou legal. Mas em 2000 a gente fez e a gente colocou uma televisão em cada sala de aula. As escolas que tinham cediam, senão a gente alugava das pessoas... do supervisor, que era um instrutor dos recenseadores, a gente alugava deles. Tinha gente que tirava televisão de casa, levava para a escola, montava, passava o vídeo e tinha um aparelho que era fita. Levava para sala de aula. De noite, tinha que desmontar e levar para casa para a mulher ver novela. A gente teve depoimentos que a gente ria muito depois. A gente pagava ou alugava. Naquele tempo, tinha ainda locação de televisão. As locadoras de vídeo, de televisão. Onde tinha, a gente alugava das locadoras. Onde não tinha, a gente alugava das pessoas. Pagavam uma diária para o cara levar a televisão da casa dele, o aparelho DVD [Digital Versatile Disc] dele, para sala de aula, para a gente poder passar os vídeos. Foi um comecinho dos treinamentos em videoaulas. Ai você garante que aqueles conceitos principais, os procedimentos, o core do treinamento,

sejam passados do primeiro grupo da cadeia de treinamento, que são cinco níveis, até chegar no recenseador, em todas as cadeias. Que esses conceitos sejam passados igualmente, exatamente o mesmo, no primeiro grupo que recebe treinamento dos técnicos da DPE. Esse mesmo vídeo é visto pelo recenseador. Então, isso garante a homogeneidade, padronização. No Censo 2000, a gente já avançou bastante nisso e depois em 1996, em 2007, também fomos sempre ampliando o conteúdo. No começo, era um conteúdo bastante restrito e depois a gente foi uma ampliando e hoje a gente tem treinamento totalmente em videoaula.

Agora em 2020, a gente começou a planejar o censo antes da pandemia [da COVID-19] e fomos surpreendidos. Adiamos. A gente já vinha trabalhando o treinamento muito junto com a CTA [Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento] da ENCE [Escola Nacional de Ciências Estatísticas], para ter mais videoaulas, porque a gente sabe que a videoaula garante a qualidade do treinamento, a padronização. A gente já vinha fazendo esse trabalho e, aí com a questão do distanciamento que foi imposto pela pandemia, a gente investiu muito. O trabalho da equipe da Cynthia [Damasceno], que é a Coordenadora de Treinamento com a CTA, primeiro com a Bianca Walsh e depois com o Paulo [Quintal], um trabalho fantástico. As duas equipes são afinadíssimas. Trabalharam muito, muito, muito. A gente chegou até a proposta de fazer o treinamento todo a distância e tentamos. Buscamos isso, mas depois a realidade se impôs e o pessoal da CTA foi muito parceiro nisso, porque eles entendem de treinamento a distância, muito. É o negócio deles. Eles mesmos nos disseram: *“Não dá. Para o recenseador você precisa de olho no olho. Você precisa das pessoas em sala de aula. Junto, integrando. Um ajudando o outro, discutindo, simulando. Não dá para ser um treinamento a distância. Tem que ser um treinamento presencial.”* A gente então foi evoluindo, avançou, colocou só supervisor e recenseador como presencial e os outros todos em um remoto. Mesmo o supervisor e o recenseador, muita coisa em videoaula, para eles verem antes, durante e depois do treinamento. Mas exigindo as aulas presenciais e, depois, nos primeiros treinamentos que a gente fez no ano passado, envolvendo as Unidades Estaduais [UEs]. Os próprios técnicos da DPE chegaram à conclusão que o treinamento totalmente remoto era deficitário, era ruim, era difícil. Tinha problemas. A gente treinou para os testes nos vários testes que a gente fez e eles ficaram surpresos com as falhas, com os erros, com as perguntas que pessoas que, a princípio, estariam muito bem-treinadas. Pessoas que participaram do programa, pessoas até experientes. Com as dúvidas que as pessoas tinham, com as falhas que tinham. E aí eles fizeram uma avaliação e todo o grupo de treinamento é um grupo de trabalho que reúne o pessoal da COC [Coordenação Operacional dos Censos], da CTA, de todas as Diretorias e das Unidades Estaduais. Esse grupo avaliou e disse: *“Não, a gente propõe recuar o treinamento. É importantíssimo ter treinamento presencial.”* Então, até onde eu acompanhei, todos os treinamentos



Treinamento técnico-operacional do Censo Demográfico 2010.

Da esq./dir.: Cynthia Gomes Damasceno; Marco Antônio dos Santos Alexandre; Wasmália Socorro Barata Bivar; Maria Vilma Salles Garcia; e Wolney Cogoy de Menezes

terão uma carga grande em videoaulas. Tem muita ferramenta para ensino a distância que as pessoas se preparam e tem muita coisa durante o treinamento que as pessoas assistem vídeos, fazem exercícios. Mas é importante ter o presencial, ter o olho no olho. Acabou que praticamente toda a cadeia de treinamento vai ser presencial, porque o censo é muito rápido e o conteúdo é muito grande. A gente não pode deixar espaço para ter problema. Se você tiver uma falha, essa falha vai crescendo de uma cadeia para outra, de uma para outra. Como eu falei, a gente começa com 20 depois passa para 200, para 500, 23 mil, 200 mil. Então, se a gente tem uma falha, essa falha se propaga e não dá tempo de corrigir. Não venha me dizer que começou a coleta com uma falha de treinamento, de entendimento de um procedimento, de um conceito, que durante a coleta a gente vai corrigir. Porque não há errata, não há orientação posterior que dê conta de chegar em todos os recenseadores e corrigir para todos eles. Não há, não há. E isso não sou eu que digo, são as pessoas especialistas na área de capacitação. A gente viu em treinamentos passados, dos censos passados, que a coisa se espalha e você não tem como corrigir. Vai ter que ser corrigido depois na fase de apuração, na faixa

de crítica e apuração. Isso é muito ruim. Isso pode comprometer o resultado do censo. Treinamento é um aspecto crucial, nevrálgico, que a gente tem que ter muito cuidado. Eu até me desgastei muito no ano passado nessa questão de treinamento, porque havia uma corrente muito grande, [na verdade] de poucas pessoas, mas fortes, no discurso de que o treinamento do censo poderia ser todo a distância. Mas ainda bem que com o apoio da CTA, dos técnicos da DPE, de todas as Diretorias e das Unidades Estaduais, os coordenadores estaduais de treinamento, até Chefe de UE, coordenadores operacionais, apoiaram essa outra alternativa de treinamento presencial. Eu saí bastante tranquila quanto a isso, porque era temerário demais fazer esse treinamento a distância, mesmo para as primeiras cadeias, primeiras etapas da cadeia de treinamento.



Coleta de dados

A coleta de dados é uma das etapas mais importantes do Censo Demográfico, pois é nesse momento que as informações sobre a população são obtidas por meio de entrevistas realizadas em milhões de domicílios em todo o País.

Desde 1960, a amostragem probabilística tem sido utilizada na coleta do Censo Demográfico no Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países, como os Estados Unidos, desde 1940, e o Canadá, desde 1971.

Durante a coleta de dados do Censo Demográfico, são utilizados dois modelos de questionário: o Questionário Básico, simplificado, é aplicado em todos os domicílios e investiga as principais características das unidades habitacionais e dos seus moradores; e o Questionário da Amostra, bem mais extenso, é aplicado nos domicílios selecionados na amostra e inclui, além dos quesitos presentes no Questionário Básico, outros mais detalhados, bem como quesitos sobre temas específicos, como educação, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, fecundidade, trabalho e rendimento, entre outros, o que permite o aprofundamento de questões relacionadas às condições de vida da população. Os quesitos comuns aos dois questionários constituem, assim, o conjunto de informações básicas censitárias obtidas para 100% da população, o que se convencionou chamar de Universo.

A coleta de dados do Censo Demográfico é efetuada, tradicionalmente, por meio de entrevista presencial no domicílio. Para tal, os recenseadores devem construir e manter uma relação de confiança com o entrevistado, apresentando-se uniformizados, com documento de identidade, crachá institucional e computador de mão,

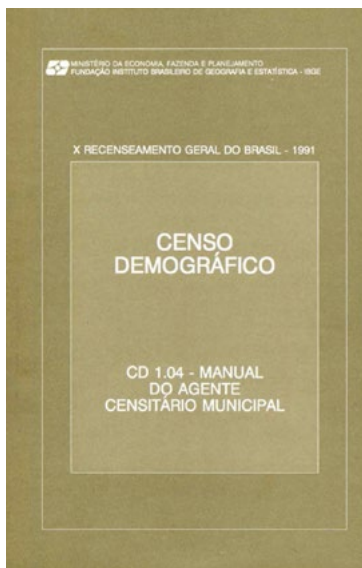
e, antes de iniciada a entrevista, devem esclarecer o entrevistado sobre o caráter confidencial das informações prestadas.

A partir do Censo Demográfico 2010, o preenchimento do questionário via Internet passou a ser oferecido. Durante a visita inicial obrigatória do recenseador, na qual são registradas as coordenadas do endereço, a opção por essa modalidade de coleta pode ser manifestada pelo morador, sendo-lhe dado, então, um *e-ticket*, com *login*, senha de acesso ao questionário virtual e informações sobre o prazo para o autopreenchimento *online*. Na ausência de resposta ao questionário no prazo estipulado e a consequente expiração do *e-ticket*, o domicílio retorna, então, ao aparelho do recenseador com vistas à realização da entrevista presencial.

No Censo Demográfico 2022³⁴, pela primeira vez, foi oferecida ao informante a possibilidade de responder a pesquisa por telefone. Durante a visita inicial obrigatória do recenseador para o cadastramento das coordenadas do endereço, a opção por essa modalidade de coleta pode ser manifestada pelo morador, cabendo-lhe, nesse momento, conceder autorização ao agente censitário de pesquisa por telefone para o preenchimento do questionário com os dados prestados pelo informante.

Cumpra-se realçar que os entrevistados são treinados para coletar informações precisas e confiáveis, com base em uma metodologia padronizada, e a ampliação das modalidades de coleta, de forma eficiente e com qualidade, contribui para a cobertura da pesquisa.

Capa do *Manual do agente censitário municipal*, utilizado no Censo Demográfico 1991



³⁴ O IBGE se planejou para a execução do Censo Demográfico 2020, tal como definido por lei, porém, em virtude da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, e do profundo corte orçamentário ocorrido em 2021, a operação foi replanejada para o ano seguinte.

Entrevista com

Cimar Azeredo Pereira

23 de julho de 2015

Eu comecei a fazer o recenseamento do Censo Demográfico 1980 e isso para mim teve um diferencial muito grande. Teve um diferencial, porque tecnicamente aquilo naquela história ali me deu muito suporte. Eu acho que estava na 15ª entrevista, até que eu bati na casa de um juiz e esse juiz me deu um toque: *“Você está com pressa, você não quer voltar amanhã? Porque o que você está fazendo aqui é muito importante. Isso mexe com a vida das pessoas e tem que ser uma coisa bem-feita”*... e aquilo me deu uma freada, me deu uma freada e ele me explicou assim durante meia hora, coisas que eu não tinha a menor noção, embora tivesse sido treinado para estar ali, acho que durante uma semana ou 15 dias, eu não me lembro direito, mas eu não tinha noção do objetivo do censo. Eu tinha 18 anos, estava com o cabelo meio reco ainda e aquilo foi importante, porque eu comecei a perceber e uma frase que ficou muito, muito gravada na minha cabeça que o que eu estava fazendo ali ia mexer com a vida das pessoas. Isso ficou para mim ao longo da minha vida toda. Esse juiz aposentado, um senhorzinho já, me deu esse toque e eu voltei nas entrevistas todas que eu tinha feito e eu naquele momento fui o entrevistador naquela Cidade, naquele ano, que mais produziu. A cada casa que eu entrava virou para mim uma experiência pra minha vida toda.

Entrevista com

Achilles Nasser Fraxe

26 de abril de 2001

Bom, então em decorrência disso, eu quero chegar a este ponto: no final da coleta, a coisa foi um pouco difícil, porque alguns agentes recenseadores que haviam sido nomeados nesse sistema, não deram conta do serviço. Não deram conta do serviço e aquilo teve que ser muitas vezes refeito, né? Mas, já refeito numa data muito posterior a do censo, muitas vezes ninguém encontrava mais o residente, o domicílio, essas coisas assim, mas isso acontece, né, principalmente naquela região [amazônica]. Isso foi no Censo 1980.

Entrevista com

Antônio José de Souza Biffi

realizada na Unidade Estadual do Pará

25 de maio de 2011

Mas eu comecei a trabalhar em 1980 no Censo Demográfico e lá foi a minha primeira experiência censitária. E teve uma coisa muito interessante que deu muito trabalho, mas eu aprendi muito. Naquela época, nós fizemos a entrevista dos não moradores presentes e aí eu tive que fazer no primeiro dia de censo em 1980, o censo no Hospital de Base de Brasília, desde o 13º andar até o térreo, onde ficavam as enfermarias. Todas as pessoas que estavam lá tivemos que preencher ficha, eu e uma equipe. E foi assim, muito interessante. Por um lado, aprendi muito, mas também eu vi como IBGE também tem um lado muito humano no seu trabalho, porque você vê pessoas doentes ali e na época nós tínhamos que fazer essa entrevista. Às vezes, a pessoa não tinha a menor condição de prestar informação. Nós tínhamos que pegar fichários e as pessoas davam informações ou até parentes que estavam lá no momento.

Entrevista com

Domingos Elias Schanoski

realizada na Unidade Estadual de São Paulo

2 de julho de 2012

Entramos em um outro recenseamento de 1980, onde o IBGE realizou o levantamento nas favelas nas grandes Cidades que estavam surgindo cada vez mais. Favela na acepção da palavra. Favela cujos domicílios eram todos construídos de material aproveitado. Papelão, madeira, coisas que hoje não existem mais. Favelas hoje são de alvenaria. Não tem mais a favela como era antigamente. Não eram arruadas. Então, para se levantar uma favela, o IBGE teve uma ideia maluca, mas que deu certo. Foi muito trabalhosa. Corremos risco de vida sim, nós funcionários que estávamos ligados à coleta. Quem estava no campo correu risco, porque entrar em favela na ocasião não era só como é agora. Sempre foi assim. Favela é lugar de gente decente, mas tinha muito bandido. O IBGE faz suas pesquisas domiciliares através de Setores Censitários. E para se definir um Setor Censitário, você tem que definir uma área, mapear essa área. E a favela não tem mapa. A favela é um amontoado de barracos, que entre elas tinham algumas arruelas. Essas arruelas tinham que ser identificadas. Então, foram criadas equipes, não só em São Paulo, em todas as grandes Cidades. Ainda não tinha um pessoal contratado para tal. Era pessoal efetivo da casa que foi para os barracos, para as favelas, inclusive na

Rocinha, no Rio de Janeiro, mapear, fazer uns desenhos daquele aglomerado de barracos, numerando, comprou-se uma infinidade de *spray* de pintura de carro, para botar números nos barracos, que era para que as pessoas não apagassem aquele número, e demos ruas naqueles becos, naquelas vielas que tinham entre os barracos das favelas. Até meu nome está lá pelo meio de alguma, talvez até hoje. Não tinha mais como botar nome, então, a gente ia colocando qualquer nome e as pessoas aceitavam. Colocava os nomes dos líderes das favelas, do filho de um da favela, colocava o nome de uma flor que viram no local, algo pitoresco e aquilo ficou registrado. E as pessoas gostaram até. *"O meu barraco tem número?" "Tem."* *"Para que que é isso?" "Nós vamos contar vocês, o Governo quer saber, o povo quer saber quantos moram na favela."* *"Ah, então a macacada vai ser contada?" "Todos os cidadãos da favela vão ser contados."* E nós fomos para o campo em todas as favelas. Juntavam os funcionários das agências, uma batelada de carros que o IBGE tinha e íamos fazer o levantamento colocando ordem nesses aglomerados de casas que tinham nas grandes Cidades. No interior, não houve problema, porque praticamente não existia, mas nas grandes capitais não foi fácil. Essa foi a realização do Censo 1980.

No último censo que eu participei apenas como coadjuvante, em outra habilidade que não a da coleta, em 2000. Foi bastante trabalhoso, já com mão de obra difícil, porque as pessoas, não sei se na hora que vem buscar essa atividade temporária, principalmente os coletores não demonstraram grande responsabilidade na coleta de dados. Ainda bem que o IBGE tem pesquisas temporárias que cobrem possíveis falhas de um censo. É claro, depois tem a avaliação do censo que é feita por pessoas mais gabaritadas que cobrem, veem as deficiências que podem ter ocorrido em um recenseamento.

Entrevista com

Ozélio Correia de Azevedo

realizada na Unidade Estadual do Rio Grande do Norte
4 de agosto de 2011

Na época, nós tínhamos um questionário e todo o trabalho do recenseador, do entrevistador, era registrado numa folha de coleta e que permitia ao supervisor conferir, *pari passu*, o andamento do recenseador, do entrevistador, na sua área de trabalho. Era uma orientação básica de como e onde começar, como percorrer cada Setor [Censitário], cada área, cada quarteirão, cada fase desse quarteirão e com o conhecimento do supervisor às vezes levava a ele, de longe, a identificar uma falha que o entrevistador, o recenseador, teria cometido no percurso e na cobertura da sua área de trabalho.

[...] Outro desafio grande foi uma proposta do então Delegado Cid Calheiros Costa no recenseamento de 1970, Censo Demográfico, que nós realizamos com presteza, com determinação. No levantamento, incluímos todos os moradores de rua da Capital do Estado do Rio Grande do Norte. Inclusive, me lembro com muitas saudades ainda, um alienado, um louco, que tinha com codinome de Codó, e por Codó ele foi recenseado e as informações foram prestadas nesse parâmetro, porque tratava-se de um louco que morava nos escombros de um incêndio que teria acontecido num prédio, era um mercado público, que foi incendiado e ele morava nos escombros, onde hoje é a sede do Banco do Brasil na Capital do Rio Grande do Norte. Fazer um trabalho com esses moradores de rua não é fácil. Trabalhar à noite e a abordagem piores ainda. Na maioria, pessoas revoltadas com a vida, pessoas que não têm senso nem de quem são para a gente levantar dados. Então, esse levantamento dos moradores de rua foi realmente um desafio.



Arquivo dos instrumentos de coleta utilizados no Censo Demográfico 1940

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

O Censo 1950 tinha um relatório para ser feito pelo agente municipal, um relatório em quatro vias, era uma folha amarela, uma rosa, uma azul — mais para verde do que para azul — e uma branca. Era uma série de perguntas que o agente municipal de Estatística tinha que preencher e, em dados momentos, era pedido que ele respondesse com sua própria opinião. Então, pude ler a resposta dos agentes de mais de 600 Municípios, sendo que o Brasil na época tinha mais ou menos 1 900 Municípios. O que me elucidou bastante sobre o funcionamento das agências, as dificuldades de uma coleta e como era. Fiquei muito impressionado.

The image shows a complex data collection form for the 2000 Census. It includes a header with the IBGE logo and the text 'Censo Demográfico 2000 CD 1.07 Folha de Coleta'. The form is organized into several main sections:

- 1. LOCALIDADE:** Fields for municipality, district, subsector, sector, quarter, and census tract.
- 2. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 3. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 4. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 5. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 6. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 7. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 8. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 9. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 10. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 11. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 12. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 13. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 14. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 15. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 16. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 17. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 18. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 19. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 20. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 21. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 22. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 23. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 24. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 25. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 26. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 27. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 28. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 29. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 30. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 31. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 32. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 33. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 34. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 35. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 36. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 37. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 38. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 39. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 40. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 41. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 42. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 43. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 44. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 45. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 46. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 47. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 48. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 49. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 50. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 51. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 52. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 53. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 54. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 55. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 56. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 57. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 58. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 59. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 60. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 61. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 62. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 63. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 64. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 65. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 66. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 67. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 68. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 69. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 70. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 71. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 72. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 73. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 74. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 75. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 76. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 77. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 78. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 79. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 80. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 81. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 82. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 83. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 84. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 85. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 86. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 87. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 88. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 89. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 90. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 91. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 92. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 93. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 94. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 95. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 96. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 97. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 98. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 99. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.
- 100. LOCALIDADE:** A grid for identifying the location using letters and numbers.

Folha de coleta do Censo Demográfico 2000

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Também a coleta foi feita por meio do Questionário da Amostra, da não Amostra, das folhas de coleta que constituíam o cadastro do censo e da caderneta, que era através dela que se apurava a Sinopse Preliminar.

Entrevista com

Fatmato Ezzahrá Schabib Hany

realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul
6 de setembro de 2011

Em 2000, foi um censo cheio de tecnologia, coisa que a gente gosta, novidade. A gente usou PDA [Personal Digital Assistant], mesmo que parcial. Então, foi muito bom. E o desafio continuou, porque, apesar de a gente está começando com a informatização, aqui é um Estado *sui generis* por conta dos tipos de biomas que nós temos no Estado, como o Pantanal, as áreas de difícil acesso, que são áreas complicadas de se cobrir nos censos, mas que foram interessantes de se realizar e que, se não fosse a equipe, o grupo coeso, eu penso que a gente não conseguiria realizar a contento. E o que nos estimulava, então, era de que sempre a gente teve um respaldo, também da Direção superior. A gente nunca foi também tolhida, a não ser para fazer orientações para a gente realizar projetos sempre, de acordo com as normas, sempre de acordo com a regra, para que a gente realizasse dentro da lei.

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

Se você diz um lugar para um funcionário da rede do IBGE, claro, na região onde ele trabalha, ele vai chegar lá. E vai claro, com GPS [Global Positioning System], ele vai chegar mais rápido e mais fácil, mas mesmo sem GPS ele vai chegar e saber como ninguém como fazer uma entrevista, como se apresentar para uma pessoa que está sendo entrevistada. Isso é importantíssimo. Ninguém sabe fazer isso como a equipe da Rede de Coleta do IBGE. Então, é um trabalho fantástico!

[...] Sem contar a ferramenta de coleta que mudou completamente a forma da gente até orientar o trabalho do recenseador, dar o treinamento do recense-

ador, de fazer supervisão e o ganho que a gente teve. Você batia o olho, você tinha um Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta [SIGC], cujo embrião foi na Contagem [da População] de 1996, que a gente recebia os dados preliminares. Alguns, não todos, mas recebia os dados preliminares e começava a botar aquele olhar demográfico. O que era, avaliar a consistência do ponto de vista numérico mesmo da população recenseada para saber se aquilo estava dentro de todas as expectativas demográficas. E quando não estava, consultar a Unidade da Federação na rede, que havia produzido aquela informação e pedir esclarecimento. Dizer: *“Olha, a gente tem esse cenário aqui tem essa expectativa. Você tem uma explicação porque que tá diferente? Tem uma explicação?”* A explicação é essa, essa e essa. Legal, tem elementos, é uma explicação consistente. Comprovada? Vida que segue. *“Ah! Não tem? Então, vamos fazer o seguinte...”*, a gente tentava selecionar alguns Setores [Censitários] que aparentemente poderiam estar com subnumeração e pedir uma revisão da coleta. Quase sempre o resultado era positivo, mas isso a gente fez porque tinha acesso rápido ao que estava chegando do campo.

Com o coletor eletrônico, a gente pode dizer para o supervisor vá em tal domicílio, entreviste essa pessoa e faça essas perguntas. Que perguntas que a gente selecionava? As perguntas que normalmente definem as principais sequências de preenchimento do questionário. Sem entrar em tecnicismo aqui, você tem lá a sequência, pergunta: *“Frequenta a escola?”*, se a pessoa disser que não, você já pula um conjunto de quesitos que não faz sentido. Você não vai perguntar que série você estuda se a pessoa está dizendo que não frequenta escola. *“Tinha trabalho na semana de referência do censo?”* Não tinha, não trabalhou. Você não vai perguntar o que ela faz, qual atividade do estabelecimento, quantas horas trabalhava, quanto ela ganhava, enfim, sequências do questionário. Então, você tinha perguntas básicas que definiam a sequência.

A gente colocou no equipamento de coleta algumas advertências. Nós não dizíamos para o recenseador que estava errado, mas dizia assim: *“Olha! Você registrou uma pessoa com mais de 90 anos de idade. Acho que era essa uma das advertências. Confirma?”* Porque às vezes na hora de digitar o número lá correspondente ao ano de nascimento, pode errar. E, no que ele errar, ele pode pegar uma pessoa... sei lá, de nove anos e transformar numa pessoa de 90 e aí gerar toda uma série de erros de preenchimento no questionário. A gente tinha essa preocupação. Mas aí só com PDA [Personal Digital Assistant] que você podia fazer isso. Então, a gente pegava e tinha uma pergunta lá de advertência. A gente pôde fazer toda a sequência de preenchimento do questionário. Então, o recenseador não preenchia quesito por engano.

Entrevista com

Elenice Cristaldo Cano

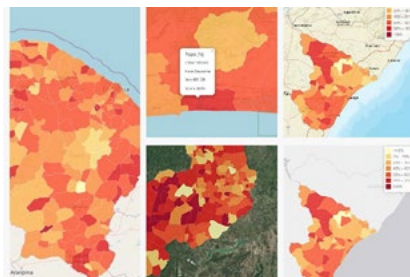
realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul
13 de fevereiro de 2012

Depois dos trabalhos do treinamento, eu tive a oportunidade também de ficar trabalhando no campo, visitando Município que estava com alguns problemas, que foi São Gabriel do Oeste [Mato Grosso do Sul] e lá eu pude realizar o trabalho de campo, visitando os domicílios fechados. Consegui abrir os domicílios fechados e fui bem-recebida, não tive nenhum problema com o informante, fui muito bem-tratada e inclusive quando eu falava sobre o trabalho do IBGE para as pessoas, para os informantes ali, eles viam o que era esse trabalho e qual a importância desse trabalho e qual a importância que tinha. Então, foi uma experiência muito legal e até hoje eu me lembro desse trabalho, das visitas que eu fiz e é uma coisa que eu vou levar pro resto da vida.

Recenseadores durante a coleta de dados do Censo Demográfico 2022



O Sistema de Plano de Análise do Censo - SISPAC, foi uma ferramenta fundamental no acompanhamento da coleta do Censo Demográfico 2022



Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

A gente tinha acompanhamento da coleta numa boa e a gente fez em 2010, nós começamos a construir os SIGC [Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta]. A DI [Diretoria de Informática] tinha uma proposta dos recenseadores irem no orelhão ou telefone particular e acessar via 0800 e digitar ou dizer o número do Setor [Censitário]. E aí ia ter as perguntas: “Qual o número de domicílios recenseados?” “Quantas pessoas recenseadas?” “Quantos homens?” “Quantas mulheres?”, para fazer o acompanhamento. E isso nós achamos que não ia dar certo. Primeiro, porque o código do Setor que ele ia ter que dar para identificar o Setor do trabalho dele tinha, sei lá, 12 ou 15 dígitos. Ia ser muito difícil. Aí a gente criou, eu que escrevi o primeiro documento, devia ter duas ou três laudas, falando em um sistema mais sofisticado. A gente tinha planejado, já que o coordenador de subárea teria um equipamentozinho. Ele ia nos Postos de Coleta e ali ele tinha a relação de todos os Setores. Ele abria o Setor e digitava, pegava lá do relatório do *laptop* do Posto de Coleta, ele digitava no equipamento dele e ele transmitia. Esse era o controle de coleta. Então, vamos incorporar isso num sistema que a gente chamou de [Sistema de] Indicadores Gerenciais da Coleta, o SIGC. E aí o Ataíde Venâncio que era o Coordenador da DI, responsável pela parte de desenvolvimento, ele e a equipe dele desenvolveram o SIGC. A gente brincava, eu e o Ataíde, que eu era a mãe e ele era o pai do SIGC, que hoje é essa ferramenta fantástica que a gente tem. Mas começou ali em um documento-zinho de duas ou três laudas, que eu escrevi, do que eu imaginava que deveria ser um sistema de controle de acompanhamento de censo. Foi muito legal, porque a gente tinha *online*, informação praticamente *online*, de todos os Setores. O andamento de cada Município. A gente podia ver Estado a Estado. Cada Chefe de Estado podia ver das suas agências, dos seus Municípios. Coordenador de subárea via de cada Posto de Coleta. Nós do Rio [de Janeiro] podíamos ver tudo. Se eu quisesse ver um Setor, um Município, eu conseguia ver. O pessoal da DPE [Diretoria de Pesquisas], quem quisesse, tinha acesso à informação detalhada: áreas, visões, relatórios. Com os vários recortes, desde o Setor até o Brasil.

Entrevista com

Vinícius Fonseca

10 de dezembro de 2002

Entre parênteses, um caso curioso, em 1940, eu tinha sido recenseador, fiz um concurso na Paraíba para recenseador com 17 anos e fui punido de uma forma horrível. Tirei em primeiro lugar e, por causa disso, fui obrigado a recensear o Palácio do Governo que era um “setorzinho” de nada, e ninguém sabia que se ganhava por produção, então, eu ganhava muito menos do que aquele que tirou o 10º ou o 100º lugar, passei a ganhar uma porcaria, porque fiquei com um “setorzinho”.



Dificuldades enfrentadas

O Censo Demográfico é um levantamento estatístico que tem por objetivo coletar informações sobre a população, o que envolve milhões de entrevistas realizadas em todos os domicílios do País, e, por ser uma operação tão complexa, está sujeito a desafios e dificuldades durante a sua execução. Ao se observar a história dos recenseamentos, é possível notar que certos inconvenientes se repetem ao longo do tempo e, portanto, merecem atenção especial durante o planejamento e o acompanhamento da pesquisa.

Uma questão comum a todas as edições da operação é a coleta de dados em áreas de difícil acesso. Como se não bastassem as dimensões continentais do País, há localidades nas quais os recenseadores têm muita dificuldade para efetuar os trabalhos de campo, seja pela infraestrutura inadequada de transportes, seja pela própria barreira natural, como ocorre em áreas de ocupação irregular, regiões montanhosas, áreas cercadas por rios, ou em Terras Indígenas no interior de florestas que só podem ser acessadas por helicóptero ou avião. Uma outra dificuldade a realçar é a resistência ou a falta de cooperação da população em participar do Censo Demográfico, tanto pela simples recusa em responder as perguntas do questionário quanto pela desconfiança, pelo receio de represálias, ou, simplesmente, porque as pessoas não reconhecem a importância de sua participação. Isso pode comprometer a qualidade dos dados coletados e a representatividade da pesquisa.

A inexistência de recursos financeiros suficientes para a execução da operação também é um obstáculo, já que a preparação e a execução do Censo Demográfico envolvem logísticas que abarcam uma série de aspectos. Nesse sentido, destacam-se: a estrutura física, com a instalação de Postos de Coleta em todos os Municí-

pios para abrigar pessoal, equipamentos, meios de comunicação e materiais diversos necessários à execução dos trabalhos locais; a estrutura tecnológica, com a aquisição de tecnologias para suportar toda a operação, segundo quesitos de segurança, disponibilidade, balanceamento de carga de trabalho e outros tantos relevantes para um projeto desse porte; a estrutura de pessoal, com o recrutamento, a seleção e o treinamento de grandes contingentes de trabalhadores temporários para a constituição de equipes distribuídas em todo o Território Nacional, dimensionadas de acordo com a concentração da população e as características locais para, no prazo definido para a coleta de dados, executar as entrevistas, realizar os procedimentos de supervisão, e adotar as medidas necessárias para assegurar a qualidade das informações e a correta cobertura da pesquisa; a adequação dos recursos materiais, com o levantamento antecipado das necessidades com vistas a assegurar os suprimentos requeridos em todas as unidades organizacionais; e, por fim, os controles orçamentário e financeiro da operação, incluindo a sua prestação de contas. A falta de recursos financeiros, cumpre ressaltar, atingiu o Censo Demográfico que seria realizado em 1990 e em 2020, razão pela qual as suas datas de início foram alteradas: no primeiro caso, a operação foi transferida para 1991; e, no segundo, replanejada para 2022.

Outra preocupação é a manutenção da qualidade dos dados coletados. As informações censitárias devem ser precisas e confiáveis para que possam ser utilizadas com segurança para a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisões. Para evitar a ocorrência de erros de preenchimento ou de interpretação de respostas fornecidas pelo informante, o que pode comprometer a qualidade dos dados, o programa de treinamento do Censo Demográfico objetiva garantir a correta assimilação dos conteúdos pelos profissionais participantes, com vistas ao alcance dos objetivos propostos para a operação censitária. Para tal, são utilizadas técnicas e estratégias que assegurem a qualidade do treinamento em cascata e, sobretudo, que garantam a transmissão uniforme dos conceitos.

Apesar do planejamento minucioso do Censo Demográfico, outras dificuldades podem surgir durante o andamento da pesquisa. Em levantamentos anteriores, situações como greves, adiamentos e dificuldades tecnológicas exigiram rápidas soluções para problemas inesperados. Entre os inúmeros desafios enfrentados pelo Censo Demográfico 2022, destacam-se, em especial, algumas modificações estruturais ocorridas na sociedade que terminaram por impactar, diretamente, a operação. Fatores como o maior número de domicílios com apenas um morador, mudanças no mercado de trabalho e questões relacionadas à segurança, por exemplo, têm dificultado, cada vez mais, o acesso dos recenseadores aos moradores. Esse fenômeno, cabe realçar, também vem sendo observado nas pesquisas domiciliares por amostragem realizadas pelo Instituto.

Apesar desses desafios, a experiência acumulada pelo IBGE ao longo do tempo permite mais segurança para a solução dos eventuais imprevistos, uma vez que as equipes diretamente envolvidas no planejamento das operações censitárias contam com profissionais altamente capacitados, que já vivenciaram situações e obstáculos diversos.

Entrevista com

Antônio Utsch Moreira

28 de maio de 2003

Outro problema, por exemplo, que eu tenho certeza de que muito outros agentes tiveram, mas que nunca registraram por falta de informações nas zonas mais distantes: às vezes, nossos recenseadores eram mal recebidos. Na divisa de Conceição do Mato Dentro e Santana de Pirapama [Minas Gerais], alguns recenseadores nossos em 1950 foram recebidos à pedrada. Aí um agente, Antônio Guedes de Magalhães se comunicou urgente conosco. Nem telefone tinha. Mas tinha Telex. Então, mandou um telegrama alarmado. Eu me desloquei para lá, procurei o vigário, Monsenhor Roque Venâncio da Silveira, que tinha grande influência ali. Contei para ele. Ele deu um cartão para os fazendeiros e aí nossos agentes, nossos recenseadores, tiveram acesso a todas aquelas propriedades. Não era uma pedrada maldosa. Era a ignorância. Porque às vezes se espalha uma notícia. “Ah, não existe guerra não. O Governo está querendo fazer um arrolamento de pessoal para amanhã convocar.” Umas coisas assim, de ignorantes. Depois desse cartão dele, isso no Censo 1950. Porque depois veio o rádio à pilha, tudo que chama a atenção, que informa melhor.



Porteira da Fazenda Andorinha, no Município de Santa Fé do Araguaia (Tocantins), aberta para o Censo Demográfico 2022

Entrevista com

José Augusto Aguiar

26 de abril de 2001

Eu me lembro também do recenseamento de 1950. Em 1950, a dificuldade também era grande de recenseamento, porque o povo era quase indígena. Tinham locais lá do interior que o recenseador chegava, quando ele chegava à casa, sumia o pessoal, saía pelos fundos do quintal. Desaparecia na mata. Era um sofrimento danado para nós conseguirmos essas informações.

Lembro de uma particularidade que fui... o recenseador, que foi lá numa fazenda, eu acho que, talvez até por questões políticas, ele não recebeu o agente ou, se recebeu, recebeu muito mal. Falou que não dava informação para nada, que podia embora. Eu achando que era algo mais importante do que ele, até considerei ele uma autoridade do Município, vou eu lá. Peguei um animalzinho. Era num Distrito chamado Arariense [Município de Arari, Maranhão]. Cheguei lá. Coincidentemente quando eu cheguei, ele ia sair. Eu cheguei cedo, ele ia saindo com a espingarda na mão. Acho que ia caçar. Eu abordei que o recenseador passou e ele não deu a informação, talvez por alguma questão, mas que eu mesmo ia fazer. Preencher o questionário. Ele disse: *"Negativo. Aqui você não vai preencher nada. Eu aconselho o senhor a ir embora, se retirar da minha propriedade, porque eu não dou informação."* Parece que ele tinha muitas áreas que recenseador dava em cima dele. Precisava tirar a informação.

Na seleção de recenseadores aconteceram vários casos. Eu poderia citar apenas um já falando no campo político. Esse recenseador fez os testes, passou e tal. Só estava faltando treinamento, quando recebo um telegrama aqui da Delegacia mandando que suspendesse o treinamento ao recenseador fulano de tal, porque ele não podia fazer as tarefas de recenseamento, porque ele estava sendo processado. Tinha um processo contra ele e tal. *"O que eu posso fazer?"* Chamei o rapazinho sozinho. O nome dele chamava-se Antônio Bispo de Almeida. Acabou entrando para o IBGE e até é aposentado do IBGE. Era um bom funcionário. Eu digo: *"Olha, você vai embora, porque eu não posso fazer nada."* O que ele fez? Saiu dali, foi direto para a casa do prefeito. Chegou lá, *"Senhor [inaudível], olha aí o homem me suspendeu porque ele disse que eu tenho um processo e eu não tenho."* Realmente, houve umas insinuações por aqui, mas foi coisa que nem chegou a ser processado. Era mais ingerência política. O resultado é que esse prefeito pegou o Jeep dele da prefeitura. Ele veio até aqui na agência provar, com as certidões dos cartórios, que ele não tinha processo. Eram dois cartórios que tinha na época na Cidade. Ele provou, e o Delegado, Inspetor na época, passou o telegrama mandando que chamasse o rapaz para prosseguir o treinamento. Quando o Chefe Político do outro lado soube que ele já estava recebendo treinamento, porque a inspetoria tinha autorizado, se mandou

para cá para fazer a fofoca. Eles gastaram, só com combustível, oito vezes o que o recenseador ganhou. Era só um capricho político mesmo.

O Censo 1960 foi um problema sério, não tinha dinheiro e nós nos virávamos como pudesse, graças ao prestígio especial de cada agente de Estatística. Eu fui um desses que, graças a Deus, me relacionava bem e conseguia dinheiro para cá. Pagava aqui, pagava acolá. Convencer um recenseador que ele não estava recebendo agora, mas aquilo ali o Governo ia pagar. Era uma dificuldade tremenda. Não teve dinheiro para o recenseamento de 1960. Foi quase que uma calamidade.

Recenseador Júnior Moura e o guia-intérprete em canoa construída pelo próprio recenseador especificamente para seu trabalho no Censo Demográfico 2022



Entrevista com

Antônio José de Souza Biffi

realizada na Unidade Estadual do Pará
25 de maio de 2011

A Região Norte tem uma peculiaridade, uma particularidade muito grande, um difícil acesso. São famílias que moram em lugares muito longínquos e quem está no Estado do Pará, eu posso dizer com muita propriedade, é o Estado com maior grau de dificuldade na obtenção das informações, porque, diferentemente do Amazonas que tem, apesar de ter maior extensão territorial, eles praticamente têm rios como meio de locomoção. Ou seja, você não tem estradas, diferente do Pará que tem mais de 2 milhões de habitantes morando na zona rural, em localidades alcançadas por estradas de difícil acesso e tráfego muito complicado, e nós temos as rodovias asfaltadas, as estradas vicinais, os travessões e os barcos, que nos propiciam chegar à Ilha de Marajó, ao baixo Amazonas e a todas aquelas localidades que estejam localizadas próximas aos rios. Ou seja, nós temos um grau de dificuldade muito grande e pra quem mora na Região Norte, sabemos o quanto é difícil fazer um censo ou mesmo uma coleta normal do IBGE naquilo que se refere à obtenção de informações.

Entrevista com

Achilles Nasser Fraxe

26 de abril de 2001

Esse Censo 1960 foi interessante. Algumas passagens pitorescas. Aquilo é uma região que tem três tipos de clima e de relevo. O norte daquela região é montanhoso, já são os contrafortes do sistema Pacaraima e Parima [Roraima]. Então, havia alguns Setores [Censitários] dessa região muito difícil, de acesso difícilíssimo. E nós contratamos um rapaz que já tinha viajado pra lá e viajava muito, era piloto de... chamam de teco-teco. Ele aceitou, foi fazer o recenseamento de 1960 naquela região, 10 meses depois ele regressou, sem que nós não tivéssemos nenhuma notícia desse rapaz, porque era impossível. Regressou completamente desfigurado, os pés inchados, botou a papelada em cima da mesa e me perguntou quando era o próximo censo. Eu disse para ele: *"Olha, em 1970. Por que você quer saber?"* *"Porque nessa época eu quero é sair do País, eu não quero mais nem ser recenseado, quanto mais ser recenseador!!!"*

Entrevista com

Alcides Geraldo Dias

20 de dezembro de 2005

Teve um censo, acho que foi de 1960 ou 1970, foi esse que nos cederam o prédio da Legião Brasileira de Assistência [LBA], que era ali no centro e era um prédio muito antigo. A Legião Brasileira de Assistência deixou o prédio em virtude do estado em que o prédio estava. Muito deteriorado. O pinho, vou dizer uma coisa, era uma festa. Era cupim para tudo que era lado, aqueles cupins voando pelo ouvido da gente. O meu auxiliar, eu e ele, às vezes até 1h da madrugada, separando material que tinha que mandar para as agências, porque tinha prazo e aquela "cupinzada" dentro daquele prédio. Era nuvem mesmo. Um prédio muito antigo, a gente tinha até medo. Pra ver como era a coisa difícil na época.



Serviço de codificação no Censo Demográfico 1940, localizado no antigo Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista com

Domingos Elias Schanoski

realizada na Unidade Estadual de São Paulo

2 de julho de 2012

Eu passei por muitos recenseamentos. A meu ver, o grande trabalho do IBGE são os recenseamentos, principalmente os demográficos. São atividades desafiadoras. O pior recenseamento que o IBGE teve, a meu ver, não participei dele, eu acho que foi o de 1960. Digo isso, que deve ter sido o pior censo do IBGE, porque os resultados do Censo 1960 demoraram bastante para serem divulgados. E demoraram bastante para serem pagos. Em 1968, eu estava na Agência de Jundiaí [São Paulo], onde ingressei, eu fiz o pagamento dos recenseadores que trabalharam em 1960. Uma lástima esse tempo, coisas que a pessoa trabalha, são pessoas que normalmente não têm emprego, são desempregadas e pegam para fazer um serviço desses e não recebem. Então, em 1968, eu recebi um *hall* muito grande de cheques já preenchidos com valores para pagar, chamar os recenseadores, descobrir onde estavam, para fazer o pagamento de pessoas que trabalharam há oito anos atrás. Lamentável!

Continuando na área dos recenseamentos, eu me lembro que, em 1974, eu estive visitando o IBGE no Rio de Janeiro na área de apuração. Estava lá um bando de perfuradoras de cartões. Tipo aquele cartão que existia da loteria esportiva. Você ia na loteria e eles perfuravam um cartãozinho para você, para passar na maquininha. Então, tinham assim seguramente umas 300 moças em uma sala perfurando cartão. Copiando os dados do questionário de 1970 para aqueles cartões perfurados. Perfurando os cartões para depois fazer apuração. Depois, as tecnologias foram melhorando. O IBGE foi descentralizando suas apurações, isso graças a algumas pessoas que entraram na Direção do IBGE São Paulo – Rio [de Janeiro]. David Wu Tai, que está no CDDI [Centro de Documentação e Disseminação de Informação], no Rio de Janeiro, antes de ele ser Delegado aqui em São Paulo. Ele cuidou da Divisão de Pesquisas, cargo que depois, quando ele foi para o Rio de Janeiro, eu assumi. Ele fez modificações grandes aqui na Delegacia, principalmente na área de Informática. Ele conseguiu trazer para cá a descentralização da apuração dos dados no Estado. São Paulo teve aqui, no 12º andar, uma equipe de digitadores. Digitadores, que hoje em dia não precisa mais disso. Se não me engano tinham 22 digitadores por turno, cada um no seu terminal, fazendo a digitação, passando os dados, alimentando os dados diretamente na central do Rio de Janeiro.

A apuração do censo foi feita aqui por digitadores. É satírico, mas é verdadeiro. A gente tinha a equipe de digitadores aqui, essa equipe grande de digitadores. Essas informações se resumiam em disquetes, não em CD-ROM, que não existia, né? Eram disquetes, cinco oitavos (devia ser 8 polegadas ou 5 ¼ polegadas).

Muitas vezes, a gente pegava esse disquete e ia levar no aeroporto, pedir para uma pessoa, que a gente não conhecia, levar para alguém que iria receber lá no aeroporto, esse disquete. Alguém do CDDI do Rio de Janeiro estaria lá. Dá seu nome, você leva para mim lá, então, pega. Então, até isso a gente fazia naquela época. Quando a informação precisava chegar rápido, então, a gente corria para o aeroporto, pedia para levar o disquete, pedia: “Ô, fulano, aqui isso aqui é o disquete, dá para você levar para mim? Porque fulano de tal vai lhe procurar nesse voo.” E ligava: “Ô, está com fulano de tal.” Fazíamos isso. Naquela ocasião, eu fui para o Rio de Janeiro levar o disquete com a apuração do Censo Demográfico do Estado de São Paulo. Então, eu estava com uma carga preciosa em minha valise [dados relatados sobre o Censo Demográfico 1991].

Entrevista com

Eurico de Andrade Neves Borba

1998, 23 de março de 2012, e 13 de abril de 2012

Eu virei para o Professor Isaac³⁵ e disse: “*Processa na Pontifícia Universidade Católica - PUC*”. E aí o Isaac gostou da ideia, nós fomos lá, o Padre Ormindo Viveiros de Castro que na época era o reitor, o Padre Laércio Dias de Moura que já tinha saído topou. Então, nós levamos as pastas, e os digitadores furaram aquelas porcarias todas que eram cartões perfurados, aquelas coisas todas num 70-44 que a PUC tinha da IBM [International Business Machines Corporation]. Denúncias pro SNI [Serviço Nacional de Informações] que nós íamos perder os questionários em Mangueira [Rio de Janeiro] e não era em Mangueira ainda, era ali atrás do Cais do Porto, [Rua] Equador [Rio de Janeiro], nós íamos perder os questionários. E que depois na PUC, aquele computador ia fazer tudo errado, que era um computador veja só, desenvolvido para vender passagens aéreas, eu nunca me esqueço. E aí sai aquele resultado que foi um negócio fantástico que teve como resultado, uns dos resultados o Jayme Magrassi de Sá³⁶, que escreveu dois ou três artigos, que era Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, muito amigo do Isaac, escreveu no *Boletim Cambial* dois ou três artigos dizendo o seguinte: “Milagre brasileiro é uma farsa.” Delfim³⁷ não morreu, infelizmente, de raiva, mas fez as maiores fofocas possíveis e impedindo inclusive que o IBGE comprasse o computador que já estava pronto, licitado e a IBM tinha ganho. Mas ele criou tantos problemas pra emitir a guia de importação que isso foi um dos motivos que o Censo

³⁵ Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE (1970-1979).

³⁶ Jayme Magrassi de Sá, Presidente do BNDES (1967-1970).

³⁷ Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda (1967-1974).



Serviço financeiro do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, na década de 1960

1970 não sair mais rápido e nós termos utilizado a PUC. O Presidente Médici³⁸ ficou tão impressionado que chamou o Isaac para uma conversa junto com o [João Paulo dos Reis] Velloso³⁹ sobre aqueles resultados.

[...] Pouca gente se dá conta que o regime militar começou a balançar com a ideia do milagre brasileiro, quando em 1972 nós lançamos um estudo preliminar de uma amostra de 1,85% dos questionários do censo, dos questionários completos da amostra e mostrando que nós tínhamos problemas sérios de distribuição de renda, de emprego, de qualificação da habitação, do saneamento, de educação, enfim, todos os dados que o boletim completo da amostra possibilita. E o Presidente Médici fez aquele célebre discurso no aeroporto de Pernambuco, de Recife, e disse: “*O Brasil vai bem e o povo vai mal!*”. E o Ministro Delfim Netto⁴⁰, desde aquela época, ficou

inimigo do IBGE, e o nome é esse mesmo, inimigo, prejudicando a importação de equipamentos técnicos, computadores que nós tínhamos que trazer para a realização do Censo 1970. Tanto que a primeira parte do Censo 1970 foi processada nos computadores da PUC [Pontifícia Universidade Católica] do Rio [de Janeiro]. Porque o Ministério da Fazenda, querendo justificar de qualquer maneira o milagre brasileiro que não existia, prejudicou e impediu a importação dos equipamentos que nós já tínhamos comprado da IBM [International Business Machines Corporation] relativos a um empréstimo da USAID [United States Agency for International Development]. Não uma ajuda, um empréstimo que o IBGE teve que pagar depois ao longo dos anos. Mas foi então a família ibgeana que garantiu o sucesso e a credibilidade dessa Instituição.

³⁸ Emílio Garrastazu Médici, Presidente do Brasil (1969-1974).

³⁹ João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento (1969-1979), e que convidou o Professor Isaac para ser Presidente do IBGE.

⁴⁰ Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda (1967-1974).

[...] O censo havia atrasado um ano. A iluminada Zélia Cardoso⁴¹ teve o dom de provocar uma inovação idiota na maneira de se coletar censos que sempre são decenais em anos zero. Ela passou pra 1991, né? Isso deu uma confusão do ponto de vista de estudos demográficos imenso. O problema maior que eu recebi era de dinheiro para diária, dinheiro para viagem, dinheiro para automóvel, reparo de coisas físicas e gerenciar greve: “*Não estou entrando, como é que vou entrar*”, coisas desse tipo. “*Não tive, não me lembro de nenhuma colocação como o senhor fez, de conflito entre as unidades regionais e escritórios de unidades regionais*”. “*Não chegou à Presidência nenhuma explicação que precisasse a minha atenção*”.

Entrevista com

Carlos Campos de Carvalho

21 de novembro de 2001

Vimos ao Censo 1960. Fizemos o lançamento do Censo Demográfico 1960 e do Censo Econômico 1960. Nós tínhamos a esperança de que o censo seria ótimo. Mas [houve] problemas políticos, que foi a mudança de Governo, entrou o Jânio Quadros⁴². Jânio Quadros entrou e ele cortou as verbas, cortou tudo. Nós tínhamos que viajar para salvar a coleta, até com dinheiro do nosso próprio bolso com estadia, alimentação. Eles só davam as passagens e nós tínhamos que acertar no campo. Mas valeu a pena, porque nós salvamos todo o material do Censo 1960. Com algumas falhas, mas salvamos tudo. E apuramos o Censo 1960. Em 1967, terminamos todo o Censo 1960. Prejudicamos algumas coisas. Alguns questionários foram prejudicados, porque realmente, inquéritos especiais de financeiras, radiodifusão, algumas coisas foram realmente sacrificadas, porque realmente não dava mais para fazer. E continuamos planejando o Censo 1970.



Sala de perfuração de cartões do Censo Demográfico 1960

⁴¹ Zélia Maria Cardoso de Mello, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento (1990-1991).

⁴² Jânio da Silva Quadros, Presidente do Brasil (1961-1961).

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

Esse Censo Demográfico 1960 merecia um estudo maior, para verificação do grau de heroísmo que houve na apuração desse material que ficou guardado num depósito em Vigário Geral [Rio de Janeiro]. Uma chuva forte carregou o telhado e os vigias do depósito, e pessoas como o Amendoim e o Bráulio subiram em cima de estantes para cobrir o material com lonas para não molhar. Principalmente, o material de Rio de Janeiro e São Paulo que eram os dois últimos Estados apurados. Eles foram cobrindo, pegando material da parte de baixo, levando para a parte de cima, evitando que ficassem molhados. Se pessoas sem o menor conhecimento, mas com muito envolvimento fizeram isso, imagina o que não fez o Amaro da Costa Monteiro, resistindo a todas as pressões para manter o censo, o Heitor [da Câmara] Vellôzo e o Romero [Francisco Romero Feitosa Freire], que era o responsável, juntamente com o Professor Omar. Mas o Romero era o principal responsável pela crítica, tabulação e apuração desses dados. Por isso, saíram os resultados do Censo Demográfico! Quando se quer estudar Demografia no Brasil, tem que estudar essa sequência de tarefas.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Nessa época, era Chefe da Divisão do Censo Demográfico, do Serviço Nacional de Recenseamento [SNR], o Sr. Heitor [da Câmara] Vellôzo; e o Chefe da Codificação, Sr. Hélio Hemetério. Quando eu entrei, a *Sinopse preliminar do Censo Demográfico* já havia sido publicada e, como tudo naquela época, tinha sido apurado manualmente. E a codificação estava muito atrasada. Isso foi, pelo que ouvi dizer, isso se deve ao fato de que havia uma corrente dentro do IBGE que queria, em vez de codificar os questionários, marcar os cartões, como atualmente se faz para o vestibular, e fazer leitura ótica. Até tentaram fazer algo assim, mas não deu certo. Então, tiveram que voltar ao antigo sistema, que seria de codificação do questionário mesmo. Só que nessa época, apesar de o questionário ter códigos dos quesitos pré-codificados, ele foi todo codificado. Todos os quesitos eram codificados. Tanto os quesitos em aberto, como ocupação, atividades etc., como os que já estavam pré-codificados. Eram usados dois tipos de boletim até agora. Então, era o Boletim da Amostra e o Boletim Geral. Sendo que, na ver-

dade, quando se fala a amostra no censo, a amostra de alguns quesitos, porque havia quesitos que totalizavam 100%. Havia quesitos do Questionário da Amostra que eram os mesmos do quesito da não amostra. Então, esse era o censo. E algumas características da população, sim, eram apuradas por amostra. O serviço em si envolvia a codificação propriamente dita, a revisão e a verificação. Em cada fase de trabalho nos registros, eram efetuadas com caneta esferográfica. Eu vou contar isso, porque é uma coisa interessante. Com canetas esferográficas de cores diferentes, né? Então, uma codificação era vermelha, a revisão, azul e a verificação era feita em verde. Sendo que a revisão era total, era feita em 100% dos questionários e a verificação era feita por amostra. E o número inicial do questionário a ser verificado em cada dia, em cada pasta, era sempre sorteado no dia para o revisor, o codificador não sabiam quais seriam os questionários que seriam revisados. Esses erros eram anotados em umas folhas, nos formulários, e depois eram mostrados para os codificadores e revisores para dar subsídios para a melhoria da execução das tarefas, para eles saberem no que eles estavam errando e no que eles podiam melhorar. E havia também a figura do orientador e a do distribuidor de pasta. O orientador tinha como atribuição dirimir as dúvidas dos revisores e dos codificadores ou a divergência de opinião entre eles. Porque às vezes o revisor achava que o codificador estava errado, o codificador achava que não, então, tinha que ter alguém para tomar a decisão.

[...] Nessa época, as condições de trabalho não eram das melhores, né? E a economia era grande. Por isso que falei da história das canetas. O codificador recebia caneta uma única vez. Quando a carga terminava, ele dava a carga de tinta vazia para receber uma nova carga. Não recebia uma nova caneta. E para surpresa de todos nós, quando chegou o fim do ano, uma funcionária, que tinha muita criatividade, ela fez uma árvore de Natal com as canetas. E foi uma coisa linda, né? Eu acho que é uma coisa interessante ver que as pessoas se interessam.

Com a necessidade de acelerar os trabalhos de codificação, não havia espaço na Praia Vermelha [Rio de Janeiro] e como sempre o demográfico teve que se mudar. Então, nós fomos para a Rua Francisco Eugênio, na Leopoldina [Rio de Janeiro]. E a codificação ficou lá até terminar.

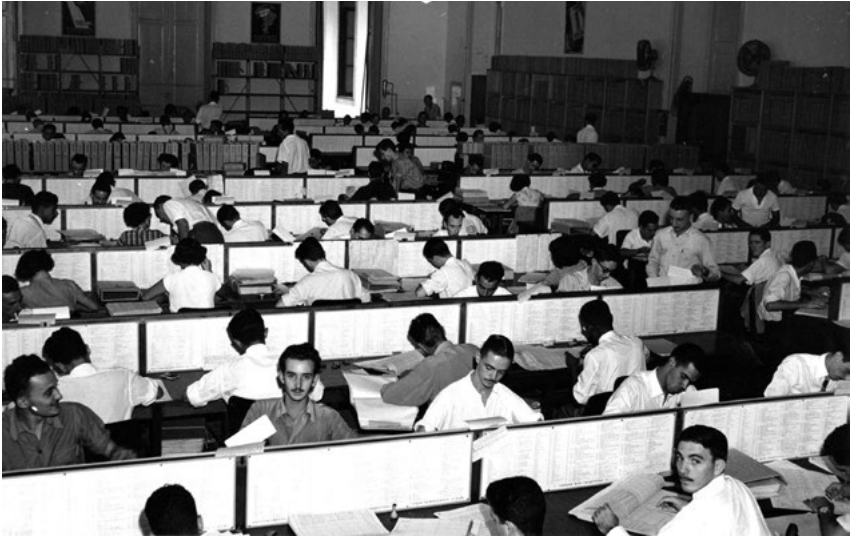
[...] Como em 1960, a Sinopse Preliminar do Censo 1970 também foi apurada à mão. Era uma coisa de louco, porque nós tínhamos que primeiro totalizar as coisas de coleta para ver se os dados da capa da caderneta que seriam utilizados estavam corretos. Depois, nós transcrevíamos esses dados para uma fichinha em uma determinada ordem. Era colocado o código de Município e os dados eram transcritos em uma determinada ordem, sem indicação nenhuma do que estava ali, porque se não ia perder tempo, né? Essas fichinhas eram apuradas por Município. Cada um dos totais que tinham ali, iam sendo somados e apurados por Município. Havia um serviço que preparava as tabelas e datilografava os nomes

dos Municípios e aí nós transcrevíamos para essas tabelas, também à mão, os resultados que a gente tinha apurado. E totalizava os Estados. E depois para o Brasil a gente somava todas as tabelas e totalizava o Brasil. E depois tudo era datilografado. E aí ia para o serviço gráfico para divulgação.

[...] Na codificação, houve uma mudança grande, mas eu acho que o maior impacto da codificação foi a entrada dos codificadores do IBGE. Foi um choque de gerações porque a minha geração foi uma geração que costumava ir ao colégio, uniforme todo engomado, tudo bem-penteadinho. Quando o pessoal chegou para a codificação, eles andavam de sandália havaianas, todos descabelados, camiseta sem manga, falavam o que queriam, às vezes se beijavam, foi terrível. E na minha geração, que era cerceadíssima, até aquele momento, inclusive as mulheres não podiam usar calça comprida no trabalho. Foi depois que eles entraram que finalmente resolveram deixar a gente usar calça comprida. Na verdade, nem todos eram assim, mas tanto os que eram assim, quanto os que não eram, eles tinham um bom nível de instrução e executavam o serviço com muita eficiência. E para a felicidade geral, nós nos adaptamos uns aos outros e conseguimos levar as coisas adiante.



Visita da Comissão Censitária ao setor de codificação do Censo Demográfico 1960, localizado no antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro



Setor de Codificação do Censo Demográfico 1950, localizado no antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro

Bom, a codificação que no Censo 1960 tinha sido feita quesito por quesito no questionário, no Censo 1970, já não foi mais assim. Somente os quesitos em aberto é que foram codificados e aí deu uma velocidade muito maior para o serviço. E também não se fazia tanta crítica já na codificação, porque o plano de crítica eletrônico já pôde ser mais detalhado.

Na codificação, as coisas também mudaram um pouco, no sentido de que a crítica diminuiu ainda mais, né? Porque como ia haver dois tipos de crítica. Ia haver crítica eletrônica, mas sendo que uma parte dos erros ia ser retificada à vista do questionário e a outra parte dos erros ia ser corrigida automaticamente. E aí tanto do Boletim da não Amostra como da Amostra. Então, a codificação foi bem-rápida. Mas, de qualquer maneira, se modificou o plano de amostra para revisão. E aí a amostra já não, porque antes os revisores recebiam uma pasta, verificavam os erros, anotavam quem era o codificador e aí mostravam os erros e tal. E nesse caso não, havia uma revisão, que era uma revisão, deixa eu ver como era chamada, que agora não me lembro, era chamada... uma inspeção era normal, e a outra era rigorosa. E era feita, era um conjunto de pastas. Os revisores iam revisando as pastas independentemente do codificador. Quando um codificador tinha um determinado número de pastas revisto, então, era calculado o número de erros que ele tinha. Se ultrapassasse um determinado limite aceitável pela inspeção normal, então, as pastas seguintes desse

codificador, todas elas, até serem revisadas e voltarem ao normal, passavam por uma inspeção rigorosa. E as pastas eram devolvidas para o codificador, para ele recodificar. E com isso ele perdia tempo. Perdendo tempo, a produção dele diminuía. Então, eles procuravam não errar. E também não se cobrava erros deles, mas eles tinham que ter uma boa produção. Tinham que ter boa qualidade na produção, porque senão eles iam ter que recodificar as páginas e iam perder a média. E a cada quinze, eram afixados no quadro de aviso, para orientação dos mesmos codificadores, a listagem de classificação de todos os codificadores, segundo a produção média. Mas não era só sobre a produção média que era feita essa classificação.

Nós tivemos uma fórmula que constava a produção média e o número de erros. E então, calculando através dessa fórmula, a gente fazia a classificação deles, porque os que estavam abaixo da média também podiam ser demitidos. No final da codificação, infelizmente eu já tinha demitido várias pessoas, mas ainda tinha muita gente que aí foi trabalhar nos censos econômicos. E era uma gente boa, né? Alguns continuaram no [Censo] Demográfico trabalhando na sistematização. Eu falei da correção dos erros depois da transcrição dos dados.



Setor de perfuração no Serviço Nacional de Recenseamento - SNR

Já era feita de outra maneira. Então, primeiro havia uma pré-crítica. Tudo isso baseado em um plano de crítica elaborado pelo Departamento e um programa executado pela Diretoria de Informática - DI. Então, havia uma pré-crítica dos dados. Essa pré-crítica podia ser quantitativa ou qualitativa. Na crítica quantitativa, o que se queria se ver é se todos os questionários de uma pasta tinham sido digitados e se todas as pessoas de um mesmo questionário e as informações do domicílio também tinham sido digitados. E a crítica qualitativa era somente para alguns quesitos básicos que seriam rendimento, que a gente não podia imputar, a não ser que fosse imputar ignorado. Isso porque já havia dado problema no Censo 1970 por causa da distribuição de renda, porque achavam que a renda estava muito bem-distribuída no País. Quando viram que não era, disseram que o censo estava todo errado, que tinham manipulado os dados, essas coisas. Aluguel, estrutura familiar que precisava ter a família colocada em uma determinada ordem para poder fazer a correção automática, porque senão ia ser difícil. E as impossibilidades, porque muitas vezes as inconsistências que apareciam eram por causa de códigos inválidos que estavam no questionário. Não adiantava passar aquilo adiante e havia muito mais imputação do que o necessário, podia ser corrigido ali. E eu acho que o principal de tudo isso foi que tudo foi feito antes de começar a codificação. Tudo foi preparado antes de começar a codificação. E tivemos uma massa de teste, uma massa de teste para pré-crítica e uma massa de teste para as outras críticas. Então, a gente quase que eliminou praticamente todos os erros. Mas eu sempre dizendo para o pessoal da DI, porque eles gostavam de fazer uns programas bonitos e tal, e eu: não, eu prefiro que vocês façam um programa burro, porque programa burro você pode mexer nele, o inteligente não. Mas por que que vai mexer, se já tem tanta crítica? Eu digo: porque é impossível prever tudo. A gente tenta, mas eu não sou uma máquina, então, não dá. Eu acho que esse foi um passo extraordinário. Aí tudo se desenvolveu com muito maior rapidez. Inclusive, a Sinopse Preliminar na época do Jessé Montello⁴³, chegaram para mim e perguntaram assim: “Ah, será que você pode terminar a Sinopse Preliminar até o dia 31 de dezembro?” Eu disse que sim, né? Aí o S. Heitor [da Câmara Velôzzo] veio para me perguntar por que que eu tinha dito que sim, que ia ser impossível terminar a Sinopse [Preliminar do Censo Demográfico] até o dia 31 [de dezembro], que depois podia acontecer alguma coisa comigo e tal. E eu digo: “Mas eu vou entregar a Sinopse, eu tenho certeza de que vou entregar, se eu não tivesse certeza eu não diria”. E felizmente entreguei, né? Também, para as tabulações, foi feita, que eu já vinha fazendo na PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] e implementei no Censo Demográfico, foi a seleção de variáveis para apuração das tabelas. Então, quando eu entreguei esse serviço para a DI, o analista virou e falou: “Ué, mas você já fez

⁴³ Jessé de Souza Montello, Presidente do IBGE (1979-1985).

o meu trabalho.” Eu: “Que bom. Que bom, eu não sabia que o seu trabalho era esse.” E que também antes não havia, mas isso era importante, porque as pessoas precisavam saber exatamente o que tinha em cada célula da tabela. Por que senão com é que elas iam analisar a tabela e ver o que estava certo e o que não estava? Sendo que o pessoal da DI que sabia e não eram eles que iam ensinar para nós o que é que tinha que estar na tabela. Nós é que tínhamos o conhecimento técnico daquilo, né? E também fizemos um plano de conferência nas tabelas, que antes não havia, né? No Censo 1970, ainda teve alguma coisinha, mas aí não, foi uma coisa detalhada. Total de tal tabela tem que conferir com tal e isso tem que ser assim e assado. E também com aquelas tabelas que eu havia preparado já na PNAD, nos transcrevíamos os resultados para ver se havia alguma divergência. Se houvesse alguma divergência grande a gente ia ver o que estava acontecendo. Às vezes, até era uma coisa normal ter essa divergência porque as coisas evoluem. Não ficam sempre no mesmo ponto. Então, do Censo 1980, acho que o mais importante é que foi tudo feito dentro do cronograma e publicado eu acho que em dois anos e meio e foi um número enorme de volumes que foram publicados, né? Mas depois que terminou o Censo 1980, a Presidência da República mudou, houve também mudança no IBGE e tal.

[...] mas uma vez que o Censo Demográfico seria o primeiro a utilizar um meio eletrônico para a crítica e a apuração dos dados, tivemos uma atribuição inédita de preparar vários planos, como o plano de crítica, o plano de tabulação, várias coisas assim. E seria executado pelo Centro de Processamento de Dados - CPD. Esses planos acusavam. O plano de crítica, por exemplo, acusava as inconsistências nas declarações registradas nos questionários. Essas inconsistências, elas eram gravadas em um formulário contínuo. Os dados da pessoa que continham um erro eram gravados. Então, à vista do questionário eles eram corrigidos. E também havia um plano para correção, quer dizer, uma diretriz para correção desses erros. Então, esses formulários eram enviados novamente à perfuração, novamente testados e tal assim até limpar a massa. Na verdade, apesar do computador ser um monstro enorme e tal, não era possível fazer tudo que a gente queria e o plano de crítica não pôde ser tão detalhado quanto a gente desejava. E na época em que se começou a apurar os dados, começaram a surgir as inconsistências. Mas isso já era previsto. Assim, o que acontecia era uma coisa difícil, porque as inconsistências, elas... A gente não podia devolver a tabela para um centro de processamento para refazer a tabela. A gente tinha que retirar as inconsistências à mão. Então, era um grupo muito reduzido que tinha uma responsabilidade enorme. Porque tinha que ter um critério muito rígido para poder fazer uma coisa dessas, né? E assim as tabelas eram acertadas. Não eram chutes, era uma coisa baseada no conhecimento que a gente tinha do assunto. Como o Censo Demográfico sempre, durante todas as épocas, ele sempre foi o primeiro a fazer a coleta, a fazer a quantificação, a apu-

ração e tal, nós tínhamos a oportunidade de criar e inovar na nossa área e utilizar novas tecnologias, novos métodos e tal. Isso era muito gratificante, mas também às vezes trazia uma frustração enorme. Foi o que aconteceu no Censo 1960, porque o computador que a gente utilizava era um computador antigo que tinha vindo dos Estados Unidos, funcionava à válvula. Toda vez que uma válvula queimava, levava pelo menos dois meses para vir uma dos Estados Unidos. Então, o serviço parado. Aí finalmente foi impossível continuar a apuração do censo. O censo foi encerrado. Algumas Unidades da Federação já haviam sido apuradas, mas o resto teve que parar. Mas assim mesmo o Censo Demográfico não ficou sem os seus resultados. Eles saíram muitíssimo atrasados, mas saíram depois do Censo 1970. Justamente falando dos cartões perfurados, foi um problema. Os cartões já não valiam mais nada. Já se utilizava outro computador, outro tipo de entrada para o computador. Os Questionários da não Amostra, do Boletim Geral, estavam emprestados. Os da amostra, que a gente tinha que trabalhar, muitos deles estavam terríveis, tiveram que ser limpos. Foi uma fase bem-ruinzinha para nós, bem-difícil. Nessa época, o serviço de amostragem era chefiado pelo Dr. Amaro [da Costa Monteiro]. Depois, foi pelo Luiz Nery. Aí tiveram que modificar um pouco o plano de expansão da amostra, porque já não podia ser feito da mesma maneira que tinha sido feito para as primeiras unidades publicadas.

[...] Então, era preferível eles fazerem uma crítica mais restrita e deixar o resto para a fase de crítica eletrônica para ser corrigido depois na sistematização. A inovação na área de transcrição de dados foi a utilização de terminais de computadores, em vez daquelas máquinas perfuradoras e os códigos



Distribuição de questionários
para apuração no Censo
Demográfico 1940

digitados em vez de... já não precisavam ser mais lidos. Eles eram já diretamente gravados na fita magnética. Na sistematização, ao fazermos um plano de crítica mais abrangente, nós também pedimos aos analistas de sistemas que o plano pudesse ser alterado, porque em 1960 não podia. Eles não gostaram muito não, mas eu disse: tem que ser, porque nós não podemos prever todas as possibilidades, por mais que a gente queira. Sempre a gente vai encontrar algum caso que nunca ninguém pensou. E ver se a tabulação vai ter que estar correta, então mesmo modificar a tabulação como se fazia antigamente quando nós modificávamos durante a crítica. Então, os programas de tabulação também podiam ser alterados com mais facilidade, porque lá em 1960 também não acontecia. Aí uma inovação maior ainda foi no Questionário da não Amostra. Lá tinha o questionário geral, que é um questionário pequeno, 75%. A crítica passou a ser feita automaticamente. Então, nós preparamos um plano de crítica com sugestões para correção automática, que funcionou muito bem. Nessa época também, anos 1960, a gente não tinha controle da produção da sistematização. Mas no Censo 1970 eu estabeleci um sistema de distribuição de trabalho das folhas de erro da crítica eletrônica, de tal maneira que a produção pudesse ser anotada. Esses erros eram redigitados, a pessoa era redigitada e depois a massa era criticada novamente. Então, quando vinha para nós o resultado dessa nova crítica, nós sabíamos quem é que tinha feito aquela pasta e quantos erros aquela pessoa tinha. E também sabíamos se os erros eram da correção da crítica ou da perfuração. Então, nós conseguíamos ter esses dados. E isso também ajudava a manter o cronograma em dia. Porque, felizmente, bem-diferente de 1960, nós conseguimos entregar o [Censo] Demográfico no prazo.

Entrevista com

Francisco Sales Carvalho

24 de abril de 2001

Em vários censos, eu passei por sete ou oito, a gente teve sucesso, porque a gente sabia que podia confiar. O pessoal que trabalha conosco, ele não vem só aqui atrás de ganhar uns trocados, ele vem também somar alguma coisa. É claro que, se não pagar, ele não trabalha. Mas o pagamento faz parte do negócio, tem um contrato. E por isso eu sempre tive confiança, tive fé nessa história. Os problemas maiores que eu enfrentei no recenseamento, talvez contando esse, sobre tomada de decisão do Censo 1960, foi um censo, o último aí, de 1980. Eu recebi a notícia que o pessoal ia fazer greve de ir trabalhar. Eu disse: *"Pelo amor de Deus! E agora?"* Disseram: *"Só trabalha, se aumentar a taxa."* *"Mas eu não posso aumentar a taxa de ninguém. Não é decisão minha, é uma resolução de fora"*. Mas eu fui até lá conversar. *"Quem está liderando esse movimento? Eu vou conversar com*

vocês. Primeiro: devolvam o material. Vou ser sincero. Vocês devolvem o material e eu vou conversar com vocês. Se vocês não aceitarem, eu convoco outra turma. Devolvam. Vocês são sensatos, sabem que assim não vamos chegar a nada. Vocês sabem que eu não posso aumentar taxa de pagamento. Eu posso compensar de outra forma. Sempre que termina o recenseamento as pessoas que se destacam, colaborarem, sabe, produzirem bem em seu trabalho, ficam na Instituição. É o que eu prometo. Quem vai ficar, eu não sei. Depende do rendimento de cada um. Não quero resposta agora não. Até o fim do dia eu preciso de uma decisão.” Nesse tempo, eu era o segundo na Instituição. O fato é que no fim do dia eu já estava com a resposta de que o trabalho ia continuar. Eu não falei inverdade, falei tudo que estava estabelecido. Foi inevitável, eu tive que fazer isso. Eu estou falando isso, mas não é meu mérito. O mérito é do povo que entende a linguagem das coisas sérias. E o IBGE sempre foi, no decorrer da minha vida, uma entidade que merecia, mereceu a credibilidade que ainda hoje tem.



Recenseadores em trabalho de campo durante o Censo Demográfico 1991, no Município de Alta Floresta D'Oeste (Rondônia)

Entrevista com

Carlos Roberto Rodrigues de Rodrigues

realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul
5 de dezembro de 2011

Estávamos em véspera de censo. E eu nunca tinha feito censo. E ser coordenador de área de censo em 1980, que já faz todo aquele trabalho, foi uma complicação, porque eu não tinha noção de um trabalho de censo. E até teve um caso assim que eu fui fazer os testes e eu não alcancei a nota nessa condição de coordenador. Daí então o Delegado falou assim: *"Você vai para reforço em Naviraí"* [Mato Grosso do Sul]. Puxa vida, o Chefe da Agência ir para reforço fica até chato, é uma vergonha. Mas daí disse: *"Bom, vamos dar um jeito de ter o melhor aproveitamento para fazer o trabalho do censo à altura para os Municípios da agência."* Aí com dificuldades, a gente superando as dificuldades, daí fomos assim: bom, vamos vestir essa camisa aí que tem que sair o censo e sair bem-feito, né? E com a colaboração que me ajudou muito na época, porque eu era novo de IBGE, a gente conseguiu fazer um censo de boa qualidade no Município de Iguatemi [Mato Grosso do Sul].

Entrevista com

Elder de Oliveira Costa

realizada na Unidade Estadual do Rio Grande do Norte
22 de setembro de 2011

Por ocasião do Censo 1980, o primeiro censo que participei como funcionário do IBGE, existiam Setores [Censitários], em que os recenseadores gastavam um tempo para chegar em determinado Setor, levavam 15 dias para se chegar lá. Ficava lá num seringal e levava 15 dias para voltar. Na atividade censitária de três meses, isso aí era uma dificuldade tremenda. Mas, mesmo assim, o IBGE sempre se planejou e sempre cumpriu com esse período censitário, observando as datas de referência dos censos.



Maria Vilma Salles Garcia na preparação do Censo Demográfico 1991

Entrevista com

José Guilherme Almeida dos Reis

26 de setembro de 2003

Na verdade, o Censo 1991 foi feito um censo com alguma restrição orçamentária. Uma restrição orçamentária certamente maior do que se teve no Censo 2000 ou no censo anterior. Então, desse ponto de vista, se criou problemas, principalmente para coleta nas Regiões Metropolitanas no final do período de recenseamento.

[...] Nós enfrentamos uma situação difícil, que foi o censo de 1990, que acabou sendo o Censo 1991. Definições por conta da reforma administrativa, por conta de um novo Governo, definições absolutamente essenciais para a realização do censo não eram tomadas. Além disso, há de se reconhecer que todo o processo de planejamento do censo acabou sendo muito retardado desde antes de 1990, por conta, exatamente, por ter uma transição de Governo. Fazer um censo em um ano de transição de Governo. Então, o censo estava atrasado. As decisões absolutamente cruciais iam sendo prorrogadas e, basicamente, havia um grupo, claramente dentro do Governo em Brasília, que achava que o censo não deveria ser feito em 1990 e adiaram o censo exatamente, porque em um momento que o Governo estava tentando diminuir a máquina pública, o censo representava trazer para o Setor Público, em caráter temporário, mas em diferentes períodos, alguns só para a coleta, outros para apuração, trazer um contingente enorme de pessoas. Então, havia claramente lá de Brasília, de algumas áreas do Governo, uma antipatia pela ideia de fazer o censo. Isso foi gerando, como eu disse, uma demora, procrastinação, em processos fundamentais, especificamente como contratar alguns agentes. Isso foi ao Supremo [Tribunal Federal - STF]. O Supremo acabou tomando uma decisão que eu acho que não atendia aos objetivos específicos do IBGE. Mas o fato é que, por absoluto decurso de prazo, por absoluta falta de possibilidades práticas de fazer o censo, acabamos adiando, tivemos que adiar o censo. Porque, na verdade, se você não faz o censo, não começa em setembro, deixa para outubro, novembro, você entra por um período de verão que fica absolutamente inviável você fazer. Foi uma coisa dura porque quebrou uma série histórica da realização do censo em cada final de ano, final zero, em cada década. Mas, enfim, foi naquele momento foi melhor adiar o censo do que eu fazer o censo. Se o Censo 1991 não foi dos melhores censos, se nós tivéssemos realizado em 1990, seria um censo de muita má qualidade.

[...] Acho que teria condições de fazer o censo se as decisões dessas questões jurídicas, que foram colocadas, tivessem sido respondidas. Acho que do

ponto de vista interno, nós estávamos atrasados, o planejamento não estava no caminho ideal, mas acho que teria sido possível fazer o censo em um padrão mínimo de qualidade. Foi um atraso em decidir em como contratar as pessoas. No Governo, claramente havia uma divisão. Semanas antes da decisão inevitável de adiar o censo, o Governo deu o sinal verde de que o censo poderia ser feito e aí, imediatamente, as verbas foram descontingenciadas. Por exemplo, tinha verba para investimentos que estava bloqueada. Imediatamente, ela foi descontingenciada. Mas o problema aí é que já era tarde para você efetuar as contratações, efetuar os recursos. Você acabou sendo obrigado a adiar. Eu acho que, colocado em perspectiva histórica, o adiamento de um ano não chega a ser tão grave. O importante é você ter um conjunto de dados.

Entrevista com

Vinícius Fonseca

10 de dezembro de 2002

Então, pelo contato com o IBGE e por força da minha função de comunicação do censo, foi revelando-se essa falha, essas lacunas. Realmente, havia alguma coisa distorcida no sistema estatístico brasileiro [Sistema Estatístico Nacional - SEN].

Entrevista com

Carmen de Jesus Garcia

15 de outubro de 2003

[...] vem um período conturbado, foram os anos [Governo] Collor de Mello [1990-1992] e o início do [Governo] Fernando Henrique [1995-2002], foram anos conturbados e essa criatura teve o desprazer de adiar o Censo Demográfico em um ano. Foi a primeira vez que aconteceu isso e ainda acho que o Collor de Mello⁴⁴ não vetou o Censo Demográfico, porque não conseguiu bancar a repercussão disso a nível internacional. O demográfico tem muita visibilidade, mas ele conseguiu suspender a realização do Censo Econômico 1990.

⁴⁴ Fernando Affonso Collor de Mello, Presidente do Brasil (1990-1992).

Entrevista com

Eurico de Andrade Neves Borba

1998, 23 de março de 2012, e 13 de abril de 2012

Mas o Censo [1991] era totalmente cheio de indefinições. Então, olha, foi um período extremamente complicado, porque eu⁴⁵ assumi no finalzinho de março, passa o mês de abril e maio, dia 29 de maio, dia do IBGE, os companheiros entram em greve, eu fiquei lá 14 meses e meio, cinco meses em greve. E uma greve que no primeiro momento eu tentei enfrentar até com a polícia, fui procurar Polícia Estadual, Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, me disseram: *“não, o senhor toca o telefone e nós mandamos para lá, temos que garantir que as portas fiquem abertas, ninguém pode bloquear as portas”*, aí eu telefonei no primeiro dia, no segundo, no sétimo, no 19º dia, as portas estão bloqueadas, mas aí o camarada disse: *“Tem tumulto?”* Eu disse: *“Não tem tumulto, mas estão bloqueadas.”* *“Só podemos intervir se tiver tumulto.”* Aí eu peguei um taxi, desci, fui lá na coisa. Chamei o Coronel Nazareth, tinha mais esse Chefe do Estado Maior, um outro Coronel, aí eu disse pra eles: *“Vem cá, mas o que é esse tumulto, eu tenho... eu, Presidente do IBGE, que dar um bofetão num grevista, me atracar e gerar o tumulto para que vocês façam a intervenção e abram as portas do IBGE. E os cretinos disseram simplesmente o senhor é que sabe, o senhor é que está no local, a decisão é sua”*, mas eu disse: *“Em Mangueira está a mesma coisa.”* Então, a polícia não deu. Eu fui à Polícia Federal, a Polícia Federal disse que não era papel dela, que isso era um problema da Polícia Estadual, eu fui consultar um advogado se eu podia pedir intervenção dos Fuzileiros Navais, do Exército, disseram que não, que isso configuraria intervenção do Estado e então eu dizia para o Marcílio Moreira⁴⁶ e Célio Borja⁴⁷ que é muito meu amigo, era Ministro da Justiça na época, vem cá, mas não é possível que não tenha um apoio de uma entidade policial militar que garanta, porque não é meu papel, não é de meus assessores, dos meus diretores, exigir que mulheres de 50 anos de idade, faixa do pessoal que eu estou citando, senhores nas faixas de 50, 60 anos de idade que se atracassem diariamente com os grevistas, um bando de truculentos boçais para que as portas fossem abertas e o público e os funcionários que quisessem, entrassem. Isso foi um desgaste, eu tive conversas com esses grevistas e disse: *“Vocês estão matando a Instituição, vocês não precisam dizer o que é preciso fazer pelos funcionários, eu estou convencido que tem que aumentar salário, aumentar*

⁴⁵ Eurico de Andrade Neves Borba, Presidente do IBGE (1992-1993).

⁴⁶ Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (1991-1992).

⁴⁷ Célio de Oliveira Borja, Ministro da Justiça (1992-1992).

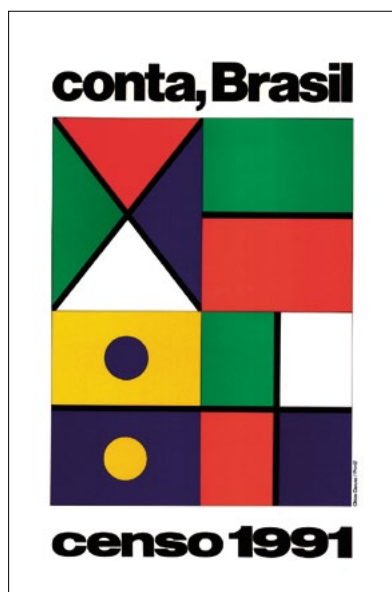
vale refeição, aumentar isso, melhorar o plano médico, assim que for possível. Eu consegui pagar uma dívida trabalhista de um negócio que tinha sido julgado em 1988, desde 1988, 1989, não recebia, eu consegui esse negócio com a Yedda Crusius pra pagar.” Eu disse: “Eu vou conseguir todos os demais”, mas eles eram de uma truculência, ideológicos, imbecis, boçais, covardes, mentirosos. Eu tenho a pior impressão do serviço público sindicalizado. Hoje em dia, por conta dessa experiência que se estendia, voltando ao que estávamos comentando esse sindicalismo alucinado, eu fiquei com a pior experiência.

Entrevista com

David Wu Tai

25 de março de 2003

De uma maneira geral, toda a imprensa e até o próprio pessoal do IBGE acreditam que o Censo 1990 foi adiado por falta de recursos financeiros. Na verdade, não foi nada disso. Os recursos financeiros eram mais do que suficientes, o censo não decolou, simplesmente, porque não houve uma autorização burocrática do Secretário de Administração, que estava na época talvez um pouco preocupado com a imagem do Governo que estava querendo cassar servidor público de cargos públicos, dizendo que estava autorizando a contratação de não sei quantas mil pessoas, sem ter a sensibilidade que, na verdade, se tratava de um emprego temporário para fazer um trabalho dos mais relevantes que é o levantamento de censo, razão pela qual a série de censos decimais foi quebrada naquele ano e passou para o ano 2000.



Cartaz do Censo Demográfico 1991

Entrevista com

Eduardo Augusto Guimarães

13 de março de 2006

O censo foi um episódio muito desgastante nesse processo. O censo que deveria ter sido realizado em 1990 foi realizado em 1991. A história desse adiamento, que já contei várias vezes, inclusive na própria época, eu não me lembro de memória. O IBGE devia fazer uma contratação, o censo envolve mais de 100 mil recenseadores. Os recenseadores são contratados no momento do censo e recebem por preenchimento de questionários, mas, para alterar essa estrutura de 20 mil recenseadores, o corpo técnico do IBGE não era suficiente. Então, era necessário fazer contratações de pessoas que venham a ser supervisores que iriam treinar os recenseadores e fariam a crítica do trabalho do recenseador. Então, com antecedência de quatro ou cinco meses, foi necessário contratar 20 mil funcionários. Nós fomos à Secretaria de Reforma Administrativa, que era chefiada pelo João Santana⁴⁸, pedir autorização para abertura de seleção, a fim de fazer essa contratação.



Carro do IBGE durante o trabalho de campo do Censo Demográfico, no Município de Alta Floresta D'Oeste (Rondônia)

⁴⁸ João Eduardo Cerdeira de Santana, Secretário de Administração Federal (1990-1991).

Fomos à Secretaria de Administração Federal pedir a contratação de 20 mil funcionários. O João Santana achou que estávamos num momento de demissões e, tendo um estoque de funcionários colocados em disponibilidade, resolveu que não ia autorizar a contratação, que, em vez de contratar os 20 mil funcionários, devia-se utilizar aqueles em disponibilidade. Obviamente, essa proposta é sem pé, nem cabeça, não faz sentido, quer dizer, na verdade, os funcionários colocados em disponibilidade estavam quase todos localizados no Rio e em Brasília, nós precisávamos de 20 mil pessoas espalhadas no País inteiro. Os funcionários colocados em disponibilidade estavam todos eles irritadíssimos com o Governo, obviamente não eram pessoas que iam se mobilizar e se dedicar ao censo como era esperado. Então, começou-se um processo de convencimento. Ao João Santana era impossível de convencer, mas tentávamos convencer o Presidente⁴⁹ de que isso não fazia sentido. Desse processo, o Ministério da Economia⁵⁰ participou junto ao IBGE, mas foi um processo lento, quer dizer, o próprio Ministério da Economia talvez não estivesse muito interessado no censo, o presidente menos ainda, o João Santana era uma pessoa influente no Governo. Foi um processo muito difícil, muito demorado, e nós estávamos correndo contra o tempo, você trabalha com um cronograma, mudança de Governo, por si só, é um atraso de uma série de coisas. O que a gente estava vendo era o tempo passar, o mês da coleta, que era setembro, chegar sem que nós tivéssemos condições de fazer a contratação. Depois de contratar, você [ainda] tinha que treinar. Depois de muita briga, o presidente foi convencido e resolveu autorizar a contratação. O João Santana levantou outra questão, obviamente ele sabia que a gente estava correndo contra o tempo e fez uma consulta ao Tribunal de Contas [da União - TCU] se devia ser seleção ou concurso público. Nós tínhamos pedido seleção, que era um processo mais rápido, para contratar por um ou dois anos, e ele levantou a dúvida se não deveria ser concurso. Atendeu à nossa solicitação por mais provas. Afinal de contas, o João teve até uma certa boa vontade em apressar o processo de julgamento, porque isso não estava no Tribunal e no Tribunal é rápido, nós já estávamos com o tempo esgotado e ainda tivemos a prorrogação até que o Tribunal de Contas fosse chegar a uma decisão. Nesse processo, a área técnica, especificamente a de Demografia, começou a colocar em questão a possibilidade de fazer o censo em 1991. O censo estava previsto para o dia primeiro de setembro, dados os atrasos que se tinham apresentados, a previsão era de que fosse só para novembro, dois ou três meses de atraso. O

⁴⁹ Fernando Affonso Collor de Mello, Presidente do Brasil (1990-1992).

⁵⁰ À época, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, segundo denominação dada durante o Governo Collor (1990-1992).



Cartaz do Censo Demográfico 1991

que a área de Demografia notava era que você fazer pergunta em novembro, dezembro ou janeiro sobre a situação do mês de setembro era muito distante, muito arriscado, havia também a sazonalidade, se o censo refletisse uma situação de dezembro, completamente diferente da de setembro, porque era mês de férias, se o censo fosse feito naquelas condições, não havia como garantir a qualidade técnica do censo. Na verdade, o que a Direção pensou: "ir em frente com o sacrifício da qualidade técnica ou adiar o censo para 1991". Adiando o censo para 1991, você teria a possibilidade de fazer o censo em setembro, portanto nas condições que a área técnica considerava ideais, mas significava que a série que era decenal sofreria uma [mudança] por um período de 11 anos e depois um período de nove anos. A decisão foi que, como era muito dinheiro para arriscar numa operação que os próprios demógrafos iriam por a qualidade em dúvida, era melhor então fazer o Censo 1991 com a qualidade esperada do que fazer o censo em 1990. Obviamente, foi uma decisão muito difícil de tomar, porque ia contra a imagem do Governo. O curioso é que as pessoas sempre achavam que o censo tinha sido adiado, porque não tinha orçamento, porque não tinha dinheiro, se fosse isso até seria possível entender, mas nem isso foi, tinha orçamento, tinha dinheiro, tinha

tudo, foi uma maluquice do burocrata e o jogo meio sujo, porque quando ele perdeu, ainda jogou mais uma cartada para melar mesmo o processo. Foi um processo complicado. O censo foi muito difícil, porque foi feito em condições muito adversas, greve a todo momento, quer dizer, teve que ser adiado mesmo. Esse é um pouco do histórico da minha segunda estadia no IBGE, histórico muito menos agradável, muito mais conturbado do que o primeiro.

[...] Realmente, a minha saída começou nesse momento em que percebi que a situação estava crescendo, a greve se tornava cada vez mais agressiva, o censo com tudo funcionando direito já é uma operação complicada, há 20 dias do início do censo nós tivemos uma greve aqui dentro, parando o IBGE, isso realmente é impensável. A sorte é que as greves não eram totais, as pessoas continuavam trabalhando e a gente continuava conseguindo avançar. Começamos o censo com uma greve de 30 dias. No fim do censo, quando estava concluindo a pesquisa, nova greve. Dessa vez usaram uma tática que já tinha sido utilizada uma vez no Pará e era usada dessa vez em São Paulo, que era o chamado sequestro de questionário, o pessoal sindical passava nos Postos de Coleta, reunia, só pode pegar 300 mil questionários já preenchidos e sumia com eles. Eu pensei assim: "*chama a polícia federal*"; [os questionários] apareceram escondidos numa escola. Isso já tinha sido feito ao longo do censo em proporção menor no Pará. Foi um período muito conturbado que eu previ que ia ocorrer quando se fez o acordo da greve nacional. Realmente, teve a greve de 30 dias. Depois, que eu saí, por diagnóstico de certos setores do IBGE, eu era intransigente; o meu substituto, o Eurico Borba⁵¹, com a melhor das intenções pegou uma greve de 60 dias contínuos.

Foi um período muito complicado. Realmente, resolvi sair por volta de meados de 1991, fiquei até início de 1992, porque o censo ia começar, mas em junho de 1991, mais ou menos, já estava decidido que eu não tinha futuro aqui. Não foi fácil o Ministro Marcílio⁵² levou quase dois meses para escolher um novo sucessor e acabou pegando o Eurico Borba que tinha um carinho especial pelo IBGE, porque já tinha estado aqui.

⁵¹ Eurico de Andrade Neves Borba, Presidente do IBGE (1992-1993).

⁵² Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (1991-1992).

Entrevista com

Roberto Schmidt de Almeida

8 de abril de 2011

Ah, o Collor⁵³ foi o cara que não fez o Censo 1990, não foi? O Censo 1990 teve problemas técnicos na casa, a casa estava brigando por questões e aproveitaram o cachorro morto do Collor pra depois dizer que foi por isso que o Censo 1990 não saiu, mas foi uma briga interna, foi uma briga interna, né. E quando você conversa com os caras da Estatística eles sabem direitinho o negócio, mas aí... [...] claro, para a mídia é melhor você dizer que foi o Collor que não deu dinheiro etc., quer dizer, essas são coisas, dizer que eu sou a favor do Collor? Não, o Collor errou numa porção de coisas, acertou em outras, não é?

Entrevista com

Valéria da Mota Leite

15 de maio de 2003

O Heitor [da Câmara] Vellozo havia se aposentado, estava afastado e eu fui convidada a coordenar o Censo 1991. O primeiro problema que nós tivemos foi o adiamento do censo. O adiamento do censo foi uma coisa terrível, porque a gente não tinha certeza se podia fazer o censo ou não. E o censo é uma operação monstruosa que não pode ser tomado uma decisão hoje e fazer o censo amanhã. Então, tem toda uma impressão de questionário, que é uma coisa enorme, a montagem de uma infraestrutura grande e nós não tínhamos certeza se teríamos recurso para fazer o censo. E isso foi se adiando, adiando, adiando, o IBGE insistia junto ao Governo para se manifestar e ia e voltava, ia e voltava nós não tínhamos a certeza se podíamos fazer, então, não tinha condição de gastar e não podia tomar as providências e isso foi indo, foi indo, foi indo e quando chegou em um determinado momento, nós tivemos que fazer um documento técnico dizendo que, mesmo se fossem concedidos os recursos, naquele momento a gente não tinha mais condição de fazer o censo. Então, a decisão de não fazer o Censo 1990, a decisão final, foi uma decisão técnica. Nós não tínhamos condição, em agosto, de fazer os trabalhos para botar um censo no campo no dia 1º de setembro daquele ano. E aí foi feito um documento técnico que o IBGE colocou claramente que não poderia fazer o censo daquele ano e aí o censo foi adiado para ser realizado exatamente um ano depois, com a mesma data de referência, por uma série de motivos técnicos em 1º de setembro de 1991. Então esse foi o problema inicial do Censo 1991.

⁵³ Fernando Affonso Collor de Mello, Presidente do Brasil (1990-1992).



Transporte do material censitário para o Município de Torres (Rio Grande do Sul) no Censo Demográfico 1940

[...] Depois nós tivemos o censo mesmo, os trabalhos de campo, os trabalhos de apuração, com os percalços que a gente espera encontrar no censo, com exceção de um problema gravíssimo que ocorreu no Censo 1991, que realmente eu acho que, na minha vida técnica aqui no IBGE, foi a maior decepção que eu tive. Foi a fraude que ocorreu nos trabalhos do censo do Estado do Pará. Nós, quando fazemos o censo, nós primeiro recebemos o resultado preliminar, uma contagem preliminar. Nós apuramos, fazemos uma apuração preliminar. Até que vem alguns questionários definitivos. Então, a primeira verificação que a gente faz é comparar aquela contagem preliminar com o resultado definitivo. É claro que não pode ser a mesma coisa. Por isso mesmo um é preliminar e o outro definitivo. Então, quando nós fizemos isso e começamos a encontrar diferenças enormes, umas coisas brutais, de dobrar a população de Municípios pequenos, que não tinham nada. E aí que nós pedimos as folhas de coleta e começamos a examinar me deu vontade de chorar, porque era uma falsificação grosseira, eram folhas e folhas de coleta preenchidas

em escritório, você via que aquilo não existia. Por exemplo, o questionário permitia no máximo nove pessoas. Então, você pegava tudo com nove pessoas. Nove, nove, nove, nove pessoas, direto. Porque era o máximo que dava. Porque para preencher um questionário extra era mais complicado, então, ficava mais fácil você fraudar com um questionário só. E esse problema atrasou, porque teve além das implicâncias de inqueritos, tiveram várias comissões de inqueritos. Atrasou muito a apuração. Porque chegou num ponto assim: *“O que a gente faz aqui? O que é verdadeiro e o que é falso nesses questionários?”* Porque tinham algumas coisas que você botava o dedo e dizia assim: *“Isso aqui não existe”*, mas tinha outra coisa que: *“Eu acho que não é verdade, mas será que é? Será que, não é?”* Isso teve que ser feito olhando o questionário por questionário, analisando questionário por questionário. E isso atrasou o trabalho de apuração. Nós tivemos vários aborrecimentos. Inqueritos, comissões, o Luiz Armando, o Elson Mattos, tiveram com outras pessoas também. Mais tarde criaram outras comissões, foram ao Pará e foi um caso muito triste. Nós tivemos funcionários lá que morreram por causa do problema. Morreram porque era uma coisa séria que afetou a saúde das pessoas e para mim foi a minha maior decepção.

Entrevista com

Elson dos Santos Mattos

6 de novembro de 2001

Tem um documento do Censo 1940, de Flávio Cardoso de Carvalho, que ele diz o seguinte: *“Não se faz uma operação de censo sem democracia, nem sem sangue”*. O erro tem que ser cobrado com sangue. O cara que errar na operação tem que pagar caro.

[...] É que não houve nenhum problema financeiro para deixar de lançar o Censo 1990. Não foi por aí o problema. O problema se empreendeu a uma decisão do então, acho que o ministro, que o Collor tinha levado que não autorizou a contratação de pessoal. Ele empurrou com a barriga. Então, uma das ideias primeiras que esse moço inventou, era que o IBGE recrutasse todo excesso de mão de obra do serviço público e fizesse o censo. Então, a ideia dele era essa. Então, isso nos deu um trabalho terrível, de mostrar, primeiro, que possivelmente a ociosidade da mão de obra estaria só nos grandes centros e que o censo tem penetração no interior em todo País. E que ninguém no centro vai querer fazer operação lá. Segundo, que uma operação de censo com pessoal mensalista, servidor público, não acaba nunca. Então, isso foi para lá, foi para cá, até que eles conseguem submeter ao Tribunal de Contas [da União - TCU] se era possível contratar. O Tribunal acabou autorizando isso, mas autorizou, se eu não me engano, em março ou abril e não dava mais tempo de você lançar o censo em agosto. Tinha que fazer

recrutamento, fazer as provas, dar o resultado, fazer exame, treinar o pessoal. Não dava tempo. Por isso o censo foi adiado. Nós já havíamos contratado até [Fundação] CESGRANRIO. Tinha uma série de coisas aí que deslancharam para isso. Muitas pessoas, eu já vi até pronunciamento de dirigente responsável falando que se adiou por causa de dinheiro. Não é verdade. Eu posso dizer e afirmar que a operação do censo, a partir de 1987 até hoje, não teve nenhuma influência com falta de recursos e desafio qualquer um, seja da sede ou das unidades regionais dizer que deixou de fazer uma operação do censo, porque não recebeu recurso para isso. Ninguém pode dizer. Não faltou recurso nenhum, em nenhuma operação do censo. Houve, sim, não financeiro, houve atraso na conclusão da impressão do material, na remessa do material. As empresas atrasaram. A entrega do material para o Estado acabou estourando no outro. Afogadilho, isso tudo houve. Mas isso, para mim, também não teve grande influência. Isso é uma justificativa de atraso de coleta. É muito mais fácil empurrar um negócio desses, que é mais palpável, do que você dizer que você como responsável pela coleta, atrasou a coleta. Eu não culpo nem mesmo o sistema de pagamento. Houve problema? Houve, mas como há em qualquer censo. Falta de dinheiro, desafio qualquer um, que prove que deixou de fazer alguma coisa por falta de dinheiro. Pelo contrário, gastaram muito mais do que deviam. Se aproveitaram e muitos se aproveitam de uma operação da magnitude do censo para se reaparelhar e certas coisas acho perfeitamente defensável. Mas isso também não prejudicou em hipótese nenhuma operação do censo. Nem agora, nem nunca houve.



Recenseadora na comunidade de Lagoa Primeira (Sergipe), durante supervisão da coleta do Censo Demográfico 2022

Entrevista com

Luiz Nery da Costa

8 de maio de 2002

E em 1987, eu consegui o relatório final revendo as estimativas de omissão da coleta do Censo Demográfico 1980. Foi emitido um relatório com os resultados e em 1988 eu já tinha percebido que a pesquisa de avaliação indicou que a coleta do censo, o que quesito sobre as mulheres, número de filhos tidos, que leva à fecundidade, tinham sido respondidos com critérios diversos. Eu fiz a pesquisa para uma Unidade da Federação e verifiquei que, confrontando a pesquisa e a avaliação, com o que estava investigando de uma forma mais adequada, com melhores quesitos do que o do censo, captou que o censo tinha problemas. E a Valéria viu, disse: *"Que beleza"*. Daí eu tentei fazer uma apuração manual. Mas o meu Chefe disse: *"Deixa isso para lá."* Eu disse: *"Então, tá bom"*. Ele entrou de férias, eu era o substituto dele, era o Jorge Henrique. Eu chamei o pessoal que estava lá parado há vários meses e disse: *"Olha, vamos fazer esse tipo de trabalho"*. Há, porém, o confronto da pesquisa de avaliação dos questionários da PA [pesquisa anual] com os do censo, para aqueles quesitos que levavam a fecundidade. E não deu outra coisa. No Paraná, ele seguiu uma orientação na coleta, no outro Estado a orientação era outra. Então, era uma verdadeira Babel na declaração daqueles quesitos no censo. Descobri isso via pesquisa avaliação e fiz a apuração por todos os Estados e emiti um relatório. Não sei se foi *"principais tendenciosidades dos quesitos da fecundidade do Censo 1980"*. O pessoal viu aquilo, o pessoal do estudo de população, e disse: *"Pô Nery, que maravilha que por que isso foi feito. Ainda bem que nós estávamos desconfiados que existia alguma coisa e você prova tudo"*. Pediram material, foram ver.

E retirei uma amostra do registro civil. Para avaliar aquelas informações do registro civil, daquele período que creio que foram nascidas naquela época, segundo aqueles endereços informados pelo registro civil, se o IBGE, através do Censo de Limeira [São Paulo], incluiu aquelas crianças no censo. Da mesma maneira foi feito, com amostras, nas maternidades e hospitais. Qual a data do vencimento, onde morava a mãe... e essa amostra foi confrontada com os questionários do censo. Então, foi uma amostra do registro civil, uma amostra dos questionários transcritos escriturar nas



Apuração mecânica durante o Censo Demográfico 1950

maternidades, hospitais e casas de saúde e feito aquele levantamento. Eu encontrei uma omissão de crianças com menos de 1 ano [de idade] em 1988 na ordem de 13%. 13% das crianças com menos de 1 ano não foram recenseadas. Isso é um pouco forte para uma Cidade como Limeira, que é eminentemente urbana. Então, aqueles endereços, aqueles casos, encontrados pela pesquisa de avaliação, retirados do registro civil, retirados das maternidades, eu mandei voltar a campo para que o agente lá de Limeira confirmasse a existência daquelas crianças. E foram confirmados. Simplesmente, elas não foram recenseadas. Isso em Limeira, São Paulo. Todo o resto do País, como será que isso funciona? É uma pergunta que, futuramente, o IBGE poderá tentar pesquisar. O que eu pude fazer, fiz. E ao escrever o relatório, o documento final da pesquisa, eu relatei esses fatos e mais: que aquele sistema que queriam adotar para avaliar os domicílios era inviável. Devido ao problema da malha setorial dos censos não ser compatível com as existentes na prefeitura. E nem toda a prefeitura teria um cadastro bom como aquele da companhia de eletricidade. Então, era inviável aquela experiência. Mas foi uma tentativa. Uma tentativa de tentar melhorar. Deu o resultado. Tanto deu que acusou. O Censo de Limeira tinha 13% de crianças com menos um ano omitidas no censo.



Máquinas perfuradoras IBM utilizadas no processamento dos dados do Censo Demográfico 1980

Durante o trabalho junto onde o DEPOP [Departamento de População], foi solicitado o planejamento da pesquisa de avaliação do Censo 1991. Então, eu preparei junto com a minha equipe. Eu fiz o plano da amostra, manual de instruções, manual de batimento, confronto das informações... E acenei com a possibilidade de se fazer uma pesquisa de avaliação. Após a pesquisa de avaliação ser realizada, os defeitos que fossem encontrados, retornariam a campo para fazer essa checagem o dado do censo e o dado que a pesquisa de avaliação revelasse. Infelizmente, isso não foi possível fazer por falta de verba. Mas que saiu muitos técnicos do DEPOP visitando os Estados para verificar a qualidade do censo, saiu. E essa verba deve ter sido bem maior do que seria gasto na pesquisa de avaliação. Depois da pesquisa de avaliação, foi apurada pelo pessoal que ficou. Luís Carlos, o Mauro Mendonça que está na ENCE [Escola Nacional de Ciências Estatísticas], hoje e outros que escreveram o relatório. Mas foi instituído por ocasião do censo, o Lenildo [Fernandes da Silva], que era Diretor, instituiu uma comissão para estudar qual seria a fração de amostragem do Censo 1980. Eu faria parte dessa comissão juntamente com o Pedrão, Lozana, Luiz Armando, Jorge Henrique e outros. Logo no início dos trabalhos dessa comissão, fomos debatendo e eu disse: *“Vamos fazer o seguinte: vamos fazer duas amostras com duas frações diferentes”*. Aí logo pessoal disse: *“Vamos fazer uma amostra só, porque isso vai complicar”*. Então, foi aprovado por unanimidade por todos os membros da comissão de que seria uma única amostra de 10%. Mais adiante, alguns membros da Comissão Censitária [Municipal] questionaram esse fato e o pessoal da Divisão de Metodologia resolveu estudar o assunto e propuseram duas frações de amostragem. Embora eles tivessem concordado antes, lavrado um documento que concordavam, mas isso pode alterar. O Lenildo ficou com a incumbência de tomar a decisão de quantas frações de amostragem seriam utilizadas e decidiu por utilizar duas frações de amostragem. Para os Municípios pequenos, com menos de 15 mil habitantes, 20% e para os maiores, 10%.

Então o Isaac⁵⁴ disse: *“Olha, então Amaro e Luiz Nery fazem um projeto de tabulações avançadas, que nós vamos cuidar de outras áreas”*. Essa tabulação avançada foi processada na PUC [Pontifícia Universidade Católica], não no IBGE, porque os computadores do IBGE estavam muito cheios com outras coisas. Então, a gente tratou de fazer a apuração na PUC. Fizemos o projeto, a seleção e todo o material da pesquisa de avaliação, da tabulação avançada teve prioridade para poder sair os resultados do censo, avançados, antes da conclusão do censo. Naturalmente que isso liberava também o material para os trabalhos da pesquisa de avaliação. Isso era integrado. O planejamento das amostras. A dificuldade de calcular erro era muito grande. Nós calculamos, eu sugeri e foi

⁵⁴ Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE [1970-1979].

aceito, o uso de subamostragem interpenetrantes. 10 subamostragens ou grupos aleatórios da linguagem americana. Porque quando surgiu a subamostragem interpenetrante na Índia, o americano inventou ao grupo aleatório. Eu não sei se foi uma antecipação da Índia ou do americano vendo que a Índia fez algo daquele tipo. Na mesma época. Com base nessas 10 amostragens interpenetrantes, nós recebemos os dados e a partir dali foi possível avaliar os erros de amostragem. Por um monte de variáveis que calculavam os valores, as estimativas. 10 estimativas independentes. E através desses 10 resultados independentes, uma formuletazinha calculava os erros de amostragem. Por não ser apuração completa, de uma maneira aproximada e rápida. Eu calculei esses erros, tudinho. Tinha uma tabela que eu deixei numa publicação no censo, colada. Infelizmente, essa publicação deve estar aí no fundo de qualquer biblioteca, se é que não foi para o lixo. Eu só sei que foi perfeitamente válida naquilo que a gente queria. E assim, o Isaac pôde atender à solicitação superior, fornecendo os resultados preliminares avançados, proveniente da tabulação avançada.

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

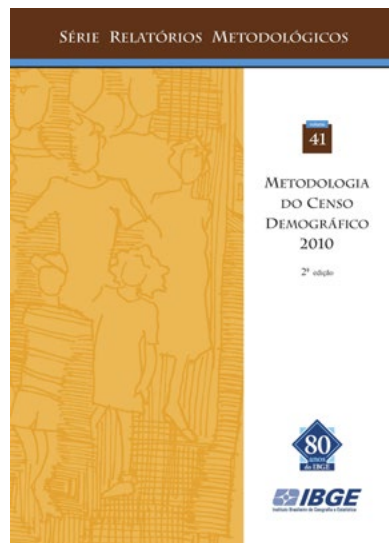
22 de junho de 2022

Essa transição entre a coleta dos dados e a consolidação de todos os arquivos dessa massa de dados, assim descomunal, que eu chamaria de descomunal do censo são mais de 100 milhões de habitantes em 2000. Há mais de 100 milhões de habitantes, mais 120 milhões de habitantes, uma quantidade de 40 milhões de domicílios. Você imagina essa massa de dados tendo que chegar, ser trabalhada e dizer assim: “*Agora vocês fazem o resto!*”. A apuração, codificação, crítica, tabulação, todas as fases que se seguem e que não são triviais. Mas elas são fases em que tudo ganha muita importância. Quer dizer, importância não é o termo correto. Tudo ganha uma dimensão gigantesca, pela dimensão que o censo traz com ele, o Censo Demográfico. Então, vamos fazer entrar dados por *scanner* e você vê a primeira mudança.

Cinco centros de entrada de dados foram criados: Rio de Janeiro, Campinas [São Paulo], outro em Campina Grande, na Paraíba, outro em Curitiba [Paraná] e o outro em Goiânia [Goiás]. Esses cinco centros receberam todos os questionários e fizeram todo o processo de entrada de dados do Censo 2000. Quando os dados chegaram aqui, a gente já estava com a massa. A massa das informações já estava em casa. A questão agora era você entrar em todo o processo de apuração.

Então, eu vou citar o tema codificação. Você tem lotes de trabalho e os lotes não são tantos assim. Cento e poucos, 150, 200, algo dessa grandeza. A grandeza de

uma ou duas centenas no máximo. Você chega e pensa assim: pega todos os lotes, põe um lote em trabalho. Vamos codificar ocupação e atividade, que lá atrás na nossa conversa, eu citei que eram variáveis um pouquinho mais complicadas de codificar pela diversidade de declarações que chegam do campo. Você recebe aquilo ali, pega um lote de trabalho com não sei quantas pessoas ali dentro, porque eram 100 mil, cento tantas mil pessoas e você pensa assim por domicílio. Não sei se hoje a relação tá assim, mas você pode botar tipo 1,1 pessoa ocupada em média por domicílio ou 1,2 algo desse tipo, em média. Então, dentro de um lote com 100 mil pessoas você teria, sei lá, 120 mil registros de ocupação e atividade para codificar. O sistema ia lá, pegava todos esses registros, agrupava por tema, ocupação ou atividade, agrupava. Tinha todo um procedimento: extraia os textos, primeiro passava por um sistema de correção de texto, porque às vezes a grafia estava errada. Você compreendia o que o recenseador queria dizer, mas ele tinha escrito de uma forma ortograficamente equivocada. Você corrigia a grafia, depois trazia outra vez para um exame pelo operador. Está consolidado? Está. Ai você pegava lá uma ocupação. Qualquer uma. Motorista de táxi, vamos dizer, aí você tinha sei lá 5 mil motoristas de táxi no questionário. O operador apertava uma tecla e dizia: "Aplique o código 5 000 codificações", imediato. Então, você imagina o impacto que isso tem no processo operacional. Então, em vez de você ficar codificando questionário a questionário, você através de uma evolução tecnológica, porque isso é uma evolução tecnológica você conseguia. A redução que se deu nesse processo. Ah! E um detalhe: uma parte dos quesitos já chegaram codificados do campo. Quesitos que eu diria, não sei se o termo mais correto é esse, mas quesitos em que a lista possível de código, ela tem uma limitação relativamente pequena. Então, por exemplo, religião. O recenseador digitava e, normalmente, aparecia o texto de uma religião para ele, porque o banco era pequeno. Então, você conseguia fazer um banco de dados e colocar dentro do equipamento de coleta de forma que o recenseador pudesse trabalhar. Município de nascimento, último Município de residência. O recenseador colocava ali e a pessoa olhava. Você vai dizer, bom então já chegaram codificados os questionários. Aqui não. A gente recebia, tinha uma equipe que fazia toda a revisão desse processo para verificar



Capa da Metodologia do Censo Demográfico 2010

se tinha sido correto. Agora, claro que isso ganhava uma velocidade imensa. Salvo engano meu, em 2010, por exemplo, dá para você ter uma ideia, religião e migração foram todas codificadas para o Brasil inteiro. E olha que migração e religião são perguntas que você aplica a toda população. Não é, como, por exemplo, ocupação e atividade, que é para pessoa de 10 anos ou mais, que está trabalhando ou que tinha um trabalho na semana de referência. É a população toda e você ali, em um mês um mês e pouco, a gente já tinha terminado de codificar esses dois temas. O que demorou um pouco mais, pela complexidade foi ocupação e atividade. Mesmo assim, eu acho que em três meses estava mais ou menos resolvido a questão. E volto a dizer, avanço tecnológico.

Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

[...] E aí foi então que a gente começou o que hoje é a COC, para fazer o censo de 1990 e o censo foi adiado. Muita gente diz que é por falta... foi por falta de recursos. Não foi por falta de recursos financeiros, foi por falta de recursos humanos. O orçamento foi todo aprovado em 1989 e foi sancionado no início de 1990, mas o Governo Collor [1990-1992] veio com aquela questão de fazer o enxugamento dos quadros e colocou o pessoal em disponibilidade. Então, o Governo, o Ministério na época, o IBGE era ligado ao Ministério do Planejamento⁵⁵, queria que nós usássemos o pessoal que estava em disponibilidade para fazer o censo. Para ser recenseador, para ser supervisor. Quando a gente pediu a contratação, ela foi recusada. “*Não, vocês têm que usar o pessoal que está em disponibilidade*”. Aí nós tivemos de convencê-los, tentar convencê-los de que não dava, até porque o espalhamento que a gente precisava do quadro de pessoal do censo no Território Nacional todo. Uma grande parte dos 5% em São Paulo e o pessoal em disponibilidade estava no Rio de Janeiro, estava em Brasília, estava em algumas capitais, concentrados em algumas capitais, onde tinha muito serviço público federal. O pessoal foi meio que descartado, colocado lá em casa recebendo. Mas, para ser realocado, alguns foram até demitidos depois. E a gente não conseguiu, de maneira alguma, convencer o pessoal. Eu estive em Brasília junto com o Nuno, com Fernando Abrantes, com o próprio Eduardo⁵⁶ e a gente não convenceu. Conseguimos através do TCU [Tribunal de Contas da União], que tinha todo o interesse

⁵⁵ Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Denominação dada durante o Governo Collor (1990-1992).

⁵⁶ Eduardo Augusto Guimarães, Presidente do IBGE (1990-1992).

que a gente fizesse o censo. E aí o pessoal do TCU conseguiu convencer de que a gente precisava realmente fazer processo seletivo no Brasil inteiro e contratar pessoas. Podíamos até tentar aproveitar o pessoal que estava em disponibilidade, mas não dava para deixar de fazer o processo seletivo. Quando nós conseguimos a autorização, a [Fundação] CESGRANRIO, que era contratada para fazer os processos seletivos, quando a gente viu, foi fazer cronograma, não dava mais, porque não daria tempo de fazer os processos seletivos, contratar, treinar e começar a coleta, que na época era em 1º de setembro. Não dava mais tempo. A Comissão Consultiva então se reuniu e achou melhor adiar em um ano o censo, do que adiar três ou quatro meses, que era o necessário na época. Então, o censo passou a ser em 1991 e aí a gente teve mais tempo para preparar tudo.

[...]

Eu tenho as boas lembranças, às vezes até bastante doloridas, sofridas. Foi um censo muito difícil, bem-difícil. Principalmente, por conta da questão das greves. Já era um trabalho complexo, grande, pesado. Nós éramos uma equipe, ali na Coordenação [Operacional dos Censos - COC], nova e inexperiente. É claro que a gente contava com outras pessoas mais antigas que tinham trabalhado no Censo 1980. Mas isso era muito a parte técnica da DPE [Diretoria de Pesquisas]. Tinha a Valéria Motta Leite, tinha o Jorge Henrique. Mas tudo parte muito técnica. Essa parte de infraestrutura, de logística, não tinha. Então, já era uma operação muito pesada e ela foi muito tumultuada, muito dificultada por conta dos movimentos grevistas.

[...]

Já era muito difícil, porque a gente não tinha a tecnologia que a gente tem hoje. Naquele tempo, como eu falei, era tudo na base de telefone, de fax, de Telex. E com essa confusão no Brasil todo, ainda bem que no interior não tinha tanto, mas nas capitais, algumas capitais, os piquetes eram muito pesados. Então, foi um censo extremamente difícil. E nós lá na coordenação do censo estávamos começando. Foi o meu primeiro censo à frente mesmo do censo. E a gente não tinha história, não tinha documentação. O cronograma era uma coisa muito incipiente, era uma lista de atividades. Não sabia como que contrata as pessoas, como é que faço contratação de pessoas. O pessoal da administração também tinha muita dificuldade, porque não tinha assim muita coisa escrita, não tinha documentação. A documentação do Censo 1980 era a metodologia, que tinha sido feita. Mas a metodologia era uma coisa muito sintática, não se tinha história, porque era tudo no papel. Então, foi bastante trabalhoso, foi bastante difícil. Mas fizemos, terminamos o censo. Como todos os censos, tem seus problemas. Certamente tem críticas. Mas fizemos o melhor que nós pudemos fazer. Esse foi o Censo 1991.

[...]



Recenseadores durante testes para a coleta do Censo Demográfico 2022 utilizando equipamentos de proteção individual em meio à pandemia de COVID-19

Se a gente fosse fazer em 1990, teria que passar para outubro, novembro e isso eles resistiram muito, porque isso dá problema na parte de, principalmente, de rendimento, parte de migração, parte de trabalho e renda. Isso era um impacto muito ruim você mudar a data de referência, o período de referência. E agora com a coleta em agosto isso não vai acontecer. Vai continuar 1º de agosto como foi em 2000/2010. Isso não vai ocorrer. As questões de impacto das estimativas isso que eu já falei, agora tem falta de informação sobre educação, sobre renda, sobre o trabalho, sobre os outros itens todos que são pesquisados no censo, que o País fica com dados defasados. Certamente, tem coisas que podem ser supridas por outras fontes, mas tem coisas que não, só o censo traz. Esse impacto está dado e o País vai ter que continuar, sobreviver. Dar seu jeito sem essas informações. Não tem muito jeito, mas que tem impacto, óbvio que tem. Não é à toa que a regra é fazer todo ano final 0, de 10 anos em 10 anos, no mesmo período, com os mesmos períodos de referência, mesma data de referência, mesmo período de referência, para que você garanta a comparação correta dos dados de um censo com os do outro. No censo, não basta você ver o retrato daquele dia e sim você comparar com os outros censos, para você ver a evolução do perfil, da performance de todas as áreas que são abrangidas. Esse impacto existe, claro. Não tem como fugir, não fizemos. Espero que o IBGE consiga fazer em 2022 e que faça um bom censo.

[...]

Uma época que o IBGE saía de uma greve e caía em outra. Eram greves de meses, meses. Eram greves infundáveis. Era difícil e o pessoal era brabo. Para fazer o processo seletivo do censo, na semana que ia ter as provas, no fim de semana, o IBGE todo entrou em greve e eles não deixaram a gente entrar, era uma briga. Eu nunca deixei de entrar, nunca fiquei um dia na rua, mas tinha que peitar os sindicalistas que ficavam lá na porta. Eu peitava e entrava. Mas chegou um momento

que não dava mais, o desgaste era muito grande. E aí com os processos seletivos organizados no Brasil inteiro, em todos os Municípios, a gente precisava ter comunicação com eles. Então, eu acho que o cunhado do Serpa⁵⁷, que era o Presidente da [Fundação] CESGRANRIO, era da TELERJ [Telecomunicações do Rio de Janeiro] na época. Arrumou para gente três aparelhos celulares. Eram umas caixas pretas, tipo uma pasta 007, que devia pesar uns 3 kg cada uma e eu fiquei com duas e o David [Wu Tai] ficou com uma. A gente carregava aquilo, ia para casa, ia lá para a Presidência, tentava trabalhar de lá. No fim, o Professor Serpa arrumou a sala, tirou a secretária dele da sala dela e deu para gente. Fomos eu, David e eu acho que Tereza Goret que era secretária. Fomos para lá e ficamos na CESGRANRIO e de lá a gente conseguia falar com todos os Estados para segurar as pontas, porque a greve era geral. Em todos os Estados, o sindicato fazia piquete e não deixavam as pessoas entrarem. Naquele tempo, não tinha e-mail, não tinha WhatsApp. Era telefone mesmo e eu tinha telefone celular, eu ficava com os dois telefones mais o telefone da minha casa, telefone da CESGRANRIO, falando com Brasil inteiro. Orientando: “Faz isso, faz aquilo...”, como tentar burlar os piquetes, tentar passar por aquelas barreiras todas e manter os processos seletivos. A gente conseguiu. Fez o processo seletivo. Eu ficava também atendendo a Presidência, porque às vezes a secretária da Presidência não conseguia entrar e o Eduardo Augusto⁵⁸ e o Zé Guilherme [Almeida dos Reis], [...] que era o Vice-Presidente e o Diretor-Geral, me ligavam e me passavam os textos, me ditavam os textos e eu passava para as Unidades Estaduais, para as Delegacias Estaduais, porque nem a secretária da Presidência conseguia entrar. As greves foram terríveis. A gente começou o Censo 1991 com greve e terminou o Censo 1991 com greve. Para fazer depois os treinamentos foi



Caminho dos recenseadores durante a coleta do Censo Demográfico 2022 para chegar ao domicílio, no Município de Ouro Preto do Oeste (Rondônia)

⁵⁷ Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Presidente da Fundação CESGRANRIO (1993).

⁵⁸ Eduardo Augusto Guimarães, Presidente do IBGE (1990-1992).

outra briga. Os caras entravam com megafone nos corredores dos colégios para atrapalhar as aulas, não deixava as pessoas entrarem, interrompiam as aulas. A gente contratou ônibus para levar o pessoal do Rio de Janeiro, onde o movimento grevista era maior, para treinar fora do Rio [de Janeiro] e um ponto de encontro era em frente ao Maracanãzinho. Os caras chegaram roubaram as chaves dos ônibus e os ônibus não conseguiam sair para ir para o local de treinamento. Até isso fizeram. Tinha que chamar a polícia. Terrível. Mas fizemos treinamento, fizemos o censo. No final do censo, outra greve. Foi o censo das greves.

[...]

Eu não tiro o mérito dos movimentos. Vocês sabem que o serviço público, como todo o Brasil, passou por aquele período militar em que a gente, ninguém, podia brigar por salário. E aí, quando veio a redemocratização, os sindicatos se fortaleceram e começaram a brigar, procurar os seus direitos. Os direitos eram bastante cerceados. Então, é claro que os sindicalistas têm todo o mérito. Se a gente teve depois um aumento, uma melhoria salarial e vários ganhos, não só de salário, de benefícios, foi graças a esses movimentos. Mas eram movimentos muito duros. A gente entendia a razão, a motivação. Mas a gente queria fazer o censo. Tinha que fazer o censo. A gente tinha dinheiro para fazer o censo, tinha obrigação de fazer o censo. Então, a gente brigava para fazer. A gente tinha discussões enormes com pessoal do sindicato, principalmente o David tinha essas discussões com o sindicato: "*Gente, nós precisamos fazer o Censo. Nós não podemos deixar, vocês não podem pegar o censo como motivo de negociação, com uma arma de negociação. O censo não pode ser negociado dessa forma.*" Alguns até entendiam, mas a maioria não entendia. Achavam assim: "*Nós temos o censo na mão e com isso que a gente vai brigar para conseguir o que nós queremos que é, em primeiro lugar, o aumento salarial!*" [dados relatados sobre o Censo Demográfico 1991].

[...]

Claro que sempre tem as reclamações. Eu acho que foi nesse censo que saiu até uma capa da *Isto É* criticando o censo. Com um monte de *VIPs* [*very important person*] que não tinham sido recenseados. Aí nós fizemos uma reunião com todos os jornalistas e levantamos caso a caso que a *Isto É* havia citado. Tinha até o Ministro da Educação, Paulo Renato⁵⁹, que disse que não tinha sido recenseado. E a gente provou que o recenseador tinha ido inúmeras vezes na casa dele e ele não tinha atendido. Como toda a operação gigante, tem seus problemas. Eu sei que foi não perfeita. Mas eu quero dizer que para nós, da organização, foi um censo tranquilo, até onde ele pode ser [dados relatados sobre o Censo Demográfico 2000].

[...]

⁵⁹ Paulo Renato Costa Souza, Ministro da Educação (1995-2003).

Depois, veio o adiamento por causa da pandemia [de COVID-19]. Houve muita resistência dentro do IBGE, da Direção do IBGE em fazer esse adiamento. Eu me lembro que no final de 2020 eu saí de férias, em dezembro. A pandemia estava cedendo. Então, vamos fazer em agosto de 2021 o censo. Tudo reprogramado. 2020 foi um ano de reprogramação de tudo. Essa questão do treinamento, tentar fazer o máximo as coisas a distância, melhorar o cadastro de endereços, uma série de coisas, de ferramentas, para tentar adequar esse censo o melhor possível, dentro do orçamento de R\$ 2 bilhões. Eu saí de férias tranquila, achando: *“Estamos adequados. Vamos fazer”*. Vai requerer muito cuidado, muito acompanhamento das Unidades Estaduais, para fazer com o menor número de supervisores. Mas é isso que temos para hoje e é com isso que a gente vai fazer. Só que, quando voltei em janeiro, a situação da pandemia já estava agravada e com sinais terríveis de agravamento. Eu dizia: *“Gente, não dá.”* Ia ter que abrir as inscrições no dia 10 ou 12 de fevereiro para o processo seletivo. Eu dizia: *“Gente, não vai dar”*. Porque as provas vão ser em abril, em abril a pandemia vai estar bombando. Como a gente reúne 1 milhão de candidatos, 1,5 milhão de candidatos, para fazer provas? As provas têm que ser presenciais. *“Ah, não dá para fazer prova não presencial”*. *“Não, não dá!”*. Como eu faço prova com 1,5 milhão de candidatos do Brasil todo remotamente? A prova tem que ser presencial. Conversamos com a DE [Diretoria Executiva], que é a responsável pelos processos seletivos, que conversou com o pessoal do CEBRASPE (Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos). Não tem jeito, tem que fazer a prova presencial. A Presidente⁶⁰ dizia assim: *“O México e os Estados Unidos fizeram os seus censos no meio da pandemia, porque o Brasil não vai fazer?”*. Os Estados Unidos fazem o censo pelos correios. A maior parte do censo americano é pelo correio. E eu sabia que o censo americano tinha dado problema, porque eles postergaram a divulgação do resultado e até hoje tem questionamentos fortes a respeito do censo deles feito pelos Correios. Basicamente, porque tem uma parte



Recenseador em ação no centro do Arapari, Município de Alenquer (Pará), durante a coleta do Censo Demográfico 2022

⁶⁰ Susana Cordeiro Guerra, Presidente do IBGE (2019-2021).



Setor de pagamento do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Censo Demográfico 1960

que não tem Correios, tem que ter entrevistador. No México, o censo deles é de um mês, porque eles contratam muita gente e fazem em um mês. Foi feita em março, quando a pandemia estava começando. Muito diferente do Brasil fazer o seu censo no meio da pandemia, uma coleta de três meses, basicamente presencial. A gente já tinha visto nos testes que não tem coleta por telefone, coleta pela Internet, é muito pouco. Mas a Presidência [dizia]: “A gente vai investir nessas ferramentas”. Investir como? A gente já está careca de saber. Os testes mostram que as pessoas não respondem. Nós temos que pensar no censo presencial. O que a gente conseguir de forma remota, ótimo. Mas se a gente conseguir 10% vai ser muito. Como a gente faz a censo? Faz seleção de pessoal? Faz treinamento? “Ah, treinamento tem que ser a distância”. Aham. E faz coleta? No meio da pandemia. Eu fiquei firme nessa posição e sendo bombardeada. Foi terrível, foi terrível. Foram grandes batalhas, muito estressantes. Mas abrimos as inscrições. Eu dando a minha opinião contrária, mas abrimos as inscrições. O que aconteceu? Dois dias antes do começo da impressão das provas, que a empresa começa a imprimir prova, entregar e malotar e entregar para a empresa de distribuição e isso vai para as escolas onde elas vão ser aplicadas e *tchau*, começou. Começou o processo seletivo. No primeiro dia de im-

pressão de provas, se não me engano, era 17 de março ou 19 de março, começou a execução do processo seletivo, execução e aplicação de provas, começou. E aí não tem retorno, porque se um malote desse não volta ou se volta violado, quebrou o sigilo da prova e é um concurso público. Você tem que recolher tudo, imprimir outras provas e começar tudo de novo. E isso custava acho que R\$ 14 milhões. A Presidente me botou para conversar com três médicos, que tinha ajudado o Supremo Tribunal Eleitoral - STE nas eleições. Dr. David Uip, do [Hospital] Sírio-Libanês, Dr. Fernando, do [Hospital Israelita] Albert Einstein e Dr^a Marília, da Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz]. Os três me disseram: “*Censo não é igual a eleição*”. Nós realmente ajudamos o Tribunal. Fizemos com eles o protocolo. Funcionou, não tivemos problema na eleição. Mas censo não é igual a eleição. Não façam. Vocês vão dar com os burros n’água. Vocês vão ser acusados de ter botado o vetor do vírus, que é o recenseador, de casa em casa, levando o vírus para contaminar a população. Eu fiz um documento explicando como era toda a rotina. Eram todos os eventos presenciais do censo, desde o processo seletivo até a coleta, supervisão. A DE [Diretoria Executiva] mandou um protocolo que eles tinham feito para todas as etapas do censo. Eles leram os documentos e disseram: “*Não dá. Não façam*”. Os três. Eles foram unânimes, disseram: “*Maria Vilma, nós não conversamos antes sobre esse assunto. Estamos conversando aqui e agora*.” Era uma segunda-feira, às 8h da noite. Estávamos eu, Rogério, Assessor da Presidente, e a Marise [Maria Ferreira], Diretora [DE]. A Presidente não pode participar, porque estava em reunião com o Ministro da Saúde, Pazuello⁶¹. Ou, melhor, com o [Elcio Franco], vice do Pazuello. Terminou a reunião, a gente comunicou. Dois dias antes de aplicar as provas, ela me botou para conversar com a Direção do CEBRASPE e eles acabaram mostrando para gente o Mapa do Brasil, onde a gente ia ter as provas e 95% dos Municípios estavam no vermelho. Significava que não tinha escola aberta para fazer a prova, 95%. Isso ia ser 17 de março. As provas eram nos dois últimos domingos de abril. Eu falei: “*Vocês têm expectativa de que em abril isso vai melhorar e a gente vai conseguir fazer a prova?*” “*Não, mas vocês são os clientes. Se vocês quiserem a gente faz, cliente que manda. Mas a gente entende que não dá, que não vai ser possível fazer*”. E se a gente começar a imprimir prova e distribuir, o custo é de R\$ 14 milhões. Eu falei: “*Vocês podem fazer um relatório falando sobre isso?*” “*Sim*”. Às 10 h 30 min da noite eu recebi o relatório. Mande para o Conselho Diretor. No dia seguinte, eu pedi uma reunião com o Conselho e expus tudo isso. A Presidente não se conformou, pediu para conversar. Teve uma conversa com a Diretora do CEBRASPE e ela falou: “*Assinei ontem um documento*”. Eles mandaram um ofício de, sei lá, 10 páginas, 12 páginas, explicando tudo. “*Discutido com minha equipe. O que nós tínhamos a dizer está escrito naquele ofício*”. E aí a Presidente concordou

⁶¹ Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde (2020-2021).

em não começar a impressão das provas. E não imprimir prova significava não fazer processo seletivo. Significava não fazer a coleta em agosto.

E aí foi o novo adiamento. E no meio de tudo isso a gente discutindo o orçamento, discutindo todas as ações. Até que o Congresso não votou, cortou totalmente o nosso orçamento e teve que adiar que já estava reprogramado para outubro, adiar para 2022. Mas aí houve uma ação provocada pelo Governo do Maranhão no Supremo e o Supremo nos questionou se era possível ainda, se o Supremo obrigasse, determinasse que o Governo desse os recursos se ainda era possível fazer o censo em outubro de 2021. E aí pediram para eu escrever uma nota técnica eu escrevi mandei para o procurador e o procurador mandou para o Supremo foi a nota técnica que o Supremo usou, vocês podem consultar colocando a minha nota técnica na íntegra, dizendo que não dava mais para fazer. Primeiro que tinha risco da pandemia não melhorar, como de fato não melhorou, melhorou muito pouco e segundo que começar a coleta em outubro ia entrar outubro, novembro, dezembro. Depois de quase dois anos de pandemia. Novembro e dezembro, principalmente dezembro, as pessoas iam sair, viajar. Você não ia conseguir terminar a coleta. E se você não termina coleta, você tem que ter dinheiro já em janeiro para retomar a coleta, janeiro ou fevereiro. E uma coleta que começava em outubro e, acabando depois do Carnaval, isso seria um prejuízo brutal para a qualidade da coleta, qualidade das informações. Então, coleta domiciliar no último trimestre do ano, a minha experiência de mais de 30 anos, 40 anos de IBGE, muito próxima da coleta, diz que não e de muitas pessoas que estão ligados diretamente à coleta, que diziam que era um suicídio o que o IBGE ia fazer. Foi outra batalha difícilíssima que eu banquei, contra posicionamento de colegas fortes, mas que eu tenho certeza absoluta [de] que eu estava correta, que a minha postura foi a correta. Eu fiz a nota técnica e assinei sozinha. Só foi assinada por mim. Ninguém assinou comigo. Era uma posição minha e eu tinha tanta certeza, que eu não tive o menor problema. Escrevi, assinei, mandei. O risco era tremendo da gente rasgar R\$ 2 milhões e jogar no lixo e pedir desculpa para nação de não ter feito um censo aproveitável, porque certamente não seria aproveitável.

Entrevista com

Artur Ferreira da Silva Filho

29 de abril de 2022

E em 2022, com toda essa preparação que nós conseguimos fazer, com o adiamento por dois anos consecutivos da execução da coleta, eu tenho certeza de que o IBGE está perfeitamente preparado para realizar um grande trabalho de censo e atualizar o retrato desse País, depois de 12 anos.



Recenseadores do Censo Demográfico 2022 no Sol Nascente (Distrito Federal), segundo maior Aglomerado Subnormal do País em número de domicílios

Entrevista com

Gustavo Costa

10 de dezembro de 2004

Como recenseador tive uma experiência um pouco dura. Eu morava em um polo e me deram um Setor [Censitário] de trabalho exatamente em outro polo da Cidade e fiz o trabalho com certa dificuldade inclusive, porque era uma área de morro, chamado Alto da Esperança [Pernambuco], onde tinha muitas casinhas humildes. Era uma população toda humilde na área. Ficou gravado na minha memória um fato que me deixou chocado. Eu procurei fazer o trabalho com toda seriedade. Em determinado domicílio, que era um cubículo, ocupado por um cidadão, conhecido pela alcunha de “Alagoano”, mas que dificilmente a vizinhança via ele. Ninguém sabia dizer nada sobre ele. Então, depois de fazer várias tentativas para localizá-lo, para recenseá-lo, enfim. Era em uma chamada “cabeça de porco”, era último domicílio da “cabeça de porco”. Era exatamente o dele, do “Alagoano”. Praticamente um sujeito invisível. Depois de quatro tentativas, resolvi dar o domicílio dele como vago. Na época, o rigor na região era muito grande. O trabalho realizado pelo recenseador e exatamente a revisão que era feita por amostragem peg[aram] exatamente essa minha falha. Falha involuntária, porque eu cansei de ir procurar esse cidadão. Ninguém sabia dar informação, então, achei que a figura não existia. As informações dos vizinhos eram falhas, então,

deixei para lá. Depois, estava em casa, até em função de ter realizado o trabalho, eu recebo um telegrama, me convidando a comparecer e o motivo era exatamente esse, recensear esse cidadão de apelido "Alagoano". Várias tentativas eu tive que fazer para encontrá-lo. Quer dizer, foi um Setor de trabalho suado. Esse dinheiro foi muito suado. E nunca mais eu esqueci desse detalhe. Foi a única falha. Meu trabalho foi elogiado na época, pelos dirigentes do Órgão. Com essa restrição, mas ele foi recenseado e só assim foi liberado o pagamento.



Divulgação e uso dos resultados

Em 1940, após a radical transformação da estrutura dos Serviços de Estatística no País – criação do Conselho Nacional de Estatística - CNE e do Conselho Nacional de Geografia - CNG, os quais passaram a integrar o IBGE, por força do Decreto-Lei n. 218, de 26.01.1938 –, o Instituto realizou, em 1º de setembro, o quinto censo populacional do Brasil. Desde então, ocorreram alterações e aprimoramentos em variados aspectos técnicos, tecnológicos e operacionais da pesquisa, o que lhe conferiu um salto de qualidade. Entre eles, se destacam a instituição de parcerias, visando ampliar a integração entre o IBGE e as comunidades locais, bem como a utilização, de forma intensiva, de tecnologias digitais que permitem levar a cada segmento de usuários as mídias mais apropriadas para a apresentação dos resultados do Censo Demográfico. A divulgação e a disseminação de tais resultados é a última etapa da pesquisa, ao materializar, sob a forma de produtos e serviços, informações de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os Municípios do País e em seus recortes territoriais internos, cujas realidades dependem dos resultados censitários para serem conhecidas. Com base nessas informações, é possível planejar políticas públicas, serviços e investimentos, de forma mais eficiente e adaptada às necessidades identificadas pela pesquisa.

Os dados do Censo Demográfico são utilizados em diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública, transporte, planejamento urbano, entre outras. Eles ajudam a entender as características, as carências e as demandas de cada região do País, com informações não apenas sobre os domicílios, como tradicionalmente apurado nas operações censitárias, mas também sobre os as-

pectos urbanísticos de seu entorno⁶², e possibilitam identificar as áreas de maior exclusão, pobreza e desigualdade, por exemplo, ensejando a formulação e o aprimoramento de políticas governamentais diferenciadas para questões específicas das populações. Além disso, são utilizados para a elaboração das projeções populacionais realizadas pelo IBGE, cujas revisões dependem de novas informações sobre as componentes demográficas obtidas no levantamento censitário; para o cálculo das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de competência do Tribunal de Contas da União - TCU; para o planejamento empresarial das estratégias de *marketing* e vendas, com vistas ao atendimento de demandas locais, entre outros usos.

A disseminação dos resultados do Censo Demográfico obteve um ganho significativo, a partir de 2010, com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Além de publicações convencionais impressas, com tabelas básicas, acrescidas de comentários, gráficos e cartogramas, formas adicionais de divulgação passaram a ser disponibilizadas, como bases de informações georreferenciadas, microdados, dados agregados, malhas digitais de Setores Censitários, entre outros recursos informacionais. Cabe destacar que a Internet constitui, atualmente, o principal canal de disseminação dos resultados do Censo Demográfico: o Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA⁶³ permite aos usuários criar suas próprias tabelas, a partir da seleção de variáveis e do cruzamento de informações, e um *hotsite*, criado em 2010, disponibiliza ferramentas de consulta e aplicações *online* em variados formatos.

Complementarmente à divulgação dos resultados, o IBGE oferece estudos e análises relacionados à pesquisa em publicações especiais, entre as quais se destaca o *Atlas do Censo Demográfico*⁶⁴, que contempla, de forma abrangente e interligada, as várias dimensões que compõem a dinâmica e o perfil demográfico da população, com ênfase nas diferenças regionais e locais.

Os dados resultantes dos censos podem ser vistos como um bem público valioso, que deve ser disseminado adequadamente com o objetivo de potencializar a sua utilização, pois são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as necessidades da população são atendidas de maneira mais eficaz e planejada.

⁶² Inovação implantada no Censo Demográfico 2010 com a finalidade de investigar elementos da infraestrutura urbana existentes nas faces que compõem o Setor Censitário, independentemente de seu estado de conservação, com vistas a identificar os que intervêm na paisagem, no meio ambiente e/ou na qualidade de vida da população nele residente e/ou em suas áreas circunvizinhas.

⁶³ Para informações mais detalhadas sobre o SIDRA, consultar o endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

⁶⁴ Para conhecer a publicação, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16361-atlas-do-censo-demografico.html>.



Lançamento do livro *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*. Evento realizado em, 13 de dezembro de 2005, no auditório da Av. Chile, na Cidade do Rio de Janeiro. Da esq./dir.: Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenadora Técnica e Planejamento Geral da publicação); Zélia Magalhães Bianchini (Diretora-Substituta de Pesquisas); Eduardo Pereira Nunes (Presidente do IBGE); e Luiz Antônio Pinto de Oliveira (Coordenador da Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPS)

Entrevista com

Alceu Vicente Wightman de Carvalho

7 de agosto de 2001

Esse gabinete técnico funcionou no Serviço Nacional de Recenseamento [SNR], em fins de 1942 até mais ou menos 1946, durante esse período, nós analisamos o Censo 1940. Em 1946, o Gabinete Técnico deixou o Serviço Nacional do Recenseamento e passou para a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística [CNE], já com o nome de Laboratório de Estatística e com a ampliação de seus estudos, entretanto ainda sob a Direção do Professor [Giorgio] Mortara.

Os trabalhos que no recenseamento se limitavam praticamente aos estudos demográficos, com a passagem para o Laboratório de Estatística, do Conselho Nacional de Estatística, ampliaram seu campo de atuação e passaram também a se interessar pela interpretação de dados estatísticos, não só demográficos, mas também de outros censos periódicos do IBGE, censos econômicos em geral e dos censos demográficos, além de levantamentos de outra natureza realizados por órgãos da própria Secretaria Geral ou, então, por órgãos pertencentes ao Sistema Estatístico Nacional [SEN].

Entrevista com

Francisco Otávio da Cunha Pires

10 de março de 2006

O Censo 1960, o Censo Demográfico, encontrou uma taxa média geométrica de crescimento no Maranhão em torno de 4,9 mil, isso originado porque em 1958 teve uma seca no Nordeste e houve uma migração intensíssima, principalmente de cearenses do Vale do Mearim, do Vale do Itapicuru. Com isso, a taxa média geométrica de crescimento da década disparou violentamente e todas as projeções de população no Estado do Maranhão foram baseadas nessa taxa média geométrica de crescimento e isso tem função, tem influência no fundo de participação direto na população.

Quando chega no Censo 1970, só se encontrou uma taxa menos de três, dois e 86, uma coisa mais ou menos desse tipo e todo Governo do Estado pôs em dúvida o resultado do Censo 1970, o Censo Demográfico e começou uma crítica violenta e a nossa Instituição totalmente desacreditada pelo povo maranhense, pelos técnicos do Maranhão e eu fui ter assento no Estado do Maranhão desconhecendo esse problema.

Entrevista com

Vinícius Fonseca

10 de dezembro de 2002

O [Giorgio] Mortara utilizou os censos, a análise do próprio censo e dos dados censitários para formular um método de estimação desses indicadores, inclusive indicadores fundamentais, como fecundidade, idade de esperança de vida ao nascer. Tudo isso, a partir do censo, era um negócio tão fabuloso, tão notável, que a Comissão de População das Nações Unidas [United Nations Commission on Population and Development - CPD] apropriou-se, dizendo que era o autor e transformou num documento que distribuiu como recomendação de uso para os países não desenvolvidos, países como o Brasil que não tinham estatísticas vitais adequadas.

Entrevista com

Eurico de Andrade Neves Borba

1998, 23 de março de 2012, e 13 de abril de 2012

O Professor Isaac⁶⁵, eu, a turma em 1970, nós acabamos o Censo 1960. Os últimos exemplares do Censo 1960, o processamento por Estado, tanto o Censo Demográfico, quanto os censos econômicos, se vocês pegarem aí na Biblioteca, é uma capa cinza. O Censo 1970 é uma capa azul e o Censo 1975 é uma capa verde, um verde musgo. Vocês vão lá ver. Aquilo foi impresso em 1974, 1975. Os últimos resultados do Censo 1960, porque não tinham sido processados ainda.

[...] Quando eu disse algumas palavras no enterro do Professor Isaac, eu pensei que quando se escrever com calma a história da redemocratização do Brasil, a apuração do Censo 1970 e a divulgação que foi feita, que nós divulgamos com apoio do [João Paulo dos] Reis Velloso⁶⁶, não perguntamos a ninguém... Divulgamos e entregamos para os jornais. Foi fundamental pra redemocratização. Uma das sementes da redemocratização mais profunda, que mais vingou, foi essa plantada com dados estatísticos que os próprios militares ficaram estarelecidos. Bom, em 1971, 1972 foram anos de apurar censo e instalar computadores, de começar a reciclagem de pessoal, de verificação de prédios, a Rede de Coleta.



Evento de divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, realizado em 28.06.2023

⁶⁵ Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE (1970-1979).

⁶⁶ João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento (1969-1979).

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

O plano de divulgação, além da Sinopse [Preliminar] e dos resultados definitivos, também previa a divulgação de uma tabulação avançada. Essa tabulação avançada correspondia a mais ou menos a 1,3% de todos os questionários, quer dizer, do universo. Embora ela só constasse dos Questionários da Amostra e ela foi tratada sempre prioritariamente em todas as fases do trabalho. Em julho de 1971, foi lançado o volume das tabulações avançadas com as principais características da população. A divulgação foi feita para os Estados menores por região, e nos Estados maiores (como Minas, São Paulo etc.) foi feita por Unidade da Federação. Mas, como anteriormente, nós também tivemos algum problema com computador, principalmente na fase da tabulação avançada. E aí tivemos que utilizar o computador da PUC [Pontifícia Universidade Católica]. Mas nós tínhamos que utilizar o computador de madrugada, que era quando eles lá não utilizavam. Eu me lembro que uma vez que eu estava em um jantar na casa de um amigo e, lá para meia-noite, 1h da manhã, tive que sair para ir, porque os resultados estavam saindo e eu tinha que ir para ver, examinar, ver se estava correto, assim na hora para mandar continuar. Era uma responsabilidade exagerada. A gente vivia tensa.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

Para que serviu o Censo Demográfico 1960? Para planejar e executar o primeiro Censo Escolar no Brasil em 1964 e também para embasar os estudos para a implantação do Projeto Atlântida. Esse projeto veio a se tornar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD], em 1967, e demonstrou a desigualdade na distribuição de renda. Era a primeira vez que se pesquisava a renda no Brasil, o que levou os economistas a gritarem: “renda mal distribuída”. O plano de amostra foi do Dr. Amaro [da Costa Monteiro], mas a execução ficou a cargo do Romero [Francisco Romero Feitosa Freire]. Tem uma série de coisas que mostram o Censo Demográfico como um marco indelével na história, apesar de ser um censo mal falado, pode-se dizer que houve heroísmo em todas as áreas, inclusive na parte econômica.

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

Eu achava o SIDRA [Sistema IBGE de Recuperação Automática] assim fantástico. Ah! Eu vou lá, digo qual é a unidade geográfica que eu quero, qual é o nível de desagregação, escolho as variáveis que eu quero cruzar e ele me dá um resultado. Eu não preciso ficar atrelado, por exemplo, só ao plano tabular de divulgação do resultado que tem uma limitação natural. Você não vai produzir uma coisa de dois andares de altura. Então, você tem que limitar. Enfim, é o trabalho de todas as áreas, é muito legal, muito legal mesmo.



O Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA é uma ferramenta digital que pode ser acessada em qualquer navegador de Internet e permite consultar, de forma simples e rápida, dados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE



Evolução da tecnologia

A infraestrutura tecnológica desempenha um papel crucial na realização de um Censo Demográfico, especialmente em um país continental como o Brasil. Ela permite que todas as etapas da operação – desde o seu planejamento, passando pela coleta, controle e apuração dos dados, até a divulgação dos resultados – possam ser realizadas de maneira mais rápida, precisa e eficiente, garantindo-se, assim, que as informações obtidas sejam confiáveis e representem, adequadamente, a população investigada.

A história dos censos mostra uma longa jornada de evolução das tecnologias utilizadas nessas operações, sobretudo no que concerne à implantação de novas ferramentas para torná-las mais eficientes.

O primeiro recenseamento geral realizado do Brasil, ainda no Império, ocorreu em 1872, sob o comando da então Directoria Geral de Estatística, primeiro órgão oficial de Estatística criado no País. Como se pode imaginar, o levantamento foi realizado de maneira inteiramente manual. Essa realidade perdurou até o Censo 1920, quando, finalmente, máquinas importadas dos Estados Unidos foram utilizadas na apuração dos dados, o que representou uma importante evolução no processo de realização do recenseamento. Pela primeira vez, a tecnologia foi empregada para aumentar a precisão e reduzir os prazos de apuração dos dados coletados.

Uma nova evolução era esperada para o Censo Demográfico seguinte, em 1940, mas, com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, muitas das máquinas Holerite que seriam utilizadas na apuração dos dados não chegaram a tempo. Diante dessa situação, foi necessário recorrer a equipamentos semelhantes aos utilizados no levantamento anterior.

No Censo Demográfico 1960, o IBGE decidiu apostar na utilização do computador de grande porte UNIVAC 1105⁶⁷. Esse foi o primeiro computador adquirido pelo Governo brasileiro e teve a missão de melhorar o processamento das informações em larga escala. A instalação do UNIVAC 1105 foi um grande desafio, ocupando oito salas e exigindo a contratação de 48 técnicos para operá-lo; no entanto, problemas com a reposição de peças que deixaram de ser fabricadas levaram a interrupções frequentes no trabalho, e o Censo 1960 não pode ser totalmente processado por computador. Após uma série de deficiências, em abril de 1964, o UNIVAC 1105 foi desligado e só voltou a funcionar no final de 1965. Assim, grande parte dos dados teve que ser processada, manualmente, com outras máquinas.

No Censo Demográfico 1970, os resultados foram disponibilizados em fitas magnéticas, o que significou um avanço na disseminação das informações. Nessa operação, cumpre destacar, o IBGE procurou dar continuidade aos avanços tecnológicos pretendidos no levantamento anterior e renovou o seu parque tecnológico; no entanto, devido a atrasos, a apuração teve que ser iniciada em computadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Além disso, o uso das ultrapassadas máquinas perfuradoras e verificadoras ainda se mostrou necessário.

No Censo Demográfico 1980, uma inovação tecnológica importante foi a implantação de um sistema informatizado de acompanhamento da coleta de dados. Valendo-se do Telex, o IBGE pode acompanhar, semanalmente, a quantidade de Setores Censitários já concluídos e o número de pessoas recenseadas, o que permitiu a detecção e a correção rápidas de eventuais falhas. Por isso, pela primeira vez, os Resultados Preliminares do Censo Demográfico foram divulgados no mesmo ano de sua execução.

No Censo Demográfico 1991⁶⁸, houve avanços na utilização da tecnologia, com a etapa de codificação manual passando a ser realizada com a ajuda de computadores. Além disso, os sistemas de administração e pagamento de pessoal

⁶⁷ O computador de grande porte UNIVAC (Universal Automatic Computer), da Remington Rand, foi adquirido pelo IBGE, em 27 de janeiro de 1960, para apuração do Recenseamento Geral de 1960. A nova tecnologia foi um marco na história da Instituição e do País. Para informações adicionais sobre o tema, consultar: SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *O desafio de retratar o País: entrevistas com os Presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 174. Organização, introduções, entrevistas e notas dos autores. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

⁶⁸ Não houve Censo Demográfico em 1990. Para essa operação, o IBGE precisava contratar mais de 180 mil pessoas em caráter temporário, porém a autorização para contratação desse contingente foi sendo protelada, visto que o governo tinha a diretriz de reduzir o quadro de servidores públicos. Quando o procedimento, por fim, foi autorizado, em julho de 1990, não havia mais tempo hábil para se realizar o processo seletivo público para contratação dos recursos humanos destinados à operação, cuja coleta de dados estava programada para se iniciar no mês de setembro. Por tal motivo, o IBGE decidiu realizar o Censo Demográfico em 1991.

também começaram a ser informatizados, e as formas de divulgação da pesquisa foram ampliadas, sendo os seus resultados disponibilizados em volumes impressos, fitas magnéticas, sistemas informatizados de consulta e disquetes.

No Censo Demográfico 2000, o IBGE deu um salto tecnológico, graças à popularização da Informática e, conseqüentemente, da Internet. A qualidade da representação geográfica da população nacional foi aprimorada, com a conversão, para meio digital, da base cartográfica dos 480 Municípios com mais de 50 mil habitantes então existentes, compreendendo cerca de 61% da população brasileira. Para tal, atualizou-se desde a Malha dos Setores Censitários até os Mapas de Localidades, Municípios, Estados e Grandes Regiões. A Rede Nacional de Agências do IBGE foi completamente informatizada, levando-se a interligação por computador até a ponta de suas mais de 500 Agências locais, e, com isso, toda a operação contou com um sistema de acompanhamento gerencial mais eficiente, com alimentação descentralizada de informações e capacidade decisória em tempo real. Promoveu-se, também, a digitalização dos formulários, com a utilização do reconhecimento ótico de marcas e caracteres, via *scanner*, eliminando-se, dessa forma, a necessidade de digitação dos dados que era necessária desde o Censo 1960. Além disso, destacam-se, nessa operação, a automatização completa dos processos de crítica dos dados coletados e a formação de um Banco de Dados Multidimensional para apoiar os processos de análise e tabulação.

A infraestrutura tecnológica continuou evoluindo, e, em 2010, o IBGE teve a primazia de realizar o primeiro Censo Demográfico digital do mundo, razão pela qual o Instituto recebeu o prêmio Netexplorateur Palmares 100⁶⁹ em 2011, além de outras menções honrosas. Relevantes avanços, alguns já iniciados nos Censos 2007⁷⁰, ocorreram com a realização do Censo Demográfico 2010, entre os quais podem ser citados: a construção de uma base territorial que saiu do modo analógico-digital para o digital, ao integrar os mapas urbanos e rurais entre si e com o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, com a posterior incorporação dessa ferramenta a outros projetos institucionais⁷¹; a utilização de GPS (Global Positioning System)

⁶⁹ Em 2011, o IBGE foi um dos 10 premiados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO) e pela Netexplorateur, um observatório mundial independente que estuda os impactos dos novos usos da Internet na sociedade e nos negócios.

⁷⁰ Os Censos 2007 englobaram a Contagem da População 2007 e o Censo Agropecuário 2006.

⁷¹ Surgido em 2005, a partir da sistematização dos dados coletados pelo Censo Demográfico 2000, o CNEFE contempla informações sobre domicílios e estabelecimentos de todo o País, sendo totalmente atualizado a cada nova operação censitária. Um cadastro de endereços atualizado contribui para que as pesquisas do IBGE realizem seu planejamento, dimensionem sua operação de forma eficiente e alcancem os seus informantes com sucesso, e, no caso das pesquisas amostrais, constitui insumo primordial para a seleção dos endereços que participarão da coleta.

nos computadores de mão, o que permitiu a referenciação de elementos físicos, inclusive para posterior utilização em projetos de políticas públicas, a exemplo do que fora realizado com escolas e estabelecimentos de saúde da área rural, por ocasião dos Censos 2007; e o preenchimento de questionário pela Internet, caso o morador optasse por essa modalidade de coleta de dados, preservando-se o sigilo das informações prestadas. A velocidade de captura e processamento dos dados aliada à qualidade obtida com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs possibilitaram ao IBGE disponibilizar estatísticas à sociedade apenas quatro dias após o término da coleta do Censo Demográfico 2010, atividade essa que consumia meses em censos anteriores.

No Censo Demográfico 2022⁷², os recenseadores foram a campo com Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs) providos com *chip* de telefonia, diferentemente do que ocorrera em 2010, e um intenso suporte de sistemas georreferenciados. Em razão dos *chips* 3G e 4G, foi possível, pela primeira vez, a transmissão dos dados coletados, em tempo real, para os *data centers* do IBGE localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo; e, caso não houvesse sinal das redes móveis, o recenseador contava, ainda, com a possibilidade de transmiti-los de qualquer lugar com conexão Wi-Fi. Essa tecnologia permitiu o acompanhamento da operação, praticamente, em tempo real, podendo o recenseador transmitir as informações logo após a coleta de cada questionário e ter o seu percurso registrado. O controle das coordenadas e dos trajetos dos recenseadores possibilitou, ainda, uma verificação inédita da cobertura geográfica da pesquisa, bem como de outras variáveis monitoráveis. Cabe destaque, também, à extensão da captação das coordenadas do endereço, iniciada no Censo Agropecuário 2007 para os estabelecimentos recenseados, a todos os domicílios brasileiros. Durante a operação do Censo Demográfico 2022, a captação de tais coordenadas possibilitou o monitoramento, em tempo real, do trabalho realizado e a gestão da coleta, melhorando a cobertura da pesquisa em todo o Território Nacional. Posteriormente à operação, as coordenadas constituirão valiosos insumos para as demais pesquisas e cadastros do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, a Base Territorial de Setores Censitários, e o CNEFE, entre outras aplicações. O georreferenciamento ao nível geográfico mais detalhado possível atende a uma recomendação da Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD).

Pela primeira vez em um Censo Demográfico, foi oferecida ao informante, na operação realizada em 2022, a possibilidade de responder a pesquisa por telefone. A entrevista por telefone assistida por computador foi utilizada não só pelos recen-

⁷² O IBGE se planejou para a execução do Censo Demográfico 2020, tal como definido por lei, porém, em virtude da crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, e do profundo corte orçamentário ocorrido em 2021, a operação foi replanejada para o ano seguinte.

seadores com os seus próprios DMCs, mas também como modalidade de coleta oferecida pelos agentes da Central de Apoio ao Censo - CAC, tendo funcionado por meio do número 0800 721 8181, diariamente, das 8 h às 21 h 30 min. No decorrer da operação censitária, o IBGE, com o apoio da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, disponibilizou também um serviço de atendimento telefônico, via tridígito 137, denominado "Disque Censo", considerado um serviço de utilidade pública, para todas as pessoas que ainda não haviam respondido o Censo Demográfico 2022. O investimento nessas inovações tecnológicas, entre outras, permite o constante aprimoramento da pesquisa com vistas a subsidiar a tomada de decisão por parte dos agentes públicos no sentido da melhor prestação de serviços para a sociedade.

Entrevista com

Francisco Sales Carvalho

24 de abril de 2001

O nosso problema era a máquina de calcular. Não tinha nenhum computador. Uma programação: recebe, lanço dados e se processa. O negócio antigamente era brabo. Era feito na ponta do lápis. Uma folha de pagamento, por exemplo, de recenseamento. Tinha lá suas 80 linhas e um agente de Estatística, que era chamado assim, ele que fazia o preenchimento daquelas folhas. Ele somava as 80 linhas, depois tirava a prova dos nove e tinha certeza de que aquilo estava certo. Hoje, não tem mais isso. Graças a Deus, a tecnologia chegou. A gente começou com computador à válvula e agora estamos com computador minimizado.



Mesa de controle do computador UNIVAC 1105 utilizado no Censo Demográfico 1960

Entrevista com

Elson dos Santos Mattos

6 de novembro de 2001

Eu acho que o mais complicado foi o do Jurandir⁷³, o [censo] de 1960. Eu acho que o de 2000 é o que deve dar mais certo. Não só porque se usou uma tecnologia mais avançada, porque a tecnologia mudou. Você tem que avaliar essa indagação sua, de acordo com a disponibilidade tecnológica que você tem no momento. Se eu tenho dificuldade na minha tecnologia, eu devo ter dificuldade também no meu resultado. Mas, se ela me garante uma eficiência maior, eu devo ter uma eficiência maior no meu resultado. Isso normalmente ocorre. Mas, por outro lado, é uma tecnologia completamente nova, com uma série de outros acessórios dessa tecnologia nova. Aqui, também nós mesmos apanhamos em função de ser uma tecnologia nova, não muito difundida ainda. No País, em grande escala, o primeiro foi o IBGE. Se hoje você for fazer um censo usando essa mesma tecnologia, você vai se beneficiar muito mais dessa tecnologia do que se beneficiou agora. Mas hoje já se fala em mudar essa tecnologia. Quer dizer, não assentou ainda poeira e já querem voar um pouco mais. Mas isso é da humanidade, todo mundo quer cada vez melhorar. Mas isso não dá tempo de você sedimentar. Nós apanhamos muito, tivemos muito problema com o *scanner*. Foi tudo contornado, resolveu-se bem, o tempo foi muito bom. Então, era preciso que você fizesse outra operação usando essa mesma tecnologia, para aproveitar sua experiência e corrigir aquilo tudo, que eu acho que o seu rendimento seria muito maior.

[...] Mas a grande crise do Jurandir Pires Ferreira foi a ideia de querer comprar um UNIVAC para o Censo 1960. Eu estive nos Estados Unidos, antes de consumir essa compra, visitando o Bureau do Censo [Bureau of the Census]. Fui com o Rodolfo, você deve ter conhecido. Quando cheguei, fiz um relatório e mostrei que o Brasil não tinha condições ainda de assumir a responsabilidade de fazer uma operação do censo em um equipamento daquele tipo. Era preciso primeiro você ter um equipamento de porte médio para ir galgando em segurança nas operações do censo. Mas ele insistiu naquilo, insistiu naquilo e fez a negociação toda com a Remington. Mas esse equipamento, logo depois se provou que estava superfaturado. Ele foi superfaturado. E aí começou outra guerra. É superfaturamento, não é superfaturamento. Jurandir saiu, assumiu a Presidência do IBGE, Rafael Xavier⁷⁴. E o Rafael então me designou para acompanhar nos órgãos fazendários o desembaraço de outros equipamentos que iriam compor com esse UNIVAC, que já estava instalado

⁷³ Jurandir de Castro Pires Ferreira, Presidente do IBGE (1956-1958 e 1958-1961).

⁷⁴ Rafael da Silva Xavier, Presidente do IBGE (1961-1961).

no Brasil. E nós então constatamos, mais uma vez, que havia um superfaturamento em torno de 600 mil dólares naquela época. E a coisa foi para lá, fez um processo imenso, veio aquelas comissões do tempo dos militares, inquérito Policial Militar. Veio aquele inquérito, nós fomos ouvidos, como uma série de outras pessoas do IBGE, Maurício Reis, Milton Pires de Azevedo. Nessa comissão, nós provamos pelos documentos que tínhamos, que, realmente, o preço do equipamento não era aquele. Para resumir, o Brasil acabou fechando o negócio com a Remington e não pagando a diferença, porque ficou provado que havia um superfaturamento.



O UNIVAC 1105 foi o primeiro computador de grande porte utilizado pelo governo brasileiro e custou quase 3 milhões de dólares

Entrevista com

Luiz Nery da Costa

8 de maio de 2002

Eu ouvia muita conversa, inclusive fora do Brasil, no exterior, de que o Censo 1960 foi muito ruim, no sentido pejorativo, de diminuir a qualidade. Eu então queria informar o que eu vi na época. A dificuldade maior, em relação aos 1960, era que o IBGE tinha um computador de grandessíssimo porte, que era o maior do mundo. Era um UNIVAC 1105. Mas não tinha equipamento de saída, nem de entrada. Com esse equipamento de saída e de entrada, nada mais era do que uma máquina de escrever, em termos comparativos. Era como se tivesse que botar o Rio Amazonas para sair toda aquela água por uma mangueira. Impraticável. Mas foi isso que ocorreu no Censo 1960. Por diversas razões. Ora por problema de falta de dinheiro para comprar equipamentos, talvez por uma certa desonestidade na venda do equipamento que o IBGE comprou. E ficou aquela dificuldade. É bom lembrar, também, que naquela ocasião, quando a Remington Rand entrou no IBGE com a venda daquele computador, o IBGE tinha um certo domínio pela IBM [International Business Machines Corporation]. Então, na realidade, havia uma certa competição entre a IBM e a Remington. Os defensores do trabalho da IBM e o pessoal do grupo da Remington Rand. Isso gerou, naturalmente, maior dificuldade. Houve essa dificuldade realmente.

Entrevista com

Vinícius Fonseca

10 de dezembro de 2002

Só teve um mal que foi decorrente da teimosia do Presidente do IBGE, Jurandir Pires Ferreira⁷⁵, que era um homem brilhante, sem dúvida, uma cabeça brilhante no meu entender, uma cabeça matemática, como se diz, mas teimoso demais e muito de vanguarda. Ele resolveu implantar para o censo um sistema de apuração que era totalmente desconhecido no Brasil, a computação. O UNIVAC. Os censos anteriores eram apurados pelo método tradicional de Holerite, que não era um método digital, não era codificação.

[...] Computador não se falava. O computador já era uma mudança radical porque mudava completamente os conceitos, a gente sabe disso. É uma besteira ficar dizendo que o computador pensa digitalmente, 1, 2, 1, 2, 1, 2, sim, não, sim, não, sim, não, e o outro não, o outro é sistema decimal, Holerite. Evidentemente

⁷⁵ Jurandir de Castro Pires Ferreira, Presidente do IBGE (1956-1958 e 1958-1961).



A instalação do UNIVAC 1105 ocupou oito salas e, para operá-lo, era prevista a necessidade de 48 técnicos, entre analistas, programadores, codificadores, operadores, engenheiros de manutenção e técnicos de manutenção

que o sistema anterior era defasado, estava fora dos jogos, e que o sistema moderno era muito melhor. Talvez, o Jurandir não tenha percebido por que realmente não pensava nisso. Vou contar um fato muito curioso, mostrando que ele não pensava em detalhes. A estrutura do IBGE não estava capacitada para aquele avanço tecnológico. Foi uma briga esse negócio de fornecedores, ganhou uma empresa chamada Remington Rand. O sistema UNIVAC veio para o Brasil, instalou-se e foi aquela coisa. Até tenho uma fotografia da divulgação do Censo 1960. Fizemos uma pirâmide, "A Cinelândia ajuda a fazer o censo", essas coisas meio malucas, e uma das fotos era assim, "O cérebro eletrônico radiografará o Brasil". Na época chamava-se cérebro eletrônico, com isso o Jurandir vibrava. Mas, realmente, prejudicou o recenseamento, porque, como eu disse, não havia estrutura capaz de fazer funcionar aquilo bem. No Serviço Nacional de Recenseamento [SNR], o pessoal de apuração mecânica era todo formado pelo sistema Holerite, o siste-

ma IBM [International Business Machines Corporation]. Sistema decimal, de cartão perfurado, inovador, que era baseado em fibras óticas, leitura ótica. Houve esse também, mas não foi aplicado no censo. Não, mas o Jurandir tentou. Ele tentou, mas tentou vários, inclusive esse de fibra ótica, o recenseador levava um lápis, determinava o produto que impressionava a leitura e transmitia para o disco. Ao decorrer desse problema, dessa teimosia do Jurandir, entre a execução do censo e a sua publicação houve uma enorme duração, não sei nem quando foi publicado porque perdi contato em 1964.

Entrevista com

Arnaldo Augusto Maia

20 de agosto de 2001

A computação começou com o Censo Demográfico 1960. Eles compraram o UNIVAC, eu tive notícias através da minha ex-secretária, as notícias às vezes chegavam a mim através dela. Ontem estava lendo qualquer coisa a respeito do computador UNIVAC. Foi um computador caríssimo, tiveram que derrubar parede, porque ele tinha que funcionar dentro de determinadas condições. No fim, nem sei o que aconteceu com esse computador, suponho que ele não prestou nenhum serviço, não ajudou em nada, compraram o computador porque era uma novidade talvez, mas só sei que o meu amigo na área de material andou se aborrecendo muito com esse problema do computador, acho até que na crise tenha alguma coisa a respeito, vocês talvez me contem. Mas eles levantaram o problema de que foi uma compra que não havia necessidade, e o pobre do general teve que engolir aquilo tudo. Mas o resto foi razoável.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

O Jurandir Pires Ferreira⁷⁶ dotado de muita inteligência cismou de comprar um computador. Mas, mal assessorado ou criminosamente assessorado, optou por um computador que não tinha nada a ver com o trabalho do censo, um UNIVAC 1105, um computador científico. Uma máquina com grande capacidade de desenvolvimento e inserção, porém, baixa capacidade de entrada e de saída. A entrada era feita por meio de fita perfurada e a saída numa máquina de escrever. Então, entrada e saída eram horríveis. Esse computador originou uma despesa enorme e provocou a

⁷⁶ Jurandir de Castro Pires Ferreira, Presidente do IBGE (1956-1958 e 1958-1961).

destruição da Biblioteca Central do Serviço de Recenseamento, porque para aloca-lo era preciso uma área enorme, o computador era todo de válvula. A Biblioteca foi destruída de maneira muito estúpida, jogou-se tudo fora, o material foi carregado em caminhão e colocado numa Gráfica, em um galpão fora do corpo da Gráfica, ao relento. Parte dessas publicações só foi salva quando o Dr. Sebastião [de Oliveira] Reis chegou ao censo. Ele pegou o material recuperado e mandou encadernar.

O computador UNIVAC 1105 ficou exclusivo para o Censo Demográfico. Na verdade, ele nunca funcionou corretamente e, quando funcionou, foi graças a um colega nosso chamado Francisco Romero Feitosa Freire, o Romerinho, ele que conseguiu botar o Censo Demográfico e divulgar. Era Romero, o Noé, o Professor Omar e mais algumas pessoas.

É interessante lembrar que, quando o computador chegou, foi feito um concurso e se escolheu um grupo de aproximadamente 30 pessoas, para ir aos Estados Unidos estudar programação e análise, na Remington. Ficaram alguns meses fora e voltaram a trabalhar com um bom salário. Uma segunda turma foi enviada, essa formada pelos melhores analistas e programadores, escolhidos entre os servidores do censo que estudaram no Rio de Janeiro.

O Censo Demográfico estava sendo apurado pelo computador UNIVAC 1105, que não atava e nem desatava. E o meu amigo Martinelli ficava dizendo: *“Se a gente apertar o botão, acaba. É só apertar o botão que acaba o censo”*. Quando alguém falava alguma coisa contra o UNIVAC, era crime lesa-pátria. Ele disse isso várias vezes. Inclusive, em uma entrevista para a TV Continental, chamou o entrevistador de traidor da pátria.

[...] foi necessário desocupar a área de depósito de cartões perfurados e abrir uma cratera que era para cerca 2 milhões de litros d'água e, como não foi coberto, a gente chamava de piscina portuguesa. Aí o censo ficou nesse pé, no Governo Jânio [1961-1961], a grande vantagem é que nós tivemos um Diretor chamado Maurício Rangel Reis, mas o Maurício Rangel Reis, mas com o Presidente que veio depois do Rafael Xavier⁷⁷, chamado Sá Freire Alvim⁷⁸. O Sá Freire Alvim tinha muita ligação com o Governo Jango [1961-1964] e com o Ministro da Fazenda⁷⁹, foi ele que aos poucos foi conseguindo dinheiro para pagar os recenseadores, para montar um outro computador, para comprar o material de reposição de computador, do UNIVAC 1105, conseguimos doação dos Estados Unidos de peças e várias coisas foram sendo fei-

⁷⁷ Rafael da Silva Xavier, Presidente do IBGE (1961-1961).

⁷⁸ José Joaquim de Sá Freire Alvim, Presidente do IBGE (1961-1963).

⁷⁹ Walter Moreira Salles, Ministro da Fazenda (1961-1962).



A falta de peças de reposição, que deixaram de ser fabricadas conforme os computadores de primeira geração iam ficando obsoletos, causavam frequentes interrupções nos trabalhos

tas ao longo do tempo, com muito sacrifício. Mas aí veio a doideira total, quando nomearam aquele Roberto Accioly⁸⁰.

O UNIVAC, eu não sei te responder, mas ele foi desmontado e guardado, porque a Comissão de Inquérito não concluiu nada. E ainda não existia a Comissão de Inquérito levantada pelo Jânio⁸¹, com o tal Coronel Sebastião Paiva.

[...] Eu participei dos censos, desde o momento em que o serviço de apuração era feito de forma mecânica, com um equipamento antiquado chamado Holerite. Acompanhei todas as transformações que a era da informática promoveu. Peguei os primeiros computadores, os segundos e a atual geração. É evidente que ao longo do tempo vai se aprendendo muito, principalmente quando entra gente nova e capacitada. Sempre chegavam pessoas com grande conhecimento em áreas específicas, que foram dando novas luzes.

Tudo isso foi feito no Censo 1970, com isso e ao mesmo tempo em que informática se instalava no IBGE, é na época chamada Centro de Processamento de Dados - CPD.

Entra o Isaac⁸² com aquela visão muito boa dele e, bem-assessorado, trouxe o Eurico Borba⁸³, muito dinâmico, embora meio duro na maneira de administrar, mas muito bom administrador. Quer dizer, ele foi o responsável direto pelo dado preliminar do Censo Demográfico 1970, levando todo o trabalho para ser feito no computador da PUC [Pontifícia Universidade Católica], de onde ele era professor, né. E aquele grupo dali que deu origem ao CPD fez um concurso criou o CPD, que era gerir o UNIVAC 1105, e aí criaram o Instituto Brasileiro de Informática - IBI, com Antônio Olímpio.

⁸⁰ Roberto Bandeira Accioli, Presidente do IBGE (1963-1964)

⁸¹ Jânio da Silva Quadros, Presidente do Brasil (1961-1961).

⁸² Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE (1970-1979).

⁸³ Eurico de Andrade Neves Borba, Chefe de Gabinete da Presidência do IBGE (1970-1972), Diretor-Geral (1973-1979) e Presidente do IBGE (1992-1993).

Entrevista com

Eurico de Andrade Neves Borba

1998, 23 de março de 2012, e 13 de abril de 2012

Vocês hoje têm um *laptop* que entra em contato com o mundo através da Internet, tem aqui o “Doutor Google” resolvendo todas as dúvidas. Esse prédio abrigava o UNIVAC do Censo 1960, que foi o segundo computador do Brasil. O primeiro foi um Burroughs, na PUC [Pontifícia Universidade Católica] do Rio [de Janeiro], e depois foi esse UNIVAC que foi comprado ainda no Governo Juscelino [1956-1961] para o Censo 1960. Estava lá. Vocês sabem que tinha uma sala de máquinas para refrigerar a água, porque o computador era a válvula e tinha que ser refrigerado à água. Então, tinham aqueles canos que passavam por cima e por baixo do piso, que era elevado, e tinha que ligar aquela coisa para ligar o UNIVAC. Esse UNIVAC nunca funcionou. E eu vou contar uma coisa para vocês que também já não é segredo, antes era protegido, confiabilidade... o computador nunca funcionou, porque nós nunca tivemos, naquela época, não tinha quem entendesse de Informática. Não tínhamos engenheiro, não tinha a garotada de hoje que senta lá e faz esses joguinhos e processamentos todos. Quem mais ajudava na montagem daquele UNIVAC e nas tentativas de levar a funcionar eram oficiais do Exército, do Instituto Militar de Engenharia [IME] e do Centro de Pesquisas da Marinha e lá de São José dos Campos [São Paulo], do ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica]. Porque não existia no mercado ninguém que trabalhasse com computador. E aí veio um detalhe na configuração dos Estados Unidos que trouxeram para cá. O computador sofria de prisão de ventre, porque não tinha saída! Então, a saída era uma máquina de escrever. Não tinha uma impressora que pudesse imprimir o que tinha sido elaborado. Aí o Jorge disse: “*Não é possível que isso tenha acontecido!*” É possível. Então, eram feitos aqueles programas, COBOL [Common Business Oriented Language], FORTRAN [IBM Mathematical Formula Translation System], uns nomes cabalísticos que hoje vocês nem sabem do que se trata. Fazer a programação, perfurar cartões que eram lidos e aí processados. E era um console de entrada que parecia uma dessas máquinas de nave espacial e do lado tinha uma máquina de escrever acoplada. A saída do computador era ali naquela máquina. Não tinham colocado lá as válvulas suficientes, sei lá, os consoles suficientes para ter impressoras rápidas para imprimir. Então, aquilo foi um escândalo. Mas foi um escândalo não de propina, de roubalheira, de toma por baixo do pano alguma coisa. Foi por burrice mesmo.

Entrevista com

Edmund Massadar

25 de setembro de 2002

Eu acho que foi incompetência administrativa. O Elson [dos Santos Mattos] foi contra. O Elson sabia que aquilo seria superado em pouco tempo, aquilo era um monstrego. Você viu? Você conheceu? Ocupava aquela parte da frente do recenseamento. Você lembra do recenseamento? Lembra como é que era aquele prédio? Então, aquela parte da frente era um salão enorme ocupado totalmente pelo computador da Remington, UNIVAC, né, e que era à válvula. Foi superado logo depois.



Para a operação do UNIVAC 1105 foi necessário o envio de um grupo para os Estados Unidos para absorver o conhecimento básico e iniciar os trabalhos

Entrevista com

Maria Aparecida Gomes de Moura

realizada na Unidade Estadual de São Paulo
16 de junho de 2011

Eu atuei diretamente, só que como secretária do Chefe do Recenseamento, que era na Praia Vermelha [Rio de Janeiro], num setor que era o setor de perfuração mecânica. Hoje, é até engraçado a gente dizer isso. As máquinas de perfuração dos cartões holerite, o censo era apurado em cartão holerite. Então, eram umas máquinas desse tamanho [mostra com as mãos], pretas, com uma capa preta, tipo de um oleado e que, eu grávida quando chegava na repartição, sentia o cheiro, ia correndo para o banheiro, porque eu não aguentava aquele cheiro. Então, era o setor de apuração mecânica do censo, e um dos correligionários desse tempo é o Elson Mattos, que está no Rio de Janeiro e, segundo a Vilma [Maria Vilma Salles Garcia], está vivo. Talvez, ele possa se lembrar do fato das máquinas. Ele trabalhava no setor de manutenção de todo material que precisava para o censo. Era ele quem controlava. Ele e o Ernani Figueiredo. Eu não participava realmente do recenseamento, mas da retaguarda da Direção, porque Sr. Valdecir era Chefe desse Setor que tinha todas as perfuradoras, as chamadas perfuradoras. Tinha que fazer a perfuração dos cartões que eles eram preenchidos pelos recenseadores, aí eles eram perfurados. Aí fazia a contagem mecânica com as máquinas, depois os resultados. Era um trabalho bastante primitivo, digamos, porque o rendimento era lento. Então, se dizia: “Ah! O IBGE não publica. Demora.” Tinha que demorar, porque o processo mecânico do recenseamento era lento. Tudo era lento. Hoje, é fácil! O rapaz já está fazendo no computador a pesquisa comigo, como fez agora. Então, é imediato. Botou aqui, saiu ali. Naquele tempo, era uma operação toda complicada.

Entrevista com

Dora de Almeida Toscano

28 de outubro de 2002

Naquela época, nós estaríamos usando pela primeira vez um computador. Os dados deles não eram digitados como é agora, eram perfurados. Era uma máquina pesadíssima que as codificadoras tinham que usar. O Chefe desse setor era o Edmund Massadar. Esse setor pertencia ao Centro de Processamento de Dados [CPD]. Então, os códigos, o boletim que tinham sido codificados, eram então passados para o cartão através da perfuração dos códigos. Era um cartão para cada pessoa recenseada, tanto do Boletim da Amostra, quanto do Boletim Geral.

Na revisão, a perfuradora reperfurava todo o cartão novamente. Se houvesse alguma incompatibilidade não sanável, esse cartão era retirado da massa. E o grupo de cartões com erros, eles eram também examinados no olho, retificados à mão e voltavam para uma perfuradora para ela perfurar um cartão correto para reintroduzir na massa. Às vezes acontecia, eram umas gavetas enormes, assim, cheias de cartões, pesadíssimo. Às vezes acontecia de um contínuo estar carregando e cair tudo, mas a gente conseguia colocar tudo na ordem. Quando terminou a codificação, a maior parte dos operadores foi dispensada. E a Divisão do Censo Demográfico voltou para a Praia Vermelha [Rio de Janeiro] novamente, com mais ou menos uns 30 servidores.



Cartões perfurados utilizados no Censo Demográfico 1940

Entrevista com

Elder de Oliveira Costa

realizada na Unidade Estadual do Rio Grande do Norte
22 de setembro de 2011

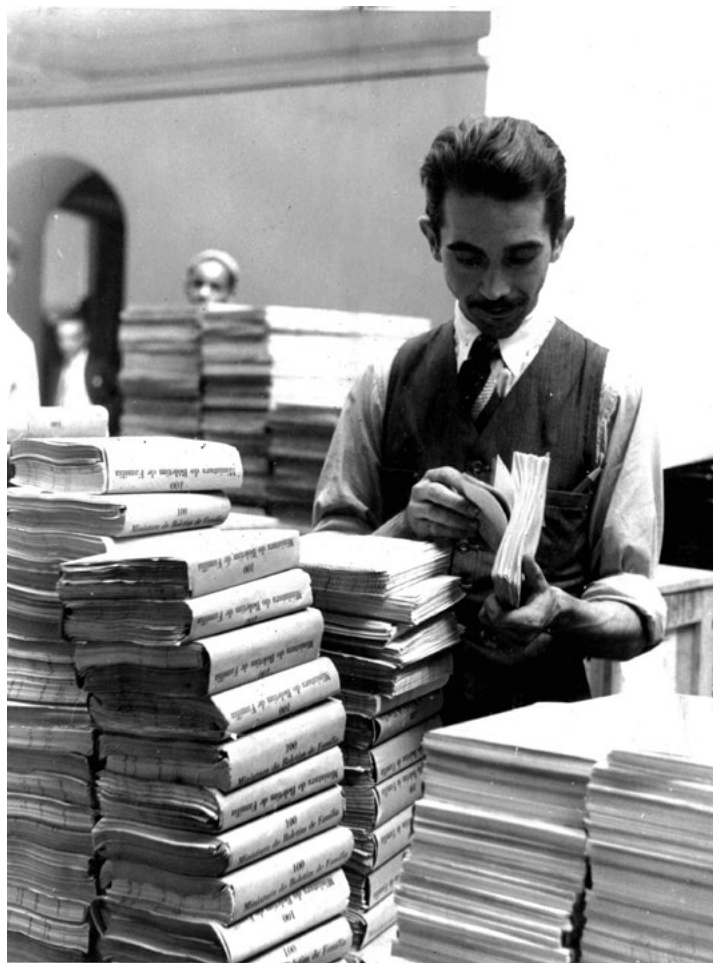
Uma coisa que é importante destacar é a realização do Censo 2000. Logo após essa reimplantação da nova estrutura do IBGE, foi a realização do Censo 2000. Pela primeira vez, foram usados microcomputadores no gerenciamento da operação censitária, quando foram criados os sistemas de gerenciamento e a apuração passou a ser não manual. O uso de leitoras óticas no centro de apuração. No caso do (primeiro) lote, todo o material foi transportado para o centro de apuração de Campina Grande, na Paraíba. Era o único que existia para atender todo o Nordeste. Só para citar um fato, naquele ano foram contratadas duas carretas só para levar os questionários do Rio Grande do Norte para a Cidade de Campina Grande, transportando esse material para ser apurado através de leitoras óticas.

Entrevista com

Cimar Azeredo Pereira

23 de julho de 2015

Toda essa parte de metodologia, de cuidado que a gente tem com o trabalho aqui dentro, de formar os entrevistadores, esse processo de capacitação, de avançar na tecnologia, eu sou de uma época aqui no IBGE, onde a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios], um censo, era feita em questionário em papel, e eu tive a oportunidade de ver isso, transitar numa pesquisa feita em papel e outra através de um coletor eletrônico. E isso todo um conflito tecnológico, um conflito de geração, eu vi pessoas passarem aqui dentro, de ver que essa tecnologia modificou a Instituição. Eu lembro que eu cheguei aqui, a gente não tinha computador, era um terminal da IBM [International Business Machines Corporation], e quando a gente passou a ter um computador para uma pessoa, isso não tem muito tempo, enquanto as pessoas mais velhas na casa conseguiram se adaptar com aquilo. E conseguiram e conseguiram se inserir nesse processo.



Boletins de Família preenchidos
do Censo Demográfico 1940

Entrevista com

Antônio José de Souza Biffi

realizada na Unidade Estadual do Pará
25 de maio de 2011

O Censo Demográfico 2000 nós começamos, então, a fazer o questionário em papel, porém o material era escaneado após a coleta e os dados saíram muito mais rápido, porque os *scanners* foram colocados em alguns locais e nós aceleramos a nossa apuração. Em 1991, como eu falei anteriormente, a descentralização da apuração em alguns polos também foi muito boa, porque a digitação dos questionários foi acelerada. E, em 2007, um pouco antes, o IBGE já começou a trabalhar com PDAs [Personal Digital Assistant]. Mas em 2007 nós entramos violentamente na utilização na Contagem da População⁸⁴ com a utilização dos PDAs e no Censo Agropecuário. Essa foi uma mudança da água para o vinho, porque nós não só atingimos, com a modernização, a coleta em si, mas passamos também a fazer uma modernização na apuração dos dados. Mas, mesmo assim, em 2007, com o avanço tecnológico, nós tivemos grandes problemas, grandes dificuldades na transmissão dos dados e isso fez com que a gente repensasse o nosso modelo. E aí foi que para o Censo 2010 a Direção do IBGE, e aí eu falo com muita propriedade, porque eu participei de um Grupo de Chefes de Unidades [Estaduais], e esse grupo deu muita sugestão à Coordenação Operacional dos Censos [COC] sobre o que nós devemos efetivamente fazer na questão operacional do censo e aí nós fizemos muitas sugestões, nós demos muitas sugestões que foram incorporadas ao processo. Então, nós fizemos um Censo 2010, bem-recentemente, que nós tivemos facilidade de transmissão, facilidade na coleta, facilidade na apuração, porque nós estamos em maio e nós já soltamos os primeiros resultados do próprio questionário. Não só os questionários que poderiam ser feitos a partir do resumo. Não, dos próprios questionários. Então, isso está demonstrando o avanço tecnológico do IBGE, porque eu posso dizer que eu vi o primeiro computador de grande porte do IBGE. Era o UNIVAC que estava para ser leiloado e estava na Reserva Ecológica do IBGE [RECOR]. O monstro estava lá com sua estrutura, não sei quantas toneladas de fios, não sei quantas toneladas de aço e umas lâmpadas que formavam um verdadeiro painel, que era uma coisa de louco, era uma coisa interessantíssima. Os filamentos desse tal UNIVAC eu vi, eram filamentos em ouro, que foram, inclusive, leiloados. Isso tinha um valor comercial muito grande. Então, se eu vi o UNIVAC e vejo hoje o PDA, na sua facilidade, eu posso testemunhar o quanto que o IBGE evoluiu dentro do seu

⁸⁴ Trata-se da Contagem da População 2007, realizada nos Municípios com mais de 170 mil habitantes.

nível tecnológico e na sua capacidade e rapidez de obtenção de informações. Começamos com o papel, hoje estamos em meio digital. Quem sabe no futuro nós já poderíamos gravar uma entrevista e transmitir diretamente e as pessoas possam simplesmente serem recenseadas ou mesmo ser recenseados diretamente pelas pessoas em suas casas pela Internet, prestando informações diretamente ao IBGE, dispensando até os recenseadores.



Apuração no Censo Demográfico 1960

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

Pela primeira vez, o IBGE resolveu adotar um leitor de marcas, não de caracteres e o Questionário da Contagem [da População] acabou ficando conhecido entre nós como questionário das bolinhas, porque as marcas você tinha que fazer dentro de elipses, tinha que escurecer ali. Tanto é que até nós tivemos também algumas dificuldades naturais, era uma experiência que a gente com o porte da operação do Censo Demográfico estava fazendo, não era censo, era contagem, mas estava fazendo uma operação desse porte pela primeira vez. Então, você tem algumas dificuldades. Eu lembro que uma assim, era a gente chamar de questionário espelhado. O que acontecia? O recenseador ia para o campo fazer a entrevista e saía escurecendo lá, as elipses marcando. Só que chegava num dado momento que ele ou usava força demais e, como o questionário era preenchido à tinta que acontecia você virava a página e era uma página só, uma página não, duas páginas, frente e verso uma folha, aí ele virava a folha, as marcas ficavam não completamente iguais a da frente, mas a parte do verso ficava de tal forma que às vezes a leitora de marcas lia. E aí apareceu um domicílio que estava lá: total de moradores, vamos dizer três, aparecia com quatro, cinco. Aí tinha um trabalho todo de crítica para verificar que muitas vezes aquilo ou algumas vezes aconteceu de ser o questionário espelhado. Outra vez, a experiência. A gente vai aprendendo de acordo mesmo. O ideal é, está tudo treinado, tudo preparado, mas naquelas circunstâncias é como a operação que começou assim da parte da contagem, não do censo agro, mas na parte da contagem, começou a ser tratada no último trimestre de 1995, vamos dizer assim, e foi a campo menos de um ano depois. Eu acho que foi bem-razoável e foi aprendido também.

E aí veio a decisão de não mais usar o leitor de marcas que foi usado na Contagem [da População] 1996, mas usar a entrada de dados por *scanner*. Outra vez, já havia alguma experiência. [...] Mas, de qualquer forma, numa operação do porte do censo, não é a mesma coisa. E lá fomos nós na operação. Fica parecendo: "Pô! É aventura?" Não, não era aventura. Certamente não era. Alguma pessoa que não está acostumada com essa dinâmica de trabalho, por exemplo, mas esses caras fizeram uma aventura lá com a contagem, com leitora de marcas. Depois, vêm para o censo e faz agora uma aventura com *scanner*. Não era nada disso. A vantagem dos *scanners* era grande em relação à leitora de marcas, porque ele lia caracteres também.

E depois chega no de 2010. Não vamos mais fazer com *scanner*, porque o *scanner* ainda tinha uma parte operacional e tinha questionário impresso. Quer

dizer, você facilitou muito a entrada do dado, mas a coleta ainda era com questionário impresso. Mas em 2010 vamos para o famoso PDA [Personal Digital Assistant]. Só essa história de PDA já daria quase que uma história, uma nova história, porque mudou. Mudou substancialmente e não é só a fase da entrada de dados e da coleta que sofreu assim. Foram beneficiárias do impacto mais visível desse processo, mas, por exemplo, a fase de codificação se você pegar quando começou a se discutir codificação automática ou codificação assistida etc. e do que chegou a ser no Censo 2010 e também no Censo 2000, você vai ver uma mudança brutal.

Pessoas recenseadas, número de domicílios recenseados e aí categorizados por domicílios ocupados, fechados, vagas de uso ocasional, números de domicílios coletivos e pessoas recenseadas. Isso era a base da divulgação da Sinopse [Preliminar] do censo que tinha que ser feito rapidamente. Então, como é que vai fazer? Transmite com uma ferramenta que a gente tem disponível. Na época, a melhor possível era o *fax* ou o Telex e era assim que era feito.



Setor de apuração do Censo Demográfico 1960, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro

Entrevista com

Gilberto Scheid

14 de novembro de 2001

O Censo Demográfico foi processado por leitura ótica, então, esses questionários continham... além de terem sido preparados para permitir a sua leitura por um *software* de reconhecimento de caractere, quer dizer, no preenchimento do questionário pelo recenseador, tinha que trabalhar as letras e os números, de forma que o sistema pudesse ler, quer dizer, foi eliminado o processo de digitação. E a identificação do questionário, os códigos de barra que determinavam não só o tipo de questionário, como a sua página, a sequência numérica e também a identificação do Setor [Censitário] e da área, onde esse questionário tinha sido aplicado. Imaginar um questionário com essa quantidade, com esse volume, estar comprometido por uma fase semifinal de impressão — porque fase final seria de preenchimento de leitura —, era uma responsabilidade muito grande, quer dizer, justificava uma preocupação quanto à qualidade de impressão e à precisão do questionário do código de barras. O próprio IBGE, há uns dois anos já de planejamento do censo, fez uma pesquisa junto a gráficas do País que tivessem capacidade para assumir essa tarefa, dado que estava implícito que haveria a necessidade de investimento pesado de equipamentos e de componentes adicionais às máquinas. Então, apenas duas gráficas se mostraram habilitadas já no final do processo de seleção, e a que acabou sendo escolhida foi a Gráficas Burti de São Paulo, que investiu pesadamente em termos de máquinas e de periféricos que permitissem não só impressão dos códigos de barra, como a qualidade da cor, porque havia o preto do questionário, mais a segunda cor que era neutra para o leitor ótico e a aplicação do código de barra. Então, havia uma imensidade de passos dentro da Gráfica. À medida que o questionário era preparado no fotolito, impresso, dobrado, grampeado, parado, encaixotado, codificado, havia uma diversidade de procedimentos ao longo da produção que tinham que ser checados por amostragem. E à medida que algum problema fosse identificado num questionário, todo aquele lote, que tudo estava armazenado em controles de computador para efeito de se verificar onde esse lote estava, para onde tinha sido remetido, porque tinha que ser eliminado e substituído, aquela numeração estava automaticamente eliminada, simplesmente ia acrescentar numerações ao final da impressão.

Entrevista com

Artur Ferreira da Silva Filho

29 de abril de 2022

Foi justamente no momento em que o IBGE informatizou a coleta. A partir desse momento, nós fomos a campo coletar com os equipamentos de informática. E com isso os sistemas gerenciais também foram alterados, surgiram melhor controle da coleta e fez com que os limites dos Setores [Censitários] eram mais respeitados, porque o próprio sistema informatizado permitia esse controle maior. Foi um trabalho muito intenso. Primeiro, foi uma mudança cultural, as pessoas acostumadas a fazer um questionário de censo no papel passar a fazer no computador de mão. E depois, o próprio resultado do trabalho, por ser um trabalho muito mais controlado, muito mais técnico e com muito mais controle gerencial, os resultados do trabalho foram muito mais precisos. O retrato que se produziu naquela época era um retrato muito mais nítido que os censos anteriores, porque nós tínhamos os limites mais ou menos repensados, controlava melhor a coleta, os dados eram transmitidos imediatamente pelos sistemas gerenciais. São duas dificuldades, primeiro para fazer o trabalho com a mudança cultural e segundo pra justificar as diferenças dos resultados, principalmente da população de alguns Municípios do Estado. A partir daí, o trabalho de censo passou a ser muito mais respeitado e muito mais preciso, 2010 aliado ao problema da informática ainda incorporamos toda essa divisão municipal, a partir de 2007, 2010 e certamente 2022, nós vamos estar, em termo de censo, com uma qualidade técnica muito grande. Com o advento do PDA [Personal Digital Assistant], os recenseadores passaram a fazer a coleta informatizada e os dados eram transmitidos de imediato para as supervisões e coordenações estaduais. Com isso, nós acompanhamos melhor os trabalhos através dos sistemas gerenciais que também foram bastante melhorados e nós tínhamos condições de supervisionar e corrigir algumas falhas durante a coleta, de imediato. Então, isso fez com que o trabalho de censo passasse a ser bem mais superior do que era feito anteriormente até o Censo 2000.

A dificuldade maior inicial em 2007 foi justamente para baixar os Setores [Censitários] no PDA. Nós passamos a primeira semana da contagem⁸⁵, parada, tentando baixar os Setores no PDA. Eu me lembro muito bem que o primeiro Setor que foi baixado foi no Município de Porto Seguro [Bahia]. Foi até motivo de comemoração. Foi uma fase, realmente, de muita expectativa, uma inovação muito radical que o IBGE, correndo um risco até muito grande, na época, foi uma coragem muito grande da Direção do IBGE implementar um trabalho todo informatizado.

⁸⁵ Trata-se da Contagem da População 2007, realizada nos Municípios com mais de 170 mil habitantes.

Tinha que dar certo, não tinha questionário produzido, impresso pra se substituir como um plano B, mas felizmente as coisas deram certo.

Claro, como foi o primeiro ano informatizado, as dificuldades foram maiores, os sistemas gerenciais demoraram também de serem implementados e utilizados. Mas, em 2010, já foi bastante desenvolvido esse aspecto e em 2022 nós vamos concretizar todo esse processo de censo informatizado.

Repito, foi uma coragem muito grande da Direção do IBGE na época, todos nós ficamos bastante preocupados, mas isso fez com que nos uníssemos mais ainda, e quando os Setores começaram a ser baixados no PDA, o trabalho correu com muito mais desenvoltura e muito mais rapidez.

Em 2000, realmente se começou a evoluir na apuração do censo, mas não na coleta. Em 2007 a coleta que foi informatizada.



No Censo Demográfico 1991 a etapa de codificação que era manual passou a ser feita com a ajuda de computadores. Sistemas de administração e de pagamento de pessoal começaram a se beneficiar da ajuda da informática. Essa herança foi aproveitada na apuração da Contagem da População, como vemos na imagem

Entrevista com

Carlos Roberto Rodrigues de Rodriguesrealizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul
5 de dezembro de 2011

Se for para falar sobre censo, nós falaríamos um dia. Todos os problemas de censo. Mas vamos falar de 1980, né? Eu lembro que em 1980 nós trabalhamos com um formulário enorme. E numa cor verde-claro, que para gente trabalhar à noite, para fazer as correções, tudo era manual, tinha que devolver o questionário na íntegra, inteiro. Então, à noite a luz era fraca na época, né? Então, para fazer aquele trabalho à noite era terrível, porque a cor não ajudava no material. E o questionário era grande, era uma folha enorme. O volume de papel era enorme. Eram muitos formulários. Eu tenho pastas do Censo 1980 que eu guardei comigo. A pasta era enorme para o recenseador carregar. E na época se fazia censo a cavalo, de bicicleta. E nos lugares de difícil acesso você tinha que embarcar usar carro com tração ou coisa assim para poder dar acesso. Mas o maior era a cavalo ou de bicicleta. Agora, quando chega em 2010, nós temos um censo com alta tecnologia com o PDA [Personal Digital Assistant], que o resultado era imediato. A tabulação e tudo mais, imediato. Não é como aquela de 1980 que dois anos depois saía o resultado de censo. A gente ficava na expectativa. E quando chegava o supervisor na área para verificar o material na amostragem (verificava quatro, cinco, 10 de cada Setor) e encontrando erro tinha que verificar todo aquele volume de material... Isso aconteceu comigo em Iguatemi [Mato Grosso do Sul]. Porque, confiando no trabalho do supervisor que estão seguindo, lendo o manual e tudo mais. Passou muita coisa e quando chegou o supervisor, deve ter um servidor no Rio de Janeiro acompanhado pelo assistente de área (que é o que se tornou o Olindo Frazeto, que tenho uma amizade muito grande por ele), olhando o material ele encontrou inúmeros erros. E imagina se está com 60% dos Setores [Censitários] prontos, você tem que rever todo aquele volume de material, no sistema manual, ler todinho, corrigir os erros, retornar ao informante. Não era corrigir pela dedução. Era corrigir verificando indo *in loco* no informante. Daí, o informante dizia assim: *“Mas de novo? Faz um mês que vocês passaram aqui”*. Mas é que a informação ficou errada. Daí, foi que eu aprendi algo mais, que eu podia confiar totalmente no funcionário, no supervisor contratado. Eu teria que estar sempre ali presente. Claro que o número de Municípios era enorme, mas teria que chegando nos outros Municípios também rever todo aquele material já com base no da sede, ver os erros que estavam acontecendo. Agora hoje, compreender o Censo 2010, PDA, onde inexistente o erro praticamente, porque ele não aceita e tem que fazer a correção de imediato, onde a apuração é também imediata. Fez-se um avanço enorme no IBGE, porque a gente fazia até cálculo na-

quela máquina Facit, fazia cálculo e tudo mais para ver essas informações. Você imagina um Censo Agropecuário, depois, vou falar sobre Censo Agropecuário. Mas fazia as somatórias com máquina Facit manual. Depois, veio uma Olivetti elétrica, mas até então a gente trabalhou com essas máquinas assim. O número de pessoas para trabalhar era enorme também. Era um grande quantitativo de recenseador, de supervisor para fazer a conferência de material. Então, se trabalhava com um contingente muito grande. Hoje, em 2010, você faz um Município como Ponta Porã [Mato Grosso do Sul]: 10 supervisores, 12 se não me engano, e mais 20, 25 recenseadores para área rural e urbana. Então, o Censo 2010, como eu disse, foi um avanço muito grande e temos de fazer um trabalho de produção nacional grande também.



No Censo Demográfico 2000 os formulários foram digitalizados com o reconhecimento óptico de marcas e caracteres

Entrevista com

Miriam Mattos da Silva Barbuda

20 de abril de 2023

Exatamente na época que nós entramos, esse grupo novo de profissionais foi a época que a Cartografia estava mudando do modelo analógico para um modelo digital. Então, a gente passava a trabalhar com estação de trabalho normal e isso daí foi uma mudança considerável na nossa forma de trabalhar e na nossa forma de produzir. Também, eu cheguei a pegar essa migração do analógico para o digital e exatamente no mapeamento municipal ali quando eu entrei era um sistema de exatamente no mapeamento municipal. Ali quando eu entrei, era um sistema de produção automatizada dos Mapas dos Municípios. Na época que eu entrei, eram 5 507 Municípios. Aí foram criados mais cento e poucos e aí ficamos nesse número que a gente tem hoje que é 5 568, então, era uma produção automatizada e tinha que atender ao censo e aí você começa a ver a realidade do País. É muito interessante que você tem Município de três quilômetros quadrados e você tem Município de 160 mil quilômetros quadrados. Como é que você automatiza de alguma forma isso tudo, para gerar essa produção e essa produção tem que chegar na ponta dos Mapas de Setores [Censitários]. Então, eu comecei dentro do IBGE tratando a base de dados de limites de Municípios do Censo 2000. Eu



Dispositivo móvel PDA (Personal Digital Assistant) utilizado no Censo Demográfico 2010. O uso do PDA tornou o Censo 2010 o primeiro censo digital do mundo

não trabalhei no Censo 2000, mas peguei toda essa base de referência e ter a malha de referência.

[...] Eu fiquei ali no mapeamento municipal e ali atuamos para o Censo 2007⁸⁶ que foi o grande desafio. Foi a primeira vez que a gente efetivamente trouxe um mapeamento para dentro de um PDA [Personal Digital Assistant], de um dispositivo móvel de coleta. Foi a primeira vez e foi muito desafiador para toda a casa essa mudança, porém foi uma mudança muito construtiva muito importante para a gente fazer a partir dali, de 2007, o grande

domínio que o IBGE hoje tem de mapeamento de censo, totalmente automatizado, totalmente eletrônico com os questionários, e cada vez avançando, mas então é nesse assunto que eu comecei a mergulhar muito na produção para o censo na Cartografia Censitária, que a gente teve que vencer, foi trazer a integração do mapeamento urbano e rural para o Censo 2010, acho que esse foi o grande momento dentro da casa.

[...] Foi quando em 2008 resolvemos juntar a vertente urbana com a vertente rural o mapeamento ia ser um só e tinha que estar associado ao cadastro de endereços.

O cadastro de endereço tinha que estar junto do mapeamento pra gente garantir cobertura e qualidade no percurso do recenseador e também no uso das tecnologias, geotecnologias, então com isso, foi o grande desafio. Acho que foi o maior desafio que eu tive, porque de repente você tem que juntar metodologias diferentes, juntar pessoas com pensamentos diferentes equipes técnicas com pensamentos diferentes e soluções únicas, mas as soluções têm que ser dentro de uma mesma linha única, ela nunca vai ser, porque num país como nosso você não vai ter soluções únicas para todos os 5 mil, hoje 5 570 Municípios. Então, acho que esse foi o grande desafio e foi um desafio que foi bom, porque trouxe a reflexão da necessidade para onde a gente precisava avançar. Então, a gente abraçou aquilo ali que tinha que andar, e aí o cadastro de endereço junto com a base o tempo inteiro, buscando avanço nos mapas e avanço na forma de coletar a informação. Avanço nos mapas e avanço na forma da gente coletar a informação durante o Censo 2010. Isso foi

⁸⁶ Trata-se, na realidade, da Contagem da População 2007, realizada nos Municípios com mais de 170 mil habitantes.

um desafio, porque envolveu todas as Unidades Estaduais [UEs], as equipes, muita capacitação, muita mudança de metodologia, sistema novo, que teve que entrar. Sistema novo nunca funciona a contento, sempre deixa alguma coisa faltando os prazos vão passando e é um sufoco só, mas a gente conseguiu e eu acho que foi a grande referência em 2010, em que você já teve um mapa. Passamos por muitas dificuldades, porque, na pré-coleta de 2010, a gente já precisava ter todos esses mapas muito bem-detalhados e foi muito mapa para pouco tempo foram dois quase três anos de trabalho, mas mostrou o quanto que a gente tava no caminho certo de desenvolver, de trabalhar cada vez mais com a geotecnologia, trabalhar com essas imagens de satélite nos ajudando a atualizar esse território. E essa foi uma evolução também e aconteceu, porque quando eu fazia na minha época de faculdade e início de trabalho e uma cobertura aerofotogramétrica era muito caro se mandar fazer um voo aerofotogramétrico ou até mesmo as imagens muito caras, a gente não tinha imagens de altíssima resolução como a gente tem hoje e era caro. Então, esse mercado hoje facilitado com vários sensores à disposição, com diversas resoluções com vários órgãos atuando nessa linha, com as imagens, mostrou que a gente tava no caminho certo que era um caminho com desafios, mas que valia a pena para a gente seguir adiante. Então, assim, acho que esse foi o grande desafio que eu tive dentro do IBGE e para mostrar assim para trazer esse avanço da tecnologia o avanço das pesquisas o avanço na forma de você pensar.

[...] então, um perfil muito voltado para Geociências hoje que é o Geoprocessamento. Então, todo mundo tem que conhecer, tem que trabalhar um pouco com as imagens de satélite, tem que buscar imagens, tem que buscar trabalhar com geotecnologia tem que utilizar o GPS [Global Positioning System], até alguns testes com drones, a gente já fez também para poder ampliar essas equipes, elas foram se reciclando.

No Censo Demográfico 2022 foram utilizados os Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs), smartphones providos com chip de telefonia, permitindo a transmissão automática em tempo real, dos dados coletados



Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

Eu me lembro que a parte de controle, eu fico pensando hoje como é que a gente faz, o recenseador tá lá coletando e já sai do domicílio e já transmite. Ele nem precisa transmitir, o equipamento já transmite assim que ele tem contato com uma rede Wi-Fi, sem nem que ele saiba. Já vem com o banco de dados e já vai se somando. E tem o SIGC [Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta], que já vai mostrando para o Brasil inteiro como é que está a coleta. A DPE [Diretoria de Pesquisas] já pode ir analisando a qualidade dos dados, porque já vem um pacotinho de dados que ele já seleciona para ver a qualidade da informação. Naquele tempo, as Unidades Estaduais recebiam das agências, por telefone ou por malote, uma vez por semana, a situação da coleta no Município: Quantos Setores [Censitários] estão em trabalho, quantos estão paralisados, quantos estão concluídos, quantas pessoas já foram recenseadas, quantos domicílios já foram recenseados naquele Município. E aí eles consolidavam isso e uma vez por semana passavam para a gente por Telex, por *fax*. E nós digitávamos. Aí a gente já tinha computador. A gente digitava uma planilhazinha, era Samba [o nome do programa], se não me engano. Na época, a gente digitava aquilo. Eu lembro da Lúcia Hipólito, as pessoas conhecem quem é a Lúcia Hipólito. Ela ajudava. Me ajudava a digitar, porque era muita coisa chegando. Naquele tempo eram 4 700 e tantos Municípios. Tinha que ficar digitando aquelas informações e até a Lúcia Hipólito entrava na roda, para a gente poder dar para o Conselho Diretor, para a imprensa, para as autoridades, informação de como estava o andamento do censo.

A gente recebia por Telex, mas recebia por *fax* também, porque aí já tinha o *fax*. As vezes não recebia e a gente ligava para saber. Mas era o Telex e o *fax*. E a gente ia montando essa informação digitando em planilhazinha. Naquele tempo, não tinha o Excel que a gente tem hoje. E ia totalizando. Então, o Telex de 1980 veio para 1991, mas já tinha a complementação do *fax*. Eu não sei mais te dizer se a maior parte vinha por Telex ou vinha por *fax*, não me lembro. Mas o Telex em 1980, provavelmente também chegava a informação por Telex, que alguém digitava em algum lugar. Não tinha um sistema, não tinha informatização. A microinformática estava engatinhando naquela época.

E em 2007, veio a grande inovação de fazer com PDA [Personal Digital Assistant], a coleta eletrônica. Saímos com a cara e a coragem. “Vamos fazer no Brasil todo coleta eletrônica de dados do Censo Agropecuário e da Contagem da População, inclusive na Região Norte”. Testamos, o PDA funcionava. PDA vocês sabem, né? “Personal Digital Assistant”. O pessoal dizia assim: “Na Região Norte, não tem

informatização, como é que vai ser?” Tínhamos os carregadores, que dava para quatro cargas no PDA. Mas depois dessas quatro cargas ele tinha que carregar. Achar uma fonte de energia para recarregar, para poder fazer as entrevistas. Não é difícil. Só nessas regiões mais remotas que a gente tem dificuldade de energia elétrica. Ele ficava armazenando, quando chegava no Posto de Coleta na agência ele descarregava e ficava lá no PC [Personal Computer] do Posto, que depois transmitia para o banco de dados da DI [Diretoria de Informática]. Em 2007, a gente fez com o PDA. Tivemos um problema bastante grave. Na hora de transmitir os dados que estavam nos PCs lá no Posto de Coleta, nos equipamentos dos Postos, havia perda. As transmissões eram muito ruins e demoravam para transmitir. Transmitia arquivos corrompidos e até para carregar os PDAs foi um problema enorme. Foi mal dimensionado. Na hora de carregar, todo mundo se conectando para carregar os questionários nos PDA e não conseguia concluir. Ficamos uma semana. Vieram técnicos da Europa e foi um estresse enorme. O Presidente era o Eduardo Pereira Nunes⁸⁷, que ficou muito furioso com aquilo tudo. Foi muita pressão em cima dele e da DI. Mas conseguiram dar solução para carregar os PDAs. Houve um atraso. Em alguns lugares de uma semana, outros lugares de duas. Foi durante o censo todo. Houve muita dificuldade nessa questão da informática. Os PDAs funcionaram superbem, coletavam bem. Problema nenhum com o PDA. O problema era na transmissão dos PCs para os bancos da Diretoria de Informática. Foi um estresse bastante grande, mas foi superado. As Unidades Estaduais tiveram que se desdobrar. Eu lembro que o [Antônio José de Souza] Biffi era o Chefe lá do Pará. Ele dizia que eram as tartaruginhas, porque os PDAs tinham uma capinha azul arredondada. Ele dizia que eram as tartaruginhas de barco para lá e para cá, para descarregar nas Cidades onde tinha mais uma conexão melhor, para poder voltar, devolver para o recenseador e o recenseador continuar a coleta. Teve esses estresse, essa dificuldade, mas foi um grande aprendizado. Eu acho que valeu. Essa coleta eletrônica em 2007 foi um grande aprendizado para 2010. O Presidente o Eduardo Nunes exigiu da DI que cada Posto de Coleta tivesse no seu PC, no Posto de Coleta, a carga de todos os Setores, todas as informações dos Setores. Aí você carregava via cabo para o PDA. A gente carregava do equipamento do Posto de Coleta para o equipamento do recenseador. Do equipamento do Posto, os dados, de um equipamento para outro. Em 2007, era tudo via rede. Se conectava o PDA no equipamento do Posto, que falava com CPD [Centro de Processamento de Dados] Central para vir qual é o número do Setor, qual é o Mapa de Setor, quais são os dados todos, baixar o questionário, para o recenseador podem ir para campo. Isso era tudo via rede e isso foi o que não funcionou. Em 2010, isso foi passado. O Posto de Coleta tinha todas as informações para o recenseador poder ir para campo. Carregava direto

⁸⁷ Presidente do IBGE (2003-2011).

toda a carga, todos os insumos, para coleta. Estavam em todos os *laptops* dos Postos de Coleta. Carregava diretamente para o *smartphone* do recenseador e o recenseador ia para campo. Voltava e transmitia. Foi um grande aprendizado que a gente teve em 2007. O que valeu do Censo 2007⁸⁸, em termos de infraestrutura, de organização, foi esse aprendizado que a gente teve. Realmente aí funcionou muito bem, não teve problema algum. Os equipamentos funcionavam bem, a comunicação funcionou superbem.



Módulos do *data center* do IBGE utilizado no processamento dos dados do Censo Demográfico 2022

E a gente ofereceu questionário pela Internet, mas infelizmente foi muito pouco utilizado. Acho que foi 0,03%. Um dos motivos é que a gente não divulgou isso na grande mídia. Uma série de discussões que não vem ao caso e a gente resolveu não divulgar. Mas era falado no treinamento, eram orientados os supervisores, os recenseadores. O que a gente acabou entendendo depois é que o recenseador recebia o mesmo valor, tanto para entrevista presencial e entrevista feita pela Internet. Ele recebia da mesma forma. Só que se ele oferecesse o *e-ticket* para o morador responder, o morador muitas vezes esquecia, não respondia, começava e não terminava e ele ficava com o Setor preso. Ele não podia fechar o Setor para receber enquanto tivesse essas entrevistas pendentes. Então, o que o recenseador preferia? “Já que eu estou tendo contato, eu vou tentar coletar o questionário”. Então, muitas vezes ele omitia. A gente teve funcionário que disse que perguntou para o recense-

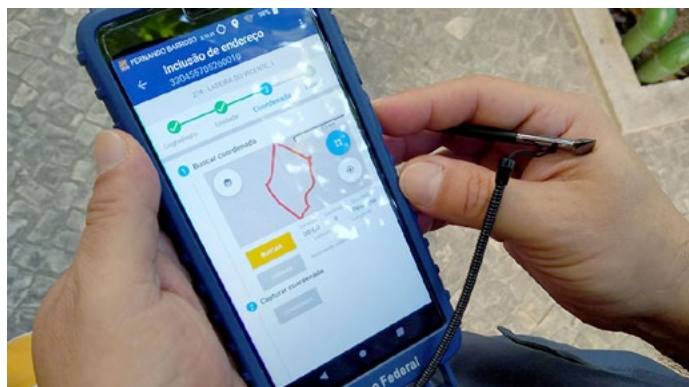
⁸⁸ Trata-se, na realidade, da Contagem da População 2007, realizada nos Municípios com mais de 170 mil habitantes.

ador e ele falou: “*Meu supervisor não me deu e-ticket. Eu não posso fazer a coleta pela Internet*”. Determinados supervisores também não davam a oportunidade, não orientavam, não disponibilizavam para o recenseador. Sei lá porquê. Porque achavam que podia deixar mais lenta a coleta. Os próprios recenseadores queriam já fazer entrevista logo. Principalmente, se fosse o Questionário Básico, porque era um questionário pequeno, uma entrevista muito rápida. “Ah, três minutos eu faço a entrevista aqui e já garanto o meu”. Ao passo que fornecer o *e-ticket*, você não garante quantos dias, se é que o cara ia preencher, em quantos dias ele preencheria. Então, essas foram algumas das causas de pouco uso do questionário pela Internet e agora em 2020 está sendo oferecido também por telefone, pela Internet, e até onde eu sei, até onde eu participei, o IBGE pretende fazer uma ampla divulgação para que realmente muita gente responda pela Internet, até por conta da pandemia [de COVID-19]. O trabalho remoto está na moda. Vai ser oferecido e eu acho que o IBGE vai fazer uma ampla divulgação disso e a gente espera então ter uma resposta maior dessas formas remotas. Tanto telefone, como Internet. Primeiro, porque o uso da Internet, para tudo na vida, vem crescendo. Então, a gente espera que as pessoas estejam mais à vontade, mais dispostas, mas disponíveis, para responder por esses meios. Segundo que a gente precisa divulgar para o grande público, para o recenseador não recusar. Tem o lado do recenseador, “quero garantir o meu”, porque continua sendo da mesma forma. Não importa que forma que estiver preenchido o questionário, o recenseador ganha do mesmo jeito. É uma maneira de forçar que os recenseadores divulguem, ofereçam, entreguem o *e-ticket*. Se o morador sabe, viu na televisão que tem essa opção e [diz]: “*Eu quero. Eu sei que o IBGE está oferecendo essa opção e eu quero responder pela Internet*”. Então, eu acho que por aí deve ter uma resposta [dados relatados sobre a coleta pela Internet do Censo Demográfico 2010].

A história do GPS [Global Positioning System] você falou muito bem. Isso é fantástico, porque você faz a coleta e o questionário está associado um ponto, com coordenadas. Isso é fantástico. Essa é uma questão mais técnica, eu acabo não abordando, porque a minha parte é logística. Mas isso é fantástico para qualidade, para tudo, para análise das informações, para o acompanhamento. Hoje, você olha o recenseador, o supervisor vê o caminho que recenseador está fazendo. Se o recenseador está fazendo a coleta em *zig-zag*, que não pode, é errado, o supervisor vê e corrige. Se o recenseador está passando para o Setor vizinho, invadindo o Setor do outro, o supervisor vê. Se ele diz que terminou a coleta, ele compara com as imagens que a gente tem de satélite, da ocupação do terreno e vê que ficou uma rua sem percorrer, uma ocupação nova, ruas novas que ele não percorreu, o supervisor vê e corrige, manda ele voltar. Também na parte de acompanhamento, de cobertura, de garantir a cobertura, o GPS, as imagens de satélite, a coleta das coordenadas

de cada domicílio, de todo o percurso feito pelo recenseador, o caminho do recenseador, isso é fantástico. Isso ajudou muito.

A questão tecnológica eu peguei lá do papel e cheguei agora na coleta eletrônica e na coleta pela Internet pelo telefone. Isso foi fantástico, isso melhora muito a qualidade do dado, não tenha dúvida, por mais que a gente tivesse cuidado e zelasse por uma coleta no papel fosse bem-treinado. A questão de você ter que digitar e depois criticar a demora. É muito mais demorado. No papel, você recebia o questionário e era com ele que você tinha que se virar estivesse certo ou estivesse errado e tratar os problemas e depois na fase de crítica, de apuração. Agora os técnicos já vão analisando enquanto a pesquisa está acontecendo. Isso melhora muito a qualidade da informação. A questão da cobertura, antigamente se o recenseador deixasse um pedaço da estrada sem fazer, uma quadra sem fazer, um loteamento novo sem fazer, você não percebia, a não ser que desse muita diferença no total do Município, se o prefeito gritasse. Tinha muita fraude. O recenseador fraudava o questionário, inventava. E a gente não tinha como ver. Às vezes, se descobria depois, às vezes não. Agora não. Tanto a qualidade da informação que chega, a qualidade da cobertura, o acompanhamento da cobertura, do andamento da coleta, tudo isso é tecnologia, um avanço fantástico. Isso é muito bom. Isso vai, certamente, crescendo.



O avanço da tecnologia dos instrumentos de coleta permitiu a captura das coordenadas de todos os domicílios urbanos durante o Censo Demográfico 2022



Passado, presente e futuro: uma avaliação

Desde os primórdios da realização do Censo Demográfico no Brasil a operação tem se mostrado bastante complexa, exigindo um minucioso planejamento e uma profunda dedicação na execução das suas etapas. O estudo da trajetória de sua operação permite identificar os erros e acertos, tendo em vista a promoção da evolução na metodologia e tecnologia que hoje garantem a confiabilidade nos números.

Apesar das intercorrências, comuns a toda atividade de alta complexidade, o IBGE tem se mantido atento às mudanças ocorridas na sociedade ao longo do tempo para garantir a qualidade da pesquisa e sua relevância para a sociedade.

Ao levar em consideração os aprendizados passados e, ainda, agregar novos conhecimentos, o Censo Demográfico se compromete com uma evolução constante. A cada 10 anos uma nova oportunidade surge para avaliar as mudanças ocorridas na sociedade e como elas afetam a pesquisa. Assim, é possível identificar novas demandas, novos temas a serem investigados ou grupos sociais que precisam ser melhor representados.

A partir desse conhecimento, o IBGE pôde incluir em 2022, pela primeira vez na história dos censos, a pesquisa sobre a população quilombola e suas características demográficas, geográficas e socioeconômicas, além de ampliar a metodologia utilizada para a pesquisa sobre a população indígena residente no Território Nacional, que estava vigente desde o Censo Demográfico 1991.

As mudanças na tecnologia também foram muito marcantes. Desde as máquinas tabuladoras Holerite, do Censo Demográfico

1920, passando pelo “cérebro eletrônico” – o UNIVAC 1105⁸⁹ – do Censo 1960, as inovações tecnológicas têm se prestado a facilitar o processo de coleta e apuração das informações, bem como a dar mais confiabilidade aos resultados. No Censo 2022, o IBGE continuou a sua busca constante por aprimoramento tecnológico, adotando dispositivos equipados com chips telefônicos para a transmissão de dados em tempo real. Além disso, implementou o georreferenciamento dos locais de coleta e investiu em novos data centers de alta capacidade para o processamento dos dados.

A preocupação com o futuro não é menos importante. As dificuldades do presente apontam para ajustes necessários para fortalecer a pesquisa. Um exemplo é a importância de existir uma legislação própria ⁹⁰ para os censos que seja forte o suficiente para garantir a periodicidade correta da sua realização.

É possível vislumbrar que o uso de tecnologias como inteligência artificial (Artificial Intelligence - AI), *big data* e *blockchain* sejam cada vez mais presentes na realização dos próximos censos demográficos. Além disso, o desafio gerado pela pandemia de COVID-19 revelou a importância de novas abordagens de coleta de dados, como a realização de entrevistas *online* e o uso de tecnologias de geolocalização.

Embora seja primordial que o Censo Demográfico se adapte rapidamente ao avanço tecnológico a fim melhorar ainda mais a qualidade dos dados levantados, deve, por outro lado, continuar a trabalhar para garantir que os censos sejam realizados de maneira ética e inclusiva, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e representadas. Ao fazer isso, podemos continuar a usar os censos como uma ferramenta poderosa para entender nossas populações e trabalhar para um futuro mais justo e equitativo.

No entanto, mesmo com esses desafios, o Censo Demográfico continua sendo uma ferramenta essencial para a tomada de decisões em políticas públicas, planejamento urbano, investimentos e outras áreas. É importante que o Brasil continue a investir na pesquisa e na formação de profissionais qualificados para garantir que os dados coletados sejam precisos e representem adequadamente a população estudada.

⁸⁹ O computador de grande porte UNIVAC (Universal Automatic Computer), da Remington Rand, foi adquirido pelo IBGE, em 27 de janeiro de 1960, para apuração do Recenseamento Geral de 1960. A nova tecnologia foi um marco na história da Instituição e do País. Para informações adicionais sobre o tema, consultar: SENRA, N. de C.; FONSECA, S. M.; MILLIONS, T. C. *O desafio de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 174. Organização, introduções, entrevistas e notas dos autores. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97302.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

⁹⁰ Lei n. 8.184, de 10.05.1991, que dispõe sobre a periodicidade dos censos demográficos e dos censos econômicos e dá outras providências.

Entrevista com

Manoel Antônio Soares da Cunha

6 e 8 de março de 2002

O [Censo] Demográfico teve uma continuidade histórica, sob orientação do Heitor [da Câmara] Vellôzo que trabalhou de 1940 até 1991, quando faleceu. Daí para frente, sem Heitor, sem Hélio Hemetério dos Santos, sem Dora Toscano, perdeu a continuidade. O nosso defeito foi não termos deixado memória, nem registro, nada escrito e, por outro lado, muita gente acha que não tem que saber o que aconteceu no passado. Quando a equipe começa a se desarticular, como ocorreu no demográfico e na equipe da DI [Diretoria de Informática] que mudou, surgem problemas de readaptação e um analista de sistemas pode até ser uma sumidade, porém, se não conhecer a pesquisa, vai levar algum tempo para aprender e se continuar na pesquisa, vai evoluir e ganhando cada vez mais entendimento. Mas se a cada censo a equipe muda.



Carros de propaganda do Censo Demográfico 1940.
Os carros percorreram as ruas tocando sirenes e clarins

Entrevista com

José Guilherme Almeida dos Reis

26 de setembro de 2003

Eu acho que foi uma experiência muito interessante, porque ajudar a coordenar um censo de população realmente é a expressão maior do IBGE. Pesquisa por amostragem vários institutos fazem, desde instituto de opinião até outros institutos de pesquisa. Não com o padrão, com o histórico do IBGE, não com a autoridade. Agora, com pesquisa censitária é quando o IBGE se expressa por inteiro. É único. É uma experiência muito interessante, rica, mas ao mesmo tempo desafiadora, porque é difícil você convencer as pessoas que é absolutamente razoável um censo em que algumas pessoas não tenham sido recenseadas, que faz parte. Mesmo um censo envolve erro desse tipo. Mas, de qualquer maneira, é uma belíssima experiência. Vivida a cada momento. E você vive o Brasil. Foi um momento em que eu estive em vários lugares do Brasil, vendo a operação, vendo o andamento da operação do censo. Como eu disse, é a expressão maior do IBGE.

Entrevista com

Marco Antônio dos Santos Alexandre

22 de junho de 2022

No final, é um pouco aquilo que vem permeando talvez da nossa conversa esse tempo todo. É um trabalho que tem diversas etapas, mas elas acabam se interligando para chegar lá no final e dizer assim: *“Tá aqui!”*. Tudo é importante não tem nada mais importante, não existe essa gradação, essa hierarquia não. A coleta é mais importante do que eu não sei o que, que é mais importante que não sei que tudo é importante.

Entrevista com

Albertino Lima Ribeiro

realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul

13 de fevereiro 2012

Quando se fala em censo com o pessoal do IBGE, sobretudo aqui em Mato Grosso do Sul, que é a experiência que eu tive, nós percebemos um comprometimento muito grande de cada funcionário do IBGE. E percebi que as pessoas amam realmente o IBGE, principalmente esse trabalho do censo, onde a gente tem contato com a brasilidade da nossa sociedade. Pude conhecer mais profun-

damente os colegas do interior e vi o mesmo engajamento em fazer o trabalho como o pessoal da Unidade Estadual [UE], o pessoal da Agência de Campo Grande [Mato Grosso do Sul] realiza.

Entrevista com

Carlita Estevam de Souza

realizada na Unidade Estadual de Mato Grosso do Sul
10 de julho de 2011

Esse censo, principalmente esse Censo 2010, foi um trabalho que a gente realizou com bastante dedicação. Estamos aí hoje já dando os resultados do Censo 2010, resultados excelentes, maravilhosos, toda a sociedade nos procurando, querendo saber do resultado desse trabalho. Então, isso é motivo de muito orgulho para nós servidores do IBGE.

Entrevista com

Luiz Nery da Costa

8 de maio de 2002

O IBGE tem que olhar muito para a Rede de Coleta. É o grande “calcanhar de Aquiles” do IBGE. Não adianta ter um monte de computadores espalhados nas salas, como existe aqui hoje, se a coleta deixa a desejar, porque os computadores não vão transformar defeitos em verdades. É preciso olhar bem, investir mais dinheiro na Rede de Coleta, dando treinamento, capacitando, experimentando novos métodos. É indispensável isso para o futuro. Chega da pesquisa de avaliação acusar defeitos. Todos os estudos e pesquisas que forem realizar mostram defeitos e o que se faz para melhorar? Tem que se fazer alguma coisa. Meu tempo já passou, mas fica o meu apelo para que o IBGE invista nessa mina, na qualidade de treinamento e na veracidade dos trabalhos. Não pode ter pressa de fazer censo. Tem que fazer dentro do prazo, com amor, com precisão e eu acho que isso não vem ocorrendo.

Entrevista com

Maria Vilma Salles Garcia

7 de fevereiro de 2022

O IBGE tem que fortalecer essa questão de garantias de fazer o censo, fazer suas pesquisas todas. Se falou muito sobre ter uma legislação específica para censo. Eu acho que merece. Eu cheguei até a minutar alguns pontos para a gente ter isso.



Teste de campo do Censo Demográfico 2022, na Ilha de Paquetá, no Município do Rio de Janeiro. Os recenseadores usaram máscaras e protetores faciais durante as abordagens aos moradores

Na época do Presidente Eduardo Nunes⁹¹, ele chegou a encaminhar uma proposta que o Senador Suplicy⁹² na época, era o relator para se ter uma legislação específica, amarrando com a questão das estimativas. Eu acho que precisa, que merece, ter uma legislação específica para o censo. Que realmente o Executivo e o Legislativo, vamos dizer assim, sejam forçados a garantir as condições para o IBGE fazer o censo nas épocas certas. Eu acho que merece, isso é uma coisa que precisa. Da parte do IBGE, é tentar evoluir bastante com as novas tecnologias para tentar fazer um censo talvez mais barato, fazendo mais pesquisas de forma remota. Eu acho que isso é um caminho crescente e que certamente vai evoluir daqui para 2030. O ideal seria em 2030 a gente ter a coleta, 90%, vamos dizer assim, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do País, a gente ter a coleta remota. Acho que seria bom. Os países estão caminhando, buscando isso. Eu acho que é uma coisa que o IBGE vai, acho que está na agenda do IBGE trilhar esse caminho. A gente tendo um censo com menor custo e tendo uma legislação forte, que nos garantam as condições para fazer esse censo, eu acho que é 90% dos problemas estão superados.

Eu vislumbro um futuro bom para o IBGE, bonito. Continuar essa história linda que a gente tem. Agora, tem que tomar um cuidado com essa questão do pessoal, porque máquina não resolve tudo. Ela ajuda bastante, mas não resolve tudo, a não ser que se consiga informações de outras fontes, de uma série de pesquisas e que se dispense a coleta pelo IBGE. Também isso está avançando, está acontecen-

⁹¹ Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE (2003-2011).

⁹² Eduardo Matarazzo Suplicy, Senador (1991-2015).

do. Já tem muita coisa, muito dado que a gente não precisa mais perguntar nos domicílios, nas empresas, que a gente tem por outras fontes. Mas tem coisa que ainda não dá e certamente por mais alguns anos a gente vai precisar ter coleta em domicílios e em empresas. Mas eu acho que a tecnologia vai continuar nos ajudando e o IBGE explora muito bem a tecnologia. Eu acho que o nosso futuro será bom, continuará sendo brilhante.

Eu acho que a gente vem crescendo. O Censo 1991 foi o mais difícil que eu fiz por conta de tudo que eu contei. Principalmente afetado pelas greves. Em 2007, teve o problema seríssimo da comunicação. Foi um aprendizado para 2010. O Censo 2000 foi um censo muito bom, naquele momento, com as tecnologias que a gente tinha. [O ano de] 2010 também foi muito bom e a gente vem na evolução. Se tivesse tido a pandemia [de COVID-19] e a gente tivesse tido aquele orçamento que já estava aprovado de 2 437 [R\$ 2.437 milhões], a gente teria feito um censo muito bom. Mas infelizmente tivemos essa questão que afetou o mundo. Em 2010, foi a tecnologia. A gente explorou muito bem a tecnologia. Isso foi fantástico, foi muito bom. Afetou os resultados positivamente. Houve problema? Óbvio. Toda a operação desse tamanho tem problema. Um País tão heterogêneo como o nosso, tão grande, tão heterogêneo como o nosso, sempre tem. Eu acho que 2000 e 2010 foram censos muito bons e, para gente da área de infraestrutura, de organização da logística, foram censos relativamente tranquilos e todos eles nos deixaram bastante satisfeitos. Eu acho que o pessoal da área técnica, Diretoria de Pesquisas [DPE], também. A grande diferença lá de 2007 foi o salto, do papel para o a coleta eletrônica. Foi um salto que se não tivesse tido a questão da transmissão, que foi mal dimensionada, teria sido um sucesso também.



Central telefônica criada para apoiar a coleta do Censo Demográfico 2022, por telefone ou pela Internet

Todo censo tem um aprendizado. Sempre tem uma coisa nova que a gente está testando e a gente vai aprendendo e vai evoluindo. A gente sempre parte para o próximo de um patamar já testado, olhando os erros. Todo censo a gente faz avaliação. A COC [Coordenação Operacional dos Censos] sempre conduziu isso. A DPE, é claro, faz avaliação técnica. A DI [Diretoria de Informática], cada um faz a sua. Mas a COC sempre coordenou a avaliação, um processo de avaliação. A DPE tem lá a pesquisa de avaliação, de cobertura e tudo. Mas a COC sempre fez ouvindo todo o corpo gerencial das Unidades Estaduais [UEs], os coordenadores técnicos, coordenadores operacionais de informática, administrativo, os coordenadores de área, de subárea, os supervisores, os recenseadores. Cada um tem um questionário que responde a respeito do censo, como foi, com que teve dificuldade, como é que avalia. A gente consolida tudo isso por tema e faz uma avaliação, depois, discute com as Unidades Estaduais, discute com as áreas das Diretorias e isso sempre serve de base para planejar o próximo censo. Em 2010, a Zélia [Magalhães Bianchini]⁹³, que era Diretora Adjunta, comandou a elaboração de um documento do Censo 2010, *Lições Aprendidas*. É superinteressante ali eles analisam todos os aspectos do censo, técnicos e administrativo, tecnológico e operacionais. Eles avaliam tudo e indicam o que precisa melhorar. É um documento bem-interessante, está disponível na Internet do IBGE. Então, a gente nunca parte do zero. A gente sempre olha o passado e vê o que precisa melhorar. Infelizmente, em 1991, a gente teve muito pouca coisa para ajudar. Foi assim, com a cara e coragem. Alguns comentários, alguns alertas, algumas contribuições de alguns colegas que tinham feito em 1980. Mas a montagem da operação em si foi meio “vamos que vamos”.

⁹³ Diretora Substituta da Diretoria de Pesquisas (1999-2016).



Referências

ALMANAQUE do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 118 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101931.pdf>. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 105, n. 30, p. 2348, 27 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 147-148, abr. 1939. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n2.pdf. Acesso em: dez. 2023.

BRASIL. Lei n. 8.184, de 10 de maio de 1991. Dispõe sobre a periodicidade dos censos demográficos e dos censos econômicos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 90, p. 8893, 13 maio 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8184.htm. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. *Censo Demográfico 1970*: programa de treinamento de pessoal (1ª fase): delimitação dos setores censitários. Rio de Janeiro, 1969. 3 p. Palestra proferida por Sebastião de Oliveira Reis, Diretor-Geral do Decen e Luiz Rosso, Chefe do Setor de Base Geográfica. VIII Recenseamento Geral 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/interno/doc5141.pdf. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. *Censo Demográfico 1991*: CD 1.04: manual do agente censitário municipal. Rio de Janeiro, 1991. 58 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc168.pdf. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Etapas. Divulgação dos resultados. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016. 720 p. (Série relatórios metodológicos, v. 41). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748&t=notas-tecnicas>. Acesso em: dez. 2023.

IBGE. *Podcast Censos do Brasil*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/podcast-censos-do-brasil.html>. Acesso em: dez. 2023.

MOTA, S. R.; MOTA, M. R. *Brasileirinho e o contador de povo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 20 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=27870>. Acesso em: dez. 2023.



Créditos das imagens

Linha do tempo

- 11** Pintura e escultura no Brasil, no Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, [18-?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 12** Fábrica de tecidos em Anápolis (Goiás).
Autor: Desconhecido, [19-?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 13** Gráfico ilustrado sobre a evolução da população (1776-1920) elaborado pela Directoria Geral de Estatística.
Fonte: Acervo IBGE.
- 14** Aparelho de rádio.
Autor: Gerhard G., [19-?].
Fonte: Pixabay.
- 15** Exame de seleção para trabalhar no Censo Demográfico 1950, no Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 17** Setor de Reprografia do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 18** Serviço Gráfico do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.
- 19** O Presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) sendo recenseado para o Censo Demográfico 1980.
Autor: Jair Cardoso, 1980.
Fonte: Acervo IBGE.

20 Preparação do Censo Demográfico 1991.

Autor: Desconhecido, 1991.
Fonte: Acervo IBGE.

21 Capa da cartilha *Brasileirinho e o contador de povo*.

Fonte: MOTA, S. R.; MOTA, M. R. *Brasileirinho e o contador de povo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 20 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=27870>. Acesso em: dez. 2023.

22 Eduardo Pereira Nunes e Maria Vilma Salles Garcia no Seminário Censo 2010.

Autor: Desconhecido, [2010].
Fonte: Acervo IBGE.

24 Entrevista por telefone para o Censo Demográfico 2022.

Autor: Marcelo Lima, [2022?].
Fonte: Acervo IBGE.

Dados biográficos dos entrevistados

25 Achilles Nasser Fraxe.

Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.

25 Albertino Lima Ribeiro.

Autor: Desconhecido, 2012.
Fonte: Acervo IBGE.

26 Alceo Magnanini.

Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.

26 Alceu Vicente Wightman de Carvalho.

Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.

26 Alcides Geraldo Dias.

Autor: Desconhecido, 2005.
Fonte: Acervo IBGE.

27 Antonio José de Souza Biffi.

Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.

27 Antônio Utsch Moreira.

Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.

27 Arnaldo Augusto Maia.

Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.

28 Artur Ferreira da Silva Filho.

Autor: Desconhecido, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.

28 Carlita Estevam de Souza.

Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.

28 Carlos Campos de Carvalho.

Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.

28 Carlos Roberto Rodrigues de Rodrigues.

Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.

29 Carmen de Jesus Garcia.

Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.

29 Cimar Azeredo Pereira.

Autor: Desconhecido, 2015.
Fonte: Acervo IBGE.

30 David Wu Tai.

Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.

30 Domingos Elias Schanoski.

Autor: Desconhecido, 2012.
Fonte: Acervo IBGE.

30 Dora de Almeida Toscano.

Autor: Desconhecido, 2002.
Fonte: Acervo IBGE.

31 Edmund Massadar.

Autor: Desconhecido, 2002.
Fonte: Acervo IBGE.

31 Eduardo Augusto Guimarães.

Autor: Desconhecido, 2006.
Fonte: Acervo IBGE.

- 32** Elder de Oliveira Costa.
Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.
- 32** Elenice Cristaldo Cano.
Autor: Desconhecido, 2012.
Fonte: Acervo IBGE.
- 32** Elson dos Santos Mattos.
Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.
- 33** Eurico de Andrade Neves Borba.
Autor: Desconhecido, 2012.
Fonte: Acervo IBGE.
- 33** Fatmato Ezzahrá Schabib Hany.
Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.
- 34** Francisco Otávio Cunha Pires.
Autor: Desconhecido, 2006.
Fonte: Acervo IBGE.
- 34** Francisco Sales Carvalho.
Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.
- 34** Gilberto Scheid.
Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.
- 34** Gustavo Pedro da Silva Costa.
Autor: Desconhecido, 2004.
Fonte: Acervo IBGE.
- 35** José Augusto Aguiar.
Autor: Desconhecido, 2001.
Fonte: Acervo IBGE.
- 35** José Guilherme Almeida dos Reis.
Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.
- 35** Luiz Nery da Costa.
Autor: Desconhecido, 2002.
Fonte: Acervo IBGE.
- 36** Manoel Antônio Soares da Cunha.
Autor: Desconhecido, 2002.
Fonte: Acervo IBGE.
- 36** Marco Antônio dos Santos Alexandre.
Autor: Desconhecido, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.
- 37** Maria Aparecida Gomes de Moura.
Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.
- 37** Maria Beatriz Pontes de Carvalho.
Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.
- 37** Maria das Graças de Oliveira Nascimento.
Autor: Desconhecido, [2004?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 38** Maria Vilma Salles Garcia.
Autor: Desconhecido, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.
- 38** Mauro Pereira de Mello.
Autor: Desconhecido, 2004.
Fonte: Acervo IBGE.
- 39** Miriam Mattos da Silva Barbuda.
Autor: Desconhecido, 2023.
Fonte: Acervo IBGE.
- 40** Ozélio Correia de Azevedo.
Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.
- 40** Roberto Lobato Azevedo Corrêa.
Autor: Desconhecido, 1996.
Fonte: Acervo IBGE.
- 40** Roberto Schmidt de Almeida.
Autor: Desconhecido, 2011.
Fonte: Acervo IBGE.
- 41** Trento Natali Filho.
Autor: Desconhecido, 1998.
Fonte: Acervo IBGE.
- 42** Valéria da Motta Leite.
Autor: Desconhecido, 2003.
Fonte: Acervo IBGE.
- 42** Vinícius Fonseca.
Autor: Desconhecido, 2002.
Fonte: Acervo IBGE.

Planejamento operacional

- 45** Cartazes de divulgação do Censo Demográfico 1940.
Fonte: Acervo IBGE.
- 47** Caixas contendo material para Censo Demográfico 1940.
Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.
- 49** Jeep da Prefeitura Municipal de Recife (Pernambuco) promovendo o emplantamento de ruas e domicílios para o Censo Demográfico 1950.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 51** Setor de apuração do Censo Demográfico 1960.
Autor: Desconhecido, 1960.
Fonte: Acervo IBGE.
- 53** Gráfica do IBGE em ação durante o Censo Demográfico 1970.
Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.
- 56** Recenseadores contratados para o Censo Demográfico 1960.
Autor: Desconhecido, 1960.
Fonte: Acervo IBGE.
- 56** Lançamento do Censo Demográfico 1970.
Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.
- 59** Recenseador do Censo Demográfico 1970 em trabalho de campo no Bairro da Rocinha, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.
- 60** Agência de Coleta do IBGE do Município de Rondonópolis (Mato Grosso).
Autor: Desconhecido, [19-?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 63** Dispositivo móvel PDA utilizado pelos recenseadores no Censo Demográfico 2010.
Autor: desconhecido, [2010?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 65** Concurso para recenseador do Censo Demográfico 1970.
Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.
- 67** Primeira turma de recenseadores em Salvador (Bahia), no Censo Demográfico 1940.
Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.
- 69** Dia de prova para candidatos a recenseador do Censo Demográfico 1950, realizada no Instituto de Educação, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 71** 5ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico 2010.
Autor: Desconhecido, 2010.
Fonte: Acervo IBGE.
- 73** Coletiva de imprensa para lançamento do Censo Demográfico 2010.
Autor: Desconhecido, 2010.
Fonte: Acervo IBGE.
- 74** Tela do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE.
Fonte: IBGE. Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos.
- 76** O orçamento do censo foi tema de notícias em toda a imprensa nacional, bem como na Agência IBGE Notícias.
Fonte: Acervo IBGE.

- 78** Setor de apuração nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro.

Autor: Desconhecido, [196?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 81** Exame de seleção para o Censo Demográfico 1980 realizado nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Autor: Desconhecido, 1980.
Fonte: Acervo IBGE.

Censos experimentais

- 86** Funcionários do IBGE durante o Censo Experimental de Brasília, realizado em 1959 como preparação para o Censo Demográfico 1960.

Autor: Desconhecido, 1959.
Fonte: Acervo IBGE.

- 88** Encontro com autoridades por ocasião do Censo Experimental de Taubaté (São Paulo).

Autor: Desconhecido, 1980.
Fonte: Acervo IBGE.

Base Territorial

- 92** Mapoteca do IBGE, na Cidade do Rio de Janeiro, com o acervo dos Mapas Municipais Censitários, utilizado no Censo Demográfico 1970.

Autor: Desconhecido, [197?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 95** Preparação das Bases Territoriais para o Censo Demográfico 1950.

Autor: Desconhecido, [1950?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 97** Mapa utilizado no Censo Demográfico 1970, no Estado de Mato Grosso.

Autor: Desconhecido, 1970.
Fonte: Acervo IBGE.

- 98** Preparação da Base Territorial para o Censo Demográfico 1991.

Autor: Desconhecido, 1991.
Fonte: Acervo IBGE.

Preparação técnica da pesquisa

- 100** Reunião da equipe de planejamento do Censo Demográfico 1980.

Autor: Desconhecido, [1980?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 103** Reunião da Comissão de Coordenação do Censo Demográfico 1991, realizada no auditório do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, na Cidade do Rio de Janeiro.

Autor: Desconhecido, 1990.
Fonte: Acervo IBGE.

Treinamento de pessoal do trabalho de campo

- 106** Treinamento dos agentes censitários para o Censo Demográfico 1960.

Autor: Desconhecido, 1960.
Fonte: Acervo IBGE.

- 109** Aspecto do documento que apresenta a Palestra proferida por Sebastião de Oliveira Reis (Diretor-Geral do Departamento de Censos - DECEN) e Luiz Rosso (Chefe do Setor de Base Geográfica), utilizado no treinamento para o Censo Demográfico 1970.

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 1970: programa de treinamento de pessoal* (1ª fase): delimitação dos setores censitários. Rio de Janeiro, 1969. 3 p. Palestra proferida por Sebastião de Oliveira Reis, Diretor-Geral do Decen e Luiz Rosso, Chefe do Setor de Base Geográfica. VIII Recenseamento Geral 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/interno/doc5141.pdf. Acesso em: dez. 2023.

- 111** Equipe de servidores que realizaram o curso de treinamento para o Censo Demográfico 1980 na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, na Cidade do Rio de Janeiro, em 1981.

Autor: Desconhecido, 1981.

Fonte: Acervo IBGE.

- 112** Supervisores e treinandos reunidos na Chácara das Rosas, no Município de Petrópolis (Rio de Janeiro) durante treinamento para o Censo Demográfico 1991.

Autor: Desconhecido, 1990.

Fonte: Acervo IBGE.

- 114** Treinamento dos coordenadores administrativos para o Censo Demográfico 2010.

Autor: Desconhecido, 2010.

Fonte: Acervo IBGE.

- 117** Treinamento técnico-operacional do Censo Demográfico 2010.

Autor: Desconhecido, 2010.

Fonte: Acervo IBGE.

Coleta de dados

- 120** Capa do *Manual do agente censitário municipal*, utilizado no Censo Demográfico 1991.

Fonte: IBGE. *Censo Demográfico 1991*: CD 1.04: manual do agente censitário municipal. Rio de Janeiro, 1991. 58 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc168.pdf. Acesso em: dez. 2023.

- 124** Arquivo dos instrumentos de coleta utilizados no Censo Demográfico 1940.

Autor: Desconhecido, 1940.

Fonte: Acervo IBGE.

- 125** Folha de coleta do Censo Demográfico 2000.

Fonte: Acervo IBGE.

- 128** Recenseadores durante a coleta de dados do Censo Demográfico 2022.

Autor: Desconhecido, 2022.

Fonte: Acervo IBGE.

- 128** O Sistema de Plano de Análise do Censo - SISPAAC, foi uma ferramenta fundamental no acompanhamento da coleta do Censo Demográfico 2022.

Fonte: IBGE, Sistema de Plano de Análise do Censo.

Dificuldades enfrentadas

- 133** Porteira da Fazenda Andorinha, no Município de Santa Fé do Araguaia (Tocantins), aberta para o Censo Demográfico 2022.

Autor: Francisca Viana de Sousa, 2022.

Fonte: Acervo IBGE.

- 135** Recenseador Júnior Moura e o guia-intérprete em canoa construída pelo próprio recenseador especificamente para seu trabalho no Censo Demográfico 2022.

Autor: Desconhecido, 2022.

Fonte: Acervo IBGE.

- 137** Serviço de codificação no Censo Demográfico 1940, localizado no antigo Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro.

Autor: Desconhecido, 1940.

Fonte: Acervo IBGE.

- 140** Serviço financeiro do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, na década de 1960.

Autor: Desconhecido, [196-?].

Fonte: Acervo IBGE.

- 141** Sala de perfuração de cartões do Censo Demográfico 1960.

Autor: Desconhecido, 1960.

Fonte: Acervo IBGE.

- 144** Visita da Comissão Censitária ao setor de codificação do Censo Demográfico 1960, localizado no antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1960.
Fonte: Acervo IBGE.
- 145** Setor de Codificação do Censo Demográfico 1950, localizado no antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 146** Setor de perfuração no Serviço Nacional de Recenseamento - SNR.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 149** Distribuição de questionários para apuração no Censo Demográfico 1940.
Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.
- 151** Recenseadores em trabalho de campo durante o Censo Demográfico 1991, no Município de Alta Floresta D'Oeste (Rondônia).
Autor: Desconhecido, 1991.
Fonte: Acervo IBGE.
- 152** Maria Vilma Salles Garcia na preparação do Censo Demográfico 1991.
Autor: Desconhecido, 1990.
Fonte: Acervo IBGE.
- 156** Cartaz do Censo Demográfico 1991.
Fonte: Acervo IBGE.
- 157** Carro do IBGE durante o trabalho de campo do Censo Demográfico, no Município de Alta Floresta D'Oeste (Rondônia).
Autor: Desconhecido, 1991.
Fonte: Acervo IBGE.
- 159** Cartaz do Censo Demográfico 1991.
Fonte: Acervo IBGE.
- 162** Transporte do material censitário para o Município de Torres (Rio Grande do Sul) no Censo Demográfico 1940.
Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.
- 164** Recenseadora na comunidade de Lagoa Primeira (Sergipe), durante supervisão da coleta do Censo Demográfico 2022.
Autor: Camila Farias, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.
- 165** Apuração mecânica durante o Censo Demográfico 1950.
Autor: Desconhecido, 1950.
Fonte: Acervo IBGE.
- 166** Máquinas perfuradoras IBM utilizadas no processamento dos dados do Censo Demográfico 1980.
Autor: Desconhecido, 1980.
Fonte: Acervo IBGE.
- 169** Capa da *Metodologia do Censo Demográfico 2010*.
Fonte: IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016. 720 p. (Série relatórios metodológicos, v. 41). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9748¬as-tecnicas>. Acesso em: dez. 2023.
- 172** Recenseadores durante testes para a coleta do Censo Demográfico 2022 utilizando equipamentos de proteção individual em meio à pandemia de COVID-19.
Autor: Desconhecido, 2021.
Fonte: Acervo IBGE.
- 173** Caminho dos recenseadores durante a coleta do Censo Demográfico 2022 para chegar ao

domicílio, no Município de Ouro Preto do Oeste (Rondônia).

Autor: Cleiton Freitas Trindade, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.

- 175** Recenseador em ação no centro do Arapari, Município de Alenquer (Pará), durante a coleta do Censo Demográfico 2022.

Autor: Justino de Oliveira Aragão Neto, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.

- 176** Setor de pagamento do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Censo Demográfico 1960.

Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 179** Recenseadores do Censo Demográfico 2022 no Sol Nascente (Distrito Federal), segundo maior Aglomeração Subnormal do País em número de domicílios.

Autor: Jéssica Farias, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.

Divulgação e uso dos resultados

- 183** Lançamento do livro *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*.

Autor: Desconhecido, 2005.
Fonte: Acervo IBGE.

- 185** Evento de divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2022, realizado em 28.06.2023.

Autor: Michel Telles, 2023.
Fonte: Acervo IBGE.

- 187** O Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA é uma ferramenta digital que pode ser acessada em qualquer navegador de Internet e permite consultar, de forma simples e rápida, dados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE.

Autor: Drobotdean/Freepick, 2021.

Evolução da tecnologia

- 193** Mesa de controle do computador UNIVAC 1105 utilizado no Censo Demográfico 1960.

Autor: Desconhecido [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 195** O UNIVAC 1105 foi o primeiro computador de grande porte utilizado pelo governo brasileiro e custou quase 3 milhões de dólares.

Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 197** A instalação do UNIVAC 1105 ocupou oito salas e, para operá-lo, era prevista a necessidade de 48 técnicos, entre analistas, programadores, codificadores, operadores, engenheiros de manutenção e técnicos de manutenção.

Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 200** A falta de peças de reposição, que deixaram de ser fabricadas conforme os computadores de primeira geração iam ficando obsoletos, causavam frequentes interrupções nos trabalhos.

Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 202** Para a operação do UNIVAC 1105 foi necessário o envio de um grupo para os Estados Unidos para absorver o conhecimento básico e iniciar os trabalhos.

Autor: Desconhecido, [196-?].
Fonte: Acervo IBGE.

- 204** Cartões perfurados utilizados no Censo Demográfico 1940.

Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.

- 206** Boletins de Família preenchidos do Censo Demográfico 1940.

Autor: Desconhecido, 1940.
Fonte: Acervo IBGE.

- 208** Apuração no Censo Demográfico 1960.
Autor: Desconhecido, [196?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 210** Setor de apuração do Censo Demográfico 1960, nas dependências do antigo prédio do Serviço Nacional de Recenseamento - SNR, no Bairro da Urca, na Cidade do Rio de Janeiro.
Autor: Desconhecido, [196?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 213** No Censo Demográfico 1991 a etapa de codificação que era manual passou a ser feita com a ajuda de computadores.
Autor: Desconhecido, 1996.
Fonte: Acervo IBGE.
- 215** No Censo Demográfico 2000 os formulários foram digitalizados com o reconhecimento ótico de marcas e caracteres.
Autor: Desconhecido, [2000?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 216** Dispositivo móvel PDA (Personal Digital Assistant) utilizado no Censo Demográfico 2010.
Autor: Desconhecido, [2010?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 217** No Censo Demográfico 2022 foram utilizados os Dispositivos Móveis de Coleta (DMCs), *smartphones* providos com *chip* de telefonia, permitindo a transmissão automática em tempo real, dos dados coletados.
Autor: Desconhecido, [2022?].
Fonte: Acervo IBGE.
- 220** Módulos do *data center* do IBGE utilizado no processamento dos dados do Censo Demográfico 2022.
Autor: Desconhecido, [2022?].
Fonte: Agência IBGE.
- 222** O avanço da tecnologia dos instrumentos de coleta permitiu a

captura das coordenadas de todos os domicílios urbanos durante o Censo Demográfico 2022.

Autor: Helena Pontes, [2022?].
Fonte: Acervo IBGE.

Passado, presente e futuro: uma avaliação

- 225** Carros de propaganda do Censo Demográfico 1940.
Autor: Desconhecido, [1940].
Fonte: Acervo IBGE.
- 228** Teste de campo do Censo Demográfico 2022, na Ilha de Paquetá, no Município do Rio de Janeiro.
Autor: Cal Guimarães, 2021.
Fonte: Acervo IBGE.
- 229** Central telefônica criada para apoiar a coleta do Censo Demográfico 2022, por telefone ou pela Internet.
Autor: Cal Guimarães, 2022.
Fonte: Acervo IBGE.



Equipe técnica

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Gerência de Biblioteca, Informação e Memória

Catarina Felix dos Santos Soares

Memória IBGE

Elaboração dos textos

Fabio Mauro de Carvalho Leite
Vera Lucia Cortes Abrantes

Projeto Editorial

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim
Leonardo Martins

Projeto gráfico e diagramação

Leonardo Martins

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva
Lioara Mandoju
Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quarta capa

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Newton Malta de Souza Marques

Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Edmilson Ramos Raya

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@ibgeoficial



IBGE Oficial



/ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial.bsky.social

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Histórias que a gente conta

Censo Demográfico

O Censo Demográfico é a maior operação estatística realizada no País, e sua execução constitui a mais completa fonte de informações sobre a população brasileira. De 1872, ainda no Império, a 2022, foram efetuados 13 levantamentos, cuja linha do tempo apresenta as grandes transformações populacionais ocorridas no Território Nacional.

Com esta publicação, o IBGE, por meio da Memória IBGE, dá voz aos atores que ajudaram a construir a história do Instituto, a partir de uma amostra de relatos das experiências vivenciadas por profissionais que atuaram em variadas edições do Censo Demográfico. Nessa perspectiva, são contemplados depoimentos sobre o planejamento operacional da pesquisa, a realização dos Censos Experimentais, a verificação da Base Territorial, a preparação técnica, o treinamento de pessoal do trabalho de campo, a coleta de dados, as dificuldades enfrentadas, a divulgação e o uso dos resultados, e

a evolução da tecnologia aplicada. Ao final, é apresentada uma breve avaliação sobre o passado, o presente e o futuro dessa ferramenta essencial, que é o Censo Demográfico, para o conhecimento da realidade nacional.

Os relatos selecionados ajudam a contar a história da pesquisa de forma vívida, permitindo conhecer, também, os desafios superados pelos pesquisadores em suas experiências censitárias. Além disso, os diferentes pontos de vista possibilitam uma análise crítica dos temas contemplados, considerando-se as perspectivas dos entrevistados e os contextos histórico, político e social em que os levantamentos foram realizados.

Este livro, também acessível no portal do IBGE na Internet, é uma das iniciativas do Instituto para celebrar os 150 anos do Censo Demográfico, ratificando, assim, o seu compromisso com a ampla disseminação das informações contidas em seus acervos e a preservação da sua memória.

